

Carolina Michaëlis de Vasconcelos: uma homenagem



**Valéria Gil Condé
Lênia Márcia Mongelli
Yara Frateschi Vieira
Organizadoras**



Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M621 Carolina Michaëlis de Vasconcelos [livro eletrônico] : uma homenagem /
Organização: Valéria Gil Condé, Lênia Márcia Mongelli, Yara Frateschi
Vieira. -- São Paulo : NEHiLP/FFLCH/USP, 2015.
4208,64 Kb ; PDF.

Modo de acesso: <<http://www.nehilp.org>>
ISBN 978-85-7506-249-4

1. Filologia (História) (Homenagem). 2. Linguística indo-europeia. 3.
Língua portuguesa (Crítica e interpretação). 4. Léxico. I. Vasconcelos,
Carolina Michäelis, 1851-1925. II. Condé, Valéria Gil, *coord.* III. Mongelli,
Lênia Márcia, *coord.* IV. Vieira, Yara Frateschi, *coord.*

CDD 440

Valéria Gil Condé, Lênia Márcia Mongelli , Yara Frateschi Vieira (Org.)
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS:
UMA HOMENAGEM

FFLCH-USP
SÃO PAULO
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

VICE-REITOR: Prof. Dr. Vahan Agopyan

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENCIAS HUMANAS

DIRETOR: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

VICE-DIRETOR: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL: Valéria Gil Condé, Lênia Márcia Mongelli,
Yara Frateschi Vieira

PRODUÇÃO GRÁFICA: Érica Santos Soares de Freitas

CAPA: Dorli Hiroko Yamaoka

FOTO: A Vida e a Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos:
Evocação e Homenagem. Exposição bibliográfica e documental.
Organização da Biblioteca da Universidade de Coimbra e Faculdade de
Letras da Universidade de Coimbra. Coordenação Científica: Maria
Manuela Gouveia Delille. Catalogação: Isabel João Ramires. Design:
António Barros. Infografia + Catálogo: Carlos Costa e Imprensa da
Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade de
Coimbra, 2009.

NEHiLP

Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa
www.nehilp.org

COORDENAÇÃO: Mário Eduardo Viaro

ISBN 978-85-7506-249-4

NEHiLP

Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa

www.nehilp.org

ISBN 978-85-7506-249-4

Valéria Gil Condé, Lênia Márcia Mongelli , Yara Frateschi Vieira (Org.)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS: UMA HOMENAGEM



Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo
2015

SUMÁRIO

Apresentação	7
Breves considerações sobre <i>Lições de Filologia Portuguesa</i> de Carolina Michaëlis de Vasconcelos - Bruno Fregni Bassetto	13
Das edições de Carolina Michaëlis de Vasconcelos: teoria da crítica textual na prática - César Nardelli Cambraia	24
A Filologia perene e o ideal da bata branca - José Augusto Cardoso Bernardes	47
Carolina Michaëlis e a edição crítica. Entre arte e método - Maria Ana Ramos	67
Inês de Castro e a insigne rainha Isabel de Portugal revisitadas por Carolina Michaëlis de Vasconcelos - Maria Isabel Morán Cabanas	101
Carolina Michaëlis de Vasconcelos: um perfil - Maria Manuela Gouveia Delille	121
O jogo da sátira galego-portuguesa e certo juízo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos - Paulo Roberto Sodré	145
"Com resumos em alemão" as traduções do Cancioneiro da Ajuda por Carolina Michaëlis de Vasconcelos - Simone Homem de Mello	160

APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado final de uma proposta de trabalho iniciada em 2011, quando tivemos a oportunidade de visitar a Exposição itinerante “A Vida e a Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos: Evocación e Homenaxe” (15 de março a 14 de abril de 2011), então abrigada na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, mas realizada, originalmente e com o mesmo título: “A Vida e a Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos – Evocação e Homenagem”, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em 2009. Testemunhando a numerosa e significativa recolha do acervo do Espólio da filóloga custodiado na Biblioteca coimbrã (incluindo, além da sua biblioteca, documentos da vida pessoal e profissional, exemplares de trabalho e epistolografia), pensamos que seria importante transplantá-la ao Brasil, hipótese que imediatamente teve a melhor acolhida por parte dos organizadores ali presentes, a Professora Doutora Maria Manuela Gouveia Delille e o Professor Doutor João Nuno Corrêa-Cardoso.

Além de oferecer ao público da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo a oportunidade de conhecer a trajetória pessoal e intelectual da filóloga, era também nossa intenção: ressaltar o diálogo interdisciplinar que a homenageada praticara enfaticamente na sua exemplar vida acadêmica; celebrar o espírito científico da estudiosa que, em seu tempo, cultivou amplas e fecundas relações com os círculos eruditos contemporâneos; e salientar sua importância como mulher à vanguarda de sua época, ativa colaboradora no então crescente movimento feminista mundial.

A exposição que pensamos para a Biblioteca Florestan Fernandes da Universidade de São Paulo respeitou, na medida do possível – dentro das nossas condições bibliográficas, documentais e espaciais concretas –, o formato original, dividido em três partes: Anos de Berlim, Anos do Porto, Anos de Coimbra e do Porto. Procuramos destacar também o diálogo intelectual que D. Carolina manteve com Oskar Nobile, alemão como ela, naturalizado brasileiro e professor catedrático no Ginásio de

Estado de São Paulo, figura nacional de grande importância, pela competência e pelo rigor com que tratou os estudos de filologia galego-portuguesa no Brasil. Dessa forma, cremos que os usuários da nossa Biblioteca puderam mergulhar no mundo dos filólogos dos séculos XIX e XX.

Acompanhando a Exposição e para promover o debate, organizamos, a exemplo do que fizera a Universidade de Coimbra, um “Colóquio Internacional em Homenagem a Carolina Michaëlis de Vasconcelos”, com o intuito de proporcionar interlocução em áreas interdisciplinares – como a filologia românica, as literaturas galega e portuguesa, a filologia e língua portuguesa. O diálogo que nessa ocasião se estabeleceu entre as universidades brasileiras – a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal do Espírito Santo –, cujas vozes fizeram coro às dos convidados estrangeiros, trouxe aportes de caráter histórico-filológico, cada vez mais vigorosos no Brasil desde os anos 80 do século XX.

O Colóquio reuniu um grupo de investigadores que abordou, a partir da perspectiva contemporânea, aspectos e questões ainda hoje suscitados pela obra de Carolina Michaëlis: o trabalho de edição crítica; o conceito de filologia e sua contribuição para as filologias galega, portuguesa e brasileira; os contributos para os estudos de história da língua e da literatura em português, espanhol e galego-português; a troca de ideias e informações com os romanistas da época; o contato que ela estimulou entre as culturas portuguesa e alemã.

Os resultados desse profícuo encontro publicam-se neste livro. Deles damos a seguir uma breve notícia, organizando-os por aproximação temática.

Como texto de abertura ao Congresso, fruto da familiaridade adquirida no íntimo contacto com o Espólio de Carolina Michaëlis, Maria Manuela Gouveia Delille (“Carolina Michaëlis de Vasconcelos: um perfil”) oferece-nos o perfil da filóloga, dividindo-o em três períodos: os anos de Berlim, em que dá conta da formação familiar e intelectual da jovem Carolina até o momento em que se casa com Joaquim de Vasconcelos; os anos do Porto, a fase mais produtiva da sua vida, quando publica obras fundamentais, como as edições críticas das Poesias de Sá de Miranda e do Cancioneiro da Ajuda, entre outras; e os anos de Coimbra e do Porto, marcados pela docência na

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A autora ressalta, nesse riquíssimo percurso, o papel de Dona Carolina como representante do ideal de cultura universal e humanista adquirido nos anos de formação berlinense, que inspirou seu rigoroso trabalho filológico e sua atividade de mediadora científica e cultural entre as duas pátrias, a de nascimento e a de adoção.

Partindo de uma instigante metáfora – a da “bata branca” e luvas, que os filólogos do século XIX, lidando com uma Filologia acusada de “imperial”, usavam como marca do rigor e da impessoalidade de seu trabalho – o texto de José Augusto Cardoso Bernardes (“A Filologia Perene e o ideal da bata branca”) incide sobre as causas e as dimensões dos conflitos atuais entre a Filologia (por sua “epistemologia empirista”) e os Estudos Literários (por seu “subjetivismo interpretativo”). Ambas as disciplinas deveriam unir-se, tanto no âmbito da investigação, quanto no do ensino: no primeiro caso, porque é impossível examinar bem um texto cuja edição não é confiável; no segundo, porque o aluno precisa conhecer a materialidade do objeto que tem em mãos antes de buscar o seu “sentido”. Daí a dupla utilidade da Filologia.

As edições de Carolina Michaëlis receberam também atenção especial. Reconhecendo seu papel como introdutora do rigor na fixação de textos literários portugueses que, até os seus estudos, não tinham sido objeto de tratamento editorial, Maria Ana Ramos (“Carolina Michaëlis e a edição crítica. Entre arte e método”) passa em revista, primeiro, o panorama da Filologia em Portugal até a vinda de Dona Carolina para o Porto. Depois de examinar os métodos filológicos então em evidência, sobretudo na Alemanha e na França, e considerando que a edição do Cancioneiro da Ajuda não inclui uma declaração de intenções, visando a explicitar o método que lhe está subjacente, entende que a filóloga, cônica das restrições do público que a leria, preferiu editar entre método e arte, silenciando a reflexão teórica, mas oferecendo-lhe textos fiáveis.

O artigo de César Nardelli Cambraia (“Das edições de Carolina Michaëlis de Vasconcelos: a crítica textual na prática”) centra-se no exame técnico das treze edições de textos preparadas e assinadas por ela própria. Essa prática editorial apresenta-se em duas fases bem distintas: de 1870 a 1875, quando a autora ainda vivia em Berlim; e dez

anos depois, de 1885 a 1922, já casada e em Portugal. O marco da trajetória aqui acompanhada – entre estudos de divulgação, no primeiro caso, e mais acadêmicos, no segundo – é a edição crítica das Poesias de Francisco de Sá de Miranda (1885), que já anunciava a edição do Cancioneiro da Ajuda (1904), testemunhos eloquentes do rigor teórico-metodológico da pesquisadora.

Um aspecto da edição do Cancioneiro da Ajuda que tem recebido pouca atenção da crítica, as paráfrases em alemão incluídas no primeiro volume da obra, é aqui tratado por Simone Homem de Mello (“Com resumos em alemão”. As traduções do Cancioneiro da Ajuda por Carolina Michaëlis de Vasconcelos”). Ela examina o objetivo e a função dessas traduções, a partir não só das declarações prestadas pela própria filóloga acerca do que ela denomina “resumos em alemão”, mas também da comparação minuciosa entre o texto original de algumas cantigas e a versão para elas proposta. Conclui que não se trata de traduções dedicadas a reproduzir a complexidade poética do original, embora não sejam desprovidas de argúcia filológica. Enquanto o trabalho tradutor representa um aspecto periférico da edição, o verdadeiro intuito da editora era o resgate da lírica galego-portuguesa para a contemporaneidade, entendendo os textos arcaicos como expressão sociopsicológica de Portugal.

Outras obras de Carolina Michaëlis são ainda objeto de estudo. Bruno Fregni Bassetto (“Breves considerações sobre Lições de Filologia Portuguesa”) argumenta que, embora a obra em destaque nesse artigo não conste da extensa relação de publicações de Carolina Michaëlis – talvez pelo fato de destinar-se a alunos em sala de aula (12 “lições”, 1911-1913) e de não ter sido revisada pela autora com a minúcia costumeira -, nela se evidencia a amplitude de seu conceito de Filologia (parte II do livro) e a vastidão dos conhecimentos que punha a serviço da Disciplina, por considerá-los parte indispensável dela. De uma perspectiva científica, histórica e comparada, insere a Língua Portuguesa no contexto dos estudos românicos e dá-lhe uma posição que ainda não havia conquistado entre as demais irmãs. Por isso perdoam-se, no conjunto, os pequenos deslizes que escaparam à romanista.

O repositório de informações histórico-filológicas contido nas Glosas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português serve a Paulo Roberto Sodré (‘‘O jogo da sátira

galego-portuguesa e certo juízo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos”) para reavaliar a tradição que divide as cantigas de escárnio-e-maldizer galego-portuguesas, um tanto simplificarmente, entre a sátira de teor “realista” e outra mais “lúdica”. O artigo recorre ao conceito jurídico do jugar de palavras, tal como abordado em *Las Siete Partidas*, de Afonso X (Part. II, Título IX , Lei XXX), em que se legisla sobre as práticas de conversação cortês, para penetrar nas entrelinhas daquela polaridade. Concluindo, a partir daí, que os trovadores fazem uma espécie de “jogo de avessos” (ou “burlescos”), o autor vai atrás de fundamentos para essa hipótese nas *Glosas Marginais*.

Examinando a linha de estudos de Carolina Michaëlis dedicados a mulheres célebres na história e no relacionamento ibérico, Maria Isabel Morán Cabanas, “Inês de Castro e a Insigne Rainha Isabel de Portugal revisitadas por Carolina Michaëlis de Vasconcelos”) ressalta a contribuição da filóloga ao exame de duas figuras de forte impacto no imaginário dos países peninsulares: Inês de Castro e a rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V. A primeira permitiu-lhe debruçar-se sobre o romanceiro popular e as refacções, tanto populares como literárias, do mito inesiano, além de lhe proporcionar frutuoso excuro sobre o tema da “saudade portuguesa”. A segunda levou-a a editar, pela primeira vez, comentando-a, a *Tragedia de la Insigne Reina Doña Isabel, do Condestável D. Pedro de Portugal*. Esses trabalhos continuam ainda hoje fundamentais para os investigadores, que puderam aprofundá-los e até corrigi-los, mas não dispensá-los.

O nosso objetivo, com esta publicação, é o de oferecer ao público, muito especialmente aos nossos alunos, a oportunidade de conhecer em maior profundidade assuntos de teor histórico-filológico, num sentido amplo e renovado, visando à sua continuidade nas universidades brasileiras.

X.X.X

Cumpré lembrar que as atividades relativas à Exposição e ao Colóquio só se puderam concretizar graças ao apoio e à colaboração de entidades e pessoas:

- A Exposição não teria sido possível sem o generoso empréstimo de materiais bibliográficos e documentais pela Universidade de Coimbra e sua

Biblioteca Geral, com destaque para o papel decisivo que tiveram tanto na organização quanto na realização de ambos os eventos a Profa. Dra. Maria Manuela Gouveia Delille e a Dra. Isabel João Ramires;

- A vinda dos convidados ao Colóquio e a reprodução dos pôsteres foram subvencionadas pela FAPESP e pela CAPES;
- A Casa Guilherme de Almeida ofereceu-nos frutuosa parceria na realização da Exposição e do Colóquio;
- A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo acolheram com entusiasmo o nosso projeto;
- O NEHiLP – Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo – viabilizou a publicação deste livro;
- A Biblioteca Florestan Fernandes abrigou a Exposição, que contou com o dedicado apoio dos seus funcionários.

A todos, os nossos melhores agradecimentos.

Valéria Gil Condé
Lênia Márcia Mongelli
Yara Frateschi Vieira

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE LIÇÕES DE FILOLOGIA PORTUGUESA, DE CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS

Bruno Fregni Bassetto (USP)

RESUMO

A orientação filológica, haurida pela autora junto aos próceres da Filologia Românica dos séc. XIX e XX, foi aplicada à língua portuguesa com inteligência e arte. É sabido que muitos eminentes romanistas dedicaram pouco espaço ao português, espaço esse ocupado em grande parte por Carolina. Este trabalho destaca alguns aspectos de sua valiosa contribuição.

PALAVRAS-CHAVE: português, filologia, Carolina Michaelis

RÉSUMÉ

L'orientation philologique, que l'auteur a trouvée auprès des figures les plus éminentes de Philologie Romanique des s. XIX et XX, a été appliquée à la langue portugaise avec beau-coup d'intelligence et d'art. On sait que plusieurs romanistes, très connus, ont donné bien peu d'attention au portugais; une grande partie de ce creux a été remplie par Caroline. Ce travail cherche à rehausser quelques aspects de sa contribution précieuse.

MOTS-CLÉ: portugais, philologie, Caroline Michaelis.

Com toda consideração pelas numerosas obras de Carolina Michaelis, fiz a opção de abordar as *Lições de Filologia Portuguesa*, neste simpósio, sobretudo pela grande contribuição que deu aos estudos filológicos da língua portuguesa. Irmã, digamos, menor, no contexto românico no início do séc. XX, a língua portuguesa não era estudada de modo mais profundo e amplo pelos grandes romanistas da época. Veja-se, v.g., a forma apresentada pelo REW (4875) *lãa*, sem a crase das vogais, na 5ª edição de 1972, quando a única forma corrente é *lã* desde o séc. XVI. Carolina Michaelis viveu na época de Friedrich Diez, cujos critérios de avaliação das línguas românicas são eminentemente geográficos, políticos, literários e culturais, os quais não conferiam destaque maior ao pequeno Portugal, enquanto seus territórios ultramarinos não tinham maior expressividade. Despontavam, nessa época em Portugal, os primeiros filólogos, como Francisco Adolfo Coelho, Augusto Epifânio da Silva Dias, Goncalves Viana e José Leite de Vasconcelos. Ressalte-se que esse último, médico de formação, defendeu sua tese de doutorado em Paris, com o conhecido *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, em 1901, ano em que também publicou *Estudos de filologia mirandesa*. De 1903 a 1909, lecionou na Biblioteca Nacional de Lisboa, cujas preleções foram publicadas, em 1911, na obra *Lições de Filologia*.

Nesse cenário filológico em Portugal, insere-se a vinda de Carolina Michaelis de Vasconcelos. É preciso não relacioná-la com José Leite de Vasconcelos, com o qual não tem qualquer relação de parentesco. O sobrenome de nossa autora, como é sobejamente sabido, lhe adveio de seu casamento com Joaquim António da Fonseca Vasconcelos, musicólogo e historiador de arte, em 1876, adquirindo a cidadania portuguesa e passando a morar na cidade do Porto. Nascida e criada em ambiente favorável, teve o exemplo do pai, o Dr. Gustav Michaelis, professor de matemática e dedicado aos estudos da ortografia e da estenografia, era muito bem relacionado com os meios científicos e institucionais da Prússia; foi também, de 1855 a 1889, diretor do Gabinete de Estenografia da Câmara dos Pares do Reino. Entre os cinco irmãos de Carolina, destacaram-se Karl Theodor Michaelis, pedagogo, que exerceu altos cargos na administração escolar de Berlim no tempo do Império; e Henriette Michaelis, lexicógrafa e autora dos dois volumes do Dicionário Alemão-Português e Português-Alemão, ainda hoje valiosos e acessíveis. Carolina completou os cursos básicos na *Luisenschule* dos sete aos dezesseis anos; estimulada pelo professor Carl Goldbeck, da

mesma escola, a quem muito interessavam os estudos hispânicos, dedicou-se a eles com afinco. Em vista desses fatos, ainda que muito resumidos, não parece adequado afirmar, sem mais, que Carolina foi autodidata, em que pesem suas palavras no *Discurso de Apresentação*, na Sala dos Capelos em 19 de janeiro de 1912: “À força tive de ser autodidata, tendo por mestres apenas livros. E os livros, eloquentes embora em sua nudez, não nos ensinam a discursar.” Realmente, mesmo não ensinando a discursar, os livros fornecem o conteúdo, certamente mais importante que sua expressão. Além disso, sempre buscou informações e orientações junto a destacadas personalidades de seu tempo, segundo comprovam sua farta correspondência com Eugênio de Castro, Antero de Quental, João de Deus de Nogueira Ramos, José Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga, Sousa Viterbo, Alexandre Herculano, Antônio Egas Muniz, Menéndez y Pelayo, Ramón Menéndez Pidal e outros não peninsulares. Já era então reconhecida na Alemanha como especialista em assuntos portugueses, castelhanos e catalães.

Com o casamento e a mudança para Portugal, Carolina dedicou sua inteligência brilhante e grande aptidão filológica aos assuntos lusos, cujo resultado maior foi a edição crítica e comentada, em dois volumes, do *Cancioneiro da Ajuda*; a publicação demorou 27 anos, só concretizada em 1904 em Halle. O respectivo Glossário saiu em 1920 na *Revista Lusitana*, XXIII, p.1-95. Contudo, suas atividades filológicas estenderam-se aos campos da literatura medieval e clássica, camoniana, vicentina, mirandina e romancista. Colaborou com artigos em jornais importantes da época, como *O Comércio do Porto* e *Primeiro de Janeiro*. Dirigiu a revista *Lusitânia*, publicada em Lisboa, de 1924 a 1927, com dez números. Apesar da resistência do grupo conservador, que se opunha à presença de mulheres, Carolina e Maria Amália Vaz de Carvalho tornaram-se membros da Academia de Ciências de Lisboa.

Nesse cenário de geral consideração e respeito pela incontestável capacidade científica e filológica, o governo português convidou Carolina Michaelis a assumir o cargo de professora na Faculdade de Letras de Lisboa; desejando, porém, continuar a residir no Porto com a família, solicitou e obteve sua transferência para a recém-criada Faculdade de Letras de Coimbra. Ia do Porto a Coimbra toda semana, permanecendo na Faculdade de segunda a quinta-feira. Foi ali que ministrou *Lições de Filologia Portuguesa* nos anos de 1911/12 e 1912/13, com grande número de participantes.

Curiosamente, *Lições de Filologia Portuguesa* não constam na extensa relação de obras de Carolina. O fato é que a autora não escreveu as *Lições* para publicar, mas talvez apenas como guia para a exposição oral, o que se pode inferir de seu tom coloquial, da admirável coesão interna, dos exemplos aduzidos e outros aspectos. Mesmo o exemplar disponível entre nós foi impresso no Porto, editado por Dinalivro e distribuído no Brasil pela Martins Fontes Edit., mas sem qualquer indicação de data. Não é possível também conhecer o autor das notas iniciais de rodapé, de que não há qualquer explicação no volume. Seria interessante conhecer o roteiro seguido até a publicação, tanto mais que a própria Carolina não pôde fazer possíveis revisões, conforme sua diligência germânica costumeira. Desse modo, explicam-se pontos obscuros ou imprecisos, aventados por vários comentaristas.

O curso segue um roteiro lógico, dentro de uma visão realmente românica em que se insere o português. Parte dos primórdios da história de Portugal, desde os celtibéricos, os fenícios, os gregos, lígures, cartagineses e celtas; em seguida, resume as conquistas romanas e a implantação do Império e seu esfacelamento com as invasões dos povos germânicos, dos árabes e dos mouros. Mostra a expansão do português e de outras línguas românicas com as grandes navegações do séc. XVI. Dessa história externa, entra na interna: as línguas românicas derivaram-se não do latim clássico, mas do latim dito vulgar, dos legionários, dos colonos, dos viajantes, só falado, e por isso de conhecimento só indireto. Nessa primeira aula, a Mestra apresenta uma visão geral da problemática românica com o foco centrado no português. Nas lições seguintes, aborda os períodos e as características do português arcaico, com argumentos e periodização geralmente bem aceitos; faz a distinção entre palavras populares (que preferimos denominar “herdadas”), eruditas e semieruditas, sempre indicando exemplos das respectivas fontes da literatura portuguesa. Na Lição IV, trata das formas divergentes ou alotrópicas e faz considerações sobre o problema ortográfico, criticando as grafias estranhas à língua, sobretudo as sem qualquer fundamento etimológico. Volta ao tema no apêndice da Parte I, em que expõe, em 23 páginas, sua posição totalmente favorável e a que se deve visar com a reforma. Nas Lições V a X, mostra a produtividade da língua na utilização dos recursos da própria língua, através de diversos processos de composição e derivação, sempre com muitos exemplos, quer isolados, quer em textos de várias épocas.

A Parte II leva o título de *Filologia Portuguesa*. Revelando ser de fato uma filóloga, Carolina busca as raízes do termo *filologia*, praticando o que afirma: “O filólogo deve sempre historiar e, comparando, retroceder até chegar às origens, aos elementos primários”. (*Lições*, p. 126) Nas Lições I e II, desenvolve com maestria as noções etimológicas e semasiológicas e, em seguida, a história da filologia, com detalhes muito interessantes. Com muitos exemplos, expõe a grande produtividade das raízes gregas (φιλ- e λογ-) que formam o vocábulo, em admirável amostra de seu conhecimento do grego clássico, para chegar a *filólogo*.

Por estar ela entre os poucos que buscaram definir o termo, parece conveniente aprofundar um tanto essa busca, uma vez que se encontram conceituações díspares a respeito. Parece não haver dúvida de que o termo ‘filólogo’ precedeu o substantivo ‘filologia’, assim que filólogo deve ser entendido, inicialmente, com os significados primeiros de seus componentes, ou seja, ‘amigo da palavra’, em que λόγος, a palavra, é a exteriorização do νοῦς, a inteligência. Vocábulos semelhantes, como φιλόλαλος, com conotação pejorativa de ‘tagarela’, λογόφιλος, μισόλογος, ‘que odeia a palavra’, πολύλογος, ‘que fala muito’, βραχύλογος, ‘de fala curta’, e outros, supõem claramente que λόγος deva ser entendido no sentido etimológico de ‘palavra’ e posteriormente em seus inúmeros desdobramentos polissêmicos, registrados nos dicionários. Nessa linha, filólogo é aquele apreende a palavra, a expressão do pensamento alheio e com isso adquire conhecimentos, cultura e aprimoramento cultural. É sabido que, pelo menos até ao séc. V a.C., essa palavra era eminentemente oral, obviamente falada e ouvida; todo ensinamento era feito por esse caminho; basta lembrar a escola peripatética de Sócrates. Foi nesse contexto histórico que surgiu o termo. Portanto, o filólogo então era falante ou ouvinte, detalhe, que parece importante, ausente na exposição de nossa Autora.

Quando a palavra passou a ser também escrita em papiros e pergaminhos, o filólogo era o amigo da palavra instrutiva tanto falada como escrita. Em seguida, por ser a palavra escrita mais acessível por sua permanência, ainda que restrita a um grupo de início mais reduzido, o termo ‘filólogo’ passou a designar, em especial, os que escreviam ou liam agora a palavra escrita. Com isso modificou-se, em parte, o significado inicial do termo de “aquele que gosta de aprender ouvindo”. Posteriormente, o termo designa os detentores de grandes conhecimentos, os expoentes

em qualquer área do conhecimento. Assim são chamados homens eminentes, como muito bem lembra Carolina, tais como, entre os gregos, Eratóstenes de Cirene, o sábio mais versátil de seu tempo e, entre os romanos, Ateius Praetextastus, amigo de Salústio, que atribuiu a si mesmo o designativo de *philologus* “*quia multiplici variaque doctrina censebatur*”, segundo informa Suetônio. Esse historiador registrou ainda uma carta de Ateius ao amigo Herma, em que diz: “*Hylen nostram aliis memento commendare, quam omnis generis coegimos, uti scis, octingentos in libros.*” (*De gram. et rhet.*, 5, 10)

Sem pretensão à exatidão, foram registradas 56 ocorrências de filólogo em autores gregos e latinos desde Platão, Aristóteles e Plotino até Estobeu (450-500 d.C.); menos frequente é ‘filologia’ e bastante raro e tardio é o verbo ‘filologar’, como em Arriano (séc. II d.C.) e em Ateneu (c. de 200 d.C.), sempre com o significado de ‘dissertar com erudição’, um parassintético totalmente culto. Nessas ocorrências, filólogo pode ser entendido, também pelo contexto, como ‘amigo do estudo ou do conhecimento’, ‘amante da leitura’ e, algumas vezes, ‘amigo da palavra falada’, remetendo ao significado original. Quase sempre, porém, o termo está relacionado a homens de letras e a autores de qualquer tipo de obra escrita, significado que ficou subjacente e aflorou com o Renascimento, quando o termo ‘filólogo’ volta a qualificar os expoentes intelectuais, como, por exemplo, Guillaume Budé com seu *De Philologia Libri II* (1532). Nesse período, todos os que se dedicam ao estudo da linguagem são ditos filólogos, fixando-se então o valor semântico comumente atribuído ao filólogo: pesquisador da ciência da linguagem e da literatura a partir, sobretudo, dos textos. Nessa perspectiva, são compreensíveis definições como, entre muitas outras, a de August Boeckh (1758-1867): “*Philologie ist die Erkenntnis der Erkannten.*” *Filologia é o conhecimento do conhecido*. Ou a de Ernest Renan: “*La philologie est la science des produits de l’esprit humain*” (*L’avenir de la Science*, p. 128).

A Lição III expõe posições diversas sobre terminologia. Francisco Adolfo Coelho pretendeu estabelecer sutis distinções entre filologia e glotologia; chega a afirmar que filologia não é estudo da língua, mas glotologia, no que é refutado por Carolina, pois não há clareza na delimitação do conteúdo dos dois possíveis campos e o próprio Coelho não os distingue em suas obras e cursos. Debatem-se também as questões, conforme as denominações que lhes dá a Autora e correntes na Alemanha, do

alt-philologue, que pesquisa o mundo clássico até o renascentista, e do *neu-philologue*, ao qual cabe investigar o mais recente. De fato, não se vislumbra uma razão para tal distinção; a definição dada de filologia engloba, de modo eficiente, qualquer atividade do ramo; não importa se se trata do monolinguismo dos gregos ou dos romanos, que não se interessavam por outras línguas, ou se o objetivo filológico seja uma só ou um grupo ou a totalidade das línguas, suas respectivas descrições estruturais, sua história externa ou suas literaturas. Modernamente, a filologia recorre a qualquer ciência que possa oferecer subsídios para o esclarecimento de algum problema da linguagem; afinal, todo conhecimento é expresso pelos mesmos canais. Com esses esclarecimentos, ampliou-se consideravelmente a compreensão filológica dos problemas da linguagem, demonstrando a desnecessidade de novas denominações ou distinções. Carolina encerra a Lição, afirmando: “Para mim, *filologia portuguesa* é o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional.” (p. 156)

As Lições IV a VII tratam da classificação das línguas do mundo e das línguas românicas. Destaque-se a visão globalizante da Autora, sempre buscando fornecer aos alunos uma visão completa do assunto, como a classificação de duas mil línguas, presumivelmente existentes no mundo, de Franz Nikolaus Finck e as contribuições de Schlegel, Bopp, Pott, Steinthal e Friedrich Müller. Confessa, porém, que uma classificação completa está ainda distante. Quanto à classificação das línguas românicas, depois de uma breve contextualização histórica das conquistas e da implantação do latim nas diversas regiões, distingue a România de hoje do *Orbis Romanus Antiquus*. Contudo, o conceito de România apresentado não é o mesmo que temos hoje. Não é apenas “o nome dado ao conjunto das línguas que são filhas da latina” (p. 190); entre nós, entende-se por România o conjunto dos territórios onde se falou latim ou onde se fala uma língua românica. Desse modo, distinguem-se historicamente três Românias: a Antiga, que corresponde ao que Carolina chama *Orbis Romanus Antiquus*, em que se falou ou se usou de alguma forma o latim; a Medieval, bastante reduzida pelas perdas dos territórios nos quais o latim não conseguiu lançar raízes mais profundas e, em consequência, não surgiu uma variedade românica; e a România Moderna, englobando regiões de todos os continentes, onde se fala uma língua

românica por cerca de um bilhão e meio de falantes, segundo dados da ONU. Entretanto, a biografia da palavra ‘românico’ é completa e convincente, desde sua ocorrência em *De re rustica*, de Catão, em que significa ‘feito em Roma’, ou ‘ao modo romano’ ou ‘trazido de Roma’ e deixando muito clara a distinção entre ‘romano’ e ‘românico’ nas acepções atuais. Relata ainda um levantamento das variações desses termos em numerosos autores, até chegar à fixação do termo.

Mantendo a divisão de România Oriental e Ocidental, feita por F. Diez, Carolina começa com o romeno: apresenta brevemente sua história externa, os vários dialetos (mácedo-romeno, megleno-romeno e o ístrio-romeno); fala mesmo de daco-romeno e não mais valaco, conforme o denominara Diez, e indica algumas de suas características morfológicas e sintáticas. Do dalmático, especificamente do veglioto, fala muito pouco, mas cita a grande obra de Matteo Bartoli, *Das Dalmatische*. Na apresentação das línguas do Ramo Ocidental, segue a posição de Meyer-Lübke, indicando que as duas gerações, que o separavam de F. Diez, haviam feito consideráveis progressos no reconhecimento de quais seriam as línguas românicas. Assim, trata do rético e de suas três variedades, do italiano e seus dialetos; do sardo diz pouco e não cita suas variantes, mas pelos exemplos dados, pode-se inferir que se refere ao logudorês. Comenta o francês e o provençal, já denominado também occitano na França, o catalão (estranhamente chamado também *catalanESCO*), o espanhol ou castelhano e o português na Ibéria. Também é lembrado o franco-provençal, como não constituindo uma língua nas classificações de Diez, Meyer-Lübke e no *Grundriss der Romanischen Philologie de Gröber*. Quanto ao gascão, reconhecido como língua, v.g., por Carlo Tagliavini e Gerhard Rohlfs, não há qualquer menção.

Contudo, sua exposição dá sempre uma visão completa: fala da história externa, junta datas, sempre alguma característica mais marcante na história interna de cada idioma, cita os primeiros documentos e delineia o trajeto das respectivas literaturas. Não ficava, porém, na teoria; antes de ler, traduzir e comentar *Os Juramentos de Estrasburgo*, considerado o primeiro documento numa língua românica, faz a história completa dele com datas, nomes, motivos e locais; analisa e traduz por frase, apoiando-se nos trabalhos anteriores de Diez, Gaston Paris, Stengel, Cornu, Meyer-Lübke, Gröber, Jasmund e outros. Por fim, explica os metaplasmos já havidos e os ainda em

curso, no confronto com o francês moderno, demonstrando real conhecimento e perspicácia, qualidades adquiridas nas transcrições de antigos documentos portugueses, sobretudo na edição crítica e comentada do *Cancioneiro da Ajuda*, publicada em Halle, em 1904, e completada, em 1920, pelo *Glossário*, saído na *Revista Lusitana*, Vol. XXIII, p. 1-95.

Ainda que tomando um atalho em relação às *Lições* e reconhecendo que os pioneiros e desbravadores podem enveredar por caminhos enganadores, vale a pena lembrar uma tentativa de nossa respeitável autora, exposta no *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*: apoiando-se em ‘desleixo’ e ‘desleixado’, deduziu o verbo ‘deixar’ de *laxare* + pref. de- > **delaxare* > *delaixar* > *deleixar* > *deeixar* > *deixar*. No português essa cadeia evolutiva é perfeitamente possível. Comparando-se, porém, com as formas correspondentes das outras línguas românicas, encontradas no REW (4955): rom. *a lasa*; it. arc. e sul *lassare*; mod. *lasciare*; log. *lassare*; eng. *lascher*; friul. *lasá*; fr. *laisser*; prov. *laisar*; cast. arc. *lexar*; port. arc. *leixar*; enquanto em todas essas línguas as formas se ligam claramente a *laxare*, as correspondentes no sicil. *dassari*; no gasc. *daxá*, *dexá* e *dixá*; cat. *dexar*; cast. mod. *dejar* e port. *deixar* supõem outra forma, *daxare*. A cadeia evolutiva para o nosso ‘deixar’, proposta por Carolina, seria plausível caso fosse ela documentada com a síncope do /-l-/, *‘deeixar’, que a explicaria, mas constituiria um problema quando confrontada com as outras línguas com /d-/, nas quais o /-l-/ intervocálico não sofre síncope. É sabido que os sabinos, povo importante na formação da população do Império, trocavam o /l/ pelo /d/, como em *odor* – *olor*; *adipes* – *alipes*; *lacrima* – *dacrima*; *língua* – *díngua*; *solium* – *sedes*, sem alteração semântica. Sob essa influência sabina, talvez também grega pelo menos em parte, entre as classes cultas *laxare* persistiu nos territórios em que se encontra a forma com /d-/ e, no substrato do latim vulgar, *daxare*, nas regiões em os sabinos teriam fornecido um contingente maior de colonos. Considerando que *deixar* só é registrado em português a partir do séc. XV, parece lógico concluir que *deixar* pertencia à língua falada e *leixar* ao uso mais culto, que acabou por se arcaizar. *Desleixo* e derivados são mais antigos e provêm de *laxare*, mas com outro prefixo *dis-* ou *de+ex*. O caráter mais erudito de *laxare* se encontra ainda nos derivados modernos, como *laxação*, *laxante*, *laxativo*, *laxidão* e outros.

No fim da Lição VIII, apresenta um quadro interessante das “variantes ultramarinas das línguas românicas e dialetos crioulos” em todos os continentes. Detalha a expansão das línguas românicas no mundo, dando uma visão completa daquilo que denominamos ‘România Moderna’. Trata, com muita segurança, das influências ‘indígenas’ no vocabulário das línguas românicas transplantadas, da modificação ou supressão de fonemas difíceis; entretanto, não poucas colocações de Carolina se arcaizaram depois de um século, dadas as profundas alterações sociais, políticas e econômicas ocorridas, causadas por fatores vários, dentre os quais é preciso ressaltar a facilidade de comunicação dos meios atuais. As mudanças tornaram-se muito rápidas, alterou-se bastante a visão do mundo, o que obviamente apresenta reflexos nas línguas e, particularmente, nos ditos dialetos crioulos.

Um autêntico tratado sobre o latim vulgar e suas características fonéticas, morfológicas e sintáticas e até seu acento, as causas e a cronologia do surgimento das línguas românicas são os assuntos abordados nas quatro últimas Lições. Em vários tópicos, aborda a questão da contribuição dos povos germânicos na formação das línguas românicas, que teria sido tão importante quanto a herança dos substratos dos povos romanizados; implicitamente parece aceitar essa tese, ainda que essa influência se restrinja ao léxico, a algumas influências fonéticas, pouquíssimas morfológicas e praticamente nenhuma na sintaxe. Nesse aspecto, Carolina revela ter a mesma visão apresentada em *Die Ausgliederung der Romanischen Sprachräume* de Walter von Wartburg, cuja aceitação não tem sido pacífica e mesmo contestada por romanistas respeitáveis.

No geral, a exposição é clara, com muitos detalhes adequados e incursões em assuntos afins, que deviam interessar aos alunos; há busca frequente de diálogos com os participantes, indicações de lugares, territórios e datas, além de dados e fatos pessoais, que certamente tornavam suas aulas leves e agradáveis. Entretanto, há nessas aulas alguns pontos que merecem reparo. Assim, nota-se certa imprecisão e mesmo confusão na designação da Autora relativa ao latim falado pelo povo em geral. No período do séc. I a.C. e I d.C., havia em Roma e, conseqüentemente, no Império, três variedades ou três normas da língua. O *sermo litterarius* ou *classicus*, somente escrito, altamente estilizado, puro, artístico e sintético, cujo ápice foi atingido no chamado período áureo

da literatura latina, entre 81 a.C. e 14 d.C., tanto na prosa com Cícero, César e Salústio, como na poesia, com Virgílio, Horácio, Ovídio, Lucrécio e Catulo. Quanto a essa variedade não há controvérsias. Se na escrita havia forte unanimidade, mantida durante séculos (tanto que não é fácil comprovar a *patavinitas* de Tito Lívio), não é possível dizer o mesmo em relação à língua falada. A classe culta da sociedade romana, porém, devia usar um linguajar bastante correto do ponto de vista gramatical, denominado *sermo urbanus* ou *urbanitas*, *sermo usualis* ou apenas *usus*, *sermo cotidianus* ou *cotidianitas*, *sermo consuetudinarius* ou *consuetudo*. Certamente, Cícero se refere a essa norma, ao escrever em *Ad Familiares* a conhecida passagem: “Quid tibi in epistulis videor? Nonne plebeio sermone agere tecum? Epistulas vero cotidianis verbis texere solemus.” Mais claro ainda é em *Academica* 1, 2: “Didicisti enim non posse nos *Amafinii aut Rabirii similes esse, qui nulla arte adhibita de rebus ante oculos positus vulgari sermone disputant.*” Basta ler as cartas de Cícero: seu latim é perfeitamente correto, gramatical, mas sem o burilamento estilístico de suas outras obras; também não se pode imaginar que os citados Amafinio (filósofo estoico) e Rabírio (poeta épico) usassem um latim eivado de erros, mas apenas escrevem *nulla arte adhibita*, ou seja, sem o refinamento do *sermo litterarius*. A essa norma não literária, porém correta, se dá o nome de *sermo urbanus* ou *urbanitas*, falada cotidianamente pelas classes cultas e usada por Cícero em suas cartas, adequada ao gênero epistolar.

Portanto, o contexto deixa bem nítido que as expressões de Cícero *sermo plebeius* e *sermo vulgaris* não designam o latim falado pela grande massa popular, analfabeta e menos favorecida. Quintiliano dá-lhe o nome de *rusticitas* e Aulo Gélcio, de *barbáries*. Em *Institutio Oratoria*, o mesmo Quintiliano diz que a *rusticitas* difere da norma culta dos oradores *in verbis et sono et usu*, isto é, no vocabulário, na fonética e na sintaxe, sem exemplificação ou comentário. Atesta, contudo, a existência dessa variedade, o que a maioria dos escritores não fazem, pois simplesmente a ignoraram. Diferenças nos três níveis indicados caracterizam de fato uma norma bem distinta, cujas fontes foram já devidamente levantadas, tanto que foi possível escrever uma ‘gramática do latim vulgar’, ainda que com lacunas. Sem dúvida, não é correto atribuir a essa variedade falada a expressão *sermo vulgaris* de Cícero. Como então denominá-lo? Dentre as muitas designações, acabou por fixar-se a de ‘latim vulgar’, geralmente aceita pelos romanistas apesar de possíveis confusões, particularmente entre os não iniciados.

Há ainda muitos aspectos que poderiam ser comentados neste excelente e detalhado curso de Filologia de Carolina Michaelis, em que situa muito bem o português no contexto românico sob vários pontos de vista. Para encerrar, parece conveniente comentar um aspecto, citado ocasionalmente algumas vezes pela Autora, mas merecedor de um destaque e aprofundamento maior: os chamados fatores de latinização (ou romanização como preferem os italianos). Nesse sentido, é lembrado o papel do exército, presente em todo o Império, falando o latim vulgar; é ressaltada a contribuição das colônias militares, sobretudo ao longo das fronteiras, constituídas por veteranos de guerra. As primeiras foram estabelecidas por Mário (157-86 a.C.) e Silas (138-78 a.C.); embora seja difícil calcular o número dos assentados, sabe-se que, apenas durante os anos da guerra civil, foram cerca de 500.000. São lembradas também as estradas, *viae*, a história de dezenove das quais, pavimentadas, nos é conhecida; facilitavam a movimentação das legiões, o acesso relativamente rápido às províncias e às cidades, o intercâmbio cultural, o comércio e as comunicações entre as províncias, promovendo a difusão do latim. Entre as obras públicas, não se pode esquecer as obras de abastecimento de água, espalhadas por todo o Império; seus monumentais aquedutos são, com justiça, considerados a principal contribuição de Roma para a arquitetura e a higiene. Nesse serviço gratuito, foram gastos milhões de sestércios, mesmo em províncias pouco romanizadas, como, v.g., no de Nicomedia, na Bitínia, que custou 3.299.000, nos de *Aquae Sulis*, *Londinium* e *Cilurnum* na Britânia, e de *Dura Europus* na Síria.

Desde que Pompeu fundou o primeiro teatro em 55 a.C., em Roma, prédios para esse fim foram construídos nos principais centros; embora calcados nos modelos gregos, os arquitetos romanos aos poucos lhes deram feições próprias, o que ocorreu também com outras construções públicas, tais como fóruns, templos, basílicas, monumentos e bibliotecas. Contudo, foram as colônias civis, praticamente esquecidas nas Lições, um dos fatores fundamentais no processo de latinização. Espalhadas por todo o Império, promoviam o intercâmbio com os autóctones em todos os campos, obviamente também no linguístico. Instituídas desde as primeiras conquistas, evitavam pressões sociais e revoltas, além de manter a unidade e a coesão do Império; a experiência aperfeiçoou sua organização. Os Gracos (séc. III-II a.C.) estabeleceram as colônias ‘agrárias’, cuja finalidade primeira era a produção de alimentos; vieram depois

as ‘romanas’, com aproximadamente três centenas de pessoas, e dispendo de todos os direitos (*ius suffragii* e *ius honorum*); as ‘latinas’, compostas por milhares de colonos. É evidente que o processo de latinização foi lento, porém profundo nas regiões incorporadas mais cedo, com exceção da Dácia, repovoada nos campos e nas cidades por colonos vindos de todo o Império por ordem do imperador Trajano, segundo relata o historiador Eutrópio. Apenas na bem romanizada África não surgiu uma língua românica, por contingências históricas como a invasão arrasadora dos vândalos e depois dos árabes.

Levando tudo isso em consideração, além de outros fatores não aventados aqui, conclui-se que o Império era bem organizado e funcionava relativamente bem, tanto que a expressão de Carolina “o conglomerado caótico dos povos conquistados” (p. 185) não parece justo, mesmo do ponto de vista linguístico. É sabido que os romanos nunca impuseram diretamente sua língua, mas respeitaram a língua e a cultura dos povos agregados, sempre, porém, procurando integrá-los ao Império como seus cidadãos. Um Estado caótico não teria estrutura para durar mais de um milênio. Justamente o sentimento de que todos pertenciam a essa grande comunidade, mesmo depois do desaparecimento político do *Orbis Romanus*, é que levou o rei godo Ataulfo (séc. V) a querer edificar a Gócia sobre as ruínas da România, conforme informa Paulo Orósio em *Historiae adversus Paganos*. Essa é a primeira atestação do termo ‘România’, à qual Orósio acrescenta *ut vulgariter loquar*, isto é, o termo era popular, uma criação espontânea; pode ter várias abrangências, mas o conteúdo social e o político não podem ser descartados. Também é correto supor que se orgulhassem do latim que falavam, ainda que numa norma menos correta, expressão de uma cultura secular e de uma civilização elevada, ambas superiores às dos dominadores germânicos, superstratos que afinal desapareceram.

DAS EDIÇÕES DE CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS: A CRÍTICA TEXTUAL NA PRÁTICA

César Nardelli Cambraia

Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

RESUMO

Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1851-1925) realizou diversas contribuições para a crítica textual aplicada a línguas românicas e, em especial, ao português. Para melhor compreender a natureza dessas contribuições, analisam-se as 13 edições produzidas pela romanista entre 1870 e 1924, observando-se com especial atenção os seguintes aspectos: identificação de testemunhos; estudo da relação entre os testemunhos; escolha do texto-base; normas de edição; e registro de variantes.

1. Introdução

É amplamente conhecida a volumosa e sólida contribuição de Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1851-1925) no campo da crítica textual. Para uma historiografia da crítica textual realizada no contexto lusófono, interessa especialmente saber como foi o processo de desenvolvimento de Michaëlis na área de edição de textos.

Uma tal análise pode ser feita através de diversas fontes relativas à homenageada: correspondências em que tratasse do assunto da edição, resenhas sobre edições de outros estudiosos, trabalhos de investigação sobre a tradição de textos e edições preparadas por ela. No presente trabalho, optou-se por analisar apenas estas últimas, já que permitem ver concretamente como foi a atuação de Michaëlis na prática.

2. A produção editorial de Carolina Michaëlis de Vasconcellos

Para identificar quais foram as edições de texto produzidas por Michaëlis, lançou-se mão da bibliografia preparada por Moldenhauser,¹ já na versão ampliada de 1933; além disso, consultou-se também a atualização feita por Viera *et al.*²

No conjunto de 181 itens bibliográficos listados por Moldenhauser³ somados aos 4 listados por Viera *et al.*⁴ que não são republicações de trabalhos já constantes na lista do primeiro, salvo engano constituem efetivamente edição de texto 13 itens. Listam-se, a seguir, os referidos itens, colocando antes do título⁵ a numeração presente em Moldenhauser: (a) 004 *Tres Flores del Teatro Antigo Español* (1870); (b) 006 *Romancero del Cid* (1871); (c) 007 *Fiori della Poesia Italiana Antica e Moderna* (1871); (d) 010 *Os Lusíadas* (1873); (e) 014 *Antología Española: Colección de Poesias Líricas* (1875); (f) 037 *Poesias de Francisco de Sá de Miranda* (1885); (g) 083 Uma obra inédita do Condestável (1899); (h) 103 *Cancioneiro da Ajuda* (1904); (i) 105 *Os Lusíadas* (1905-1908); (j) 126 *As cem melhores poesias (líricas) da lingua portuguesa* (1910); (k) 151 *Autos portugueses de Gil Vicente y de la Escuela Vicentina* (1922); (l) 153 *Estudios Camonianos I: o Cancioneiro Fernandes Tomás: índices, nótuas e textos inéditos* (1922); e (m) 165 *Estudios Camonianos II: o Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro* (1924).⁶

É interessante notar nessa lista como fica patente a condição de romanista de Michaëlis, tendo apresentado contribuição em cinco domínios linguísticos: italiano (1 edição: item c); espanhol (4 edições: itens a, b, e e g); e português (8 edições: itens d, f,

¹ MOLDENHAUSER, G. Bibliografia de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos. *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. XI, p. vii-xxiii, 1933.

² VIEIRA, Y. F.; RODRÍGUEZ, J. L.; CABANAS, M. I. M.; CABO, J. A. S. *Glosas marginais ao cancionero medieval português de Carolina Michaëlis de Vasconcelos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. p. 23-28.

³ A lista de Moldenhauser vai até 171, mas há 10 itens com numeração em *bis*.

⁴ Na lista de Viera *et al.* estão registrados 36 itens.

⁵ A referência completa de cada um destes itens será apresentada à medida que se tratar de cada um deles mais adiante.

⁶ Destes 13 itens, 11 estão disponíveis gratuitamente em reprodução digital na base bibliográfica do Internet Archive (www.archive.org), não fazendo parte da base os itens i e m. Para o presente estudo, no entanto, consultaram-se efetivamente todos os 13 itens, sendo os dois últimos referidos consultados em versão impressa.

h, i, j, k, l e m) – saliente-se, porém, que suas mais importantes contribuições foram no domínio lusófono.

3. Análise das edições

Para que a presente análise fosse levada a cabo segundo um mesmo conjunto explícito de parâmetros, optou-se por verificar em cada edição como se manifestam os seguintes aspectos técnicos relevantes para a emissão de juízo sobre edições:

– aspectos relativos à *recensão*: identificação de testemunhos e estudo da relação entre os testemunhos.

– aspectos relativos à *reconstituição do texto*: escolha de texto-base, normas de edição e registro de variantes.

3.1. *Tres Flores del Teatro Antigo Español (1870)*⁷

Na folha de rosto dessa edição consta:

Teatro Español. TRES FLORES DEL TEATRO ANTIGUO ESPAÑOL.
LAS MOCEDADES DEL CID. – EL CONDE DE SEX. EL DESDEN CON
EL DESDEN. PUBLICADAS CON APUNTES BIOGRÁFICOS E
CRÍTICOS POR CAROLINA MICHAELIS.

Nessa edição, a jovem Michaëlis, então com apenas 19 anos, ocupa-se da fixação do texto de três obras dramáticas em língua espanhola: *Las Mocedades del Cid*, de Guillén de Castro (1567-1651); *La Tragédia Más Lastimosa de Amor: Dar la Vida por Su Dama ó El Conde de Sex*, de Antonio Coello (†1652); e *El Desdén con el Desdén* (1650-1654), de Agustín Moreto (1618-1669).

Para a primeira obra, Michëlis menciona duas edições (uma que considera a “geral” – Valência 1621⁸ – e uma posterior – Valência 1796), não discute a relação

⁷ *Tres Flores del Teatro Antigo Español*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1870. (Colección de Autores Españoles, XXVII). 347 p.

entre elas, elege como texto-base a de 1621, não apresenta explicitamente as normas de edição adotadas e não faz registro de variantes. A justificativa para a eleição do texto-base é, em seus termos: “La que hemos visto y á la que nos hemos conformado” (p. 6). Infere-se, portanto, que não terá tido acesso à edição de 1796, o que explicaria não poder ter havido estudo da relação entre elas nem registro de variantes. Como complemento, apresenta uma breve introdução (p. 3-5) com dados bibliográficos do autor.

Para a segunda obra, Michaëlis lista as oito edições a que teve acesso na Real Biblioteca de Berlim – Madri, 1653 (*princeps*); uma sem data; [Madri], últimos anos do séc. XVII; Bruxelas, 1704; Madri, 1734; Valência, 1780; Madri, 1783; e Paris, 1838 (p. 169) – mas não apresenta um estudo da relação entre essas edições. Informa ter tomado como texto-base a de 1653 (a *princeps*), além de ter também registrado variantes (apesar de não informar a edição em que se encontra cada variante que registra):

Como los textos no siempre guardan la debida uniformidad, ponemos al pié de la hoja las variantes de importancia, conformándonos por lo demais al texto impreso en 1653 en Madrid, el mas antiguo y mejor que hemos podido lograr. (p. 168).

Sobre as normas de edição consta:

Aun nos cumple prevenir al lector que en obsequio de la claridad hemos subdividido esta comedia, como las otras, en escenas y que hemos señalado los sitios donde pasa la accion. En quanto à la ortografia, nos hemos arreglado á la moderna autorizada por la Academia española, respetando sin embargo, la práctica general del siglo XVII en que ciertas palabras se escribian indistintamente de diversos modos, v. g. *del ó de el, oscuro ó escuro, agora ó ahora*. (p. 169).

Também acompanha a edição dessa obra uma breve introdução com dados bibliográficos do autor (p. 167-69), com a particularidade de discutir a autoria do texto (tema então polêmico).

Para a terceira obra, Michaëlis faz referência a nove edições que examinou: Madri, 1748; Madri, 1757; Barcelona 1771; Barcelona, sem data; Valladolid, sem data; Sevilla, sem data; Madri, 1803; Madri, 1840; e Bruxelas, 1704 (esta última em

⁸ A edição *princeps*, no entanto, é a de 1618, que havia sido publicada pelo mesmo editor (Felipe Mey) também em Valência.

compilação). Quanto a três outros aspectos (estudo da relação entre as edições, texto-base e normas), nada diz. Verifica-se ter feito colação em função de variantes registradas em nota (como no caso anterior, sem informar a edição em que se encontra a variante). Também precede essa edição uma breve introdução (p. 257-259)

Nessa primeira publicação, Michaëlis já manifesta nítida preocupação em relação aos testemunhos, buscando tantas edições dos textos em análise quantas lhe fossem acessíveis. O critério para escolha do texto-base é explícito apenas no caso do segundo texto (“el mas antiguo y mejor que hemos podido lograr”). Havia uma preocupação com registro de variantes, mas ainda de forma incipiente, já que não fez indicação do testemunho em que encontrava cada variante.

3.2. *Romancero del Cid* (1871)⁹

Essa edição, que parece ter sido a primeira de duas publicadas no mesmo ano,¹⁰ tem as seguintes indicações na folha de rosto:

ROMANCERO DEL CID. NUEVA EDICION AÑADIDA Y REFORMADA SOBRE LAS ANTIGUAS QUE CONTIENE DOSCIENTOS Y CINCO ROMANCES RECOPIADOS, ORDENADOS Y PUBLICADOS POR CAROLINA MICHAELIS.

Esse *Romancero del Cid* contém 205 romances compilados por Michaëlis, tendo como tema o Cid Ruy Dias de Vivar (1043–1099).

Pela seção intitulada “Catalogo de los Documentos y fuentes donde se hallan Romanceros del Cid” (p. 363-364), verifica-se que lançou mão de 26 publicações como fonte para a compilação (como esclarece: “Son muy numerosos los documentos originales que hemos tenido á la mano” [p. v]). Informa logo no início as qualidades dessa nova edição:

⁹ *Romancero del Cid*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1871. (Colección de Autores Españoles, XXX). 368 p.

¹⁰ No mesmo ano de 1871 aparecem duas edições de Michaëlis: o *Romancero del Cid* e o *Fiori della poesia italiana antica e moderna*. Na falta de informação sobre qual precede qual, parece aceitável aventar a hipótese de que o *Romancero* preceda o *Fiori*, porque consistiria em uma continuação de trabalho com tema hispânico, em que se encaixa sua primeira obra como editora: o já referido *Tres Flores del Teatro Antiguo Español*.

1ª que comprende *diez y ocho* romances mas que la mas rica e completa de todas las colecciones, cual es la de Duran de la que hemos entresacado varios romances muy raros.

2ª que los textos son auténticos y tomados de fuentes legítimas.

3ª que ademas del texto copiado del documento mas antiguo, que con los demas se anota al fin de cada romance, trae las variantes notables que se encuentran en las ediciones y reimpressiones posteriores que han llegado á nuestra noticia. (p. VI)

Como se vê pela citação acima, o seu texto-base. é o “documento mas antiguo”.¹¹ Não há estudo da relação entre essas 26 edições e também não se informam as normas de edição. O registro de variantes é contemplado e é especialmente interessante salientar que há um progresso em relação a esse parâmetro: no registro das variantes, passam a ser informadas os testemunhos com cada uma delas. Do ponto de vista de apresentação do texto, verifica-se a substituição do registro de variantes de um sistema por número de linha para um de número de nota sobrescrito. A edição compreende basicamente os textos e não é acompanhada de textos complementares.

3.3. *Fiori della poesia italiana antica e moderna* (1871)¹²

A terceira edição de Michaëlis abrange textos líricos em italiano que se distribuem entre 133 autores (na faixa temporal de composição de 1077 a 1867), acompanhados ainda de cantos, hinos e poesias populares. Consta na folha de rosto: FIORI DELLA POESIA ITALIANA ANTICA E MODERNA RACCOLTI DA CAROLINA MICHAELIS.”

Essa edição destoa das precedentes em termos dos cinco parâmetros de análise aqui adotados, pois nenhum deles é contemplado. A fonte é indicada apenas em relação à seção final, intitulada “Poesia Populare”, em que se informa: “Chants populaires de

¹¹ Consta ao final do primeiro romance a fonte “*Romancero general*, Madrid, 1614” e na nota com a variante informa-se “En el *Romancero general*, ed. de Medina del Campo, 1602, dice: (...)”. Esse dado, no entanto, mostra conflito com a afirmação “texto copiado del documento mas antiguo”, já que na nota consta a variante da edição de 1602 e na indicação da fonte do texto informa-se ser a edição de 1614, ou seja, neste caso não se copiou do texto mais antigo (o de 1602), mas sim de posterior (o de 1614).

¹² *Fiori della Poesia Italiana Antica e Moderna*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1871. (Biblioteca d’Autori Italiani, XI). 392 p.

l'Italie, texte et traduction par J. Caselli (Paris 1865)” (p. 389). Há, porém, notas para elucidação de sentido: assim o verbo “agenza” no verso “Li drappi di vestir no mi s’agenza” é explicado com a nota “aggrada, mi piace” (p. 1).

É bem provável que laconicidade quanto a questões técnicas esteja relacionada ao fato de a edição abarcar um número tão grande de autores e textos.

3.4. *Os Lusíadas* (1873)¹³

A quarta edição de Michaëlis, que constitui seu *début* no mundo lusófono, tem como objeto *Os Lusíadas* – consta na sua folha de rosto da publicação:

OS LUSIADAS DE LUIZ DE CAMÕES. NOVA EDIÇÃO SEGUNDO A DO VISCONDE DE JUROMENHA, CONFORME Á SEGUNDA PUBLICADA EM VIDA DO POETA; COM AS ESTANCIAS DESPREZADAS E OMITIDAS NA PRIMEIRA IMPRESSÃO DO POEMA E COM LIÇÕES VARIAS E NOTAS.

Como já se esclarece no título, a edição segue a edição preparada por Visconde de Juromenha¹⁴ e publicada em Lisboa em 1869 (quatro anos antes, portanto). Essa publicação da casa Brockhaus diferencia-se da publicação da Imprensa nacional apenas por aquela ter suprimido apenas um “ensaio biográfico” presente nesta, como, aliás, é informado (p. VII). Na edição de Juromenha (e, por conseguinte, na de Michaëlis), o texto-base foi a chamada “segunda [edição] de 1572” (p. 12),¹⁵ as normas de transcrição

¹³ *Os Lusíadas*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1873. (Coleção de Autores Portuguezes, V). 266 p.

¹⁴ *Obras de Luiz de Camões; precedidas de um ensaio biographico, no qual se relatam alguns factos não conhecidos da sua vida augmentadas com algumas composições ineditas do poeta pelo Visconde de Juromenha*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869. Vol. VI. <https://ia600309.us.archive.org/18/items/obrasdeluizdeca00camgoog/obrasdeluizdeca00camgoog.pdf>.

¹⁵ Michaëlis, na verdade, suprimiu mais do que apenas o dito “ensaio biographico” (que não tem esse nome na edição de Juromenha e parece ser a seção intitulada “Prologo” (p. IX-XXIV)), pois foram eliminadas seções de Juromenha como a “tabella de edições” (p. 464-470), a “tabella de traduções” (p. 471-475), as “diferenças orthographicas” (p. 477-519). A supressão desta última seção, no entanto, teve consequências: é nela que Juromenha explica a diferença entre as ditas 1ª e 2ª edição de 1572 (“Alem das diferenças que se apresentam nas duas edições cotejadas, distinguem-se ainda estas pela diferença do frontispicio. Constan elles de uma portada com columnas, e no centro da empena um pelicano picando o peito para sustentar os filhos; *na reputada primeira edição está o pelicano com o bico voltado para o peito esquerdo*, como é natural, e se encontra na heraldica e monumentos de D. João II, de quem era a empresa, e assim parece indicativo de ser esta a primeira edição. *Na outra o pelicano está em ordem*

são explicitadas, há uma breve recensão dos testemunhos, faz-se o registro de variantes (em uma seção especial intitulada “Lições Varias” e há notas com esclarecimentos sobre passagens do texto.

Nessa edição, não há propriamente contribuição própria de Michaelis, já que se reproduz essencialmente a edição de Juromenha: certamente essa especificidade justificará o fato de que o nome de Michaelis, diferentemente das edições anteriores, não ser mencionado na folha rosto dessa edição nem em qualquer outra página da edição.

3.5. *Antología Española: Colección de Poesias Líricas (1875)*¹⁶

A quinta edição de Michaelis consiste em uma coletânea de textos líricos espanhóis de 144 autores do séc. XV a XVIII e consta na folha de rosto:

ANTOLOGÍA ESPAÑOLA. COLECCIÓN DE POESIAS LÍRICAS
ORDENADA POR CAROLINA MICHAELIS. PRIMEIRA PARTE.
POETAS DE LOS SIGLOS XV – XVIII.

Trata-se de edição semelhante à dos *Fiori*, mas ainda mais lacônica: nenhum dos cinco parâmetros de análise deste estudo foram contemplados. Pode-se novamente aventar a hipótese da amplitude do número de autores e de textos para explicar a ausência das referidas informações.

3.6. *Poesias de Francisco de Sá Miranda (1885)*¹⁷

Passado um hiato de 10 anos desde sua última experiência editorial, Michaelis, ainda jovem, com 34 anos, publica, em 1885,¹⁸ uma edição das poesias de Francisco Sá

inversa, o que manifesta que se copiou da que se reputa primeira edição, sem advertir que na tiragem ficava trocado.” (p. 480; itálicos meus).

¹⁶ *Antología Española: Colección de Poesias Líricas*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1875. (Colección de Autores Españoles, XXXIV). 394 p.

¹⁷ *Poesias de Francisco de Sá Miranda*. Halle: Max Niemeyer, 1885. 949 p.

de Miranda (1495-1558), e agora por uma casa editorial diferente da anterior: a Max Niemeyer. O título da edição, como conta na folha de rosto, já deixava clara a importância dessa nova contribuição:

POESIAS DE FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA. EDIÇÃO FEITA SOBRE CINCO MANUSCRIPTOS INEDITOS E TODAS AS EDIÇÕES IMPRESSAS ACOMPANHADA DE UM ESTUDO SOBRE O POETA, VARIANTES, NOTAS, GLOSSÁRIO E UM RETRATO POR CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS.

Em termos do processo de desenvolvimento de Michaëlis como editora de textos, essa edição consiste em um marco que evidencia a maturidade na especialidade.¹⁹

Essa edição abrange um total de 190 poemas do poeta, somados a 22 dedicados ele. Precede a seção dos poemas uma introdução em que a editora trata da vida do autor (com rica lista bibliográfica sobre o tema), das obras do autor, do texto-base e das variantes, da ortografia, da estrutura formal dos poemas (hendecassílabos), das obras do autor em castelhano, comentários e um retrato.

Em termos dos parâmetros de análise deste estudo é a primeira edição em que todos são plenamente satisfeitos.

No que se refere à listagem de testemunhos, na seção reservadas às fontes de edição (p. XLVI-XCII) são descritos os seis manuscritos consultados (D [Sr. Ferdinand Denis]; P [Biblioteca Nacional de Paris]; E [Biblioteca Pública Eborense, CXIV/2-2]; F [Biblioteca Nacional de Lisboa]; J [Sr. Visconde de Juromenha]; Misc. J [Sr. Visconde de Juromenha]) e oito edições impressas (1595 [=A]; 1614 [=B]; 1632 [=C]; 1651; 1677; 1784; 1804; e 1626 [=S]), das quais quatro foram consideradas (A, B, C e S).

Ensaia também uma interpretação de sua relação genética na seção “O Texto e as Variantes” (p. XCIX-CIV), argumentando em favor dos “códices D e P como os mais

¹⁸ O tema já estava sendo divulgado por Michaëlis alguns anos antes, através de seu trabalho “Francisco de Sá de Miranda. Coleção de Retratos e Biografia dos principais vultos históricos da civilização portuguesa. *Plutarcho Portuguez II*” (Porto, 1882, 8 p.)

¹⁹ Essa edição foi republicada facsimilarmente pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda em Lisboa no ano de 1989, celebrando praticamente um século desde sua primeira edição.

valiosos e fidedignos, procedentes de uma redacção original da mão de Miranda” (p. CII) e de que do impresso “A é um traslado fiel de um original da mão e letra de Miranda, achado no seu espolio” (p. CII).

O texto-base de sua edição é o manuscrito D, que considerou “a fonte mais importante” (p. XLVI) e arrola 3 argumentos para defender essa tese: (a) único completo e do séc. XVI, (b) permite saber os grupos de poesia enviados a D. João e (c) “representa, em espelho fiel, uma redacção primitiva, original” (p. XLVI).

Ao esclarecer a natureza da edição, apresenta as normas de transcrição:

Esta edição não é *diplomática*: porque desfizemos todas as numerosíssimas abbreviaturas dos codices, transformámos a orthographia, systematisando-a; marcamos a punctuação, regularizando também o emprego de maiúsculas; separamos os conglomerados irrationaes de palavras; emendamos os erros manifestos, dando, porém, conta das nossas alterações e motivando-as; eliminámos p. ex. os lusitanismos dos textos castelhanos. É uma edição *crítica* mas não é *definitiva*. O abundante material, que recolhemos só pouco a pouco, e com grande difficuldade, conhecendo tarde e imperfeitamente alguns subsídios de muita importância, obrigou-nos a acrescentos e correções, que difficultam o estudo d’este volume. Se recommençássemos hoje a nossa tarefa, a obra nos contentasse mais, satisfazendo todas as exigências da crítica! (p. CIII-CIV; itálicos do original)

Essa explicação é seguida de uma apresentação bem mais detalhada dos procedimentos utilizados na dita sistematização da ortografia (p. CV-CVI), procedimentos que incluíram, p. ex., supressão de h não-etimológico, regularização de de *c* e *ç*, manutenção da escrita que representasse “a verdadeira pronúncia nacional e antiga” (p. CVI), dentre outros.

Por fim, no que se refere às variantes, informa:

A nós, que as colligimos e ajuntámos pela primeira vez, não nos era lícito *supprimir* simplesmente o que julgavamos apocrypho, fazendo arbitrariamente a escolha do que nos parecesse mais bello e mais authentico. Publicamos, pois, *todas as variantes*, mas sem pedantismo pueril, porque excluimos as que são puramente orthographicas e as differenças linguisticas de pouca importancia (formas duplas com leves variações de pronuncia). (p. CII)

Além de realizar operações essenciais para a fixação crítica de um texto (como coleta de testemunhos, estudo de sua relação genética e eleição do texto-base), Michaëlis também atua com rigor no registro das variantes, informando explicitamente

o testemunho em que se encontra cada uma. É importante salientar que nessa edição atua de forma efetivamente crítica, optando racionalmente por variantes de forma que nem sempre escolhe a do texto-base (ms. D) pura e simplesmente.

3.7. *Uma obra inédita do Condestável (1899)*²⁰

Em 1899, Michaelis publica, em obra em homenagem a Menéndez Y Pelayo, uma edição da “Tragedia de la insigne Reyna Doña Ysabel” (1457) do Condestável D. Pedro de Portugal (1429-1466), texto em espanhol de cuja existência lhe havia informado o bibliófilo Fernando Palha em maio de 1890 (p. 638), então de posse²¹ do manuscrito a que Michaelis chama da “original” (p. 648). Informa existir, além desse testemunho, uma cópia na Biblioteca da Ajuda²² (p. 648), da qual solicitou cópia diplomática de um funcionário da instituição, e ainda uma cópia do dito original realizada pelo próprio Fernando Palha. Considerou o testemunho da Ajuda de pouca relevância, daí não registrar suas variantes:

As numerosas variantes que resultaram d’este proceder [ter crivado o texto de lusismos], são meras deturpações lingüísticas e orthographicas, ou em outros casos, erros de leitura que não merecem ser registrados. (p. 649)

Tomou a cópia de Palha, por ela cotejada com o original, como texto-base enviado para impressão (p. 648), tendo realizado as seguintes intervenções:

As modernizações a que procedi, consistem exclusivamente na introdução de alguns *pontos de exclamação*, e de longe *ponto e virgula*, onde me pareceu de vantagem para compreensão do texto. Com fim igual emprego inicial maiúsculas nos nomes próprios. (p. 648)

²⁰ Uma obra inédita do Condestável. *In*: Menéndez y Pelayo en el año vigésimo de sua profesorado: estudios de erudición española. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1899²⁰. p. 637-732. [Repub. como livro em 1922, 168 .p]

²¹ Hoje o manuscrito pertence à Houghton Library de Cambridge, cota *MS Span 38* (Philobiblon, BETA manid 2063).

²² Hoje sob a cota *50-V-19* ainda na referida instituição (Philobiblon, BETA manid 2934).

A edição inclui descrição (p. 639-642) e história (p. 642-647) do códice, reunião de opiniões sobre a obra (p. 649-653), caracterização da tragédia (p. 654-661), sua datação (p. 661-665), notas históricas (p. 665-670), uma descrição das viagens do Infante (p. 670-680), descrição das obras do autor (p. 681-686) e comentário ao lema do condestável [*Paine pour ioie*] (p. 686-688).

Embora tenha sido uma edição realizada basicamente sobre testemunho único, o empenho de Michaëlis na contextualização do texto produziu uma edição bastante robusta.

3.8. *Cancioneiro da Ajuda* (1904)²³

Se a edição das poesias de Francisco de Sá de Miranda marca a maturidade de Michaëlis na especialidade, certamente a edição do *Cancioneiro da Ajuda* representa o ápice de sua excelência na área. A edição, publicada em 1904, tem como título *Cancioneiro da Ajuda: edição crítica e commentada por Carolina Michaëlis de Vasconcellos, doutora em Philosophia (Hon. caus.)*, com as seguintes particulares por volume: *Volume I: Texto, com resumos em alemão, notas e eschemas metricos e Volume II: Investigações bibliographicas, biographicas e historico-literarias*. (cf. folha de rosto).

Segundo informa na “Advertência Premilinar”, a edição:

foi planeada e iniciada ha mais de um quarto de século no próprio dia em que, hóspeda anda em tudo quanto se refere á língua, á literatura e á civilização do Portugal antigo, abri pela primeira vez, na Biblioteca da Ajuda, o códice vetusto e venerando que encerra os monumentos primevos da arte lírica peninsular.

Meses felizes e saudosos (de Maio a Setembro de 1877) gastei na empresa de decifrar e copiar, com paixão e paciência, essas páginas seis vezes seculares. (vol. I, p. V)

²³ *Cancioneiro da Ajuda*. Halle: Max Niemeyer, 1904. 2 vols. 922 + 1002 p. A Imprensa Nacional-Casa da Moeda realizou uma edição fac-similar da obra em 1990.

O texto, cuja impressão havia começado em 1895 (vol. I, p. VII), exigiu-lhe grande empenho, como esclarece:

tive de restituir o texto, em parte deturpadíssimo, não só das 310 composições, de que consta o códice membranáceo, mas o de todas as mil e tantas, de cento e tantos autores de diversas nacionalidades, que constituem o *Cancioneiro Jeral* Peninsular da idade-média. (vol. I, p. VII)

No que se refere aos parâmetros de análise deste estudo, um primeiro aspecto que merece atenção é a questão da eleição do tipo de edição, que assim esclarece Michaëlis:

Se hoje recomeçasse, seguia outro rumo. Há muito que reconheci quanto melhor teria sido dar logo em 1880 a edição paleográfica para fazer corpo com os outros dois Cancioneiros;²⁴ levar a eito numa *Quarta Parte* a restituição integral dos textos todos, logo que Ernesto Monaci nos tivesse revelado as *variantes* do Cancioneiro Colocci-Brancutti e o estudo prometido. (vol I, p. VII, itálico no original)

A razão de ter optado pela edição crítica parece ter sido a de atender a expectativa que Monaci criou em relação a isso no prefácio da edição diplomática do *Cancioneiro Colocci-Bracuti*. Diz Monaci:

il secondo supplemento mi veniva da quella illustre donna che è la Sig.^a Carolina Michaëlis de Vasconcellos, la quale ha preparato una edizione critica dell'altro Canzoniere che prende nome dalla Biblioteca d'Ajuda. (Monteni, 1880, p. VI).

Expectativa que ela volta a mencionar na sua edição:

No prefácio que acompanha o Cancioneiro Colocci-Brancuti, Ernesto Mónaci (...) formulava – em meu nome e no do benemérito editor Max Niemeyer – a promessa que o Códice da Ajuda havia de sair breve (...), em edição crítica, por haver apenas sessenta e quatro poesias privativas do códice português. (vol. I, p. VI)

No que se refere aos testemunhos, Michaëlis descreve-os no volume II da edição (cap. III: Descrição do Codice, p. p. 137-179) e ainda analisa a relação entre eles (cap. IV: Relação do Cancioneiro da Ajuda com os apógrafos italianos, p. 180-226).

²⁴ Em 1875 havia sido publicada por Ernesto Monci a edição diplomática completa do *Cancioneiro da Vaticana (Il Canzoniere Portoghese della Biblioteca Vaticana*. Halle: Max Niemeyer, 1875) e em 1880 uma edição diplomática parcial por Enrico Molteni (*Il Canzoniere Portoghese Colocci-Brancuti, pubblicato nelle parti che completano il Codice Vaticano 4803*. Halle: Max Niemeyer, 1880).

Quanto às normas de transcrição, Michaëlis apresenta, nessa edição, uma descrição bem mais detalhada das “modificações a que submeti a escrita” (vol. I, p. XXIII), informando-as e, quando necessário, justificando-as ao longo de cinco páginas (vol. I, p. XXIII-XXVIII), contemplando aspectos como: desenvolvimento de abreviaturas, uso de maiúsculas, separação vocabular, acréscimo e supressão de letras, pontuação, acentos, tremas, apóstrofo.

Quanto ao registro de variantes, ele é feito acompanhado de um conjunto de complementos: com análise do texto, da forma, glosa para o alemão e comentários variados.

Enfim, como no caso da edição das poesias de Sá de Miranda, trata-se de uma edição magistral do ponto de vista da crítica textual aplicada a textos em língua portuguesa.

3.9. *Os Lusíadas* (1905-1908)²⁵

Entre 1905 e 1908, Michaelis publica nova edição d’*Os Lusíadas*, agora como sua própria edição, e não mais como reprodução da de Juromenha, como havia acontecido em 1873. Embora novamente seu nome não apareça na folha de rosto, onde consta basicamente “OBRAS DE LUÍS DE CAMÕES OS LUSÍADAS”, aparecem suas iniciais *C. M. de V.* (v. 10, p. 24) ao final da seção inicial, a modo de prólogo, intitulada simplesmente *OS LUSÍADAS*.

Nessa edição, de que infelizmente só se pode ter acesso aqui aos dois primeiros volumes, Michaëlis considera sobretudo as duas edições de 1572, adotando como texto-base a chamada 1ª edição, com o pelicano da portada voltado para a direita (v. 10, p. 22-

²⁵ *Os Lusíadas*. Prefácio e direcção de Carolina Michaelis. Strasbourg: J. H. Ed. Heitz, [1905-1908] (Biblioteca Romanica, 10, 25, 45, 51,52). 4 vols (v. 1, Canto I-II; v. 2, Canto III-IV; v. 3, Canto V-VII; v. 4, Canto VIII-X)

23),²⁶ divergindo de Juromenha na escolha, uma vez que este havia optado pela dita 2ª edição (com o pelicano voltado para a esquerda).

Embora trate de aspectos relacionados às etapas de elaboração do poema épico e de seu conteúdo, Michaëlis não se ocupa particularmente da relação entre os testemunhos com que registram. Apresenta, no entanto, suas normas de edição (p. 23-24), tais como distinção entre *é* e *e u* e *v*, uso de apóstrofo, supressão de *h* não-etimológico, etc. É interessante a preocupação com a genuinidade das formas expressa pela seguinte orientação voltada para o estilo do autor: “Nos trechos em que ambas [as edições] são igualmente defectuosas, escolho entre as modificações propostas a que, medida pela bitola do próprio Camões, apresenta mais visos de verdadeira” (p. 23). Registra em nota as variantes relativas à 2ª edição de 1572.

3.10. *As cem melhores poesias (líricas) da lingua portuguesa (1910)*²⁷

Essa edição de Michaëlis retoma, de certa forma, o modelo conciso das antologias que havia publicado na juventude pela editora Brockhaus, em especial, os *Fiori della Poesia Italiana Antica e Moderna* (1871) e a *Antología Española: Colección de Poesias Líricas* (1875). Os parâmetros de análise aqui considerados não são contemplados na edição.

Certamente em função do público-alvo (que não seria o de especialistas), Michaëlis admite fazer modificações mais ousadas que considera inevitáveis:

²⁶ Há conflito de identificação das edições entre Juromenha e Michaëlis: para Juromenha, a 1ª tem o pelicano voltado para a esquerda (p. 480) e o v. 7 da estr. 1 começa com *Entre* (p. 483); para Michaëlis, a 1ª tem o pelicano para a direita (p. 22) e o v. 7 da estr. 1 começa com *Entre* (p. 22). A edição fac-similar paralela das duas edições de 1572 (OS LUSIADAS LVIS DE CAMÕES. Reprodução paralela das duas edições de 1572. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982), permite verificar que é a descrição de Juromenha que está errada, pois a portada com o pelicano para a direita (p. 25) tem de fato *Entre* (p. 31). Na sua edição, Juromenha adota como texto-base a edição de 1572 com *E entre*, ou seja, a do pelicano para a direita (e não esquerda, como ele diz).

²⁷ *As cem melhores poesias (líricas) da lingua portuguesa*. Lisboa: Ferreira Ltda, 1910. 236 p.

No apuramento dos textos lutei e qualquer outro colector lutaria igualmente - com sérias dificuldades. Quanto ao período galego-português, os arcaísmos da linguagem não admitem exemplificação abundante. Os cantares que escolhi são de fácil leitura. Acuso-me, porém, de levíssimos retoques (modernizações), como a substituição de *e u é* (ubi est?) por *onde está?*²⁸ (...) Da ortografia caótica e pontuação absurda não falo, senão para advertir que regularizei o emprego dos *bb* e *zz* assim como de *ão* e *am*.” (p. IX-X)

Curiosamente, não aparece nesta antologia nenhuma das cantigas que editou criticamente em 1904: as que aparecem são as presentes apenas nos *Cancioneiros da Vaticana* e da *Biblioteca Nacional* (antigo *Colocci-Brancuti*) e que constam do capítulo X (“Vertijios de poesia popular galego-portuguesa arcaica”, p. 836-940) do vol. II de sua publicação, como é o caso da cantiga *Sedia-m’eu na ermida de San Simion*, que, da edição de 1904 para a de 1910, é apresentada efetivamente com modificações.²⁹

3.11 *Autos portugueses de Gil Vicente y de la Escuela Vicentina* (1922)³⁰

Essa edição tem como título completo: *Autos portugueses de Gil Vicente y de la Escuela Vicentina: edición facsímil con una introducción de Carolina Michaëlis de Vasconcellos*. Nessa edição, em que se reproduzem facsimilarmente 19 autos de Gil Vicente, há, como se diz no índice, um “estudio de *Carolina Michaëlis de Vasconcellos*”, distribuído em 124 páginas (p. 5-129) em 10 seções: “Introdução”; “Autos de Gil Vicente, de que há impressões preciosas em Madrid”; “Os Autos aqui publicados”; “O exterior das folhas-volantes: Caracteres tipograficos. Gravuras. Privilegios”; “A censura inquisitorial e o teatro português”; “A censura inquisitorial e as folhas-volantes”; “Resultados da censura inquisitorial. Causas da decadencia di teatro português”; “Ligeiro confronto entre Gil Vicente e seus sucessores”; e “Post scriptum”.

²⁸ Tal modernização parece ter sido aplicada no logo do primeiro texto da coletânea, o “Cantar de Amigo” do “Rei D. Denis” (1910, p. 1-2).

²⁹ Alguns exemplos de modificações: cf. “Sedia-m’eu” (l. 1), “cercaron-mi” (l. 2), “ant’o altar” (l. 5), “cercaron-mi-as ondas (l. 6), “Non ei” (l. 13), “e morrer ei” (l. 14) e “e morrerrei” (l. 16) da ed. de 1904 (v. II, p. 889) contra “Sedia-me eu”, “cercarom-me”, “ante o altar”, “Cercarom-me as ondas, “E nom hei”, “Morrerei” e “E morrerrei eu” na ed. de 1910 (p. 2-3)

³⁰ *Autos portugueses de Gil Vicente y de la Escuela Vicentina*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, 1922. 448 p.

A data de introdução, segundo consta no próprio texto, é “Porto, agosto e setembro de 1920” (p. 122), e a do Post Scriptum “Porto, dezembro de 1921” (p. 129).

Michaëlis já vinha se ocupando há uma década de Gil Vicente em trabalhos que intitulava *Notas Vicentinas*, sendo o primeiro de 1912, o segundo de 1918 e o terceiro de 1919. Essas três notas, somadas à introdução de edição de 1922 (com o texto de 1920 e o *Post Scriptum* de 1921), viriam a ser publicadas conjuntamente em 1949, pela Edições Ocidente, em Lisboa, sob o título *Notas Vicentinas: preliminares duma edição crítica das obras de Gil Vicente* (664 p.).

Embora os achados de Michaëlis em seu estudo não tenham sido aplicados em fixação de texto na edição de 1922 – e nem poderiam, pois tratava-se de edição facsimilar –, constituiriam em informações importantes em termos de tradição da obra de Gil Vicente. Apesar de não ter sido a lume edição crítica de sua responsabilidade, é patente que fazia parte de seus planos, como se vê por menções à atividade na referida introdução de 1922:

A respeito da outra obra de Gil Vicente, cuja edição crítica eu preparava, a peça de grande aparato, chamada *Tragicomedia de Dom Duardos*, eis em poucas palavras o que devo a D. Ramón Menéndez Pidal, e a que ponto chegaram minhas investigações demoradas e atrasadas por carência de materiais (p. 20-21).

3.12 *Estudos Camonianos I: o Cancioneiro Fernandes Tomás (1922)*³¹

Esta edição tem como título completo: *O cancioneiro Fernandes Tomás; índice, nótuas e textos inéditos*, publicada em 1922.

Segundo informa Michaëlis na introdução da edição, esse cancioneiro, cujo título batizou em nome do bibliófilo e bibliógrafo português que o adquiriu na Holanda (Aníbal Fernandes Tomás, 1849-1911) e que lhe comunicou de sua existência em

³¹ *Estudos Camonianos I: o Cancioneiro Fernandes Tomás: índices, nótuas e textos inéditos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922. 174 p.

dezembro de 1887 (p. 1), tinha como título originalmente *Flores Varias de Autores Luzitanos*. Desde então, Michaëlis passou a investigar sobre os textos do manuscrito:

No longo espaço de tempo decorrido desde a primeira notícia epistolar de F. Tomás relativa ao Cancioneiro, eu continuava a trocar correspondência (a que já aludi) com o possuidor, sobretudo acêrca de alguns dos problemas de autoria que se ligavam aos textos nele contidos, e em geral a respeito dos ominosos plágios e furtos de que foram acusados Diogo Bernardes, Francisco Rodrigues Lobo, Fernão Alvares do Oriente, e outros. (p. 7)

Suas menções ao Cancioneiro iniciaram-se, como informa, com a anotação (p. 688) que fez sobre a tradução do Camões por Wilhelm Storck, anotação publicada em 1897.

O cancioneiro compõe-se de 329 textos poéticos (dos sécs. XVI e XVII) e Michaëlis em 1907 tirou cópia dos que considerou inéditos até 1890 (p. 121-122):³² os 27 inéditos distribuem-se entre Bernardim Ribeiro, Bento Rombo de Carvalho, Luís de Camões, Diego de Sousa e Antônio Ferreira (p. 122-123). Na edição, Michaëlis apresenta um catálogo alfabético dos poetas e suas obras no cancioneiro (p. 22-64), notas relativas aos textos (p. 64-121) e edição dos 27 textos inéditos até 1890 (p. 121-171). Os textos foram publicados acompanhados da localização no códice (fólio e ordem) e de referência às publicações anteriores. Em nota, apresenta as formas presentes no manuscrito que foram corrigidas por outras no texto editado. Não são apresentadas as normas de edição, mas a uniformidade gráfica dos textos sugere terem sido aplicadas normas de regularização.

3.13. *Estudos Camonianos II: o Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro (1924)*³³

A última edição considerada aqui nesta análise é a tem como título completo *Estudos Camonianos II: o Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, publicada em 1924.³⁴

³² Michaëlis informa que estava então preparando um *Florilégio de Rimas Varias de Seiscentistas Portugueses* e um volume de *Prosas e Poesias* de Fernão Rodrigues Lobo, o Soropita (p. 122).

³³ *Estudos Camonianos II: o Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924. 129 p.

Na sua introdução datada de 15 de julho de 1919 (p. 14), Michaëlis esclarece que se trata de um estudo sobre o índice remanescente de um cancioneiro composto de poesias de Diogo Bernardes e Luís de Camões, índice distribuído em 8 páginas em formato *in-quarto*. Esse índice, que registra os versos iniciais das composições poéticas, constava de uma *Miscelânea* que havia sido adquirida pelo bibliófilo lisboeta Martinho da Fonseca (1869-1934) entre 1896 e 1898 e teria sido elaborado em 1577 (p. 1-3).

No seu estudo, Michaëlis empenha-se especialmente no rastreamento da história do cancioneiro do qual o índice teria sido copiado (considera-o um apógrafo), tratando de seus proprietários ao longo da linha do tempo e dos estudiosos que se debruçaram sobre ele. Apresenta edição diplomática de todos os versos iniciais presentes no índice (p. 65-81) e depois, mais detidamente, uma lista alfabética das composições relativas a Diogo Bernardes [114 sonetos] (p. 83-92) e Camões [64 sonetos, dos quais um aparece repetido] (p. 119-122), agora em transcrição com modernizações (desenvolvimento de abreviaturas, regularização de u/v e i/j, introdução de pontuação, etc.). Destaca-se nesse trabalho o desejo de situar essas composições (cujo verso inicial está reproduzido no Índice) em relação a outras obras com poemas dos autores em questão.

4. Síntese

A prática editorial de Carolina Michaëlis de Vasconcellos, como se verificou pela análise de 13 edições produzidas por ela aqui analisadas, apresenta as características sintetizadas a seguir.

Do ponto de vista cronológico, o percurso de sua prática pode ser dividido em, pelo menos, duas fases: *1ª fase*, de 1870 a 1875, e a *2ª fase*, de 1885 a 1922. A *1ª fase*, que cobre sua juventude ainda em Berlim (das 19 aos 24 anos), tem como aspectos característicos a publicação pela *mesma casa editorial*, a F[riedrich] A[rnold] Brockhaus de Leipzig e (b) ênfase na modalidade de *edição de divulgação*, cobrindo grande número de autores e de textos, sendo certamente por isso bastante tímida em

³⁴ Estas duas últimas edições foram reunidas e publicadas em um volume em Lisboa pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda em 1980.

quesitos técnicos. A 2ª fase, com Michaëlis já casada e em morando em Portugal, inicia-se 10 anos depois da última edição da 1ª fase, e tem como característica uma *abordagem mais acadêmica*, aprofundando-se no *estudo da tradição da obra e no tratamento mais técnico do estabelecimento do texto*.

Do ponto de vista de tipos de edição, a prática de Michaëlis contemplou tanto edições de divulgação (mais comuns na 1ª fase, mas não apenas, como se vê pela publicação da coletânea *As cem melhores poesias (líricas) da língua portuguesa* em 1910) quanto edições acadêmicas (mais comuns na 2ª fase, mas incipientemente presentes na 1ª fase, como se vê pela publicação do *Romancero del Cid*).

Do ponto de vista teórico-metodológico, percebe-se claramente que o divisor de águas no percurso editorial de Michaëlis foi a edição das *Poesias de Francisco de Sá de Miranda* em 1885. Trata-se de um marco na história editorial de Michaëlis por apresentar um grau de erudição e rigor sem precedente em seus trabalhos: esse rigor se manifesta no estudo detalhado dos testemunhos, na tentativa de relacioná-los geneticamente, na explicitude dos procedimentos de estabelecimento do texto (em especial, do sistema de transcrição e no registro de variantes indicando explicitamente o testemunho de cada uma) e nas informações complementares que passam a acompanhar a edição. Embora o divisor de águas na história editorial de Michaëlis seja a edição das *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, certamente a obra magna terá sido a edição do *Cancioneiro da Ajuda*, de 1904: o rigor expresso na edição de Sá de Miranda é aplicado a um *corpus* bem mais complexo, com mais poemas e com uma miríade de autores distribuídos numa grande faixa de tempo – certamente por essa razão terá tomado o quarto de século para sua realização a que ela própria se refere. Há menos testemunhos em jogo na edição do *Cancioneiro da Ajuda* em relação à de Sá de Miranda (3 manuscritos para aquele contra 6 para este), mas a complexidade do *corpus* é infinitamente maior e as contribuições bem mais amplas e robustas (basta lembrar que Michaëlis preparou ainda um glossário do *Cancioneiro*, publicado em 1920...).

Por fim, uma análise do progresso no seu desenvolvimento como editora deixa claro que um aspecto que se consolidou como bastante característico da atividade de edição de textos por Michaëlis é *a importância dada ao estudo da tradição dos textos*,

compreendendo um jogo complexo entre dados biográficos, bibliográficos, históricos, codicológicos e propriamente textuais, característica que incontestavelmente justifica o valor de suas edições de texto.

A FILOLOGIA PERENE E O IDEAL DA BATA BRANCA

José Augusto Cardoso Bernardes

Universidade de Coimbra

Centro de Literatura Portuguesa

Não sabemos como se vestiam os filólogos de há 100 anos, quando trabalhavam nos seus papéis. Na falta de outros testemunhos, recorramos cautelosamente a esses indicadores encenados que são as fotografias.

Os retratos que se conhecem de D. Carolina (1852-1925) mostram-na sempre em traje de compostura, que tanto servia para dar aulas na Faculdade de Letras de Coimbra como para ir de passeio. O instantâneo mais descontraído foi obtido na companhia do marido, da nora e de dois netos, à entrada do Verão de 1907 (Fig 1). É um retrato de exterior, à porta da casa de Águas Santas. Joaquim de Vasconcelos parece estar de bata branca e D. Carolina, para além da saia roçando os pés, veste uma blusa clara, com folhos. O seu retrato de trabalhadora intelectual, porém, é aquele que, no auge da sua carreira, a representa sentada a uma secretária, de fato completo e de chapéu (Fig. 2). Deveremos acreditar que trabalhava com aquela indumentária ou trata-se apenas de pose?

O mesmo sucede com Teófilo Braga (1843-1924): mergulhado em pilhas de livros, papéis soltos e enrolados, pode ter o cabelo algo desalinhado mas conserva a gravata, o colete e a casaca (Fig. 3). Nos manuais de História, diz-se que foi um tribuno anti-monárquico e um político que ocupou os altos cargos de Chefe do 1º Governo Provisório saído da República (1910-1911) e de Chefe de Estado (1915). O que mais fama lhe grangeou foi, porém, o seu decisivo contributo para a construção de uma história da literatura portuguesa³⁵. Escreveu caudalosamente, num registo de devoção

³⁵ Sobre o complexo processo de construção da história da literatura portuguesa e sobre o papel que nele desempenhou o intelectual açoreano, veja-se a imprescindível obra que Carlos Cunha publicou em 2002 (*A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*, Braga, centro de Estudos Humanísticos), em especial o capítulo IV (pp. 161-216).

quase sacerdotal. Teve assinalável eco a própria circunstância de ter morrido sozinho no seu gabinete de trabalho. Foi quase como se tivesse morrido no campo de batalha, cumprindo o dever supremo.

Invoco, por fim, a fotografia de Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921) que figura na página que serve de antelóquio à segunda edição do seu “Gil Vicente, trovador, mestre da balança” (Fig. 4). O filólogo surge de barba branca, muito engomado, com o precioso original nas mãos e uma adolescente à ilharga, olhando-o com afeto e admiração submissa. É uma fotografia tirada depois do trabalho já concluído. A secretária a que se senta encontra-se praticamente limpa mas o olhar que deita às laudas faz adivinhar o intenso labor que lhe permitiu chegar àquela ocasião de dádiva a Maria Luiza, a afilhada a quem dedica o livro.

Afinal, embora trabalhando com textos patrimoniais, os filólogos não vivem nas nuvens. Pelo contrário: são cidadãos empenhados na vida cívica. Braamcamp Freire não foge à regra: nunca tendo tido enquadramento académico (ao contrário dos dois nomes antes referidos), foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Deputado da Assembleia Constituinte, em 1911 e primeiro Presidente do Senado da República. A sua consagração em várias estátuas e nomes de ruas fica, no entanto, a dever-se também ao facto de ter sido o construtor de uma tese supreendente e “reconfortante”, a partir de documentos tidos por “irrefutáveis”: a de que no Gil Vicente dramaturgo, o mesmo que escreveu, encenou e ajudou a representar cerca de 50 peças de teatro, ao longo de 35 anos, sobressaía ainda o talento do ourives que tocara o primeiro ouro vindo do Oriente, moldando com ele, em 1506, a famosa Custódia de Belém³⁶.

Naquela época, é necessário lembrá-lo, as pessoas vestiam-se de propósito para tirar fotografias. Os filólogos, em particular, tinham todos uma pose de acentuada probidade, em consonância com a sua profissão: trabalhavam com documentos importantes, a partir dos quais estabeleciam inferências seguras. Tal como faziam os

³⁶ A dita custódia, que hoje se encontra em exposição no Museu Nacional de Arte Antiga, foi recentemente objeto de um restauro escrupuloso e muito feliz. Por ocasião do referido restauro, foi editado um valioso volume, integrando estudos de vários tipos. De entre esses ensaios, cumpre destacar o trabalho assinado conjuntamente por José Camões e João Nuno Sales, no qual se revisita, com dados novos, embora não conclusivos, a questão da identidade entre o ourives e o dramaturgo (“Who’s in a name”, in *A Custódia de Belém. 500 anos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2010, pp.89-103).

humanistas de Quinhentos, os filólogos positivistas testavam constantemente o conhecimento que alcançavam, através de constantes contactos epistolares³⁷.

1. Dir-se-ia que, assim respaldada, a Filologia dispunha de todas as condições para se afirmar na Universidade e para se manter em alto apreço cívico. Mas assim não viria a suceder. Hoje, o tempo parece já não ser de filólogos. Pelo menos, há poucos que se reconheçam como tal. Num empreendimento invulgar, Catherine Pascale Hummel levou recentemente a cabo uma série de entrevistas a investigadores e professores de Línguas e Literaturas que trabalham em universidades europeias (de Itália, Suíça, Bélgica, França, Inglaterra e Alemanha). Das respostas obtidas, deduz-se, em primeiro lugar, que poucos convergem num mesmo ideal de Filologia; boa parte deles não reconhece mesmo a disciplina como sua atividade principal. Afirmam-se filólogos os historiadores da Língua, os classicistas (Pascale Hummel, a organizadora do volume, é, ela própria, uma distinta especialista de gramática do grego antigo) e alguns medievalistas³⁸. Fora desses círculos restritos de investigação, já quase não se encontra quem se proclame abertamente filólogo, em sentido académico. Não se encontra, sobretudo, quem declare ensinar Filologia, seja em que nível for. Isto porque, ao contrário do que sucedia até há 30 anos atrás, os *curricula* não contemplam nenhum tipo de formação filológica, seja a nível da graduação seja a nível da pós-graduação³⁹.

³⁷ Sobre a importância central do horizonte da Verdade em Filologia, veja-se o volume de estudos reunidos por Pascale Hummel e Frédéric Gabriel (*Études sur les notions de vérité et fausseté en matière de philologie*, Paris, Philologicum, 2008). Deve reparar-se, desde logo, na grande percentagem de ensaios que incidem sobre o texto bíblico, objeto privilegiado dos primeiros filólogos.

4. O fascínio pela Idade Média, característico do século XIX, haveria realmente de levar a Filologia a superar o interesse exclusivo pelos textos sagrados e pela Antiguidade greco-latina, incorporando o interesse pela edição e comentário de textos medievais.

5. No que diz respeito às universidades portuguesas, apenas numa (Lisboa) podemos encontrar uma cadeira de licenciatura de natureza declaradamente filológica. Refiro-me à cadeira de “Crítica Textual”, que vem sendo regida por João Dionísio. Por uma feliz conjugação de circunstâncias, a Faculdade de Letras de Lisboa conseguiu manter uma notável Escola de Filologia, assinalada por nomes como Luís Filipe Lindley Cintra, Elsa Gonçalves, Maria Lucília Pires, Ivo Castro ou Maria Ana Ramos (esta atualmente integrada na Universidade de Zurich). Na mesma linha, devem enaltecer-se sinais de grande vitalidade na Faculdade de Letras do Porto, onde sobressai o infatigável labor de José Adriano Freitas de Carvalho e, na sua senda, de Maria de Lurdes Fernandes e Zulmira Santos.

No último capítulo do seu ensaio, intitulado *The Powers of Philology. Dynamics of Textual Scholarship* (Illinois, University of Illinois, 2003) Hans Ulrich Gumbrecht ocupa-se desenvolvidamente da história do ensino da Filologia e das hipóteses da sua sobrevivência nas Universidades contemporâneas.

Apreciado no seu conjunto, o referido volume não constitui propriamente uma profissão de fé exaltante no futuro da disciplina. O motivo principal que pode encontrar-se para este ocaso está relacionado com a utilidade de um saber aparentemente restrito e afastado das preocupações comuns⁴⁰. Nem tudo obriga, porém, a acreditar totalmente em diagnóstico tão radical. Ninguém de S. Paulo ou de Coimbra foi chamado a depor nessa longa série de entrevistas que tem por título *La Philologie au Parloir*. Se se tivessem lembrado destas duas universidades lusófonas, o número de “crentes” poderia ter aumentado um pouco. Penso em São Paulo, que pode orgulhar-se de uma notável tradição filológica (nos campos dos estudos linguísticos e dos estudos literários) e onde ainda muito recentemente veio a lume o número inaugural de uma nova revista programaticamente assumida como “neofilológica” (*Tágides* de seu nome). Falo também por Coimbra, onde o magistério de D. Carolina não se encontra ainda completamente extinto. Aí se fazem e publicam edições críticas, de longo fôlego, desde logo⁴¹. Aí subsiste ainda (embora com irregularidade crescente) a *Revista Portuguesa de Filologia*. Fundada em 1947 por Manuel de Paiva Boléo, essa publicação foi, durante décadas, espaço de confluência e colaboração entre linguistas e estudiosos da Literatura.

Consta inclusivamente que há uma filóloga coimbrã que faz questão de vestir uma bata branca quando, cada manhã, transpõe a porta do escritório para se dedicar aos seus trabalhos.

A brancura da bata não é, nessa colega, um sinal aleatório. Tem que ver com os antigos ideais da Filologia: rigor e impessoalidade, trabalho útil, preparação escrutinada de textos que constituem produto elevado do espírito humano. Para alguns, pelo menos,

⁴⁰ É esse o pressuposto de Alberto Varvaro quando escreve no último capítulo do seu livro propedêutico: “Siamo accusati di occuparsi di argomenti ammuffiti e di problemi che non interessano a nessuno, perché hanno scarsa o nessuna rilevanza per la cultura di oggi e nessun peso nella vita moderna” (*Prima lezione di filologia*, Roma-Bari, Laterza & Figli, 2012, p. 142).

Já no final desse mesmo capítulo, porém, Varvaro encontra uma justificação bem forte para a sobrevivência da filologia: “...molto più importante è che ci si renda conto che un testo, qualsiasi testo, chiude in sé un problema interpretativo e che, prima ancora, esso va stabilito nella sua forma corretta. La coscienza di questi due problemi è essenziale per un buon funzionamento della società umana, che è fondata appunto sulla trasmissione di testi, ed è questo, a mio parere, che giustifica l’ esistenza stessa della filologia e la sua rilevanza culturale e sociale”. (idem, p.144).

⁴¹ O Centro de Literatura Portuguesa, a que pertencço, desenvolve atualmente dois projetos de edições críticas, qualquer deles em estado bastante avançado: um versando sobre a obra de Almeida Garrett (coordenado por Ofélia Paiva Monteiro) e outro sobre a obra de Eça de Queirós (coordenado por Carlos Reis).

tal como no tempo em que D. Carolina regia cadeiras em Coimbra, a Filologia continua a ser vista como uma disciplina descritiva, taxinómica, comparativa e, sobretudo, empírico-documental. Requer, por isso, o contacto diário com papéis velhos, que devem ser manuseados com especial cuidado e com atitude assética (para além da bata, são requeridas luvas de proteção).

Para além de filóloga, a colega que usa bata branca reconhece-se como linguista. Esse alinhamento disciplinar não tem apenas que ver com a coerência etimológica. A ideia da primazia da Língua vem pelo menos de Herder (a quem a Filologia deve o essencial do seu *ethos* metodológico) e relaciona-se com o pressuposto segundo o qual os documentos “falam” por si mesmos⁴².

Ao mesmo tempo que abria a disciplina a muitas outras zonas do saber, o primado da Língua originou, contudo, uma certa desconfiança em relação aos estudos sobre Literatura; refiro-me, em primeiro lugar, à Literatura moderna e contemporânea, aquela que não foi ainda objeto de patrimonialização. Não foi por acaso que a fundação dos Departamentos de Filologia, ocorrida, em simultâneo, na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos por volta de 1870, se centrou na Língua e não na Literatura⁴³. Só mais tarde, pelos anos 40 do século passado, a Literatura começou a fazer parte dos estudos filológicos; mas tratava-se da literatura anterior ao século XVIII, cujo *corpus* servia como base para reconstituir os diferentes estádios de língua.

2. De onde poderão então vir as dificuldades da Filologia em conviver com os estudos literários? A primeira dificuldade vem decerto da relativa rebeldia que estes sempre manifestaram face à epistemologia empirista: o rasto das *belles lettres* e da Retórica

⁴² Uma perspectiva abrangente da importância da Língua na configuração da Filologia moderna consta do fundamentado estudo que Michael Werner consagrou ao assunto, abrangendo os espaços francês e alemão (“A propos de la notion de philologie moderne. Problèmes de définition dans l’espace franco-allemand”, in *Philologiques I. Contribution à l’histoire des disciplines littéraires en France et Allemagne au XIX siècle*, Dir. de Michael Espagne et Michael Werner, Paris, Editions de la Maison des Sciences des Hommes, 1990, pp. 11-21).

⁴³ Para além das muitas histórias do campo que têm vindo a público nos últimos anos, continua a ser imprescindível consultar o conjunto de textos programáticos compilados por Gerald Graff e Michael Werner, em 1989, bem reveladores do proselitismo de afirmação, próprio dos primeiros anos (*The Origins of Literary Studies in America. A Documentary Anthology*, London, Routledge, 1989).

traduzia-se em crítica valorativa e em ensaísmo mas não em “ciência”. Ora, enquanto domínio recém chegado aos claustros universitários, a Filologia não podia ocupar-se da Literatura numa perspectiva “não científica”. Podia tomá-la como fenómeno linguístico especial ou mesmo como base de perscrutação identitária, o que foi feito por alguns estudiosos que, para além de filólogos, em sentido restrito, eram também historiadores da literatura. Mas não mais do que isso. Estou em crer que essa é a origem de muitos equívocos e suspeitas que se desenvolveram e se têm vindo a acentuar, nos últimos anos, instituindo uma grave desconfiança entre linguistas e estudiosos da literatura⁴⁴.

E, no entanto, os filólogos não deixavam de trabalhar sobre Literatura. Fixavam textos, desde logo: estabelecer corretamente um texto e elencar as respetivas variantes não equivale apenas a limpar a fachada a um monumento sujo e adulterado. Trata-se, também, de instituir os materiais suscetíveis de interpretação. Por isso, não há filólogo do século XIX que não se tenha dedicado a essa tarefa magna. As duas glórias principais de D. Carolina, por exemplo, são as edições críticas do *Cancioneiro da Ajuda* e das *Poesias* de Sá de Miranda. Trabalhou ainda muito para uma terceira glória que não chegou a alcançar: a edição crítica da *Compilação vicentina*⁴⁵.

Os filólogos cumpriam outras tarefas, partindo dos textos literários: reporto-me à crítica de fontes, que praticavam sempre em sentido probatório. Nesta perspectiva, o texto funcionava como um *palimpsesto* semeado de indícios originários que importava trazer à luz. Na maior parte dos casos, tratava-se de indicadores minúsculos. E daí vinha ao filólogo a necessidade de se ater ao pormenor (tomava uma expressão isolada - por vezes, apenas uma palavra, para base de um grande circunlóquio). De onde teria vindo a Gil Vicente a ideia das *Barcas*? Interrogavam-se em Coimbra Paulo Quintela e Eduard Beau, há 80 anos. Teria Camões lido Platão? Perguntavam pela mesma época, o Professor Costa Pimpão e o irreverente aluno que foi Vergílio Ferreira. Por muito

⁴⁴ Para um exame da relação conflitual vivida nos últimos anos entre os estudos linguísticos e os estudos literários e sobre a necessidade imperiosa de recuperar alguma margem de “coalescência” entre os dois domínios, veja-se o excelente estudo que Telmo Verdelho acaba de publicar, em Coimbra, no 3º número da *Revista de Estudos Literários*, integralmente consagrado ao Ensino da Literatura (“A Língua e a Literatura. Reflexões para uma pedagogia coalescente”, pp. 23-64).

⁴⁵ Sobre a atenção dedicada por D. Carolina Michaëllis de Vasconcelos a Gil Vicente (visível nas suas ainda indispensáveis *Notas Vicentinas*), tive oportunidade de elaborar um trabalho, que virá proximamente a lume, em volume coletivo, editado pela Fundação Engenheiro António de Almeida.

difíceis que fossem de encontrar, as respostas a estas questões não podiam ser especulativas. Bem pelo contrário: era obrigatório que surgissem respaldados num suporte factual.

Alguns filólogos seguiram outros trilhos, fazendo do texto uma via de acesso ao *ethnos* e concebendo a Filologia como área que albergava todo o produto do espírito humano⁴⁶, espécie de manto generoso onde cabiam a Língua, a Cultura, a Filosofia, a Geografia humana, a História⁴⁷. Enfim, tudo ou quase tudo. A esta Filologia (*Wortphilologie*) costuma hoje chamar-se depreciativamente "imperial" e "determinista"⁴⁸.

Lembro-me de ter conhecido um grande filólogo, quando comecei a estudar Gil Vicente e não sabia muito bem que rumo tomar. Diz-me então Don Alonso Zamora Vicente, num Curso de Verão, em Santander: "Vê o povo em Gil Vicente. Como fala, de que se queixa, de que tem medo. Gil Vicente é um homem do povo e isso é uma condição que ninguém pode encobrir". Nas minhas inquirições vicentinas, nunca deixei de ter em conta aquela recomendação do ilustre hispanista. Sabia que nela havia, ao mesmo tempo, uma componente intuitiva e uma outra de cariz mais racional. Mas sabia sobretudo que ela derivava desta visão abrangente, que tomava a Literatura como parte integrante de uma vasta cultura onde cabiam muitas componentes. Não falando da preciosa vertente de estímulo que esse conselho envolvia, as palavras de Dom Alonso

⁴⁶ A este propósito, Gumbrecht convoca justamente a definição ampla de "philologist" que se encontra no *Oxford English Dictionary*: "One devoted to learning or literature; a lover of letters or scholarship; a learned or literary man" (*Apud*, p. 2).

⁴⁷ Para um exame desenvolvido das primeiras orientações filológicas na Faculdade de Letras de Lisboa (e, antes, no Curso Superior de Letras), vejam-se os dois oportunos e fundamentados trabalhos que Luís Prista acaba de publicar ("De Jesus ao Campo Grande, entre filologia e literatura", in *Românica*, 21, 2012, pp. 17-56 e "O ensino linguístico e de literatura", in *Universidade de Lisboa, Séculos XIX-XX*, Vol. II (Coordenação de Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos do Ó, Lisboa, Tinta da China, pp. 982-1085). Em Coimbra, na falta de trabalhos sistemáticos, sobrevive ainda a transmissão oral das experiências desse tempo. Evocam-se nomeadamente os exames da cadeira multianual de Filologia Portuguesa, por exemplo, realizados numa determinada sala em que se expunham, ao vivo, vários tipos de vasilhas, arreios de animais e outros objetos que era necessário identificar e nomear com precisão.

⁴⁸ Referindo-se a esta tendência subordinadora, nota certamente Aguiar e Silva: "A aliança da *Wortphilologie* com a história literária e com a gramática histórica, levada a cabo pelo Romantismo alemão e depois generalizadamente posta em prática, na segunda metade do século XIX, sob o signo do Positivismo, converteu a filologia na disciplina imperial dos estudos linguísticos e literários nas Universidades europeias, desde o último quartel do século XIX até cerca de meados do século XX" (*As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política de Língua portuguesa*, Coimbra, Livraria Almedina, 2010, p.102).

denunciavam bem a matriz filológica em que assumidamente se integrava: constituía uma revelação, na medida em que sinalizava a identidade cultural do autor. De facto, ler Gil Vicente tendo em conta esta advertência obriga a percursos de pesquisa bem diferenciados.

3. Os estudos literários são rebeldes, dizíamos há pouco. Pode talvez deduzir-se que da natureza do seu objeto lhes veio a insubmissão prometeica que os vem tornando um caso à parte no seio da disciplinaridade moderna e no próprio âmbito das Humanidades. Resguardados inicialmente pela Filologia, poderiam ter-se acomodado nessa base de respeitabilidade prudente. Mas não. Sonharam mais alto e partiram em busca da sua própria independência. Encontraram-na primeiro na história literária, tomando de empréstimo as grandes narrativas de matriz hegeliana (no caso português, por exemplo, tudo preparava Camões e tudo resultava dele, remetendo para uma matriz que para alguns era celta, para outros árabe e ainda era mista para os menos decididos)⁴⁹: mas, para além de facilmente resvalar para aproveitamentos políticos, a diacronia orgânica e teleológica prestava pouca atenção ao texto. Como reação a esse descaso, vieram depois os textualismos (estruturalistas e estilísticos). De tal forma que bem pode dizer-se que foi a falta de regulação contextual que, num determinado momento e em determinados quadrantes, afastou os estudos literários da Filologia.

De facto, embora vinculada ao substrato histórico, a Filologia era vista como um entrave aos textualismos de orientação decifrativa que num determinado momento se apoderaram dos estudos literários⁵⁰.

Tudo isto ocorria no quadro de uma disciplinaridade relativamente estável. Havia mudanças, naturalmente: mas eram lentas, previsíveis e sempre muito discutidas. Entretanto, todo o campo das Humanidades se transformou. É inclusivamente muito revelador que se tenha vindo a instituir um novo subdomínio de estudos, diretamente

⁴⁹ Sobre as diferentes orientações da história literária em Portugal, e em particular sobre os seus pressupostos étnico-culturais, veja-se ainda Carlos Cunha (2002).

⁵⁰ Em estudo recente, Roberto Vecchi refere o caso italiano, evocando tensões e (também) tentativas de síntese entre filologia e historicismo (“Bolonha em Bologna”, um ponto de vista disciplinar”, in *Românica*, 21, 2012, pp. 81-90).

empenhado em reconstituir a sua história, em diagnosticar os seus males e em prever o seu futuro⁵¹. Apesar da sua conhecida tendência para a autoreflexividade, os estudos literários vêm sendo cada vez mais objeto de apreciação, tanto na sua vertente institucional como na sua dimensão metodológica. A reconstituição da sua história, em particular, vem proporcionando elementos importantes para os debates que devem marcar a atualidade.

Para além de todas as transformações ocorridas nas últimas décadas, no plano sociológico e no plano tecnológico (e também por causa delas), não há dúvida de que as Humanidades conservam ainda um papel imprescindível, a desempenhar tanto no plano da investigação como nos diversos níveis de ensino.

O plano da investigação é decerto aquele onde se torna mais fácil justificar a utilidade do trabalho filológico. Continua a ser necessário proceder a pesquisas em espólios. Em espólios de escritores, desde logo. Penso concretamente no espólio de Almeida Garrett, em boa parte confiado à guarda da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e que se tem revelado indispensável para levar a cabo a edição crítica das obras do autor. Mas também se justifica investigar em espólios de filólogos. Penso, desta vez, naquele que pertenceu a D. Carolina Michaëllis de Vasconcelos e hoje se guarda na mesma Biblioteca, integrando documentos autógrafos de vários tipos, como planos de trabalho, notas avulsas, comentários nas margens dos livros, para além de um vastíssimo e rico epistolário, envolvendo quase todos os filólogos ibéricos daquela época⁵². Se o conhecimento dos “papéis de Garrett” se torna indispensável para consolidar e renovar o conhecimento global da sua obra, o contacto com os documentos

⁵¹ É realmente muito abundante a bibliografia reflexiva sobre as Humanidades, envolvendo impressionantes autobiografias intelectuais e ensaios de incidência institucional. Neste último plano, merecem destaque dois títulos particularmente reveladores, qualquer deles remetendo para bibliografia internacional abundante e atualizada: Aguiar e Silva e Helena Buescu (*Experiência do incomum e boa vizinhança*, Porto, Porto Editora, 2013).

⁵² Como exemplo do interesse de que pode revestir-se a pesquisa do legado de filólogos, pode ainda invocar-se o trabalho de Thomas Earle, recentemente publicado, incidindo sobre comentários setecentistas a duas edições da poesia de Sá de Miranda (uma de 1595 e outra de 1614). A pesquisa que aquele estudioso levou a cabo na biblioteca que pertenceu a José Vitorino de Pina Martins (entretanto adquirida pelo Banco Espírito Santo e já acessível a investigadores) permitiu-lhe justamente avaliar a recepção da poesia mirandina em três comentadores diferentes, ao longo do século XVIII, com revelação de aspetos bem significativos (“Dois comentários setecentistas sobre a obra poética de Francisco de Sá de Miranda” in *Estudos sobre cultura e literatura portuguesa do Renascimento*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2013, pp. 91-105).

de D. Carolina revela-se muito importante para justificar as suas escolhas e para aclarar algumas das posições que a professora alemã assumiu em algumas das querelas mais acesas que então se travaram em torno de aspetos textuais e contextuais⁵³.

Ao contrário do que sucedeu na generalidade dos países europeus, a Filologia portuguesa (por razões de debilidade institucional, às quais não é alheio o momento tardio em que entre nós se afirma o campo universitário das Letras) não chegou a produzir os frutos desejados⁵⁴. Para além da consabida escassez de edições críticas, são muitos os casos de autores portugueses para os quais não existem sequer ainda edições de referência, tanto no que respeita ao estabelecimento do texto como no que toca aos estudos prefaciais e às anotações. Não deixa de ser significativo que, depois da série de volumes saídos até à década de 60 na Coleção dos Clássicos Sá da Costa, e apesar de tantas tentativas, não tenha surgido ainda um empreendimento semelhante, em termos de perseverança, abrangência e seriedade.

Mas se a utilidade da Filologia não oferece grandes dúvidas no plano da investigação, o mesmo pode não suceder no plano do Ensino. A questão coloca-se, desde logo, no ensino básico e secundário. São poucos os cuidados dos autores de manuais em tomar edições credenciadas para base das suas antologias. Em alguns casos (em muitos casos) os referidos manuais não mencionam sequer as edições que lhes servem de fonte (como se fosse indiferente incluir um soneto de autoria mais do que duvidosa, atribuindo-o a Camões ou como se não tivesse importância transcrevê-lo com escrupulo). Mesmo quando se trata de recomendar aos alunos a leitura de uma obra completa (*Os Maias*, por exemplo) parece importar pouco que estes se sirvam ou não de uma edição fiável. A ausência destes cuidados é bem reveladora do obscurecimento que vem afetando a nossa sensibilidade filológica, em termos gerais. Não pode esquecer-se, a este propósito, que uma percentagem considerável dos professores que exercem nestes níveis de ensino nunca teve a possibilidade, quer na sua formação inicial quer ao longo

⁵³ Refiro-me concretamente a um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que se desenvolveu na Biblioteca Geral entre 2009 e 2011, coordenado pela Doutora Maria Manuela Delille.

da sua formação contínua, de ser alertado para a importância destes aspetos, tanto sob o ponto de vista patrimonial como sob o ponto de vista crítico e interpretativo.

Aí reside a segunda vertente da questão. Em boa verdade, ao longo dos últimos dois decénios, a Filologia praticamente desapareceu da Universidade portuguesa. Os professores do ensino superior, que também são investigadores, não podem naturalmente alhear-se destes problemas e, por isso, sobretudo aqueles que mais trabalham com textos “antigos”, necessitam de se manterem ao corrente do que a investigação filológica vai produzindo. A questão está em saber se fazem tudo o que deveriam fazer para transmitir aos seus estudantes essa mesma preocupação. Como bem viu Aguiar e Silva, a não existência de cadeiras de Filologia nos cursos de Línguas e Literaturas reflete bem a pressa com que, num determinado momento, as Faculdades de Letras resolveram cortar com uma das suas matrizes mais fortes⁵⁵. Isto não significa que alguns professores não incorporem nos seus programas pequenos módulos de carácter filológico. Trata-se, porém, em geral, de segmentos introdutórios, sem efeito estruturante nos objetivos, nas práticas letivas e na avaliação. Esta circunstância, comprovável através dos Programas disponíveis em rede, não contribui para robustecer no aluno a desejável sensibilidade filológica de que venho falando⁵⁶.

O que pode ter contribuído para esta situação que, não sendo específica de Portugal, atinge entre nós proporções maiores do que em outros países? Independentemente de outras causas que possam alvitrar-se (poderia falar-se, desde logo, no consabido desapareço pelos valores patrimoniais ou na falta de condições para levar por diante tarefas de investigação longas e exigentes) a principal explicação que me ocorre relaciona-se com duas tendências que se têm vindo a afirmar nas Humanidades: o pragmatismo e o culto da interpretação.

⁵⁵ O citado estudioso resume desta forma o afã com que as Faculdades afastaram a Filologia dos planos curriculares: “Depois de terem vivido, durante mais de meio século, sob o signo das ciências filológicas e de terem diplomado milhares de licenciados em Filologia Clássica, em Filologia Românica e em Filologia Germânica, as Faculdades de Letras portuguesas acomodaram-se docilmente à nova situação, como se se tivessem libertado de uma herança constrangedora”. (Cf. *op. cit.*, p.95).

⁵⁶ Para além da cadeira semestral de Crítica Textual integrada na Licenciatura em Artes e Humanidades, acaba também de ser criado, na Faculdade de Letras de Lisboa, um 2º ciclo na mesma área.

De facto, a uma primeira aproximação, as vantagens que a Filologia proporciona não parecem ter muito eco numa Universidade cada vez mais vocacionada para a rentabilidade social e económica dos saberes que nela se professam. Se, no seu todo, as Humanidades são abrangidas pela desconfiança que resulta desse pressuposto, disciplinas como a Filologia são olhadas ainda com mais suspeita. A quem interessa hoje saber se a *Crisfal* foi escrita por Bernardim, Cristóvão Falcão ou qualquer outro escritor de menos nomeada? Importa muito saber se Gil Vicente representou o seu *Auto da Visitação* perante a Rainha D. Leonor de Lencastre, viúva de D. João II ou se a "rainha velha" que se encontrava na câmara, na noite de 7 de Junho de 1502 era a Infanta D. Brites, Duquesa de Beja e mãe do Rei D. Manuel? Que importa que na *Barca do Inferno*, o parvo Joane responda de forma diferente consoante se trate da edição avulsa de 1519 ou da versão que figura no *Livro das Obras* (na primeira versão à pergunta identificadora do Anjo: "Tu quem és?" (Na primeira a resposta é "Samicas, alguém" e na segunda "Ninguém"). Serão estas questões importantes? Até que ponto poderemos fazê-las avultar e compagnar com o pragmatismo instalado? Como poderemos, mais concretamente, responder à pergunta impiedosa que hoje se coloca a todos os saberes cuja aferição implica alguma despesa pública: "Para que serve isso?"

A outra causa que pode invocar-se para a fragilização que atingiu os saberes filológicos está decerto relacionada com a importância (para alguns excessiva) atribuída à interpretação. Não deixa de ser revelador que muitos daqueles que se sentem na obrigação de legitimar as Humanidades no quadro da disciplinaridade universitária recorram a um argumento maior: o de que as disciplinas dessa área instituem uma atitude crítica perante os textos mas também perante o mundo. Nesse sentido, os textos literários (mas também os textos filosóficos) teriam por principal potencialidade a de suscitarem práticas decifrativas.

Ao deslocarem para o plano hermenêutico (e praticamente só para esse plano) a legitimidade das disciplinas humanísticas no concerto atual dos saberes, os protagonistas dessa defesa minorizam outras vertentes, que, durante décadas, lhe andavam associadas: refiro-me, sobretudo ao seu potencial identitário. Antes de interpretar um texto é necessário estudá-lo na sua materialidade e na sua espessura

cultural. Era esse o trabalho do filólogo. Parece ser esse o contributo que hoje se tem por dispensável.

Aqui reside provavelmente o maior pomo de discórdia. Todos sabem que a tradição filológica era particularmente cautelosa quando se tratava de interpretar. Os motivos dessa cautela eram claros: tratava-se de um trabalho desligado da factualidade, que poderia resvalar facilmente para o subjetivismo ensaístico. A relutância do filólogo oitocentista perante a interpretação vinha também da necessidade de se demarcar tanto da tradição retórica (mesmo daquela que privilegiava a descrição dos mecanismos textuais) como da tradição das *Belles Lettres*, centrada no comentário parafrástico, mais ou menos livre. Nenhuma destas atividades, ambas com largo curso no Ensino, poderia ser acolhida numa disciplina de base empírica como era a Filologia.

Mas foi esta mesma recusa que viria a determinar as crescentes dificuldades sentidas pela disciplina no claustro universitário. O primeiro passo para a intensificação dessas dificuldades consistiu no reconhecimento da equipolência entre os textos antigos e os textos modernos ou contemporâneos. Não há dúvida de que a chegada dos textos mais recentes às cadeiras universitárias de Literatura contribuiu fortemente para a secundarização do trabalho filológico. Ao contrário do que sucedia com textos mais antigos, aqueles que agora eram dados a ler podiam ter sido revistos pelo autor e, sobretudo, não careciam tanto de um enquadramento contextual⁵⁷.

Em segundo lugar, não há dúvida de que foi determinante o desafio do sentido. O citado desafio nasceu no início dos anos 60 para logo assumir a configuração de uma causa, primeiro geracional (os velhos filólogos foram tomados como guardiães elitistas do sentido e, por isso, enfileirados nas hostes antidemocráticas) e depois civilizacional, ganhando foros de **identidade** das universidades ocidentais. Tal como sucedia com a

⁵⁷ Em trabalho recente, Osvaldo Silvestre reconstituiu o processo de emergência da literatura moderna e contemporânea no mundo anglo-saxónico, desde a Escócia aos Estados Unidos. Na linha de Paul de Man, este estudioso advoga a centralidade do contemporâneo na área dos estudos literários: "As formas historicamente diversas de que se revestiu a *longue durée* do processo que conduziu ao ensino do contemporâneo na universidade americana, e não apenas – clássicos *versus* modernos, clássicos *versus* English, English *versus* literatura americana, filologia *versus* crítica-, dão a ver a permanência de uma estrutura epistemológica conflitual que se vai deslocando sem afectar contudo o seu ponto crítico: a possibilidade de a literatura reactivar o seu potencial para "existir num presente". ("O ensino da literatura contemporânea na Universidade. O caso americano", in *Românica*, 21, pp. 57-80).p.79).

Filologia, tratava-se ainda de um procedimento de desocultação; o que estava agora em causa, porém, era instituir sentidos muito mais do que estabelecer textos.

Hoje, porém, a força desta dicotomia parece esbatida. Tem-se mesmo a impressão de que parte importante das querelas a que deu origem (e algumas ficaram bem célebres) resultou de uma boa margem de equívocos. Isto não significa que não subsista margem para dissidência. Os filólogos mais genuínos continuam a desconfiar da interpretação e, por sua vez, os hermeneutas mais entusiastas continuam a não manifestar grande entusiasmo pelo labor filológico, que consideram não apenas especioso como, sobretudo no contexto atual, nocivo à causa das Humanidades⁵⁸.

Superado o desacordo inicial, parece existir agora margem para compromissos. Pode aceitar-se, sem dificuldade, o potencial formativo e heurístico da interpretação. Mas também é razoável pensar que o contributo da Filologia para os estudos literários não perdeu acuidade: nem na investigação, onde essa necessidade porventura salta mais à vista, nem no ensino. No que respeita à investigação, continua a ser impensável trabalhar a partir de textos não aferidos criticamente. Pela sua altíssima especialização, o filólogo continua a revelar-se indispensável para editar um texto e para o reconhecer, pelo menos numa primeira aproximação contextualizadora. Sem esse trabalho, não pode partir-se para nenhuma outra etapa de integração cultural. Mesmo considerando que o conceito de ciência evoluiu, desligando-se progressivamente do modelo positivista, continua a ser necessário preservar uma ética do rigor. E em toda a história dos estudos literários nenhuma disciplina se encontra mais apta do que a Filologia para proporcionar essa mesma ética. É essa base de exatidão que importa não perder de vista, justamente quando o avanço da tecnologia digital veio facilitar o trabalho do filólogo, podendo criar a tentação de um abrandamento de escrutínio.

⁵⁸ É, entre outros, o caso do professor e filósofo suíço Yves Citton, que tem vindo a fazer a apologia da “interpretação actualizante” como grande alavanca das disciplinas humanísticas. As suas teses foram primeiramente aplicadas aos estudos literários (*Lire, interpréter, actualiser. Pourquoi les études littéraires?* Paris, Editions Amsterdam, 2007)) e estendidas depois ao conjunto das Humanidades (*L’Avenir des Humanités. Economie de la connaissance ou cultures de l’interprétation?*, Paris, Editions de la Decouverte, 2010), com base no axioma de que a interpretação constitui não só a principal fonte de conhecimento como equivale a um novo direito humano (ver, em especial o cap. 4).

O esforço qualificado do filólogo reveste-se também de importância central nas tarefas do ensino. Não se trata apenas de ensinar os textos numa base de fidelidade; trata-se também de os conceber enquanto produto oficial, que se traduz em **matéria** e em **espírito**. Por força das circunstâncias, os alunos limitam-se a contactar com fragmentos contextuais, desconhecendo, na sua íntegra, o objeto material do qual saíram. Daí resulta frequentemente uma visão distorcida do processo de criação e de circulação literária. Explicar a um aluno que, antes de aparecer no seu manual, um determinado soneto foi objeto de um outro tipo de publicação, que subsistem dúvidas sobre a sua forma ou até eventualmente sobre a sua autoria pode constituir uma etapa importante na apropriação de sentido que desejavelmente se seguirá. Por outro lado, o cumprimento dessa etapa reforçará, desde logo, a verdade com que se ensina literatura. Se for convenientemente doseada, essa componente facilitará também a adesão do aluno a uma vertente que está longe de ser apenas técnica. Proporcionar ao aluno o contacto visual ou táctil com o livro antigo, por exemplo, é proporcionar-lhe a entrada num mundo cheio de atrativos para a sua curiosidade, é dizer-lhe que a literatura contempla uma dimensão operosa e que, ao contrário do que se supõe, está longe de ser uma revelação acabada. É a esta recuperação das materialidades (ou da **presença**) que se refere insistentemente Gumbrecht (2004), sublinhando a importância que ela detém na credibilidade de um campo de investigação e ensino.

Para tanto, não é necessário suprimir os direitos do jovem leitor no diálogo com os textos. Bastará combinar o exercício desse direito com a atenção que é devida a outras vertentes.

Conclusão

Para se afirmarem na Universidade, os estudos literários tiveram de se submeter a provas de validação particularmente difíceis. No século XIX, o suporte epistemológico da disciplina teria inevitavelmente que passar pelo positivismo. Foi isso que sucedeu, envolvendo a simbiose entre Filologia e História Literária. Num determinado momento, essa simbiose foi denunciada como padecendo justamente de ingenuidade e de insuficiência no âmbito das Humanidades, cada vez mais inebriadas

pelo Graal do sentido e cada vez valorizando menos a investigação paciente e minuciosa, tantas vezes conducente a resultados “modestos”.

Não há hoje a menor dúvida de que os estudos literários carecem de um processo de relegitimação. Tendo consciência deste imperativo, não faltam vozes a reclamar o regresso da Filologia. Algumas dessa vozes, implícita ou explicitamente, deploram uma certa lassidão metodológica que tem vindo a proliferar nos estudos literários; outras vozes refletem o entusiasmo pelas possibilidades entretanto oferecidas pelas novidades digitais que permitem, de facto, não só recuperar como levar ainda mais longe a ambição do filólogo. De facto, longe de serem um simples cavalo de Tróia, as tecnologias digitais abrem uma nova era, libertando o filólogo do “trabalho de fichas” e do cotejo moroso (e falível) entre versões. Com o auxílio de programas que permitem alcançar resultados seguros, pelo menos no domínio da colação, o investigador (que antes suspirava por uma simples máquina fotográfica) pode hoje realizar tarefas que eram miríficas há apenas alguns anos atrás⁵⁹. Em alguns casos, e essa foi porventura uma das maiores conquistas proporcionadas pela tecnologia, pode mesmo fazê-lo sem ter que se deslocar ao arquivo onde se guardam os documentos originais.

Seja como for, nada supre a necessidade da *philologia perennis*, útil do ponto de vista cívico: humilde, trabalhosa, sinérgica, patrimonial, em vez da disciplina dita “imperial”, tal como a idealizaram primeiro os humanistas europeus e, na sua senda, os

⁵⁹ O primeiro trabalho global que traça o quadro de possibilidades instituído pela informática foi coordenado por José Manuel Blecua (e outros) e data já de 1999 (*Filología y informática. Nuevas tecnologías en los estudios filológicos*, Madrid, Editorial Milenio). O trabalho mais recente que pude ler figura no *Companion to Digital Literary Studies* (Ray Siemens e Susan Schreibman Eds, Wiley-Blackwell, 2012) é da autoria de um grupo liderado pelo Professor Gregory Crane, que reúne em si as competências de um reputado classicista e de um especialista em aplicações informáticas às Humanidades.

De entre os vários exemplos que poderiam convocar-se entre nós, destaco apenas dois que ilustram bem esta promissora linha de renovação. Falo do projeto “Teatro de autores portugueses do século XVI”, coordenado por um conjunto de investigadores do Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras de Lisboa, liderado por José Camões, que, para além de coligir e transcrever textos (conhecidos e desconhecidos) “permite disponibilizar informação através de campos temáticos, glossário, notas críticas para a investigação, fac-símiles e bibliografia”. O outro exemplo, intitulado “Nenhum problema tem solução: um arquivo digital do Livro do Desassossego”, liderado por Manuel Portela encontra-se alojado no Centro de Literatura Portuguesa, da Faculdade de Letras de Coimbra e tem por objetivo criar uma edição/arquivo digital hipermédia. Este desiderato deverá ser alcançado através de uma agregação de fac-símiles de transcrições diplomáticas, tábua de concordâncias para as edições publicadas entre 1982 e 2010, “criando um espaço de virtualização do *Livro do Desassossego* que favoreça novas dinâmicas de leitura, de edição e de investigação no confronto com este *corpus* material de fragmentos escritos”.

grandes filólogos alemães de origem judia que foram Léo Spitzer (1887-1960) e Erich Auerbach (1892-1957). O elo comum seria sempre a utopia da Verdade que se contrapõe à evidência do Erro. Foram numerosos os erros que a Filologia se propôs corrigir. É certo que, nas áreas em apreço, a **Verdade** é hoje um horizonte e não uma meta. Por isso, é importante falar agora de um horizonte mobilizador e determinante e não de uma referência vaga ou apenas plausível.

Será necessária a bata branca? Não se ela significar a assepsia própria dos hospitais ou dos laboratórios (ambiente do qual as Humanidades poderão parcialmente beneficiar mas que nunca será o seu). A resposta será positiva se por “bata branca” entendermos a necessidade honesta de não confundirmos inteiramente a nossa idiossincrasia com a busca da verdade aritmética. E há sempre, pelo menos, dois aspectos práticos: como qualquer uniforme, a bata intensifica a sensação de pertença a uma comunidade. Trata-se, neste caso, de uma comunidade de pessoas que passam muito tempo a ler. Não para se distraírem ou cultivarem no sentido mais ameno do termo mas para compreenderem melhor a realidade cifrada que é o mundo. Essa mesma bata tanto preserva as roupas dos frequentes descuidos de quem trabalha com tinta (antes da esferográfica e hoje mais dos *tonners*) como previne inclinações descontroladas da subjetividade.

É neste equilíbrio de *passo doble*⁶⁰, condenado a permanecer instável, que os Estudos Literários devem olhar para a Filologia. Não para a imitarem em tudo mas para a seguirem no compromisso que esta pode assegurar entre rigor e agudeza, abrangência e profundidade, autonomia e heteronomia, investigação e ensino.

⁶⁰ A expressão, aplicada aos humanistas em geral, é usada por Teresa Numerico, Domenico Fiorimonte e Francesca Tomasi na Introdução ao excelente livro que consagraram a este assunto: “...l’umanista ha bisogno di compiere un passo doble, un doppio scarto: riscoprire le proprie radici e aprirsi al rinnovamento” (*L’Umanista digitale*, Milano, Il Mulino, 2010, p. 8).

Anexos

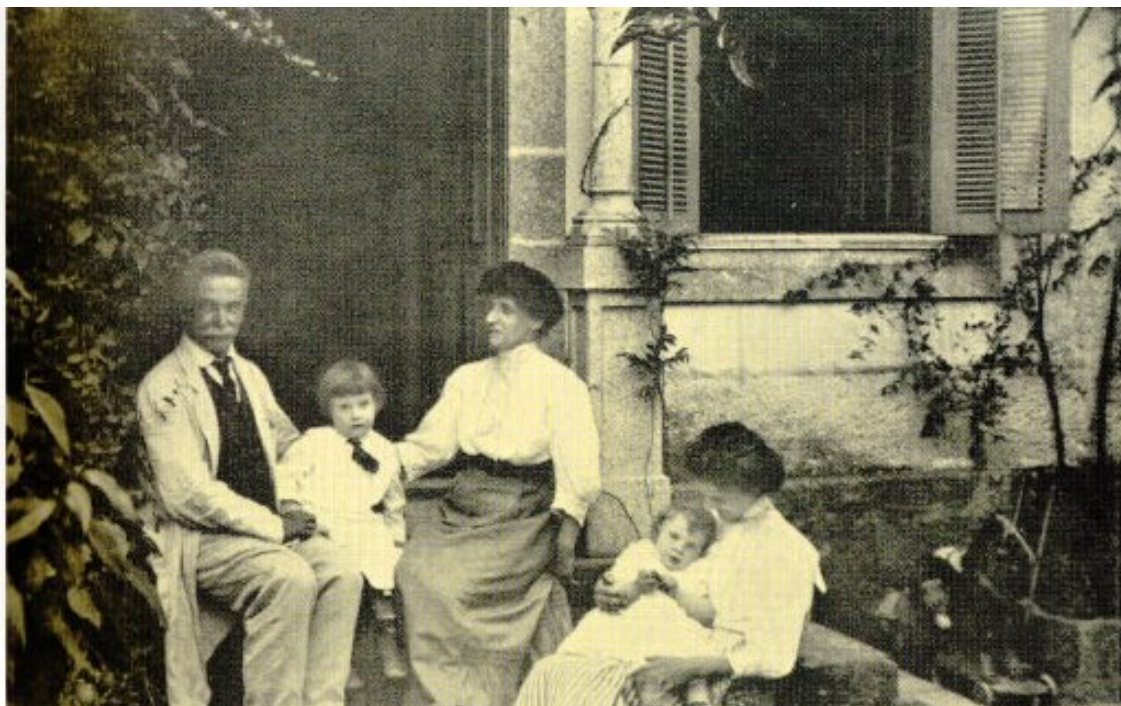


Figura 1



D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Figura 2



Figura 3



Figura 4

CAROLINA MICHAËLIS E A EDIÇÃO CRÍTICA. ENTRE ARTE E MÉTODO

Maria Ana Ramos
Universität Zürich

RESUMO

Carolina Michaëlis (1851-1925) é certamente a introdutora do rigor na fixação textual de boa parte de textos literários portugueses que, até aos seus estudos, não tinham sido objeto de tratamento editorial (poesia medieval, Gil Vicente, Camões, Sá de Miranda, etc.). Entre a história e a crítica, Carolina Michaëlis procedeu, de facto, à restituição textual e ao estabelecimento de circunstâncias de redação e de produção de vários autores no momento em que ainda se procurava a construção da história literária na análise da literatura portuguesa. Proponho-me reflectir no procedimento editorial de Carolina Michaëlis, tendo presente o advento da aplicação da crítica textual a textos românicos e tendo, sobretudo, em consideração as diversas maneiras de julgar o texto (Lachmann, Paul Meyer, Gaston Paris, Gustav Gröber).

1. Carolina Michaëlis (1851-1925), jovem romanista, manifesta desde cedo interesse pela cultura hispânica, publicando logo aos dezasseis anos uma recensão à edição de *Historia de una Sancta Emperatriz*, versão castelhana do início do século XIV da lenda de Crescencia por Adolfo Mussafia⁶¹. E, ainda antes dos vinte anos, proporá uma edição do *Romancero do Cid*⁶². A dedicação a temas, mais

⁶¹ “Altspanische Prosadarstellung der Crescentiasage von A. Mussafia, Wien, 1866”, *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Litteraturen*, 41, 1867, pp. 106-112. Cf. também Axel Wallensköld, “Le conte populaire de la femme chaste convoitée par son beau-frère”, *Acta Societatis Scient. Fennicae*, 34,1, Helsínquia, 1907, pp. 1-173 e a edição de Anita Benaim de Lasry, *Two Romances: Carlos Maynes and La enperatriz de Roma*, Newark, Delaware, 1982.

⁶² Carolina Michaëlis põe em evidência a sua preocupação filológica e textual ao assinalar na *Advertencia* que a compilação de materiais “comprende diez y ocho romances más que la más rica y completa de todas

especificamente portugueses é, em parte, resultante da relação com Joaquim de Vasconcellos, musicólogo, historiador de arte português, que estudara na Alemanha e que, por aquela altura, ao lado de Antero e de Adolfo Coelho, intervinha em debates sobre a situação cultural portuguesa. Com Joaquim de Vasconcellos se casará Carolina Michaëlis em Berlim, em 1876, instalando-se nesse mesmo ano no Porto. É logo em 1877 que passará um largo período na Biblioteca da Ajuda a “decifrar e copiar, com paixão e paciência”, essas páginas seis vezes seculares, ou seja, a transcrever as *cantigas de amor*, conservadas no fragmento, conhecido depois por *Cancioneiro da Ajuda*⁶³.

Adolfo Coelho (1847-1919), seu contemporâneo, considera-a como a “verdadeira fundadora da historia scientifica da litteratura portuguesa”, assumindo para si a responsabilidade na introdução dos estudos de natureza linguística (1910)⁶⁴. Com o seu pioneiro estudo *A lingua portugueza. Phonologia, etymologia, morphology e syntaxe* (1868), Adolfo Coelho inaugura os estudos da filologia científica em Portugal. Ele próprio o admite: “Em 1868 publicamos nós um escripto intitulado *A lingua portugueza*, que embora muito imperfeito. Foi reconhecido como inaugurando em Portugal o estudo scientifico da lingua, segundo o methodo criado na Alemanha”, quer dizer a Filologia Românica – por F. Diez⁶⁵. Praticando de algum modo o método comparatista, elimina a “celtomania”,

las colecciones, cual es la de Durán”, “los textos son auténticos y tomados de fuentes legítimas” [p. V] (*Romancero del Cid: añadida y reformada sobre las antiguas que contiene doscientos y cinco romances, recopilados, ordenados y publicados* por Carolina Michaelis, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1871).

⁶³ Para este período, cf. Maria Ana Ramos, “O Cancioneiro ideal de D. Carolina”, In: *O Cancioneiro da Ajuda, cen anos depois. Congreso Internacional*, 25 a 28 de Maio 2004, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, pp. 13-40.

⁶⁴ Adolfo Coelho, filólogo, etnógrafo e pedagogo privilegiou o estudo da língua portuguesa, podendo, hoje, ser caracterizado como um linguista. É ele que se insurge contra a designação ambígua de *Estudos Filológicos*, defendendo a introdução de um termo novo, a *glótica*, e depois a *glotologia*, dividindo assim a filologia em dois ramos, o dos *Estudos linguísticos* e o dos *Estudos literários*. A observação encontra-se no seu estudo dedicado a *Alexandre Herculano e o ensino publico*, Lisboa, J. A. Rodrigues & Ca, 1910.

⁶⁵ Avaliação efetuada na sua *Bibliografía Critica de Historia e Litteratura* (Adolfo Coelho, *Bibliographia critica de historia e litteratura*, Porto, Imp. Litterario-Commercial, vol. I, 1873-1875, 1873, p. 79). Breve síntese sobre o percurso científico de Adolfo Coelho pode ser consultada no *1º caderno da Associação Portuguesa de Linguística* (António Carvalho da Silva [colab.], Francisco Adolfo Coelho: *filólogo, etnólogo e pedagogo*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1995).

que ainda vigorava no início do século XIX, comprovando que a língua portuguesa é “filha” da latina⁶⁶.

Adolfo Coelho concebe que a *Filologia* tem como objecto central a *litteratura*, distinguindo-se assim da *glotologia* ou da *glótica*, que teria como centro de interesse a *lingua*. Assim se exprimia: “*Philologia* propriamente dicta é o conjuncto de conhecimentos que se referem á litteratura d’um ou mais povos e á lingua que serve de instrumento a essa litteratura, considerados principalmente como a mais completa manifestação do espirito d’esse povo ou d’esses povos”. E ainda: “Por philologia portugueza deve pois entender-se o estudo dos monumentos litterarios da lingua portugueza sob todos os pontos de vista”. Evitando o equívoco, dirá que a “*linguistica*, ou *glottica* ou *glottologia*, a que tambem se chamou philologia comparada, é o estudo scientifico das linguas. A glottologia (empregaremos de preferencia esta denominação) não tem por fim o estudo das linguas como meio para o estudo das litteraturas: a glotologia estuda as linguas por ela mesmas”⁶⁷.

É significativa esta distinção. Carolina Michaëlis nas *Lições* não deixará de julgar que Adolfo Coelho limitou excessivamente o âmbito da Filologia: “Um erudito português quis restringir demasiadamente o campo da filologia nacional, reduzindo-a ao estudo de textos literários, e separando d’ele o exame da língua”. Especifica melhor: “Para mim *filologia portuguesa* é o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em tôda a sua amplitude, não só quanto à

⁶⁶ *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, pp. XI-XVIII.

⁶⁷ *Curso de litteratura nacional para uso dos lyceus centraes*, vol. II: *Noções de litteratura antiga e medieval como introdução à litteratura portugueza*, Porto, Magalhães & Moniz Editores, 1881, pp.1-2-9. Na *Advertência* ao número inaugural da *Bibliografia Crítica* (1873-1875), Adolfo Coelho aponta os objetivos da publicação: contribuir para que Portugal entre no “grande movimento científico europeu, de que anda tão afastado, principalmente no que diz respeito às ciências históricas e filosóficas”, apreciar as “publicações mais importantes sobre história, política, religiosa, literária, artística, viagens, linguística, ciências morais e políticas, filosofia, estudo filológico dos textos das litteraturas clássicas e orientais, as edições e traduções dos monumentos das diferentes litteraturas que forem aparecendo em toda a parte”. Foi neste periódico que Carolina Michaëlis publicou a recensão a August Scheler, *Dictionnaire d’étymologie française d’après les résultats de la science moderne*, Bruxelles, C. Murquardt, 1873, *Bibliografia Crítica*, I, 1873-1875, Porto, 1875, pp. 369-382.

gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional⁶⁸.

Leite de Vasconcelos (1858-1941), talvez o seu interlocutor mais privilegiado, nota: “Há também quem tome *Filologia* na acepção de *Glottologia*, mas a Filologia estuda preferencialmente a língua e secundariamente a Literatura: entendo de ordinário por *Filologia Portuguesa* o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude no tempo e no espaço, e acessòriamente o da literatura, olhada sòbre tudo como documento formal da mesma língua”⁶⁹.

Quer isto dizer que Carolina Michaëlis, chegada a Portugal, se integra entre estas posições, que tanto começavam a enfrentar a *produção literária*, como já se debruçavam sobre a *língua*, como objeto autónomo, separando-a do texto literário.

2. Entre história e crítica, Carolina Michaëlis com a sua formação germânica vai proceder, de facto, à busca da melhor restituição textual, do mais justo estabelecimento de circunstâncias de redação e de produção cultural de vários autores, no momento em que Portugal procurava ainda a *construção* do discurso da sua história literária⁷⁰.

O qualificativo “crítica”, aplicado a “edição”, não era particularmente adoptado em Portugal e, acima de tudo, não era utilizado com o valor que lhe foi atribuído pela ecdótica. Se olharmos para o panorama editorial de textos portugueses, antes da chegada de Carolina Michaëlis a Portugal, notaremos que ele estava reduzido à monumentalidade d’*Os Lusíadas* e à necessidade premente de eleger Camões como figura identitária nacional.

⁶⁸ Carolina Michaëlis de Vasconcellos, *Lições de Filologia portuguesa*, Lisboa, Dinalivro, s/d [1910-1915], pp. 146, 156.

⁶⁹ J. Leite de Vasconcellos, *Lições de filologia portuguesa*, Pref. e anot. de Serafim da Silva Neto, 3^a ed., Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1959, pp. 8-9.

⁷⁰ Para o perfil científico de Carolina Michaëlis, cf., entre diversos estudos, o de Yakov Malkiel, “Carolina Michaëlis de Vasconcelos”, *Romance Philology*, XLVII, n. 1, pp. 1-31 e o de Yara F. Vieira, “Paixão e paciência: Carolina Michaëlis e a filologia”, In: *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda hoje*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2005, pp. 13-43.

Já com o neoclassicismo no último quartel do século XVIII, Camões fora instituído como um clássico da língua com a obra emblemática, que recordava o Império, através do regresso aos ideais clássicos e à literatura quinhentista⁷¹. Manuel Faria e Sousa (1590-1649) publicará entretanto *Lusiadas* como texto “comentado”⁷². Não adoptará também qualquer qualificativo de natureza crítica à publicação de *Rimas* em 1685⁷³. Mas, na publicação de 1688, comparecerá de novo a designação “commentadas” nas *Rimas varias*⁷⁴. Recorde-se ainda que Manuel Severim de Faria (1584-1655) também se serve do mesmo atributo, “comentadas”, com os “Argumentos” de João Franco Barreto na edição de *Os Lusiadas*⁷⁵.

A receção da obra de Camões não surgirá assim através da *editio*, mas do *commentarium* e do *argumentum*, elucidados por meio de escólio textual, que procura torná-lo acessível. Deste modo, se entenderá a preocupação hermenêutica sob a excitação de o consagrar, aliando-o a Portugal e concedendo-lhe uma identidade nacional através da epopeia que materializava o génio da *Pátria* na sua

⁷¹ As *Academias* literárias e *Arcádias* procuravam recuperar a “luz” perdida, incentivando o desenvolvimento científico e cultural do país. Podem citar-se a *Academia dos Generosos*, entre 1647 e 1667; a *Academia Portuguesa*, fundada pelo 4º Conde de Ericeira em 1717, e a *Academia Real da História Portuguesa*, em 1720 ou a *Arcádia Lusitana* ou *Ulissiponense* (mais tarde denominada *Nova Arcádia*), em 1756. A *Academia das Ciências de Lisboa* foi criada a 24 de Dezembro de 1779 com a aprovação régia dos seus primeiros estatutos.

⁷² *Lusiadas de Luis de Camoens principe de los poetas al Rey N. Senhor Filipe Quarto el grande; comentadas por Manuel de Faria i Sousa, Cavallero de la Orden de Christo, i de la Casa Real em Madrid Iuan Sanchez: a costa de Pedro Coello, mercador de libros*, 1639.

⁷³ *Rimas varias / de Luis de Camoens Principe de los Poetas Heroycos, e Lyricos de España: ofrecidas al muy ilustre Señor D. Juan da Sylva Marquez de Gouvea, Presidente del Dezembargo del Paço. y Mayordomo Mayor de la Casa Real, &c.; por Manuel de Faria, y Sousa, Cavallero de la Orden de Christo: tomo I e II: que contienen la primera, segunda, y tercera centuria de los sonetos. Lisboa: en la imprenta de Theotonio Damaso de Mello impressor de la Casa Real*, 1685.

⁷⁴ *Rimas varias / de Luis de Camoens, principe de los poetas heroycos, y lyricos de España: ofrecidas al muy ilustre Señor Garcia de Melo, Montero Mor del Reyno, Presidente del Dezembargo del Paço, &c.; commentadas por Manuel de Faria, y Sousa, cavallero de la Orden de Christo: tomo III. IV. y V.: segunda parte: el tom. III. contiene las canciones, las odas, y las sextinas: el tom. IV. las elegias, y las otavas: el tom. V. las primeras ocho eclogas*, Lisboa, en la Imprenta Craesbeeckiana, 1688.

⁷⁵ *Obras novamente dadas à luz com os Lusiadas... / comentadas...Manuel Corrêa; com os argumentos de João Franco Barreto; ...nesta última impressão acrescentada com a sua vida escrita por Manuel Severim de Faria*, Lisboa, José Lopes Ferreira, 1720.

dimensão mais esplendorosa. *Os Lusíadas* tornam-se “evangelho do patriotismo”, como afirmava Juromenha⁷⁶.

O início do século XIX, com a bem conhecida agitação política e com a partida da família real para o Brasil (1808), não deixará de apelar ao ideal nacionalista, que já se manifestara veementemente com a monarquia filipina (1580-1640)⁷⁷. O ambiente político-intelectual servir-se-á de Camões como o melhor perfil para encarnar tanto o ideal romântico, como o mais emblemático patriota. Com o advento do romantismo, não será estranho que se passe pela sua “homerização”. Não será surpreendente que o poeta renascentista se converta em herói romântico, amalgamando biografia e obra⁷⁸. Em 1817, a publicação da edição d’*Os Lusíadas* pelo Morgado de Mateus inaugurará a valorização camoniana, equiparando-o aos míticos Homero e Virgílio. Notar-se-á que o qualificativo atribuído à edição introduz apenas a noção de “nova”, em relação às primeiras edições de 1572, e, pela primeira vez, regista-se um cotejo de lições variantes entre o que se considerava canônico e o texto de Faria e Sousa: “Nova edição correcta e dada à luz por D. José Maria de Sousa Botelho, morgado de Matheus”. Ao analisar na *Advertencia* e na *Nota I* as diferenças existentes entre alguns exemplares das duas edições de *Os Lusíadas* de 1572, o Morgado de Mateus coligia o que poderíamos, hoje, considerar dados ecdóticos relevantes⁷⁹.

⁷⁶ A simbólica afirmação do Visconde de Juromenha é recordada por Carlos M. Ferreira da Cunha, *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2002, p. 431.

⁷⁷ Sobre este período, cf. Pilar Vásquez Cuesta, *A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes*, Lisboa, Ed./reimpr. Europa-América, 1989 e, ainda, o volume resultante do colóquio organizado em Paris em 2001: AA.VV., *La littérature d’auteurs portugais en langue castillane*, Arquivos do Centro Cultural, Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, vol. XLIV, 2002.

⁷⁸ Veja-se, a este propósito, Ofélia P. Monteiro, “Camões no Romantismo”, *Revista da Universidade de Coimbra*, 1985, vol. 33, pp. 119-137.

⁷⁹ D. José Maria de Souza-Botelho, Morgado de Mateus, realizou trabalhos de investigação que haveriam de conduzir à sua célebre edição de *Os Lusíadas*, mandando imprimir em Paris, em 1817, o volume do célebre poema que apresentou depois à Academia Real das Ciências. Morgado de Mateus [D. José Maria de Sousa Botelho, [Ed.], Camões, *Os Lusíadas*, Nova edição correcta e dada à luz por D. José Maria de Sousa Botelho, morgado de Matheus, Paris, Offic. typog. de Firmin Didot, 1817. Livraria J. Carvalho Ribeiro, 2000). Informação significativa encontra-se incluída no *Suplemento da Nota I da Advertencia*, folheto impresso em Paris, em Junho de 1818, que comparece apenas em algumas edições. A este propósito, vejam-se os capítulos dedicados à “homerização” de Camões em Carlos M. Ferreira da Cunha, *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, op. op. cit., pp. 83-

Neste quadro, a publicação resolvida do Morgado de Mateus em 1817 repercute-se em outros domínios, como no *Requiem*, Op. 23, *À memória de Camões*, de Domingos Bomtempo (1818), ou *A Morte de Camões*, imagem da morte da Pátria, no quadro de Domingos Sequeira (1824). Texto fundador é o poema lírico-narrativo de Garrett, intitulado justamente *Camões* (1825), datado do seu primeiro exílio, apropriando-se de episódios da vida do poeta e da sua criação literária. Um poeta pobre, mas genial, um poeta herói, mas não reconhecido pela Pátria. No *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa* (1826), o esboço da primeira história da literatura portuguesa, Garrett não deixará de mencionar o poeta como:

... um homem pouco conhecido dos letrados, mas já célebre per suas aventuras e valor, foi para tam longe da ingratiissima patria despigar-se de seu desamor com a mais nobre vingança; a de levantar-lhe um padrão, com que não entram as idades, e que conservará ainda o nome portuguez quando ja elle houver desaparecido da terra (...). Esse homem levantou a cabeça la das extremidades d'Asia, e viu tudo pequeno á roda de si, todos os poetas pigmeus...⁸⁰.

Em 1854, o governo português ia mais longe, ao pretender materializar o mito, dando-lhe lugar no panteão. Procurou deste modo localizar os restos mortais de Camões, a fim de lhe conceder uma sepultura condigna dos seus feitos pela Pátria (os “restos mortais” foram trasladados em 1880 para o Mosteiro dos Jerónimos)⁸¹. Depois de ter sido projetado em 1860, foi também inaugurado em 1867 o conjunto escultórico, *Monumento a Camões*, em Lisboa de autoria de Victor Bastos. O monumento prepara e antecede as comemorações do terceiro centenário da morte de Camões, promovidas por Teófilo Braga com o apoio de

100 e, agora, também o *Dicionário de Luís de Camões*, coordenado por de V. M. Aguiar e Silva, *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Editorial Caminho, 2011.

⁸⁰ O *Bosquejo* procura a defesa e a valorização da língua e da criação literária, propondo uma primeira periodização. Sobre Camões, confessa que “não me dá espaço o acanhamento de meus limites para dizer de Camões o que era indispensável; antes a celebridade de seu nome me deixará parar aqui para dar lugar a tractar de menos conhecidos nomes” (*Parnaso lusitano ou poesias selectas dos autores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas*, Paris, J. P. Aillaud, 1826-1834. Contém *Bosquejo da historia da poesia e lingua portugueza; Da arte poetica e da lingua portugueza epístola*, pp. XXIII-XXIV. Disponível na BN, <http://purl.pt/25>).

⁸¹ *Relatorio feito em nome da comissão nomeada por portaria de 30 de Dezembro de 1854 para buscar os ossos de Camões*, escripto por Jose Tavares de Macedo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880.

João de Deus, Antero de Quental, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão⁸². Ainda em plena monarquia, com o dia 10 de junho (dia em que se assinalaria a morte do poeta⁸³), os republicanos de Lisboa tentaram evocar a glória “democrática” com as comemorações camonianas de 1880, uma das primeiras manifestações republicanas⁸⁴. É neste âmbito que se deve entender o projeto comemorativo do terceiro centenário (1880), tanto em Portugal, como no Brasil⁸⁵. Eduardo Lourenço, já mais perto de nós, em 1980, dirá que Camões é indissociável da Pátria, diversamente de outros países que têm também o seu poeta: “Mas só Camões, graças a *Os Lusíadas* se converteu para nós, ao longo do tempo, na imagem mesma de Portugal, e o Poema, na tão celebrada *bíblia da pátria*, alma da nossa alma. É inegável que a osmose e a identificação entre o *Poeta* e o *Livro*, entre o *Livro* e a consciência nacional é não só um facto, mas o facto capital da

⁸² No fim de Janeiro de 1880, Teófilo Braga, professor do *Curso Superior de Letras* e teórico do republicanismo, encorajou a ideia do *Tricentenário*, escrevendo no *Comércio de Portugal* um conjunto de artigos, nos quais defendia este projeto. Assim, fácil foi organizar uma comissão executiva de jornalistas e de escritores que planeariam o evento. Recordem-se ainda os títulos de Teófilo Braga, *História de Camões*, 2 vol., Porto, Imprensa Portuguesa Editora, 1873-1874, ou *Camões e o sentimento nacional*, Porto, Livraria Internacional de Ernaesto Chardon, 1891. Cf. também Vanda Anastácio, “A criação de um poeta nacional: breve panorâmica das edições da lírica camoniana entre 1595 e 1870”, *Floema*, VI, n. 7. 2010, pp. 61-74 e a síntese de M. Lucília Gonçalves Pires, *A crítica camoniana no séc. XVII*, Lisboa, ICALP - Coleção Biblioteca Breve, vol. 64, 1982.

⁸³ A chancelaria de Filipe II teria atribuído uma tença à mãe de Camões, mencionando a data de 10 de junho de 1580. Cf. João António de Lemos Pereira de Lacerda, 2º Visconde de Juromenha (1807-1877), *Da sepultura de Camões: carta a Antonio Feliciano de Castilho recebida aos 8 de Outubro de 1858*, Porto, Circulo Camoneano, 1892 e *Obras de Luiz de Camões*. Precedidas de um ensaio biographico, no qual se relatam alguns factos não conhecidos da sua vida augmentadas com algumas composições ineditas do poeta pelo Visconde de Juromenha, 6 vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1860-1869.

⁸⁴ A data da morte de Luís Vaz de Camões, em 1580, dava assim origem ao *Dia de Camões*. A origem do *Dia de Portugal* encontrar-se-á nos trabalhos legislativos após a Proclamação da República, a 5 de outubro de 1910. Assim, entre a decadência monárquica e o advento republicano, se exprimia Teófilo Braga em 1880 no jornal *Comércio de Portugal*: “O Centenário de Camões neste momento histórico, e nesta crise dos espíritos tem a significação de uma revivescência nacional” (A. Cabral, “Comemorações Camonianas”, *Notas oitocentistas*, Lisboa, Horizonte, 1980).

⁸⁵ Na reflexão sobre *Práticas discursivas identitárias*, a implicação das *Comemorações camonianas*, entre ideologia e universalização, foi estudada por Carlos M. Ferreira da Cunha, *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, op. cit., pp. 393-411. Para o impacto da celebração leia-se o artigo de Mário Vilela, “Recepção de Camões nos Jornais de 1880”, *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. XXXIII, 1985, pp. 403-418 e, para o Brasil, consulte-se o ensaio de M. Corrêa Sandmann, “As comemorações do tricentenário de Camões no Brasil”, *Revista Letras*, Curitiba, 2003, n. 59, pp. 197-205.

nossa cultura. (...). É a *imagem camoniana de nós mesmos*, a nossa imagem épica, sublimada ou mesmo sublime⁸⁶.

3. É com Camões que Carolina Michaëlis, ainda na Alemanha, se aproxima da produção literária portuguesa, ao exercer – pode recordar-se – a função de revisora de textos espanhóis e portugueses para a Brockhaus⁸⁷. Foi assim que, em 1873, são publicados na Alemanha, *Os Lusíadas — De Luiz de Camões*⁸⁸. Note-se como comparece apenas a qualificação editorial de “nova edição... segundo a do Visconde de Juromenha”, sem que o nome de Carolina Michaëlis se encontre realmente envolvido do ponto de vista de intervenção editorial. Adicionará um apêndice onde expõe os critérios seguidos pelo Visconde e as fontes utilizadas. Por isso, já instalada em Portugal, em 1882, período de exaltação nacional camoniana, não deixará de solevar um olhar crítico e lúcido à delicada questão do cânone camoniano:

(...) Há perto de dois séculos que se imprimem nas obras de Camões **uma grande quantidade de poesias que não lhe pertencem**; há perto de dois séculos que se tirou a numerosos autores a sua legítima propriedade, estampando-lhes ainda na frente o ferrete que se aplica aos ladrões do trabalho alheio. **Numerosos críticos têm repetido** até hoje a acusação formulada por Faria e Sousa, quase sempre sem consciência do facto, **sem terem exame próprio**.

Deste modo se diminuiu o valor literário a poetas de grande merecimento como Diogo Bernardes, Álvares do Oriente, Rodrigues Lobo, etc. e se mancha a sua probidade.

Precisa a glória de Camões de ser aumentada à custa de semelhantes expedientes? Decerto que não. Ele protestaria, sem dúvida, se vivesse, contra os seus fanáticos servidores (...).

⁸⁶ Assim se exprimiu nas comemorações do 10 de junho de 1980 (Eduardo Lourenço, “Camões ou a nossa alma”, In: AA. VV., *Camões e a Identidade Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 99-107 [pp. 100-101]).

⁸⁷ M. Manuela G. Delille, “Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1921) – uma alemã, mulher e erudita em Portugal”, *Biblos*, 1985, LXI, pp. 217-248.

⁸⁸ *Os Lusíadas — De Luiz de Camões. Nova edição segundo a do Visconde de Juromenha conforme à segunda publicada em vida do Poeta; estancias despresadas e omittidas na primeira impressão do poema e com lições varias e notas*, Leipzig, F. A. Brokhaus, 1873.

E, mais adiante, neste mesmo artigo, onde insere um conjunto de textos apócrifos, insiste sobretudo na renovação da crítica editorial da poesia de Camões, tornando-se imperativa a “purificação” do cânone. Não bastava canonizar Camões, dizia, era preciso dignificar os seus textos, quer dizer, era determinante “criticar” a produção camoniana:

(...) Os modernos admiradores de Camões **não comparam suficientemente**; lêem principalmente o poeta, e **não estudam bastante os seus predecessores**, os mestres com os quais aprendeu; **não estudam bastante os contemporâneos sucessores**, porque tudo isto é preciso. É por isso que eles imaginam que uma poesia de Camões é um fenómeno à parte, que não se confunde com coisa alguma.

Isso não é verdade. Por muito elevado que seja o seu engenho, por muito especial que seja a sua poesia, **não é menos certo que ela procede dos seus antecessores**; é sobre os fundamentos, lançados por estes, que ele trabalhou, que ele estudou e produziu, imitando-os. Não é possível achar uma diferença absoluta, que separe as poesias líricas de Camões das dos seus predecessores de um modo claro e frisante. Camões legou-nos maiores obras, em que o pensamento é mais profundo, em que o sentimento é mais vivo e vibra sobre cordas mais variadas, em que a arte é mais completa, realizando a harmonia das formas, tudo isto imprime às suas poesias um cunho especial, mas, e isto importa muitíssimo, nem todas têm esse cunho, e nem todas o têm no mesmo grau⁸⁹.

Neste contexto, compreende-se que em 1880 a designação “edição crítica-commemorativa” para a edição do fotógrafo Emílio Biel, confirme a efeméride e a assimilação de *Os Lusíadas* a Portugal. Uma edição que é “enriquecida com 12 gravuras originaes em aço, trabalho dos mais notaveis artistas da Europa / assumptos e desenhos approvados por sua Magestade el-rei o senhor D. Fernando”. Na apresentação editorial, José Gomes Monteiro refere-se à edição de Hamburgo

⁸⁹ C. Michaëlis de Vasconcelos, “O texto das *Rimas* de Camões e os Apócrifos”, *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 2, 1882, pp. 105-125. É da minha responsabilidade a evidência assinalada em algumas passagens destes excertos. Variadas serão as ocasiões em que Carolina Michaëlis se debruçará sobre Camões (em numerosos artigos posteriores, publicados na *Zeitschrift für romanische Philologie*, 4, 1890, pp. 561-609; 5, 1881, pp. 101-136; 339-402; 7, 1883, pp. 131-157; 407-453; 494-530; 8, 1884, pp. 1-23; na *Rev. da Soc. de Instrução do Porto*, 2, 1882, pp. 105-125; no *Círculo Camoneano*, 1, 1889-1890, pp. 19-25, 30-32, 58-59, 69-71, 149-159, 165-167, 199-205, 293-299, 373-383, etc.).

de 1834 [ed. de Barreto Feio e Gomes Monteiro], assinalando que nesta edição algumas lições antigas eram restituídas⁹⁰.

Embora tivessem sido publicadas edições camonianas com menção à “variante”, o que poderia supor “crítica”, sobretudo devido às duas edições de *Os Lusíadas* de 1572, não se pode considerar que o exercício editorial em Portugal operasse com conceitos técnicos, inerentes à *crítica textual*. Como era examinada a lição divergente, num dado lugar do texto, ou entre dois ou mais testemunhos, como era avaliada o que poderia ser variante adífora, alternativa, de tradição, ou de autor e, sobretudo, como se editava sem recurso à *recensio*, à *collatio*, ou ao aparato crítico⁹¹. No entanto, a este propósito, deve recordar-se o título do estudo sobre Francisco de Holanda do marido de Carolina Michaëlis, Joaquim de Vasconcellos⁹². Note-se como, além da menção à edição crítica, comparece a referência ao “autógrafo” no subtítulo, o que sublinha a preocupação metodológica pelo valor do original: *Da fabrica que fallece á cidade de Lisboa: Da sciencia do*

⁹⁰ *Os Lusíadas* de Luiz de Camões. Edição crítica-commemorativa do *Terceiro Centenario da Morte do Grande Poeta* [introd., notas, tabellas de variantes e revisão do texto baseado na 2.^a ed. de 1572, e na de 1834 (de Hamburgo), revista e retocada por José Gomes Monteiro com poemeto commemorativo; Camões e *Os Lusíadas* (estudo sobre a vida e obras do poeta) por José da Silva Mendes Leal, ilustrado com retratos de Camões e D. Pedro II, Imperador do Brasil]. Ed. crítica, commemorativa do terceiro centenario da morte do grande poeta / publicada no Porto por Emilio Biel, Leipzig, Typ. Giesecke & Devrient, 1880. Karl Emil Biel (Amberg 1838-Porto 1915). Disponível na BN em <http://purl.pt/19851/2>. José Gomes Monteiro (1807-1879), erudito português, exilado na Alemanha, dedicou-se ao estudo de clássicos portugueses, preparou a edição dos *Autos de Gil Vicente* e com J. Vitorino Barreto Feio, a edição crítica das obras do fundador do teatro português (1834). Desta colaboração sairia a edição das obras de Camões, *Obras completas... correctas e emendadas pelo cuidado e diligencia de J. V. Barreto Feio e J. G. Monteiro*, Hamburgo, na Offic. Tijpogr. de Langhoff, 1834, 3 vols.. Emilio Beil iniciou-se na fotografia na década de 70 e, em 1880, devido às relações que mantinha com o rei D. Fernando II (1816-1885), torna-se o *Photographo* da Casa Real. Além da retratista, a *Casa Biel* iniciou a atividade de edição fotográfica recorrendo à fototipia, processo fotomecânico, que Biel introduz em Portugal. Os seus trabalhos com este processo começaram justamente com a edição de *Os Lusíadas* (1880), comemorativos do tricentenário da morte de Camões. Notícia disponível no *Centro Português de Fotografia* em <http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/details?id=39711>.

⁹¹ Consultem-se, por exemplo, as *Obras completas* / de Luiz de Camões, Edição crítica com as mais notáveis variantes, Porto, Imprensa Portuguesa, editora, 1873-1874. Edição fundada pelo Tipógrafo-Editor Anselmo de Moraes, baseando-se no texto do Visconde de Juromenha, Faria e Sousa e Barreto Feio. Cf. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Estudos de Innocencio Francisco da Silva... continuados e ampliados por Brito Aranha, tomo XIV (7^o do suplemento), Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, p. 171.

⁹² Joaquim de Vasconcellos (1849-1936), erudito, arqueólogo, historiador e crítico de arte, nasceu no Porto. Órfão de pai e mãe na infância, enviou-o a família para Hamburgo, onde frequentou o ensino secundário, adquirindo sólidos conhecimentos de tradição germânica.

desenho, publicado em 1879. A publicação vem qualificada como “Edição crítica, segundo o autografo inédito de 1571”⁹³.

Esta consideração pelo *Texto (Ur-Text)* tinha já sido perceptível na famosa polémica, suscitada pela tradução em português do *Faust* de Goethe por Feliciano de Castilho, em 1872⁹⁴. Apesar de não conhecer alemão, Castilho empreendera a tradução em português com base em uma tradução francesa, como se o acto de traduzir não implicasse a busca da língua *original*⁹⁵.

A *Questão faustiana* (1872-1874) tem de ser justamente entendida na perspectiva de que a consideração pelo *Autor* e pela *imaculabilidade* do *Texto* não era respeitada. Não se poderia entender que a transposição do *Faust* passasse pela interposição de outra língua que exprimisse o que realmente fora escrito na língua original. Mais ainda. A questão colocava-se também no entendimento da mais correta *transmissão* do texto, como se a *tradução* naqueles moldes se caracterizasse como um empreendimento *fruste*. A polémica pode ser caracterizada entre escolas literárias – a escola romântica e já uma escola realista, positivista. Como ver então

⁹³ *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa* é uma obra escrita pelo pintor e humanista português Francisco de Holanda, publicada pela primeira vez em 1571 em Lisboa (Joaquim de Vasconcellos, *Archeologia Artistica*, n.º 6, Renascença Portuguesa, IV, Porto, Imprensa Portuguesa, 1879). Marcada pelo Renascimento português, retrata a situação da cidade de Lisboa, propondo soluções para alguns dos seus problemas urbanos como o do abastecimento de água. O breve *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, datado de 1571, permaneceu inédito até fins do século XIX. O manuscrito original, que está depositado na Biblioteca Nacional da Ajuda (códice 52-XII-24), pertenceu ao conde do Redondo, cuja biblioteca foi comprada por D. José entre os anos de 1762 e 1777. O manuscrito permaneceu no Rio de Janeiro, de 1807 a 1822, retornando a Portugal com a Corte.

⁹⁴ *Fausto (Faust)* é um poema trágico de Johann Wolfgang von Goethe subdividido em duas partes. Está concebido como uma peça de teatro com diálogos rimados. A primeira versão foi composta em 1775, conhecida como *Urfaust*. Outro esboço foi feito em 1791, intitulado *Faust, ein Fragment*, e não chegou a ser publicado. A versão definitiva é publicada por Goethe no ano de 1808, sob o título *Faust, eine Tragödie*. A segunda parte foi publicada postumamente com o título de *Faust. Der Tragödie zweiter Teil in fünf Akten* em 1832.

⁹⁵ Goethe, *Fausto: poema dramático*, trasladado a português por A. F. de Castilho (1872). O texto pode ser consultado no *site* dedicado a Castilho na Universidade de Aveiro <http://www2.dlc.ua.pt/castilho/>. A primeira tradução é da autoria do diplomata Agostinho d’Ornellas (*Fausto: tragedia de Goethe*. Trad. do original em verso português por Agostinho D’Ornellas, Lisboa, Lallemand Frères, 1867 e 1873). Agostinho de Ornelas e Vasconcelos Esmeraldo Rolim de Moura e Teive (1836-1901), 14.º Senhor do Morgado do Caniço (Madeira), foi um aristocrata, diplomata, académico e político português (*Fausto: tragedia de Goethe*; trad. do original em verso português por Agostinho D’Ornellas..., Lisboa, Lallemand Frères, 1867 e 1873 [Goethe. *Fausto*. Tradução de Agostinho D’Ornellas. Editora Martin Claret, 2004]. Esta tradução é aproveitada por P. Quintela na publicação em Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1953. Cf. também J. Barrento [Org.], *O Fausto na Literatura Europeia*, Lisboa, Apaginastantas, 1984.

a literatura alheia? Releia-se Antero de Quental em *Bom senso e bom gosto*, carta endereçada a Castilho, acerca da tradução literária:

Preferem imitar a inventar; e a imitar preferem ainda traduzir. Repetem o que está dito há mil anos e fazem-nos duvidar se o espírito humano será uma estéril e constante banalidade. São os enfeitadores das ninharias luzidias. Põem os nadas em pé para parecerem alguma coisa. São os ídolos litterarios da multidão que mal sabe ler. São os philosophos queridos da turba que nunca pensou⁹⁶.

Castilho defendia a “nacionalização” do tema e o acesso em português a um texto inacessível na sua língua original ao público português. Os opositores insistiam no facto de que não era possível transpor um texto, escrito em uma língua, o alemão, mudado para português através do francês⁹⁷.

Depois de considerações sobre “as trevas e monstros desta cordilheira de poesia rebentada a súbitas de profundezas desconhecidas” e um “sem conto de dificuldades de que o poema original nasceu inçado e ouriçado para os seus próprios conterrâneos”, refere-se Castilho à tentativa pioneira de seu irmão, José Feliciano de Castilho, cujo conhecimento do alemão fora suficiente para traduzir Schiller e Klopstock. Certifica a competência de Eduardo Laemmert, erudito, profundo conhecedor do alemão e do português, que, na sua “tradução interlinear e fidelíssima” do *Faust*, “depois de colocar as palavras portuguesas na confusa ordem das alemãs as concerta fora do hipérbato segundo a nossa ordem usual (...)”. E elogia “a franqueza de verdadeiro sabedor, com que às vezes declara que não aventa o senso ou a intenção do seu poeta, senso e intenção que os mais finos

⁹⁶ A de Quental, *Bom-senso e Bom-gosto*. Carta ao Excelentissimo Senhor Antonio Feliciano de Castilho por..., Novembro de 1865, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865 na sequência do ataque de Castilho à escola de Coimbra. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/30070/30070-h/30070-h.htm>. Exprimia já o seu juízo crítico em “Sobre traduções (depois de ler as recriações poéticas do Sr. F. de Castro Freire)”, *O Phosphoro*, nº 11, maio, 1861. Em um artigo não assinado, mas a ele atribuído, considera Antero que “(...) traduzir do francês um poema alemão é coisa arriscada. Pode ficar um excelente modelo de linguagem portuguesa, e isso conseguiu plenamente o Sr. Castilho; mas o que é mais difícil é que fique uma tradução verdadeira, não só dos pensamentos, mas sobretudo do estilo, do tom, das *nuanças*, da fisionomia, uma palavra, que o poeta deu à sua obra” ([Antero de Quental], “O Fausto do sr. Visconde de Castilho”, *O Primeiro de Janeiro*, 4 de julho de 1872).

⁹⁷ Foi Almeida Garrett (1799-1854) quem, em primeiro lugar, procurou traduzir o *Fausto* de Goethe (vinte versos, inseridos no cap. XXVIII de *Viagens na Minha Terra* (1843-1846): “Não me atrevo a pôr aqui o resto da minha infeliz tradução: fiel é ela, mas não quero outro mérito. Quem pode traduzir tais versos, quem, de uma língua tão vasta e livre, há-de passá-los para os nossos apertados e severos dialectos romanos?” (J. B. Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, Ed. de Ofélia Paiva Monteiro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010, pp. 315-316).

alemães não dissimulam escapar-lhes a miúdo”. Justifica, por fim, o facto de apenas ter traduzido a primeira parte: “ao segundo *Fausto*, ao *Fausto* da velhice de Goethe, não me atrevi, seria esse um trabalho ainda mais fragoso (...). Na segunda parte, dizem alemães, é que o autor mais se despendeu em gentilezas e esmeros líricos. Pode ser; contemplado nos reflectores não o parece; e depois quando essas excelências acidentais e de mera forma, rara vez traduzíveis, sejam tais como no-las querem encarecer, tantos e tão crespos são no último *Fausto* os enigmas filosóficos, tão abstruso o senso das ficções, e as ficções mesmas tão desnaturais, tão inverosímeis, tão impossíveis (ia-me quase escapando tão absurdas) que o bom gosto e o bom senso, que tão benévolos perdoaram e receberam a lenda velha do Dr. Fausto, não sei como se haveriam com o *Fausto* último”⁹⁸.

Na carta datada do Rio de Janeiro, 3 de Abril de 1871, José Feliciano de Castilho explica a *tradução*, empreendida por seu irmão António Feliciano de Castilho:

Fausto: tragedia / de Göethe; [tradução de António Feliciano de Castilho]. [1870]. — 2 vol.; 26 x 21,5 cm

Manuscrito (letra de José Feliciano de Castilho). — Data atribuída segundo carta deste a uma sobrinha, datada do Rio, 3 de Abril de 1871: “[...] eu tinha feito uma tradução do Fausto em verso, de muitos trechos da qual até aqui fiz leituras públicas, mas pedindo ao A. F. que ma emendasse, ele tomou-lhe tanto gosto, e tão radicais e constantes alterações lhe fez, que afinal a obra ficou só dele, cabendo-me nela só a honra de ser seu amanuense” (BNP Esp. A/80). — Texto encadernado em 2 volumes de capa cartonada azul, com ferros dourados, e foliação continuada: o 1.º vol. numerado de 1 a 140 e o 2.º vol. de 141 a 258. As folhas estão escritas a tinta, algumas na frente e no verso, com emendas, palavras riscadas e partes inutilizadas, contendo também intervenções a lápis. — Trata-se de uma tradução literal do alemão, por José Feliciano de Castilho (1810-1879), com adaptação e versão final de António

⁹⁸ Embora os estudos se focalizem mais na tradução do que no objetivo que, aqui, mais me interessa chamar a atenção, quer dizer, na importância germânica da concepção do *texto original* e do imaculado *Autor*, veja-se C. Castilho Pais, *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa, Antologia (Séc. XV-XX)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1997 e *António Feliciano de Castilho, tradutor do Fausto*, Lisboa 2013. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2588/1/Ant%C3%B3nio%20Feliciano%20de%20Castilho,%20tradutor%20do%20FAUSTO.pdf>. Podem ainda obter-se informações no mesmo autor, na antologia de textos, *António Feliciano de Castilho, o Tradutor e a Teoria da Tradução*, Coimbra, Quarteto, 2000 com a reprodução da “Advertência” de Castilho [pp. 201-207]. Leia-se também o ensaio de M. Manuela Delille, “A recepção do *Fausto* de Goethe na Literatura Portuguesa do século XIX”, *Runa*, 1984, nº 1, pp. 89-146 e o estudo de F. Venâncio, *Estilo e Preconceito, a Língua Literária em Portugal na época de Castilho*. Lisboa, Cosmos, 1998.

Feliciano de Castilho, coexistindo, praticamente, dois textos em paralelo⁹⁹.

A tradução, mais do que uma *versão*, ou uma *adaptação*, deveria constituir-se como uma *transsubstanciação*, fórmula que permitiria todas as adaptações lexicais ou semânticas por quem traduzia. A fidelidade ao texto deveria ser vista para o tradutor (*ad litteram* ou *ad sensum*), como para o editor (*Ur-text*).

Não é surpreendente que Joaquim de Vasconcellos, com a formação que obteve na Alemanha, tenha reagido a esta *arbitrariedade* textual (1872), mesmo se outro “germanista”, José Gomes Monteiro (1873), tenha admirado a ousadia de Castilho¹⁰⁰. J. de Vasconcellos intervirá, fazendo valer a enumeração de incorreções, e sublinhando, acima de tudo, a falta de *fidelidade* ao *Faust* de Goethe, propondo mesmo, às imperfeições e aos erros, traduções alternativas (1873)¹⁰¹. A polémica instala-se a sério durante algum tempo e parte dos intelectuais portugueses nela participa, como Adolfo Coelho, Antero de Quental, Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas¹⁰².

⁹⁹ Na BN, encontra-se disponibilizado o *Fausto* <http://purl.pt/95/1/obras/fausto/index.html>. Este documento é também consultável na BN, <http://purl.pt/13858/1/geneses/2/2-159.html>.

¹⁰⁰ Em defesa da tradução, examina a crítica efetuada a Castilho: José Gomes Monteiro, *Os Críticos do Fausto do Sr. Visconde de Castilho*, Porto, Viúva Moré, 1873.

¹⁰¹ Dado que Castilho não “traduz” o pensamento do Autor alemão e a fim de “pôr fim à mentira literária” e à “especulação literária”, empreendida por “homens sem dignidade literária”, Joaquim de Vasconcellos dedicará a esta tradução três ensaios: *O Faust de Goethe e a Tradução do Visconde de Castilho*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872; *O Faust de Castilho Julgado pelo Elogio Mútuo*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1873; *O Consumado Germanista*. Porto, Imprensa Portuguesa, 1874. Joaquim de Vasconcellos, historiador de arte, mas também musicólogo, não poderia deixar de ser sensível à noção de *Ur-text*, que, como se sabe, é um termo alemão que significa “texto original”, muito utilizado na música clássica. Uma edição musical em forma de *Urtext* procura publicar a partitura de acordo com as melhores fontes e com aquelas que estariam mais próximas do original, autógrafa ou não. Cf. Rui F. Vieira Nery, “Joaquim de Vasconcelos e a Fundação da Musicologia Portuguesa”, In: Maria Manuela Delille *et alli* (Ed.), *Colóquio internacional 'Carolina Michaëlis e Joaquim Vasconcelos: a sua projecção nas artes e letras portuguesas'*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Fundação Eng^o António de Almeida, 19-21 de novembro de 2009 (no prelo).

¹⁰² Embora não conhecendo o alemão, Camilo Castelo Branco, no *Comércio do Porto*, 4 de julho de 1872 e no *Primeiro de Janeiro*, 22 de abril de 1873, pronunciava-se favoravelmente em relação à iniciativa de Castilho. Também com *Vaidades Irritadas e Irritantes (opúsculo acerca duns que se dizem ofendidos em sua liberdade de consciência literária)*, Porto, Tip. Lusitana, 1866, no contexto da *Questão Coimbrã*, Camilo tenta refutar as acusações feitas por Antero à poesia de Castilho, ironizando sobre os modelos estrangeiros, citados nos textos dos jovens coimbrões. Pinheiro Chagas assumirá idêntico parecer no *Diário Ilustrado*, 10 de julho de 1872 e no *Diário Ilustrado*, 14 de maio de 1873, advogando a tradução de A. F. Castilho, ao exaltar as qualidades da língua portuguesa. O linguista, pelo contrário, mais conhecedor do alemão, Adolfo Coelho, tal como Joaquim de Vasconcellos, pronunciar-se-á criticamente

A discussão deixa transparecer efetivamente o que se pensava em Portugal. Revela sobretudo a concepção do que era imperativo ter em relação a um *Texto* escrito por um *Autor*. Não se tratava, evidentemente apenas de uma questão relativa a critérios, que deveriam ser adotados em uma tradução poética, mas de uma reflexão que teria de ser ponderada à luz do rigor e da fidelidade ao texto preconizados pela escola alemã¹⁰³. Não pode ser definido apenas por um posicionamento ideológico perante uma escola (francesa, alemã, ou outra), mas por uma rigorosa dependência que deveria ser estabelecida entre o *Texto*, produzido por um Autor, e o *Texto*, que deveria ser usufruído pelo leitor. À questão da *melhor* tradução estava, portanto, subjacente a questão da aplicação da crítica textual¹⁰⁴.

4. Carolina Michaëlis tomará contacto direto com o mundo intelectual português e iniciará a sua atividade científica em Portugal no rescaldo do debate faustiano. Lembremo-nos. Chegada a Portugal em 1876, pouco tempo era passado sobre a tradução portuguesa do *Faust*, com publicações que persistiram de 1872 a 1874¹⁰⁵. No plano literário, em 1865, foram publicadas, por Teófilo Braga, *As Theocracias Litterarias*, onde a preocupação era dar à nação portuguesa um espírito nacional, uma “alma”, com uma produção literária, sinónimo de uma produção cultural. A

em *Ciência e Probidade*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1873. Na sua *Bibliografia Critica de História e Literatura*, Porto, Imprensa Literario-Comercial, 1875, dará conta da “...falta absoluta de senso crítico...” e da “...falta de seriedade...” (pp. 3-4; 8-10), mas também da noção de fidelidade à ideia do original na inversão e na qualidade da linguagem de que a tradução foi revestida.

¹⁰³ Pode consultar-se o verbete sobre *Traduções da Alemanha*, onde se regista significativo número, efectuado em grande parte com base em versões francesas (*Dicionário do Romantismo Literário Português*, Helena Carvalhão Buescu (Coord.), Lisboa, Caminho, 1997).

¹⁰⁴ O imaginário nacional, entre a concepção de nação e a necessidade do recurso ao modelo estrangeiro, perfilha-se neste contexto. A necessidade de se servir da história literária como forma identitária nacional e a criação como base de uma tradição nacional. Consulte-se a análise minuciosa de Carlos M. Ferreira da Cunha, *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, op. cit..

¹⁰⁵ A primeira notícia de Alberto Pimentel foi publicada no *Jornal do Porto*, 3 de julho de 1872 e as últimas com Joaquim de Vasconcelos, *O Consumado Germanista*. Porto, Imprensa Portuguesa, 1874 e com J. A. da Graça Barreto, *A Questão do Fausto pela Última Vez*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1874.

construção da “identidade” cristalizar-se-á com as comemorações do tricentenário de Camões em 1880¹⁰⁶.

Diversamente de Camões, poeta com tradição textual complexa, aproximar-se-á Carolina Michaëlis de outro poeta – Sá de Miranda – que, do ponto de vista textual, lhe oferecia terreno ainda mais rico do que o camoniano. Mais do que manuscritos soltos da poesia de Sá de Miranda, subsistiam apógrafos e, sobretudo, perdurava autógrafo. E quem diz autógrafo, não deixará de pensar em emendas, em rasuras, em variantes de Autor. Com Sá de Miranda, Carolina Michaëlis dispunha de material valioso para a aplicação da crítica textual de teor germânico.

A edição da poesia de Sá de Miranda (1481-1558) estava aliás prevista para 1880 como *Tributo ao Centenario de Luiz de Camões*. Um *Prospecto* anunciava como primeiro *Tributo* à solenidade as *Poesias* de Francisco de Sá de Miranda, cujo texto estava impresso em 1880, segundo informação da própria D. Carolina, embora a publicação date de 1885.

Neste mesmo *Prospecto*, figurava também a notícia da publicação da “edição crítica” do *Cancioneiro da Ajuda*, acompanhada de “variantes”, de “uma introdução”, de “notas”, de um “glossario”, de “índices” e de um “fac.sim.”, Porto 1880¹⁰⁷. Isto quer dizer que C. Michaëlis participava nas *Comemorações Camonianas* com dois projetos maiores, qualquer um deles prévio à genialidade de Camões: a poesia medieval, conservada no fragmentado *Cancioneiro da Ajuda*, e a poesia de Sá de Miranda nunca antes editada.

¹⁰⁶ Trata-se de um panfleto literário com que Teófilo Braga intervém na *Questão Coimbrã* em novembro de 1865, posicionando-se ao lado de Antero de Quental e das posições que por ele eram defendidas no *Bom Senso e Bom Gosto*, não deixando naturalmente de acusar Castilho (J. Theophilo Braga, *Theocracias litterarias: relance sobre o estado actual da litteratura portugueza*, Lisboa, Typ. Universal, 1865).

¹⁰⁷ É a própria Carolina Michaëlis quem reproduz estas notícias no elenco bibliográfico comentado com que abre o II volume da edição do *Cancioneiro da Ajuda* (*Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e commentada, 2 vols., Halle a.S., Max Niemeyer, 1904. Reimp. anastáticas: Torino, Bottega di Erasmo, 1966; Hildesheim-New York, Georg Olms, 1980; Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, que inclui, contrariamente às precedentes, o *Glossário* que C. Michaëlis tinha publicado na *Revista Lusitana*, XXIII, 1920 (separata de 1922; disponível em http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bvc/revistalusitana/23/lusitana23_pag_1.pdf), e um prefácio de I. Castro; II, pp. 54, n. 3; 55).

Sá de Miranda, com uma tradição textual ampla, em relação à maior parte da tradição manuscrita portuguesa, limitada em geral a um único exemplar, comparecerá em 1885 em Halle, Max Niemeyer, com o título *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*: edição crítica feita sobre cinco manuscritos inéditos e todas as edições impressas: acompanhada de um estudo sobre o poeta, variantes, notas, glossário, um retrato e cinco facsimiles¹⁰⁸.

Deslindar a natureza das variantes como autênticas, ou como apócrifas, avaliar a fidedignidade dos códices e das edições impressas, procedentes ou não de uma redacção original da mão de Miranda, examinar a ordenação dos textos, etc. Tantas eram as operações ainda não realizadas. Releiam-se as suas palavras:

“(…) O próprio poeta reconheceu esta dificuldade e confessa-a mais de uma vez, em frases soltas e suspiros mal dissimulados”. E cita-o: “Emendo muito. Eu risco e risco, vou me de anno em anno. Ando cos meus papeis em differença”, versos retirados do soneto, *Tardei, e cuidado que me julgam mal*. Remata a citação com outros dois versos do soneto *Assi que me mandáveis atrever*: “Nunca acabo de os lamber, como ussa os filhos mal proporcionados”¹⁰⁹.

Todavia a poesia mirandina não era desconhecida. Era lida há alguns séculos, mas na perspectiva de Carolina Michaëlis não estava “editada”¹¹⁰. Tomará,

¹⁰⁸ A edição está disponível na BN, <http://purl.pt/23578>.

¹⁰⁹ A passagem encontra-se no cap. *O texto e as variantes*, p. C. Sobre as questões editoriais em Sá de Miranda, ver também o estudo de José V. Pina Martins, *Poesias escolhidas*, Introdução, seleção, aparato crítico, tábua de concordância e glossário por ..., Lisboa, Verbo, 1969.

¹¹⁰ Depois da sua morte “decorreram mais *trinta e sette* annos, até que um dos seus admiradores se atreveu a dar ao prelo uma colecção das poesias do venerando mestre (1595). Duas gerações manusearam-n’as, pois, servindo-se só de copias manuscritas, espalhando pelo paiz numerosos exemplares, em parte tirados sobre os autographos, e em parte translações de 2^a, 3^a, ou 4^a mão. Se entre os autographos não havia dois completamente iguaes, quanto mais deviam differenciar-se os apographos! (*Poesias de Sá de Miranda, op. cit.*, p. C). Podem citar-se as *Obras do celebrado Lusitano o doutor Frãcisco de Sá de Mirãda* collegidas por Manoel de Lyra, [Lisboa], Manoel de Lyra, 1595; o filho de António Ferreira, Miguel Leite Ferreira, publicou postumamente os poemas do pai sob o título de *Poemas lusitanos* em Lisboa (1598) e as comédias apareceram em 1622 juntamente com as de Francisco Sá de Miranda (*Comedias famosas portuguesas. Dos Doctores Francisco de Saa de Mirãda e Antonio Ferreira*. Dedicadas a Gaspar Severim de Faria, Em Lisboa, por Antonio Alvarez, Impressor, & mercador de Livros, e feytas a sua custa, 1622; *Discvrsos varios politicos* por Manoel Severim de Faria, Em Evora, Impressos por Manoel Carvalho impressor da Vniversidade, 1624; Manuel Faria e Sousa, *Rimas varias / de Luis de Camoens principe de los poetas heroycos, e lyricos de España: ofrecidas al muy illustre Señor D. Juan da Sylva Marquez de Gouvea, Presidente del Dezembargo del Paço. y Mayordomo Mayor de la Casa Real, &c.*; por Manuel de Faria y Sousa, Cavallero de la Orden de Christo: tomo I e II: que contienem la primera, segunda, y tercera centuria de los sonetos, Lisboa, en la imprenta de Theotonio Damaso de Mello impressor de la Casa Real, 1685. E, já no séc. XIX, Ferdinand Denis, *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l’histoire littéraire du Brésil*, par..., Paris, Lecoite et

por isso, a mesma atitude que aspirava para Camões. Depurar a tradição, afinando-a criticamente, e proporcionar ao público o melhor texto, quer dizer, oferecer a restituição com instrumentos críticos na busca da versão mais próxima do original de Sá de Miranda.

Chamará assim a atenção na *Introdução* para o facto de que as obras de Miranda são particulares:

...offerecem uma quantidade extraordinaria de variantes, muito superior á que nos apresentam as obras de todos os poetas nacionaes, não exceptuando mesmo Camões. Essas variantes são tanto mais dignas de attenção, que ninguem as poderia suppôr em tão grande numero ao comparar as duas edições mais antigas (...). Um poeta que lega á posteridade unicamente borrões, deixando-lhe o encargo de dar a ultima mão na obra, e de escolher entre muitas redacções a que mais lhe agrade, é, felizmente uma excepção, *avis rara*. Esta excepção existe, porém, e chama-se Miranda.

E de Sá de Miranda, recordará ainda que o poeta não “deixou manuscrito algum prompto para a impressão, no qual, como n’um testamento poetico, mostrasse aos numerosos adeptos quaes as lições que preferia, quaes as suas ideias definitivas acerca da lingua, da prosodia, das licenças metricas”.

É, por isso, que D. Carolina explicita que as variantes são reunidas pela *primeira vez*, que são coligidas pela *primeira vez*, não sendo lícito “supprimir simplesmente o que julgavamos apocrypho, fazendo arbitrariamente a escolha do que nos parecesse mais bello e mais authentico. Publicamos, pois, *todas as variantes*, mas sem pedantismo pueril, porque excluimos as que são puramente orthographicas e as differenças linguisticas de pouca importancia (formas duplas com leves variações de pronuncia) (...)”¹¹¹.

É neste texto preliminar que exporá a sua convicção metodológica, explicando por que é que a edição não é *diplomática*. Anuncia o desenvolver de todas as numerosíssimas abreviaturas dos códices, admite a transformação da

Durey, 1826. Sobre a tradição manuscrita e impressa de Sá de Miranda, cf. Marcia Arruda Franco, “Impressos e manuscritos quinhentistas de Sá de Miranda”, *Floema* - Ano III, n. 5 A, out. 2009, pp. 31-62.

¹¹¹ *Poesias de Sá de Miranda, op. cit.*, pp. XCIX, C.

ortografia, sistematizando-a, a introdução de pontuação, a regularização do emprego da maiúsculas. A intervenção crítica é justificada com a separação de todos os “conglomerados irracionais de palavras”, com a emenda de erros manifestos, dando porém, conta das suas alterações, com a eliminação dos lusitanismos dos textos castelhanos. Afirmará ainda, quase em uma frase pré-continiana, que se trata de uma “edição crítica, que não é definitiva”¹¹².

Consciente, no entanto, de que em Portugal, o público não está preparado para uma *edição crítica*, previne:

“Em Portugal haverá amigos e admiradores do poeta, dispostos a censurar o nosso methodo, e que prefeririam que tivéssemos tido a ousadia de fazer uma escolha entre a riquissima messe de flores, formando só com as mais bellas uma coroa elegante, conforme o gosto moderno; emfim que publicassemos uma edição *modernizada*, que os menos eruditos pudessem lêr sem trabalho”. Prometendo que espera “satisfazer mais tarde esse desejo, como um lavor secundario, mas ainda assim bem melindroso, que só se torna possível depois de concluído este nosso trabalho preliminar, ingrato, mas indispensável”¹¹³.

Creio que podemos afirmar que a sua conceção metodológica de índole editorial comparece realmente nesta introdução à poesia mirandina. Assim se poderá compreender, creio também, que uma explicação do mesmo teor não terá sido necessária no texto preliminar à edição do *Cancioneiro da Ajuda* que justificasse a sua faculdade em apreender o *Textkritik*.

¹¹² Justificará este carácter não decisivo com o abundante material que recolheu e a tomada de conhecimento tardia de elementos de importância, que a obrigariam a acrescentos e correções, o que dificultaria o estudo do volume. E, tal como no *Cancioneiro da Ajuda*, imprimirá o seu *mea culpa*: “Se recommençássemos hoje a nossa tarefa, talvez a obra nos contentasse mais, satisfazendo todas as exigências da crítica” (Ed. *Poesias de Sá de Miranda*, 1885, pp. CIII-CIV). No *Cancioneiro da Ajuda*, as palavras são idênticas: “Se hoje recommençasse, seguia outro rumo. Há muito que reconheci quanto melhor teria sido dar logo em 1880 a edição paleográfica para fazer corpo com os outros dois Cancioneiros; levar a eito numa *Quarta Parte* a restituição integral dos textos todos, logo que Ernesto Monaci nos tivesse revelado as variantes do *Cancioneiro Colocci-Brancuti* e o estudo prometido” (Ed. *Cancioneiro da Ajuda*, *op. cit.*, I, p. VII). Gianfranco Contini referia o carácter provisório da edição crítica em “Ricordo di Joseph Bédier”, *Letteratura*, III, 1939, 1, pp. 145-152. Reed. In: *Un anno di letteratura*, Firenze 1942, pp. 114-132 e também In: *Esercizi di lettura sopra autori contemporanei con un'appendice su testi non contemporanei - Nuova edizione aumentata di “Un anno di letteratura”*, Torino, Einaudi, 1974, pp. 358-371.

¹¹³ Afirmção que é feita nos comentários preliminares (*Poesias de Sá de Miranda*, *op. cit.*, pp. CIII-CIV).

5. O que nos dirá, então, Carolina Michaëlis, depois de 1877 (data em que começa a estudar o *Cancioneiro da Ajuda*), ao pretender editar a poesia trovadoresca ajudense? Em 1904, explicava que a publicação da obra tinha sido “planeada e iniciada há mais de um quarto de século no próprio dia em que, hospeda ainda em tudo quanto se refere á língua, á literatura e á civilização do Portugal antigo, abri[ra] pela primeira vez, na Biblioteca da Ajuda, o códice vetusto e venerando que encerra os monumentos primevos da arte lírica peninsular”. Anuncia-nos que “a impressão dos textos principiou em 1895, depois de eu ter colacionado mais uma vez a lição criticamente restabelecida com o orijinal. A das *Investigações literarias* em 1900. São os dois Volumes que saem agora”¹¹⁴.

Deve notar-se que, nesta *Advertência Preliminar*, o qualificativo escolhido para designar o seu trabalho é “obra” [p. V] e não “edição”. “Edição crítica” comparece mais tarde no desenrolar do seu texto introdutório: “Pôsto que siga na edição crítica processos jeralmente aceitos, e os explique por miudo nas *Investigações*, é dever meu prestar contas, tambem neste lugar, das modificações que introduzi no texto”¹¹⁵. A noção de “variante” é fundamental para a sua reconstituição. Tanto a “variante” como o “erro”, teriam de estar omnipresentes na busca das fontes e na fixação do texto mais fiável¹¹⁶.

As causas dadas à demora entre o início da transcrição e da publicação, do tempo decorrido entre 1877 e 1904 têm sido justificadas tanto pela minúcia no trabalho de D. Carolina, como pelo aparecimento da tradição italiana com os dois cancioneiros e as dificuldades em obter realmente as “variantes” e os “erros” daqueles cancioneiros¹¹⁷. Não apenas lições variantes, mas ordenações textuais e

¹¹⁴ Início da *Advertência Preliminar* que abre o primeiro volume da sua edição. Na realidade, tinham-se passado vinte e sete anos entre a primeira transcrição e a publicação (*Cancioneiro da Ajuda, op. cit.*, I, pp. V, VI-VII).

¹¹⁵ *Cancioneiro da Ajuda, op. cit.*, I, pp. X-XII.

¹¹⁶ Explicitava melhor: “A questão das fontes e das mutuas relações dos dois cancioneiros entre si, com a *Tavola Colocciana* [e também com o da Ajuda] só então poderá ser resolvida plena e satisfatoriamente, ficando demonstrado se é sustentável, ou não, a hypothese dos três originaes diferentes, e de qual d'elles o Índice é synthese”. (*Cancioneiro da Ajuda, op. cit.*, II, p. 50).

¹¹⁷ A este propósito, podem consultar-se as opiniões de I. Castro no *Prefácio* à edição portuguesa do *Cancioneiro da Ajuda, op. cit.*, pp. q-r; as de Yara F. Vieira, “Paixão e paciência: Carolina Michaëlis e a filologia”, *op. cit.*, pp. 30-31 e M. Ana Ramos, “O Cancioneiro ideal de D. Carolina”, *op. cit.*.

instrumentos para a reconstituição textual¹¹⁸. A correspondência com Monaci, o acesso a variantes textuais, a percepção da valia das lições conceder-lhe-iam, por certo, outra garantia textual na fixação crítica das cantigas.

Com este obstinado modo de trabalhar, quase como um compromisso ético, C. Michaëlis não podia deixar de reagir aos hábitos portugueses, ao trabalho impaciente e rapidamente publicado por Teófilo Braga¹¹⁹. No entanto, diria eu, muitas das opiniões de T. Braga estimularam-na certamente na pesquisa argumentativa, muitos dos juízos apressados levaram-na a aprofundar, a discutir e a encontrar soluções, mesmo que não deixasse de ser, de algum modo, receptiva à simbologia de uma identidade nacional e à caracterização da portugalidade, cara a Teófilo Braga¹²⁰.

¹¹⁸ Segundo Yara F. Vieira, Monaci não perdoa a D. Carolina o não lhe ter concedido a edição paleográfica do *Cancioneiro da Ajuda* como terceiro volume para a sua colecção (Conferência pronunciada na cerimónia de encerramento da exposição *A Vida e Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos: evocación e homenaxe*, Biblioteca da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, 14 de abril de 2011). Agradeço muito reconhecida à Autora o ter-me facultado o seu texto. Na “Necrologia – Ernesto Monaci”, C. Michaëlis, ao escrever sobre o filólogo italiano, refere que a partir de certo momento, e contrariamente ao que fizera antes, passara a esconder o seu tesouro, isto é, o *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, que comprara em 1888, ‘declarando a todos os solicitantes que não o mostrava a ninguém, nem comunicava nada a respeito dele, e deixando de publicar o prometido estudo sobre as variantes que seguramente já elaborara e de que tanto necessitamos’. Talvez, afirma D. Carolina, “...desagradou-lhe o lento avançar do meu *Cancioneiro da Ajuda*, publicado afinal, pelo carácter diverso que eu lhe dava, não como *Parte Terceira* das *Communicazioni dalle Biblioteche di Roma e da altre Biblioteche per lo Studio delle Lingue e delle Letterature Romanze*, conforme a princípio se planeara, mas independentemente. Nem o aplacaram os dezassete testemunhos da minha ocupação não infecunda com os *Cancioneiros* que sucessivamente publiquei como *Randglossen* e em artigos relativos ao *Cancioneiro de D. Denis*” (*Revista Lusitana*, XXII, 1919, pp. 250-251).

¹¹⁹ À edição crítica de T. Braga, *Cancioneiro portuguez da Vaticana*, Lisboa 1878, escreverá C. Michaëlis uma severa recensão na *Zeitschrift für romanische Philologie, Supplementheft III (Bibliographie 1878)*, Halle 1879, pp. 84-85. Notícia mais particularizada virá incluída no II vol. do *Cancioneiro da Ajuda* (1904, pp. 44-48; 60-61). À edição Molteni, C. Michaëlis dedicará breve comentário também já na edição do *Cancioneiro* (1904, II, pp. 49-53). A urgência na recolha das variantes permitirá até que a Editora Niemeyer lhe envie, inclusivamente, durante a preparação da edição, “as folhas de impressão do CB [*Cancioneiro Colocci-Brancuti*], á medida que iam sahindo do prelo, explorando-as sem tardar a bem do CA [*Cancioneiro da Ajuda*], cuja preparação estava em andamento” (*Cancioneiro da Ajuda, op. cit.*, I, p. 54).

¹²⁰ Um exame do percurso de T. Braga da sua concepção romântica e idealista da literatura portuguesa como revelação do génio nacional (da escola trovadoresca ‘portuguesa’, da literatura popular, da nacional literatura, de influência alemã, ao positivismo que o faz refundir toda a sua obra) encontra-se em Carlos M. Ferreira da Cunha, *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX, op. cit.*, pp. 340-392. A reacção neo-romântica e a literatura de redentorismo republicano no fim-do-século entre os “eruditos” da *Geração Nova* (Leite de Vasconcellos, Adolfo Coelho, Carolina Michaëlis de Vasconcellos, etc.) por um lado, e Teófilo Braga e seguidores por outro lado, são submetidas a exame

6. São, agora, bem conhecidos os dados biográficos de C. Michaëlis, desde a sua formação com o Prof. Karl Goldbeck às suas precoces publicações¹²¹. Os estudos em Berlim devem enquadrar-se no perfil académico da cidade e no contexto mais geral da Alemanha em confronto com a escola de Bonn. Deve registar-se que Goldbeck, desde o início, foi em parte, rejeitado pela oposição rígida de K. Lachmann face à nova orientação da filologia. Goldbeck considerava o método histórico-comparativo de Grimm, Diez, Bopp e a posição filosófica idealista da Humboldt e Steinthal como partes integrantes da mesma disciplina. Mas quando Carolina Michaëlis nasceu em Berlim em 1851, Humboldt e Lachmann já tinham falecido¹²². F. Bopp tinha já sessenta anos¹²³. F. Diez, com cinquenta e sete anos, ensinava na Universidade de Bonn¹²⁴.

Carolina Michaëlis será naturalmente mais influenciada pelo idealismo de Humboldt, do que pela escola de August Schleicher¹²⁵. Posicionar-se-á assim como

por J. Carlos Seabra Pereira (“O tempo republicano da literatura portuguesa”, *Colóquio-Letras*, nº 175, 2010, pp. 3-64 [pp-10-12]).

¹²¹ “Carl Goldbeck, ‘amigo e mentor’”, In: Ulrike Mühlshlegel (Ed.), *Dona Carolina Michaëlis e os Estudos de Filologia Portuguesa*, Biblioteca Luso-Brasileira 22, Frankfurt am Main, Verlag TFM - Teo Ferrer de Mesquita, 2004, pp. 13-20.

¹²² Wilhelm von Humboldt (1767-1835), é um filósofo prussiano, diplomata e linguista, fundador da Universidade de Berlim. As suas importantes contribuições à filosofia da linguagem foram determinantes. É o seu contacto com o basco, língua e cultura, que lhe vai permitir delimitar os princípios da descrição linguística moderna (a sincronia da língua, o estudo descritivo e não prescritivo, a importância do *corpus* e dos informantes, o que o leva a questionar a pertinência das categorias da gramática latina para uma língua como o basco).

¹²³ Franz Bopp (1791-1867), linguista e filólogo alemão na Universidade de Berlim. Um dos principais criadores da gramática comparada em *O sistema de conjugação do sânscrito comparado aos das línguas grega, latina, persa e germânica* (1816) demonstrou a afinidade genética que existe entre essas línguas, deduzindo os princípios gerais de sua formação. A sua monumental *Gramática comparada das línguas indo-europeias (1833-1852)* será traduzida para francês por Michel Bréal, o que favorecerá a enorme influência nos estudos romanísticos (*Grammaire comparée des langues sanscrite, zend, grecque, latine, lithuanienne, slave, gothique, et allemande* (1833-1849) (2^e édition refondue, 1857 et traduite par Michel Bréal, 5 volumes, 1866-1873).

¹²⁴ Friedrich Christian Diez (1794-1876), filólogo alemão, o bem conhecido fundador da linguística românica.

¹²⁵ August Schleicher (1821-1868), linguista alemão, autor de *Compendium der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*, procurou reconstituir o indo-europeu comum. O ensaio de W. Thielemann admite que, após as influências berlinenses de Humboldt, Bopp e Grimm, Carolina Michaëlis será ainda marcada por Michel Bréal (1832-1915), tradutor da *Gramática* de Diez. Cf. Werner Thielemann, “Os Estudos sobre a formação de palavras nas línguas românicas (*Studien zur Romanischen Wortschöpfung*) (1876) de Carolina Michaëlis no ambiente das escolas linguísticas do século XIX

menos dependente das principais linhas da *Linguística Comparada* da época, voltando-se mais para os ideais do Romantismo alemão (identidade individual, alteridade cultural, identidade colectiva, sentimento nacional) e também para a emergência da escola social em França¹²⁶.

A “verdade”, deveria, no entanto, ser “a-nacional” por essência, e quase todas as filologias vão neste momento debater-se justamente com o problema das identidades nacionais (*reconstruir*, através do estudo da língua e da literatura medievais o desenvolvimento das diferentes consciências nacionais). A filologia serviria assim para tomadas de consciência e é, por isso, que cada filologia deveria estar ligada à “nação” (recordem-se as preocupações de G. Paris e também de J. Bédier quanto às edições de textos franceses, efectuadas por filólogos alemães, sobretudo depois da derrota de 1871 na guerra franco-alemã, para justificar e promover a filologia em França¹²⁷).

O procedimento editorial de Carolina Michaëlis, deve então ser observado, tendo presente o advento da aplicação da crítica textual a textos românicos e tendo, sobretudo, em consideração as diversas maneiras de julgar o texto (a *editio* antes do *commentarium* e do *argumentum*). Nota-se que, em qualquer um dos seus trabalhos, não há uma declaração de intenção metodológica, sugerindo que segue os *métodos habituais*, subentendendo-se à metodologia científica preconizada pela escola alemã (a dignidade científica apoiada no modelo de

(Humboldt, Grimm, Diez, Bréal, Schleicher)”, In: Ulrike Mühlshlegel (Ed.), *Dona Carolina Michaëlis e os Estudos de Filologia Portuguesa*, op. cit., pp. 59-81.

¹²⁶ A competência alemã nas ciências da linguagem fora reconhecida, após a derrota da França em 1870. Os franceses partem contudo para a Alemanha para aprender o método científico para lidar com os textos. Gaston Paris em Bonn com Diez, de quem aproveitará sobretudo a ênfase na reconstrução histórica desenvolvendo um olhar objectivo e distante, como observador científico, tratando os textos literários como documentos históricos. Cf. Ursula Bähler, *Gaston Paris et la philologie romane*, Genève, Droz, 2004 (*Publications Romanes et Françaises*, 234).

¹²⁷ Releia-se o *Prospectus* no lançamento da *Romania* (1871) por Gaston Paris e Paul Meyer. A *Filologia* serviria assim para o conhecimento de si próprio e para o da nação à qual se identificava (*Connais-toi même... γνώθι σεαυτόν*, conhece o teu passado para compreenderes o teu presente, proclamava Gaston Paris). Não deveriam ser os outros a “conhecer-nos”, mas, ao mesmo tempo, como diria Gröber, estudar o outro é compreender o outro, o entendimento entre os povos (Cf. U. Bähler, *Gaston Paris et la philologie romane* op. cit., pp. 394-395-396. O *Prospectus* foi inserido em um dos anexos do estudo de U. Bähler, op. cit., pp. 699-702).

Altertumswissenschaft)¹²⁸. Certamente que D. Carolina deu conta das limitações do lachmannismo, quer no mecanismo das operações, quer no papel desempenhado pela autoridade de certos manuscritos, quer na natureza de certas tradições¹²⁹. Foi assim que J. Bédier valorizará um *bon manuscrit* como indivíduo, e a releitura de G. Pasquali, em Itália, discutirá o problema da recensão aberta, quer dizer a impossível reconstituição devido à falta de testemunhos¹³⁰. E esta situação era, por certo, frequente tanto na poesia medieval, como na transmissão textual de Sá de Miranda e, ainda mais, na de Camões.

Também não é possível afirmar que Carolina Michaëlis introduza uma declaração de intenções como Gaston Paris o fez na *Vie de Saint Alexis*, como vamos ver. O meio académico francês era dominado por personalidades como Gaston Paris (1839-1903) e Paul Meyer (1840-1917) e deve-se, em parte, a introdução de nova metodologia após os estudos de Gaston Paris na Alemanha¹³¹. Quando a *Romania* é criada em 1872, Gaston Paris e Paul Meyer procuravam um perfil científico para uma revista francesa no domínio da *Filologia* das línguas

¹²⁸ Aqui, deve notar-se que Carolina Michaëlis não se serve da evocação da autoridade de K. Lachmann, nem no sentido de o seguir, ou de o contradizer. Ivo Castro afirma ao explicar a conceção editorial de Carolina Michaëlis: “Embora me pareça que D. Carolina nunca consumiu muito tempo a meditar sobre os fundamentos da teoria de Lachmann, nem sobre os seus métodos, inicialmente aplicados ao medieo românico por Gaston Paris, a sua ideologia, tanto quanto se deduz das suas edições, deve ter sido perfeitamente ortodoxa. Neste particular, o manuscrito é um testemunho, um documento, que vale pelo impulso com que ajuda o filólogo a passar por cima dele. Um manuscrito não é fim próprio do filólogo, mas degrau na busca dos originais perdidos. É exactamente assim que D. Carolina trata o códice da Ajuda” (*Prefácio* à reimpressão da edição de Halle do *Cancioneiro da Ajuda*, *op. cit.*, **O**).

¹²⁹ A filologia coincide com a reconstituição do original perdido (Lachmann, 1793-1851). O objectivo foi a elaboração de um método de edição científico, não dependente de situações casuais que desse como resultado, através de várias fases, a restituição objetiva, praticamente mecânica do original perdido (Caroli Lachmanni In *T. Lucretii Cari de Rerum natura libros commentarius*, Berolini, Impensis G. Reimeri, 1850). Lucrécio seria, entre os autores gregos e latinos, o mais adaptado para a aplicação do novo método, visto que o poema se encontrava copiado em poucos códices medievais cujo parentesco poderia ser facilmente reconstituído. Os princípios baseavam-se assim na tomada em consideração de todos os códices (*recensio*) e não apenas em uma *Vulgata*. A opção principal focalizava-se na noção de erro, ou seja, era necessário duvidar de todos os códices, reconstrução da história do texto através das suas relações genealógicas entre os manuscritos (*examinatio*) e critérios objectivos para determinar a lição do original (*collatio*), ou pelo menos do arquétipo, sem utilizar o *iudicium, usus scribendi, lectio difficilior*, quer dizer na escolha de variantes. Assim se poderia chegar ao *stemma codicum*.

¹³⁰ Giorgio Pasquali, *Storia della tradizione e critica del testo*, Firenze, Le Lettere, 1988 (1^o ed. 1934).

¹³¹ Os contactos de Gaston Paris com F. Diez nos alicerces da disciplina e a sua estadia em Bonn favoreceram a aplicação da metodologia germânica a textos literários franceses (M. Zink [Ed.], *Le Moyen Age de Gaston Paris, la poésie à l'épreuve de la philologie, Actes du colloque* organisé par Michel Zink, de l'Institut, professeur au Collège de France, les 27 et 28 mars 2003 à la Fondation Hugot du Collège de France, Odile Jacob, Paris, 2004 (Coll. “Collège de France”); U. Bähler, *Gaston Paris et la philologie romane*, *op. cit.*).

românicas e não apenas da língua francesa. Logo no primeiro número, as intenções de Gaston Paris são bem evidenciadas quanto ao conteúdo pela justificação do próprio título *Romania*. Um domínio plural com *linguas* e *litteraturas*, desde que sejam herdeiras do “roman”¹³².

A emergência da escola francesa (diversamente da Alemanha, a *filologia* em França deveria sentir-se em concorrência com a crítica literária e com a história) implantava assim nova abordagem crítica com a edição da *Vie de saint Alexis*, em 1872, como admitia o próprio Gaston Paris na apresentação da sua edição (lições escolhidas segundo a classificação dos manuscritos, restituição de formas, restauração integral, etc.):

Les textes sont publiés d’après un système qui, jusqu’à présent, a été bien rarement employé pour les productions du moyen-âge. Les leçons sont établies sur la classification des manuscrits, les formes sont restituées d’après l’appréciation critique de la langue du poète. Ces deux procédés n’ont pu être appliqués aux quatre poèmes de la même façon: la rédaction du XII^e siècle, conservée dans un seul manuscrit, a été reproduite telle qu’il la contient, sauf les corrections nécessaires pour le sens ou la mesure; le poème du XIII^e siècle, bien qu’on n’en possède aussi qu’un texte, s’est prêté, grâce à l’étude attentive de ses rimes, à une restitution assez complète pour ses formes, mais n’a pu être reconstitué avec la même certitude pour les leçons; les quatrains du XIV^e siècle au contraire, grâce au nombre des manuscrits et à leur classification, ont pu être publiés avec une grande sûreté en ce qui concerne les leçons, mais non en ce qui regarde les formes, très difficiles à établir pour l’époque où vivait l’auteur. Enfin le poème du XI^e siècle a été soumis à un essai de restauration intégrale sur le succès de laquelle auront à se prononcer les juges compétents”.

Resumindo brevemente, concluía esta sua maneira de agir com o fervor do empenho:

ce que ce volume, qui peut paraître trop étendu, contient d’intéressant pour la philologie, la critique et l’histoire littéraire. Je serais surtout heureux qu’il obtînt l’approbation du monde savant s’il pouvait ainsi

¹³² *Romania*. *Recueil trimestriel consacré à l’étude des langues et des littératures romanes*, T. 1, n° 1 (1872, janv.), Paris, Librairie Franck, 1872-. Pouco antes, a *Revue des Langues Romanes*, iniciada em 1870, e publicada pela *Société pour l’étude des Langues Romanes*, centrava-se mais no estudo da língua e da literatura *d’oc*, antiga e moderna. Para a importância da *Revue des Langues Romanes* no mundo da romanística, cf. *Actes du colloque international, “Autour de la Revue des langues romanes”*, P. Boutan et P. Martel, Montpellier [Ed.], 7 et 8 avril 2000, Montpellier, France, 2001, vol. 105, n° 1.

contribuer à faire apprécier favorablement et par conséquent à affermir notre jeune École des Hautes Études¹³³.

Gaston Paris mostrava como trabalhava em um terreno tão científico e tão preciso, como em ciências exactas. Neste período, finais do século XIX, princípios do século XX, a filologia românica, em particular a edição de textos, devia basear-se em dados verificáveis e quantificáveis, em uma escola de rigor, de precisão e de acribia¹³⁴.

Assim, se poderia afirmar que a *crítica das lições* e a *crítica das formas* pelo cotejo e classificação dos manuscritos se impunham como fundamento à edificação da edição do poema do século XI e da sua tradição, inspiradas na metodologia lachmanniana¹³⁵.

Perante estas perspectivas textuais (*codex optimus, codices plurimi, codex receptus...*), como situar Carolina Michaëlis? Vimos que no *Cancioneiro da Ajuda* não menciona Lachmann, nem se expande em demonstração doutrinária, que justificaria as atitudes tomadas. Não deve ser surpreendente. O próprio Lachmann,

¹³³ Reproduzo este desígnio do *Avant-propos* de Gaston Paris, redigido em Paris em Dezembro de 1871 (*La vie de saint Alexis: poème du XIe siècle et renouvellements des XIIe, XIIIe, et XIVe siècles* (Paris 1872, pp. VI-VII). Sublinho os pontos fulcrais desta apresentação metodológica.

¹³⁴ A edição alexiana de Gaston Paris será posta em causa, bastantes anos depois, pelas opiniões do discípulo Joseph Bédier (1864-1938), que lhe vai de algum modo retirar o privilégio da validade de uma edição que ambicione a *reconstituição* do texto o mais próximo possível do original. Tendo adoptado inicialmente o método lachmanniano na edição do *Lai de l'ombre* (1892), Bédier colocará em questão aquele conjunto de regras, ao mostrar a dificuldade no restabelecimento científico de um original e a necessidade de considerar as obras tal como são transmitidas pelos textos existentes. Deste modo, deixava de aderir à restituição de modelos hipotéticos perdidos. Assim se desenvolveu a noção de um *bom manuscrito* (*codex optimus*), materializado na concepção da sua segunda edição do *Lai de l'Ombre* em 1913, e no seu artigo publicado na *Romania* em 1928. Cf. Alain Corbellari, *Joseph Bédier écrivain et philologue*, Genève, Ed. Droz, 1997 (Col. Publ. Romanes et Françaises, numéro 220) e a recensão a este estudo de Cesare Segre, *Revue Critique de Philologie Romane*, 2, 2001, pp. 82-91. Recorde-se ainda, apesar do tempo passado, em 1974 a *Table Ronde*, “Premesse ideologiche della critica testuale”, com o debate sobre estas duas maneiras de encarar o texto discutidas por F. Lecoy (“L’édición critique des textes”), advogado do *texto-documento*, quase intocável, e Aurelio Roncaglia (“La critica testuale”), que reivindicava intervenção no manuscrito, protegida pelas operações críticas, aplicadas à tradição textual (*Atti del XIV Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza, (Napoli, 15 - 20 Aprile 1974, vol. I, Naples-Amsterdam, 1978, pp. 481-488; 501-508)*.

¹³⁵ Sobre a tradição editorial francesa, ver o exame de Cesare Segre. Ao analisar manuais de crítica textual, são revistas as teorias ecdóticas praticadas por estudiosos de literatura francesa (C. Segre, “L’après Bédier: due manuali francesi di critica testuale”, *Ecdotica*, n° 2, 2005, pp. 171-182). Cf. também o “Ricordo de Bédier” de Gianfranco Contini, *op. cit.*.

de algum modo, também não o faz. No caso do *Cancioneiro da Ajuda*, esta questão deve ainda colocar-se de modo mais premente, porque aquele fragmento poético era para Carolina Michaëlis o que restava de um livro acidentado e incompleto. Portanto, em termos objectivos, seria possível na sua percepção reconstituir, através da crítica, fases precedentes e obter a “verdade” daquelas cantigas¹³⁶.

7. A edição crítica como objectivo último encontrou nos *cancioneiros* um terreno ideal (cancioneiros provençais, franceses, italianos) devido à preocupação do refazimento, através da racionalização das relações móveis entre os códices, a fisionomia das fontes. Na ausência de edições que examinassem, pelo menos, alguns ciclos de autores, Gustav Gröber vai considerar a seriação dos textos em cada um dos testemunhos, o que, hoje, pode ser encarado como um exercício comparativo que procurava estabelecer *familia de manuscritos* e, portanto, facilitar a tarefa do editor (a questão colocava-se já entre editar um cancionero, ou editar um ciclo poético de um trovador)¹³⁷.

¹³⁶ É assim que D. Carolina não se contenta com a *conjectura de proximidade* justificável pela lacuna palpável (verso suspenso e fólio perdido), mas vai mais longe até à *conjectura à distância*, imaginando o que poderia ter figurado nesse estado perdido, incluindo certo número de textos que poderiam nunca ter figurado na concepção inicial (Cf. Maria Ana Ramos, “O Cancioneiro ideal de D. Carolina”, *op. cit.*, pp. 26-35).

¹³⁷ Gustav Gröber, “Die Liedersammlungen der Troubadours”, *Romanischen Studien*, Bd. 2, 1877, pp. 337-670. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k92989c/f340.imager=.langFRGR>. Neste ensaio, encontramos aquilo a que poderíamos designar de prolegómenos a uma história da tradição manuscrita à edição. Cf. Fabio Zinelli, “Gustav Gröber e i libri de trovatori (1877)”, *Studi mediolatini e volgari*, XLVIII, *Atti del colloquio della Società Italiana di Filologia Romanza* (Pisa settembre 2000), 2002, pp. 229-274. Versão francesa, In : *Le Moyen Âge au miroir du XIX^e siècle (1850-1900)*, Paris, Éd. L. Kendrick F. Mora, M. Reid, *Actes du Colloque de Saint-Quentin-en-Yvelines* (22-23 juin 2000), 2003, pp. 119-145. Praticamente no mesmo período, é fundada em 1877 a revista *Zeitschrift für romanische Philologie* e, pouco depois, a obra que se poderá considerar como a primeira enciclopédia românica, *Grundriss der romanischen Philologie*, Strassburg, K. J. Trübner. 4 vol. (1^a ed. 1888-1902). Também em alemão, tinha sido anteriormente publicada a *Encyklopädie und Methodologie der Romanischen Philologie mit besonderer Berücksichtigung des Französischen und Italienischen*, 3. Teil, Heilbronn, Gebr. Henninger, 1884-1886 por Gustav Körting (1845-1913). Esta primeira obra será substituída pela de G. Gröber. A determinação metodológica será testemunhada por E. Curtius ao afirmar que Gröber lhe tinha inculcado a obrigação de dar atenção aos dados e não tentar sínteses apressadas sem um sólido trabalho prévio. Assim o declarava na sua *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, Berna, A. Francke, 1948. Leiam-se ainda as suas palavras elogiosas em “Gustav Grober und die romanische Philologie”, *Zeitschrift für romanische Philologie*, LXVII, 1951, pp. 257-288 e, depois, em *Gesammelte Aufsätze zur romanischen Philologie*, Francke, Bern und Munich, 1960, pp. 428-455.

A história da tradição textual do *cancioneiro* implica entrar no propósito que, hoje, integraríamos no plano da *Filologia material* (história dos cancioneiros, geografia dos códices, constituição, comanditários, compiladores, fontes textuais, ordenação dos textos, critérios, estratificação, aspectos técnicos da decoração artística, o aspecto cultural dos manuscritos), o que Carolina Michaëlis não deixará de proporcionar no seu bastante *moderno* capítulo, *Descrição do Codice* no segundo volume da sua edição¹³⁸.

As questões de ordenação quanto à selecção de textos e de autores em um *Cancioneiro* podem bem ilustrar as relações da obra no âmbito de uma tradição¹³⁹. O sucesso da compilação pode estar dependente do mandatário, ou de quem teve a responsabilidade da transcrição. A variação pode não depender apenas de copistas, mas também de quem orientou, ou de quem supervisou a cópia. É aqui que se posiciona Carolina Michaëlis. É preciso ir além do manuscrito. O melhor copista nunca substituirá o Autor¹⁴⁰. Entendeu-o bem D. Carolina. Um bom copista da *Divina Commedia*, mesmo que se chame Giovanni Boccaccio, nunca poderá substituir Dante. Tal como os melhores copistas e impressores de Camões nunca poderão tomar o lugar de Camões.

As conjecturas de Gröber serão imprescindíveis para qualquer estudo sobre a transmissão da poesia dos trovadores, vista tanto em uma tradição compilatória,

¹³⁸ *Cancioneiro da Ajuda, op. cit.*, II, pp. 137-179.

¹³⁹ Quando Gröber reflete nos *Cancioneiros* tinha já publicado *Fierabras* com o *stemma*. Canção de gesta, anónima, francesa, pertencente à *Gesta do Rei* narra as aventuras do gigante Fier-à-Bras (*Fierabras. Chanson de geste du XII^e siècle*, éd. par Marc Le Person, Paris, Champion, “Les classiques français du Moyen Âge” 142, 2003).

¹⁴⁰ Repense-se como esta questão de Autor foi importante neste período. A ideia de Autor e de *Livro de Autor* levava o próprio F. Diez em 1830 a considerar o *Cancioneiro da Ajuda*, sem rubricas atributivas, da responsabilidade de um *único Autor*, Joam Coelho, nomeado no último verso da cantiga *Que alongad’eu ando d’u iria*. E, ainda mais tarde, em 1863 (*Über die erste portugiesische Kunst- und Hofpoesie*, Bonn, Eduard Weber, 1863), inspirando-se na edição de F. A. Varnhagen (*Trovas e Cantares de um Códice do XIV Século: Ou antes, mui provavelmente, O “Livro de Cantigas” do Conde de Barcellos*, Madrid, 1849), continuava a pensar em um *único Autor*, o Conde de Barcelos. Nesta altura, ainda não se encontrava à disposição o *Índice* do *Cancioneiro da Vaticana* (Vat. Lat. 4803) [o *Canc da Vaticana* descoberto por F. Wolf em 1843], mas a edição de C. Lopes de Moura (*Cancioneiro d’elrei D. Diniz*, pela primeira vez impresso sobre o manuscrito da Vaticana, com algumas notas ilustrativas, e uma prefacção historico-literaria pelo Dr. Caetano Lopes de Moura, Pariz, Aillaud, 1847) limitava-se a um único Autor, o rei D. Denis. O elenco dos outros trovadores surgirá só com F. Wolf em 1850 (“Geschichte der portugiesischen Literatur im Mittelalter”, *Studien zur Geschichte der spanischen und portugiesischen Nationalliteratur*, IV, Berlin, A. Cohn und D. Collin, 1859, pp. 701-706. Disponível em <http://www.archive.org/details/studienzurgesch00wolfuoft>).

repertorial, ou antológica (cancioneiros), como na individualidade de cada um dos autores (a obra de um trovador ou de um ciclo), sem omitir que a observação material do cancionero o definiria como objeto cultural¹⁴¹. Assim, para Gröber no início da tradição poética dos trovadores, os poetas teriam transcrito os seus poemas em fólhos, ou em *rolos de pergaminho (Liederblätter)*, que poderiam ter servido de apoio à interpretação coral e musical dos jograis¹⁴². Passada esta fase, os *textos avulsos* teriam sido *reunidos*, ou *cosidos* uns aos outros, em *Liederbücher*, provavelmente organizados por autor, constituindo-se assim um dos primeiros momentos da recolha de poesia¹⁴³. Destas transcrições, teriam surgido depois as *compilações mistas*, que reuniam mais de uma colecção de poemas de autores em um *processo cumulativo* ou *antológico (Gelegenheitssammlungen)* e mesmo em *conjuntos compósitos (zusammengesetzte)* ou simplesmente em *manuscritos avulsos (Handschriften)*. Desta nova maneira de encarar a tradição manuscrita dos trovadores resultavam questões práticas indeléveis.

Em primeiro lugar, a *importância da ordem e a disposição dos textos* nos cancioneros tornavam-se imprescindíveis para o estabelecimento do texto crítico. Em segundo lugar, observava-se também como os *cancioneiros*, apesar de se caracterizarem como *obras colectivas*, podiam ser classificados em *famílias de manuscritos*, embora reconheça que não é absolutamente conclusivo o seu trabalho na obtenção do texto original a partir dos manuscritos¹⁴⁴. Interessante observar, a esta distância, o imediato reparo de P. Meyer ao trabalho de G. Gröber, publicado

¹⁴¹ A importância de K. Bartsch, que propõe pela primeira vez uma visão sobre a tradição manuscrita dos trovadores, e o desempenho de Gustav Gröber na análise dos livros dos trovadores, são examinados no ensaio de F. Zinelli, “Gustav Gröber e i libri de trovatori (1877)”, *op. cit.*.

¹⁴² Não se conservam directamente estas *Blätter*, embora os testemunhos textuais deixem antever este estádio. O *Pergaminho Vindel* com as sete cantigas de Martin Codax na tradição galego-portuguesa foi muitas vezes considerado justamente um destes “rolos” (*O Som de Martin Codax. Sobre a dimensão musical da lírica galego-portuguesa (séculos XII-XIV)*). Prefácio de Celso F. da Cunha, Lisboa, UNISYS, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986).

¹⁴³ Os exemplos em âmbito provençal são ilustrativos, por exemplo, com a poesia de Guiraut de Riquier (1254-1292) e são facilmente conjecturáveis os casos de Afonso X e Denis para a poesia galego-portuguesa (Valeria Bertolucci, “Un progetto di edizione del ‘Libre’ di Guiraut de Riquier ed altre osservazioni”, *Tenso*, IX, 2, 1994, pp. 106-125; Harvey L. Sharrer, “Fragmentos de Sete Cantigas d’Amor de D. Dinis, Musicadas – uma Descoberta”, In: *Actas do Congresso da Associação de Literatura Medieval*, vol. I, Lisboa, Ed. Cosmos-Colecção Medievalia, 1991, pp. 13-29; Juan Paredes [Ed.], *El cancionero profano de Alfonso X el Sábio. Edición crítica, con introducción, notas y glosario por...*, L’Aquila, Japadre Editore (Romanica Vulgaria, 2001).

¹⁴⁴ “Die Liedersammlungen der Troubadours”, *op. cit.*, p. 656.

na *Romania* (1877, vol. VI). À organização sistemática e global dos dados, proposta por Gröber, contestava P. Meyer com uma intenção metodológica, mais particularizada e individualizada, que podia ser exequível através do exame de fenómenos ímpares da tradição. Assim, duvidando das características complexas de uma tradição *mista*, como a dos cancioneiros (um *emaranhado* textual), voltava a transcrever a sua opinião:

La plupart des recueils des troubadours que nous possédons ne sont pas les premiers qu'on ait faits, mais ils ont été compilés à l'aide de recueils antérieurs. Aucun ou presque aucun ne peut être dit complètement original. Presque tous contiennent une ou plusieurs pièces répétées deux fois sous un nom différent, ce qui indique manifestement une double origine, médiate sinon immédiate les leçons indiquent aussi les affinités les plus variées. Il y a donc dans la dérivation de nos recueils de troubadours un enchevêtrement tel qu'il est impossible, comme on peut le faire jusqu'à un certain point pour les chansonniers français, de les grouper par familles (...) ¹⁴⁵.

Carolina Michaëlis, mais de uma vez, menciona G. Gröber, o Professor de Strasbourg, embora o seu *Índice alfabético remissivo, acompanhado de algumas notas adicionais*, não o revele (vol. II, pp. 949-994). Em primeiro lugar, é digna de interesse a explicação que dá à gênese da *História da Literatura Portuguesa* publicada em co-autoria com T. Braga no *Grundriss* ¹⁴⁶. Outras ocorrências incidem

¹⁴⁵ P. Meyer retomava a sua opinião já anteriormente publicada (“Je me borne à résumer mon opinion...”) nos *Documents manuscrits de l'ancienne littérature de la France (Rapports à M. le ministre de l'instruction publique)*, dados a público em 1871, p. 161 (Rec. a Gustav Gröber, “Die Liedersammlungen der Troubadours”, *Romanischen Studien*, II, 1877, pp. 377-670, *Romania*, VI, 1877, pp. 476-477). A oposição tinha-se já manifestado na Alemanha. A primeira edição da obra lírica de Walther von der Vogelweide, publicada por Karl Lachmann (*Die Gedichte Walthers von der Vogelweide*, 2. Ausgabe von Karl Lachmann, Berlin, G. Reimer, 1843 [1ª ed., publicada em 1827]), é criticada, bem antes do que vai suceder depois com J. Bédier em França. Friedrich-Heinrich von der Hagen (1780-1856) renuncia à reconstituição de um arquétipo, ou à procura de um original, editando praticamente o melhor manuscrito com a conceção do *Leithandschriftenprinzip* (o princípio do melhor manuscrito). Cf. F.-H. von der Hagen, *Minnesinger, deutsche Liederdichter des zwölften, dreizehnten und vierzehnten Jahrhunderts*, Leipzig, 1838-1856.

¹⁴⁶ A propósito da sua *História da Literatura Portuguesa* com participação de T. Braga, no capítulo dedicado à *Resenha Bibliographica*, no § 80, explica um dos seus excursos em relação ao *Cancioneiro da Ajuda*: “(...) Às sollicitações de sabios estrangeiros que me foram dirigidas deve-se o primeiro resumo methodicamente ordenado dos factos historicamente mais importantes da litteratura portuguesa, apurados até 1892. Escripito em allemão, forma parte da grande Encyclopedia de philologia românica, organizada com destino aos estudantes d'aquella especialidade, em Strassburg pelo Professor Gustavo Groeber. 64°. *Geschichte der portugiesischen Litteratur* von Carolina Michaëlis de Vasconcellos und Th. Braga im *Grundriss der romanischen Philologie unter Mitwirkung von Fachgenossen herausgegeben* von G. Groeber; Strassburg, 1892-1893. Vol. 11^b pag. 129-382. Doente e não me considerando ainda sufficientemente preparada, instei primeiro com Th. Braga, como auctor da maioria dos trabalhos aqui resumidos, para redigir, em meu lugar, um esçoço intitulado: *Traços geraes de litteratura portuguesa*,

em remissão bibliográfica, como o artigo de Lang sobre o descordo, publicado na homenagem a G. Gröber¹⁴⁷.

No importante capítulo sobre *Os compiladores – Lista dos Cancioneiros galaicos-portugueses*, Carolina Michaëlis, menciona G. Gröber mas, desta vez, com a referência à ordenação de cancioneros. Releia-se o contexto. Encontramos no capítulo dedicado a *O Livro das Trovas del Rey D. Affonso* (§ 165): “Durante a sua longa estada em França, i. é antes de 1245, o Bolonhês viu, de certo, conforme já aponte, cancioneros com obras de troveiros e trovadores, escriptos e pintados no estylo gothico-francês, **em parte ordenados pelo systema chronologico, em parte pelo systema esthetico, por géneros (...)**”. Em apoio a esta suposição, reenvia para o importantíssimo estudo de G. Gröber sobre as **recolhas** das canções dos trovadores, intitulado “Die Liedersammlungen der Troubadours”, *Romanischen Studien*, Bd. 2, 1877, pp. 337-670 (*Cancioneiro da Ajuda*, cit., II, p. 232, n. 3).

Embora este estudo não seja examinado de modo exaustivo, Carolina Michaëlis não pode deixar de se ter inspirado na categorização estabelecida por Gröber em relação à tradição provençal. A incompletude de cancioneros provençais poderia explicar o truncado *Cancioneiro da Ajuda*. Incompleto ficara também um códice provençal (No. 1592) da Bibl. Nat. de Paris [ms. B, BnF., fr. 1592, provavelmente originário de Auvergne dos finais do séc. XIII], e noutro de Berna, faltava-lhe a notação musical (389) [*Chansonnier français C* da

sendo atendida. Mas achando-o impropriamente curto, vago e escasso para o fim e destino da obra alemã, e não podendo cingir-me a muitas das opiniões nella expendidas, refundi-o completamente quando vi que a impressão progredia com vagar. Os dados que condensei em alguns paragraphos sobre a poesia popular (§ 19 e 20) e no capítulo sobre a primeira época da litteratura portuguesa (§ 26-48) eram o fructo de investigações já longas e conscienciosas, mas que não estavam, nem estão hoje terminadas. Rectificando tacitamente muita asseveração erronea e muita data inexacta do meu predecessor e amigo, com o fim de consolidar as bases da construcção, fui levada, de vez em quando, a repetir algumas affirmações suas que não sujeitára ainda a analyse especial. Dando solução aceitável a vários problemas, relativos ás origens e aos principies da poesia trovadoresca, embora sem demonstração explicita por falta de espaço, tive de apresentar outras, ainda duvidosas ou provisórias (...)” (*Cancioneiro da Ajuda*, op. cit., II, p. 74).

¹⁴⁷ No § 94, H. R. Lang, *The Descort in Old Portuguese and Spanish Poetry*, Halle a. S., Max Niemeyer, 1899, anunciado em nota como separata de uma *Miscellanea* offerecida ao Cathedralico de Strassburg, Gustav Groeber, por alguns seus discipulos, sob o titulo *Beiträge zur romanischen Philologie, Festgabe für Gustav Gröber* (*Cancioneiro da Ajuda*, op. cit., II, p. 88, n.1).

Burgerbibliothek 389], sem contar os que não tinham decoração concluída, como o cancionero de Lisboa.

Repare-se também como admite que “Nem é temerário imaginar [que D. Afonso, conde de Boulogne-sur-Mer] trouxesse consigo ou mandasse vir depois de enthronado, algum exemplar para servir de modelo aos seus escrivães (...). E note-se também como associa a organização do cancionero peninsular à tradição provençal: “Os caracteres, as miniaturas dos códices peninsulares e a tripartição, feita segundo as matérias, lembram os melhores códices provençaes, em que era costume agrupar em secções separadas, canções, sirventeses e tenções”. Gröber não deixa de estar subjacente a esta conjectura. E Gröber está da mesma forma implícito nas relações que estabelece com os manuscritos, com o elenco de cancioneros perdidos e na descrição das fases constitutivas da tradição (rótulos e cadernos soltos; volume tripartido; cancioneros de Autor; Cancioneiro de Amor; Livro de cantares de amigo, Cancioneiro de burlas, etc)¹⁴⁸.

8. Não se pode afirmar que exista, portanto, por Carolina Michaëlis, uma declaração de princípios metodológicos, mas podem filtrar-se as suas intenções e as suas preocupações quanto à importância do *Texto* e, de algum modo, quanto à sua intangibilidade. A *reconstrução* de texto, a busca incessante de estádios precedentes, até ao original, é o seu percurso. Relacionando textos poéticos galego-portugueses entre si e comparando-os na tradição que, com dificuldade, obtinha. Indo mais longe. Cotejando os textos poéticos galego-portugueses com outras tradições poéticas, em particular com a provençal.

C. Michaëlis não cessou de pensar nos fundamentos de uma disciplina e na sua aceitação em um país inexperiente em *crítica textual*, onde reinaria a confusão e a irreflexão metodológicas. Não só na sua própria maneira de pensar o seu

¹⁴⁸ *Cancioneiro da Ajuda*, *op. cit.*, II, p. 232, n. 1; 232-233. Em particular, devem consultar-se os capítulos dedicados à constituição da tradição e à formação dos cancioneros galego-portugueses (*Cancioneiro da Ajuda*, *op. cit.*, II, cap.IV e Cap V e para o *stemma*, pp. 285-288).

desempenho científico, mas também no papel que o seu trabalho deveria proporcionar ao país que a acolhera.

O seu desencanto viria desta ausência de rigor e desta forma superficial de trabalhar, reagindo, um pouco como Joaquim de Vasconcellos procedera com a tradução do *Faust* em português por Castilho:

As edições antigas que satisfazem são rarissimas. Os textos estão crivados de erros. Os prefacios, quando os ha, conteem quasi sempre só louvores vagos e banaes. A vida e a obra do poeta não nos é revelada. Faltam datas exactas e tambem os retratos. Memorias, cartas, autobiographias são extremamente raras. (...) Tambem ha a registar falsificações e fraudes. Nem sequer os manuscriptos depositados na Torre do Tombo estiveram sempre em segura guarda. Obras volumosas de reis e infantes desappareceram (...)

Como se explica e onde tem a sua raiz este desprezo da nação pelo seu peculio intellectual? esta prodigalidade leviana? o pouco amor á exactidão, ás datas positivas, aos factos descarnados? Explica-se, como já se disse, pelos defeitos inherentes ás qualidades do genio poetico portuguez, sua riqueza natural, seu cosmopolitismo liberal e magnanimo. O poetar é um dom natural d'esta gente, favorecida com tantos e tão singulares dotes, sensível e extremamente rapida na compreensão e reprodução de ideias (...)¹⁴⁹.

A frustração viria também da ausência de leitores qualificados em Portugal. Quem a leria? Quem apreciaria o seu trabalho científico? Talvez devesse recordar Goethe que, na carta a Eckermann (20 de Dezembro de 1829), referindo-se à “tradução” para palco da grande cena carnavalesca do início da II Parte do *Faust*, afirmava: “...Não me venham (...) com essa conversa do público, que não me interessa em nada. O que importa é (o) que está escrito; o mundo que o agente como puder e disso se sirva como for capaz...”¹⁵⁰.

Recorde-se ainda o seu queixume ao publicar o *Glossário do Cancioneiro da Ajuda* em 1920, dezoito anos depois da edição (1904):

¹⁴⁹ A passagem é retirada da “Geschichte der portugiesischen Literaturen”, Gustav Gröber, *Grundriss der romanischen Philologie*, II, Band 2, Abteilung, Strassburg, Karl J. Trübner, 1897, pp. 129-382 (Trad. parcial de Alfonso Hincker, publicada em *O Instituto*, 47, p. 225-230; 356-366 [pp. 364-365]). Este juízo implacável é também referido por Yara F. Vieira (“Paixão e Paciência: Carolina Michaëlis e a filologia”, *op. cit.*, p. 29, n. 46).

¹⁵⁰ João Barrento, *O Poço de Babel. Para uma política da tradução literária*, Lisboa, Antropos, Relógio de Água, 2002, p. 158.

... a razão porque o [glossário] guardei inédito durante tanto tempo, está sobretudo na indiferença com que a obra foi acolhida.

A obra? não! Mais exacto será dizer a frieza do público a respeito dos textos que constituem o volume I (...)¹⁵¹.

Quem poderia estar preparado para ler em Portugal uma reflexão “teórica” ou “doutrinária”, sobre procedimentos críticos? Talvez não seja estranho a este modo de proceder o redigir em alemão as paráfrases das cantigas no I volume do *Cancioneiro da Ajuda*. Um trabalho de erudita para eruditos. A comunidade científica reconhece-se pela aplicação do mesmo método de trabalho. Graças a esse exercício, o filólogo-cientista distingue-se do diletante ou do amador¹⁵².

Para o perfil do público português, a explicação de método foi desnecessária. A habilidade, ou a disposição dirigida para a execução de uma finalidade prática – a edição crítica –, realizada de forma consciente, controlada e racional (*Konjekturalkritik*) também para estes leitores portugueses não reclamava elucidação. Foi esta a forma de editar de Carolina Michaëlis, entre *método* e *arte*, oferecendo textos fiáveis. A reflexão teórica sobre a disciplina em Portugal não lhe pareceu que fosse essencial¹⁵³.

¹⁵¹ “Glossário do *Cancioneiro da Ajuda*”, *Revista Lusitana*, XXIII, pp. V-XII, 1-95. Separata de 1922. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bvc/revistalusitana/23/lusitana23_pag_1.pdf. Republicado com a mesma numeração como anexo ao I vol. da reimp. da edição do *Cancioneiro da Ajuda*, *op. cit.*.

¹⁵² Embora sem a presença da Península Ibérica, pode obter-se uma visão geral sobre a prática ecdótica na Europa em Frédéric Duval [Ed.], *Pratiques Philologiques en Europe, Actes de la Journée d'Études organisée à l'École des Chartes le 23 septembre 2005 (Études et rencontres de l'École des Chartes, 21)*, Paris, École des Chartes, 2006, pp. 115-150.

¹⁵³ Na apresentação deste trabalho em S. Paulo, documentei este procedimento com os rascunhos manuscritos da primeira cantiga do *Cancioneiro da Ajuda*, [*Deus, meu Senhor, se vus prou*]guer, presente também no *Cancioneiro Colocci-Brancuti* (B 91). Os manuscritos, depositados na Biblioteca de Coimbra no Espólio de Carolina Michaëlis, documentam a fase diplomática da transcrição, a fase de reconstituição conjectural sem acesso ainda às variantes de B e a versão mais desenvolvida, com o aparato explicativo [Ms CMV B.1.1.- 68 [Coimbra]. Agradeço reconhecida à Dra. Isabel Ramires o ter-me facilitado a consulta destes materiais.

INÊS DE CASTRO E A INSIGNE RAINHA ISABEL DE PORTUGAL REVISITADAS POR CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS

Maria Isabel Morán Cabanas
Universidade de Santiago de Compostela

Relíquias preciosas de um passado longínquo, ora com profundo sentimento artístico, sanando arbitrariamente defeitos de memória, ora recolhendo com rigorosa fidelidade, sem pestanejar, textos lastimosamente deturpados durante a transmissão secular.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

RESUMO

Dentre o amplo leque de recriações a que deu lugar a história de Inês de Castro, D. Carolina Michaëlis prestou uma particular atenção à sua presença no romanceiro peninsular, analisando contactos, perspectivas e sobrevivências; e, em relação à esposa do monarca português Afonso V, editou e comentou a Tragédia de la Insigne reina Doña Isabel (circa 1456), da autoria do Condestável D. Pedro de Portugal, até então inédita. No tratamento de ambas as figuras sobressai o interesse pelo protagonismo da mulher tanto no imaginário nacional, detendo-se pormenorizadamente na análise de textos, como no contexto de todas as interrelações políticas, sociais e culturais da Península Ibérica.

Na verdade, os estudos de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos sobre estas duas mulheres da Idade Média constituíram um ponto de referência essencial para outras investigações que focaram também questões ligadas à sua percepção no

imaginário nacional e à sua projeção através de diversos tempos e espaços. Embora em diferente medida, ambas as figuras foram objeto de criações literárias que as mitificaram, espelhando as consequências ou implicações políticas derivadas dos seus *status* e poder na Corte (*rainha depois de morta*, foi chamada a primeira; *insigne rainha*, a segunda) e remetendo-nos para um constante e intenso relacionamento ibérico a todos os níveis.

Formada e apoiada no rigor da escola positivista de Gustav Gröber, D. Carolina revela-se sempre como uma excelente representante da prática do método histórico-comparativo e uma eminente conhecedora de contactos e sobrevivências de textos que cruzaram os reinos por múltiplos motivos históricos, em diferentes línguas e em diversos âmbitos - da literatura oral à mais erudita. Ao abordar os fenómenos linguísticos e literários de Portugal, procura sempre integrá-los no espaço neolatino e, para além dele, no complexo cultural do Ocidente, sem deixar de considerar as relações árabes¹⁵⁴. Quer nos seus trabalhos de maior extensão quer noutros mais breves, transparece sempre uma vastíssima erudição, tal como se põe em relevo nas palavras de José Leite de Vasconcelos que serviram de preâmbulo à lista de escritos de D. Carolina entre os anos de 1867 e 1911:

(...) quantos livros, quantos opúsculos, quantos artigos! E atenda-se que, às vezes, em simples e aparentemente modestas notas se resolvem difíceis problemas, e a que não existe trabalho dela, por mais breve que seja, que não dê ao leitor um ensinamento. Chega a gente a pasmar de como há cérebro que armazene tamanha quantidade de saber, e mesmo de como há maneira de o assim adquirir e divulgar¹⁵⁵.

D. Carolina analisa tanto a face nacional como panhispânica dos dois temas, descobrindo e fornecendo-nos sempre dados novos, registando elementos e fatos que outros virão a confirmar, perfilhar ou aprofundar. A estudiosa luso-alemã prestou uma particular atenção à presença de Inês de Castro no romanceiro e à projeção da sua

¹⁵⁴ Cf. BEAU, Albin Edouard, *D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*. Lisboa: Instituto Alemão, 1958, p. 15. D. Carolina empenha-se sempre em assinalar tanto as especificidades próprias como as convergências e divergências dos casos aqui e além, revelando-se como uma exemplar "mediadora científica e cultural" ou "intermediária nata entre a cultura neolatina e a germânica", tal como a qualifica Maria Manuela Gouveia DELILLE em, entre outros trabalhos da sua autoria, "Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925): intermediária nata entre a cultura neolatina e a germânica". *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Porto, XVIII, 2001, p. 33-48.

¹⁵⁵ Apud CORREIA, Maria Assunção Pinto. *O essencial sobre Carolina Michaëlis de Vasconcelos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 19-20.

história e lenda em diversos géneros. Quanto à rainha Isabel de Portugal, esposa do monarca português Afonso V, editou e comentou a *Tragédia de la Insigne reina Doña Isabel* (circa 1456) que tinha permanecido inédita até essa altura, reivindicando com particular força a importância do seu autor, o Condestável D. Pedro de Portugal, tanto para a cultura portuguesa como para a ibérica em geral - lembre-se que esta figura se movimentou ao longo da sua vida entre três coroas: a portuguesa, a castelhana e a aragonesa.

E, ainda, cabe integrar tais abordagens na linha de estudos sobre mulheres célebres na história e no relacionamento ibérico, uma linha que encetou com biografias sobre figuras renascentistas, a da infanta D. Maria e as suas damas (Luísa Sigea e Joana Vaz, as "senhoras latinas"; Ângela Sigea e Paula Vicente, mais dedicadas à música; e Públia Hortênsia de Castro (ou a "Hortênsia Lusitana"). Lembre-se que, entre outros livros dedicados à filha mais nova do rei D. Manuel, sobressai o *Tratado do Jubileu*, composto pelo famoso canonista Martín de Azpilcueta, o Doutor Navarro, por ocasião da visita da família real à Universidade de Coimbra. Nele põe-se em destaque o mecenato cultural e espiritual da princesa, assim como o seu futuro casamento com Filipe II de Espanha (Filipe I de Portugal), primogénito do imperador Carlos V:

Ó feliz Castela, com os reinos a ti anexos, se aquilo que desejais o obtiverdes, à força de perseverar com veemência nesse desejo, a saber, que o ínclito Filipe, primogénito do imperador Carlos e vosso rei designado, tome por consorte esta ínclita mulher, inteiramente digna de si (...).

Mas para onde me arrastou o amor profundo por todo o orbe hispânico e pela Cristandade inteira? Na razão desta minha dedicatória esteve, Princesa Sereníssima, o ter-me parecido que um modesto presente literário, oferecido com espírito cândido e submisso, não te seria desagradável, a ti que prezas ser ornada das letras de que és tu própria o mais alto ornamento. Tu que acolhes a literatura e os homens letrados com extraordinária, com maravilhosa benevolência, e te comprazes sumamente no serviço e companhia das mulheres letradas que tens em tua casa¹⁵⁶.

O previsto matrimónio luso-castelhano, que não chegou finalmente a ser contraído, foi também objeto de canto nos versos latinos que lhe dedicaram à infanta a

¹⁵⁶ RAMALHO, Américo da Costa. A Infanta Dona Maria e o seu tempo. *Humanitas*, Coimbra, v. 37-38, 1985-1986, p. 180.

sua jovem mestra, Luísa Sigeia, e André de Resende: enquanto a primeira compôs o poema *Syntra*, que enviou ao papa Paulo III já em 1546 com uma carta redigida em latim, grego, hebraico, árabe e siríaco, onde faz referência ao estabelecimento de laços conjugais com um grande príncipe da Europa; o segundo refere-se também em termos elogiosos à junção destas duas personalidades, com menção especial para o ambiente intelectual que preside o entorno palaciano de D. Maria, aludindo tanto ao prestígio da mestra Luísa Sigeia quanto a Joana Vaz, que se ocupou da educação da princesa até aos vinte anos. Diga-se, ainda, que D. Carolina resgata do esquecimento os retratos da erudita Públia Hortênsia de Castro feitos por André de Resende, que se lembrou de atestar *urbi e orbi* o seu saber aristotélico e os seus dotes de oradora, e pelo viajante italiano J. B. Venturino, que manifestou a sua admiração perante a argúcia desta senhora na defesa de teses face aos homens mais doutos¹⁵⁷.

Na verdade, a investigação das últimas décadas foi tirando o véu sobre a implicação de certas mulheres nalguns aspetos da vida cultural portuguesa que já tinham sido apontados ou encetados com interesse e perspicácia por D. Carolina. Precisamente, dado o carácter pioneiro das suas pesquisas, alguns dos resultados a que ela chega foram postos em causa ou ultrapassados por investigadores posteriores. Ora, tem-se de sublinhar sempre o rigor e a capacidade crítica com que deixou entreabertas as portas a um futuro em que, a partir de novas informações, foi possível enriquecer o conhecimento dessas épocas¹⁵⁸. E, voltando concretamente aos casos Inês de Castro e a

¹⁵⁷ Vid. RAMALHO, Américo da Costa. *Estudos sobre a Época do Renascimento*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969.

¹⁵⁸ Neste sentido, vale a pena trazer aqui à colação as palavras de Américo da Costa RAMALHO: "A infanta era, por vezes, apresentada como a flor radiosa no campo árido da ignorância das mulheres em Portugal. Ora, sabemos hoje que isso não é verdade; sabemos que meio século antes dos anos da maturidade de D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel, um grupo de mulheres tivera interesses culturais semelhantes aos seus, conhecera bem a língua culta do tempo, a língua que integrava na Europa as pessoas educadas da época do Renascimento (...). Para já não falar daquela infanta D. Catarina, filha do rei D. Duarte, falecida em 1463, que teria traduzido do latim um livro publicado em Coimbra, em 1531, há todo o grupo das mulheres da aristocracia que se encontram nas cartas e nos versos de Cataldo Parisio (ou Cataldo Sículo), nos finais do século XV e primeiros anos do século XVI (...). Mas creio que o futuro nos trará ainda novidades, se a pesquisa sobre Humanismo Renascentista em Portugal continuar em bom ritmo" (*A infanta Dona Maria e o seu tempo*, p. 188-189). Ou as de Carla Alferes Pinto: "Algumas das informações e certezas que a autora produziu no início do século estão hoje sujeitas a revisão (...), mas foram um ponto de partida essencial para a execução deste trabalho. A monografia de Carolina Michaëlis de Vasconcelos teve reflexos muito importantes na produção historiográfica de e sobre as mulheres neste século" (*A infanta Dona Maria de Portugal. O mecenato de uma princesa renascentista*. Lisboa: Fundação Oriente, 1998, p. 15).

insigne rainha D. Isabel de Portugal, também elas fazem parte de uma vasta galeria de mulheres que se salientam na história pátria, tornando-se notáveis "quer por qualidades de espírito pouco vulgares, quer por ações ínclitas, ou apenas pela sorte ora trágica, ora comovedora que sofreram, ou, enfim, pela auréola de luz com que poetas por ela inspirados cingiram as suas fronte"¹⁵⁹. A própria D. Carolina assegurou que para estas últimas damas, que se erigiram como excelsas musas dos criadores literários, também tinha projetado construir "um panteão" e que possuía, de facto, materiais suficientes para o construir.

Nem precisamos dizer, claro, que é Inês de Castro o motivo luso mais presente na literatura espanhola de todas as épocas e em diferentes géneros. Naturalmente, os amores de Pedro e Inês possuem toda a configuração e todos os ingredientes consubstanciais à proliferação de romances com doses de efabulação que preenchem os vazios de memória, imitam, transformam ou convergem com outros casos de relações humanas. Trabalhos como "Estudos sobre o Romanceiro Peninsular", publicados na *Revista Lusitana* entre 1890 e 1892 e outros escritos em alemão, precederam os *Romances velhos em Portugal*, vindos a lume pela primeira vez na revista *Cultura española* (1907-1909). D. Carolina queixa-se aqui da falta de investigações sérias sobre romances velhos em Portugal, da inexistência de empreendimentos similares aos levados a cabo por Ramón Menéndez Pidal, que apresenta mesmo como um "futuro e definitivo apurador do romanceiro geral" no outro lado da fronteira:

É colhendo da tradição oral as composições narrativas em octonários (ou senários) duplos, assonantados, que ainda hoje se cantam, mais como acompanhamento de fainas agrícolas do que no ócio dos dias santos e de festa, nas diversas terras onde se fala a suave língua de Camões, que os Portugueses continuam a colaborar na reconstrução definitiva do admirável *Romanceiro Hispânico*.

Falta todavia uma coisa para poder frutificar este labor: a solidariedade indispensável com os eruditos que em Hespanha estão trabalhando na magna empresa, com suma perícia e grande felicidade, bom método científico e critério elevado e sagaz. Os progressos surpreendentes que além das fronteiras se fizeram, no último decénio, neste ramo de estudos, passaram quase despercebidos entre nós, queixa a que os Portugueses

¹⁵⁹ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *A Infanta Dona Maria e as suas damas*. 2ª ed. facsimilada. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, , 1994, p. 1.

podiam, infelizmente, replicar, dizendo que também os escritores castelhanos não estão ao facto de tudo quanto aqui se passa¹⁶⁰.

Assim, a estudiosa em foco lamenta que as principais recolhas de romances feitas entre 1851 e 1883 pelos iniciadores do movimento folclórico em Portugal e os seus sucessores mais imediatos (Almeida Garrett, Teófilo Braga, Estácio da Veiga, Victor Hardung, Rodríguez de Azevedo e Sílvio Romero) sigam sem encontrar ainda especialistas que verdadeiramente as depurem e enriqueçam. Vai passando em revista os passos dados até ao momento e descobrindo as lacunas que foram deixadas e que ela pretende preencher. Eis o propósito que a guia: ocupar-se de pequenos trechos de romances, citados em castelhano ou em português por autores portugueses como *intermezzo* musical em peças teatrais ou enfeites de obras; alusões singelas a certos assuntos; arremedos (contrafações, em castelhano "contrahechuras") de romances muito conhecidos; trovas e glosas de fragmentos ou de composições inteiras; paródias burlescas; emprego proverbial de nomes; e, enfim, anedotas ligadas a todo esse *corpus*.

D. Carolina notou, junto com Menéndez y Pelayo e Teófilo Braga, entre outros, que existiram romances primitivos em castelhano sobre os amores dessa dama galega com o infante português: o primeiro dos estudiosos publicou em 1906 quatro romances dedicados a ela - "Yo me estando em Tordesillas por mi placer y holgar"; "Yo me estando em Giromena a mi placer y holgar"; "El rey don Juan Manuel que era de Cepta e Tanjar"; e "En Ceuta estaba el buen rey, ese rey de Portugal -, uma lista que seria revisada depois por Teófilo Braga e, mais tarde, pela investigadora luso-alemã, que sublinha: "caso estranho, no riquíssimo Romanceiro peninsular não há um único cantar velho que trate manifestamente do caso lastimoso da que depois de morta foi rainha"¹⁶¹, o que não significa que estes não tenham existido. Em tal sentido a investigadora

¹⁶⁰ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Romances velhos em Portugal*. 2ª ed. Porto: Lello & Irmão, 1980, p. 9. Nessas páginas revisa a bibliografia sobre o tema, com breves alusões ou comentários ao labor de Milá y Fontanals, Menéndez y Pelayo, os irmãos Menéndez Pidal, Caston Paris ou Alfred Jeanroy, um acervo que Teófilo Braga conhece, mas ao qual não presta a atenção que devera: "acostumado a caminhar só, sem dar ouvidos à crítica, não lhes liga a importância devida nem abandona o seu ponto de vista estritamente português" (p. 10).

¹⁶¹ *Romances velhos em Portugal*, p. 86. Para uma detalhada revisão bibliográfica deste assunto, de Menéndez Pelayo ao estudo de Patricia BOTTA (Una tomba emblematica per una morta incoronata. Lettura del romance Gritando va el caballero. *Cultura Neolatina*, v. XIV, n. 45: 3-4), 1987, p. 201-295) consulte-se a obra de Aida Fernanda DIAS, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende (A Temática)*. Maia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, v. V, p. 296-327.

reparará particularmente na *Farsa dos Almocreves* de Gil Vicente, autor especialmente abordado pela estudiosa em foco.

Tal peça foi representada no ano de 1527, quando a Corte, fugida da peste, se encontrava em Coimbra. Nela aparece o capelão de um pobre e orgulhoso fidalgo, daqueles de pouca renda e muito estado, que não pode saldar as suas dívidas para com os serviçais. Andrajoso, sem nada de seu e farto de fantasiosas promessas, o padre passeia no areal do Mondego e tenta aliviar as suas penas glosando (quer dizer, contrafazendo, remedando ou parodiando) o romance "Yo me estando em Coimbra" - precisamente a cidade onde a memória daquela "mísera e mesquinha" sobreviveria com mais força:

Pois que nam posso rezar
por me ver tam esquipado
por aqui por este arnado
quero um pouco passear
por espaçar meu cuidado.
e grosarei o romance
de yo me estava em Coimbra
pois Coimbra assi nos cimbra
que nam há quem preto alcance¹⁶².

Os versos do capelão, que podem ter sido cantados, falam de fome e escassez de comida, mas apresentam também elementos que não andarão longe de reproduzir um romance primitivo: "yo m'estaba en Coimbra / cidade bem assentada / polos campos do Mondego / (...) / vi vir ao longo do rio / ãa batalha ordenada"¹⁶³. D. Carolina defende, efetivamente, a existência de um texto perdido que inspiraria tal glosa, assim como o "Romance de D. Fadrique, mestre de Santiago y de como lo mandó matar el rey D. Pedro su hermano". Este último faz referência à ordem que deu o monarca castelhano D. Pedro I para assassinar o seu meio-irmão, acusado de manter relações amorosas com a sua esposa, D. Branca de Borbón, e tem também por *incipit* "Yo me estava allá em Coimbra". Quanto à presença do topónimo português, apareceria aqui no lugar de Jumilla, a povoação de Múrcia que conquistou D. Fadrique em 1358, e donde partiria, imediatamente e cheio de satisfação, para Sevilha, acreditando que o rei apreciaria o seu

¹⁶² CARRILHO, Ernestina. *Almocreves [de Gil Vicente]*. Lisboa: Quimera, 1993, p. 5 (e-book, 2005).

¹⁶³ Lembre-se que Gil Vicente, na *Devisa da cidade de Coimbra*, representada entre junho e dezembro de 1527, durante a estada da Corte nessa cidade, alude também à morte de Inês de Castro.

esforço e valor; porém, isolado dos cavaleiros que o acompanhavam, foi assassinado, em violenta luta, nos Alcáceres dessa cidade por ordem do monarca. Segundo D. Carolina, estaríamos perante "mais um caso em que nomes histórico-geográficos pouco familiares ao povo foram substituídos por outros mais conhecidos e de vocalização semelhante (u-í-a)"¹⁶⁴.

Ambos os sucessos suscitaram lendas e convergem em vários pontos, tais como na face cruel e justiceira de ambos os reis (D. Pedro de Portugal e D. Pedro de Castela), até apelidados na história com os mesmos cognomes (Cru / Cruel) e unidos por laços familiares (tio e sobrinho, respetivamente); nas datas em que os crimes aconteceram (um em 1355 e outro três anos mais tarde); ou nas lendárias provas que se verteram dos corpos das vítimas: as gotas do sangue de Inês na Fonte das Lágrimas e as de D. Fradique no Alcázar de Sevilha. Com efeito, D. Carolina chama a atenção sobre a existência de textos híbridos ou contaminados, devido à contiguidade geográfica, contemporaneidade dos factos, consanguinidade das figuras implicadas e coincidência de certos elementos trágicos e melodramáticos. Observa pormenorizadamente como de um texto primitivo nascem outros através de um processo de apropriação da memória e da tradição, ora convergindo ora divergindo na apresentação de personagens e circunstâncias concretas de que se rodeia.

Naturalmente, quanto ao tema de Inês de Castro, a estudiosa luso-alemã repara também nas trovas mitificadoras que Garcia de Resende compôs e inseriu no *Cancioneiro Geral*. De um modo esboçadamente dramático, ouvimos ali a própria voz da protagonista, que surge de além-túmulo - eis o tópico da descida ao inferno como modelo para a análise da experiência amorosa. Ela relata a sua história desde que era “moça, menina” e se apaixonou pelo Príncipe D. Pedro. Uma voz interior revela-lhe que

¹⁶⁴ *Romances velhos em Portugal*, p. 85. Ora, hoje está comprovado que Coimbra foi denominação toponímica que existiu nessa área geográfica do Levante espanhol desde tempos remotos - aplicada a um povoado ibérico dos finais do século V a. C. até inícios do século II a. C, momento que coincide com a conquista romana e a conseguinte destruição do assentamento. A palavra permaneceria viva na memória das gentes, podendo-se afirmar que o romance, tal como esclarece Antolín Pérez Gómez, alude à realidade sem alteração: “que el maestre don Fadrique se estaba allá en Coimbra, o que había conquistado Coimbra” (apud MORÁN CABANAS, Maria Isabel. “Interferências de relações adúlteras na Corte em romances velhos sobre Inês de Castro – o cocktail da memória coletiva”. Em *Actas de “Reinas e Infantas en los Reinos Medievales Ibéricos* (Santiago de Compostela, 21 a 25 de maio de 2014). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, no prelo).

o seu desastre está perto, que as espadas dos cavaleiros que atravessam já os campos do Mondego trespassarão o seu coração. Ora, Inês perderá a vida, mas obterá "galardão": tornar-se-á rainha *post-mortem*, o seu crime será vingado e os seus filhos serão infantes. Na verdade, a crítica é unânime em afirmar que há aí a lembrança de algum cantar sobre os trágicos amores, reparando concretamente nos versos: "Estando mui de vagar, / bem fora de tal cuidar, / em Coimbra d'assesego, / polos campos de Mondego / cavaleiros vi somar", aos quais cabe acrescentar outros em que também ecoam elementos de romance¹⁶⁵.

D. Carolina sublinha o hibridismo textual que já outros especialistas tinham denunciado nestas trovas, detendo-se especialmente no cruzamento do caso inesiano com o da célebre Condessa Leonor Núñez de Guzmán (literaturizada sob o nome de Isabel de Liar), amante do rei Alfonso XI de Castela durante vinte anos e do qual teve vários filhos. Embora após a morte do monarca se tornasse prisioneira da rainha viúva D. Maria (a "formosíssima Maria" d'*Os Lusíadas*), continuou a exercer estrategicamente o seu poder político – de facto, o seu primogénito converteu-se no monarca Henrique II de Castela, o fundador da dinastia dos Trastámara. A história e a literatura deixaram-nos, com efeito, amostras da força e empenho destas duas damas como esposa e amante - segundo as crónicas, a primeira mandou assassinar a sua "rival" em 1351, precisamente quatro anos antes de ser tirada a vida a Inês de Castro.

Pondo em diálogo o texto de Garcia de Resende com o romance "Yo me estando en Giromena / a mi prazer e holgar", D. Carolina reconhece aí uma alusão a Juromenha, topónimo que figuraria em lugar de Coimbra. Qual é o motivo? A nossa estudiosa não consegue explicar o porquê. Na altura da redação de tais versos, tinha-se em mente essa vila alentejana do atual concelho de Alandroal e fronteira entre Espanha e Portugal, cujo castelo gozou de notável fama no século XIV e serviu como cenário a vários casamentos reais castelhano-portugueses em datas mais ou menos próximas? Ou cabe pensar que Giromena representa, de maneira eufemística ou nessa linha cruzamentos e confusões, a povoação de Llerena (mesma rima em -ena, embora com desigualdade métrica), na atual província espanhola de Badajoz? Na verdade, parece que certas

¹⁶⁵ DIAS, Aida Fernanda. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende (A Temática)*, vol. V, p. 301. Para a citação dos versos de Garcia de Resende seguimos também esta edição, v. IV, p. 301-309.

circunstâncias históricas nos permitem fazer tal conjectura: ali teve lugar um encontro entre D. Pedro I e o seu meio-irmão D. Fadrique, no qual estiveram presentes as suas respetivas mães, D. Maria e D. Leonor, que muito emocionadamente abraçou e beijou o seu filho, pois era levada presa de Sevilha para Talavera de la Reina, onde seria assassinada pouco tempo depois por ordem da primeira¹⁶⁶.

Se no *Cancioneiro Geral* é a fala de Inês que lembra as circunstâncias e consequências do seu amor e manifesta a sua confiança numa recompensa justa, é a própria voz de Isabel de Liar que conta no romance castelhano como o rei se apaixonou por ela e os filhos que tiveram, como a rainha ordenou o seu fim e como espera que tal infortúnio seja vingado. Outros dois romances, "El Rey Don Juan Manuel / que era de Cepta e Tanjar" e "En Ceuta estava el buen rey / esse rey de Portugal", referem como o rei ressarciu a memória de D. Isabel e acabou com quem tinha mandado matá-la: fez desenterrar o cadáver, sentou-o num estrado e segurou-lhe um punhal na mão, com o qual arremeteu contra o assassino, para, finalmente, contrair matrimónio com a morta "porque pudiessen sus hijos / a sus reinos heredar".

Eis outro exemplo de intrigas praticamente contemporâneas que estão na origem de textos híbridos, com base numa deficiente informação ou nos lapsos dos transmissores. Perante os paralelismos que se evidenciam a cada passo, a estudiosa luso-alemã analisou a possibilidade de existir um modelo comum cujos nomes, lugares ou personagens se eliminariam, transformariam ou atualizariam. E, embora alguns detalhes dos seus apontamentos fossem superados por investigações levadas a cabo, sobretudo, nas últimas décadas, temos de salientar a importância de D. Carolina em marcar pontos de partida e abrir oportunas vias de pesquisa:

Hoje em dia temos aberto o caminho para indicar, com alguma segurança, qual o romance que Garcia de Resende e Gil Vicente tinham em mente, ao comporem as trovas e a farsa: é o romance *Yo m'estando en Coimbra / a prazer e a bel folgar*, presente, infelizmente em forma fragmentária, no *Chansonnier Masson 56* da *Bibliothèque des Beaux-Arts* de Paris.

¹⁶⁶ Mais informação sobre os pormenores desse encontro, segundo é relatado na historiografia tradicional castelhana, e a sua possível ligação com o romance fornece-se em MORÁN CABANAS, Maria Isabel, "Interferências de relações adúlteras na Corte em romances velhos sobre Inês de Castro – o *cocktail* da memória coletiva" (no prelo).

Trata-se de um manuscrito poético-musical do século XVI, trilingue (português, castelhano e latim), com 130 textos, 32 dos quais são em português, com os usos linguísticos que lhes são próprios, nos textos castelhanos¹⁶⁷

Por outro lado, D. Carolina ligou as suas "divagações filológicas e literar-históricas em volta do tema de Inês de Castro" - como ela lhes chamou - à abordagem da Saudade Portuguesa no ambiente da difusão das doutrinas da Renascença Portuguesa, em plena campanha do Saudosismo mentada e animada por Teixeira de Pascoaes. Se o poeta português partiu de uma teoria ontológica, a luso-alemã dedicou-se a analisar com entusiasmo os documentos literários mais antigos. A primeira edição do seu ensaio saiu, de facto, dos prelos da Renascença Portuguesa, em 1914, voltando a aparecer revista e acrescentada pela autora oito anos depois na Tipografia do Anuário do Brasil, no Rio de Janeiro¹⁶⁸. Segundo nos informa no prólogo, o motivo que provocou tais "divagações" foi uma consulta que lhe fez Gómez Ocerín sobre a origem do *intermezzo* musical "Saudade minha, quando vos veria?", integrado na peça teatral *Reinar después de morir*, do dramaturgo do Século de Ouro espanhol, Vélez de Guevara. A partir daí a nossa filóloga reparará em três questões essenciais:

1. Nos vários espaços literários em que autores quinhentistas e seiscentistas parafrazearam o mote tradicional "Saudade minha, quando te veria?" (Sá de Miranda, Luís de Camões, Andrade Caminha, Frei Agostinho da Cruz...), concluindo que é precisamente Vélez de Guevara, "salvo erro, o primeiro não-português que [o] glosou. É pelos menos provável (mas não certo) que a volta castelhana cantada em *Reinar después de morir* seja dele, e não de outro poeta mais antigo"¹⁶⁹.

2. No significante e significado do termo *saudades*, submetendo a revisão a variedade dos ditongos -oi-, -au- e -ui- (*soidades*, *saudades* e *suidades*) e examinando as

¹⁶⁷ DIAS, Aida Fernanda. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende (A Temática)*, vol. V, p. 305. Como sublinha Patrizia Botta, uma abordagem atenta dos romances velhos permite refutar a ideia de que a Inês-vítima do amor e das razões de Estado, a que se converteu numa heroína nacional da época áurea, teria derivado de uma elaboração culta sem conexão com a literatura de transmissão oral e de que a espanholização das recriações inessianas surgisse apenas a partir da segunda metade de Quinhentos com o acréscimo de elementos macabros (entre outros trabalhos da especialista italiana, veja-se Inés de Castro y el Romancero, *Lexis*, v. XIX, n. 2, 1995, p. 325-338).

¹⁶⁸ Para a transcrição de textos, seguimos aqui a edição mais recente: *A saudade portuguesa*. Lisboa: Guimarães Editores, 1996.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 19.

semelhanças e diferenças existentes entre esta e outras vozes de origem neolatina, tais como *senhardade*; *morriña*; *soledad/-es*; *anyoransa*; ou *solitá*. Como tradicionalmente afirmam os críticos nacionais e estrangeiros, defende que as segundas não têm, nem de longe, tanta importância e frequência nas suas áreas de utilização (Astúrias, Galiza, Castela, Catalunha e Itália, respetivamente) nem o *quid* ou não-sei-quê de mistério que se adere ao termo luso. Ora, quando estabeleceu uma comparação entre o "enigma pátrio" e a ideia alemã de *Sehnsucht*, chegou a falar de uma plena concordância, pois nos dois casos vibra a pena de não gozar no presente, ou de gozar apenas na lembrança, e o desejo de voltar a um estado antigo de felicidade, embora não negue que a saudade seja um traço distintivo da psique nacional e das suas manifestações líricas, muito mais do que *Sehnsucht* caracteriza a alma germânica.

Assim, no desempenho do seu papel de mediadora, D. Carolina também não perdeu a oportunidade de dar a conhecer na pátria adotiva a língua e a cultura da sua terra natal. Cabe lembrar, dentre as relações de correspondência mantida com vários eruditos e lusófilos alemães que lhe ficaram a dever informações e elementos bibliográficos sobre a Idade Média e o Renascimento, a ajuda que prestou a Theodor Heinermann. A este investigador da Universidade de Munster, autor de uma dissertação de doutoramento sobre os tratamentos dramáticos de Inês de Castro nas literaturas românicas (Leipzig, 1914), cedeu-lhe os materiais que ela própria tinha compilado¹⁷⁰.

3. Na variedade de recriações de Inês de Castro no espaço ibérico, atentando em autores, géneros e (des)conexões entre história e fantasia. Deteve-se, por exemplo, na lenda da coroação *post-mortem* que preside as duas peças do dramaturgo Jerónimo Bermúdez sobre Inês, literaturizada como *Nise: Nise Lastimosa*, "tradução" d' *A Castro*, de António Ferreira, com o acréscimo final de TU INOCENTE CUERPO SERÁ PUESTO EM TÁLAMO REAL; e *Nise Coroada ou Laureada*, cujo título sugere já a ideia de coroação e compensação das injustiças sofridas. D. Carolina recorreu a estes e outros textos para ilustrar sobre a introdução de tal ritual, que passou, inclusive, à historiografia oficial através das obras *Europa Portuguesa*, ou *Epítome de historia*

¹⁷⁰ DELILLE, Maria Manuela Gouveia. "Carolina Michaëlis de Vasconcelos entre duas pátrias". Em Thorau, Henry, org.: *Heimat in der Fremde / Pátria em terra alheia*. Separata das *Actas do VII Encontro Luso-Alemão*, Berlim: Tranvia, 2007, p. 17.

portuguesa, e *Comentário d'Os Lusíadas* (1639), de Faria e Sousa, "o fabulista-mór da história e da literatura nacional", em palavras da estudiosa. E, ainda, responsabilizou este crítico da lenda que atribui a canção ao próprio rei-amante D. Pedro por confusão com um D. Pedro doutra época, do século XV - precisamente a figura que abordaremos mais adiante.

Aliás, a nossa investigadora revisou as conjeturas acerca da Fonte das Lágrimas ou Fonte dos Amores e também aqui não deixou de fornecer alguma novidade - com efeito, deparamos sempre com vestígios da sua passagem, até pelos lugares-comuns, por mais comuns que estes sejam! Lembra as referências a este famigerado lugar de Coimbra nas composições que Sousa Viterbo recolheu no seu *Florilégio Poético* (1899) e revela-nos a existência de um texto novo, presente no *Cancioneiro de Fernandez Tomás* e que até então tinha permanecido inédito: um soneto de Jorge Fernandes (Fradinho da Rainha D. Catarina), em cujos versos se pede ao "cano dos amores" que misture as lágrimas com a água como testemunhas de uma imensa dor¹⁷¹.

E deixamos por aqui a visão panorâmica das diversas aproximações a Inês de Castro para refletir sobre a atenção que D. Carolina prestou ao tratamento literário da *insigne* rainha Isabel (também conhecida como D. Isabel de Lencastre, ou D. Isabel de Avis, ou D. Isabel de Coimbra). Esta, que casou com o seu primo direito Afonso V, junto de quem foi criada na corte do seu pai, e morreu prematuramente, inspirou uma obra que a Mestra editou pela primeira vez, após séculos de ignorada reclusão. Com o trabalho "Uma obra inédita do Condestável D. Pedro de Portugal" colaborou num livro-homenagem a Menéndez y Pelayo que se organizou em 1889 por ocasião do seu vigésimo ano de exercício docente, reivindicando a importância do papel desempenhado pelo seu autor na história diplomática e intelectual da Península Ibérica e sublinhando o seu valor como perfeita ilustração de elos tanto num plano vertical (ou geográfico: coroas de Portugal, Aragão, Castela), como horizontal (ou cronológico: Idade Média e Renascimento).

¹⁷¹ Com efeito, será a própria D. Carolina quem editará mais tarde tal coletânea, com 329 composições dos séculos XVI e XVII, algumas inéditas e outras atribuídas a Luís de Camões (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922).

Evidentemente não é este o lugar para revisitar os pormenores das vicissitudes biográficas do Condestável, mas permita-se-nos uma breve contextualização desta figura da "gloriosa dinastia de Avis", pela qual D. Carolina manifestou tanta simpatia - e, como ela própria afirma, "admiração" e "carinho". Filho do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e de D. Isabel de Urgel; e neto de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, nasceu em finais de 1429. Reúne na sua pessoa, assim, a dupla tradição de duas casas reais (Portugal e Aragão). Em 1443 foi nomeado Condestável do Reino e, pouco tempo depois, foi-lhe entregue o governo e administração da Casa de Avis, como consequência de uma política de aproximação procastelhana animada pelo pai que, após a morte de D. Duarte, acedeu ao poder como regente devido à menoridade de D. Afonso V, sendo a rainha viúva exilada para Castela. Foi precisamente nessas circunstâncias que se negociou o casamento do herdeiro ao trono com a sua prima D. Isabel, chorada e glorificada na obra que a estudiosa em foco abordou de forma pioneira. Os acontecimentos dramáticos ligados à batalha de Alfarrobeira (1449), em que o pai é acusado de traição e perde a vida¹⁷², obrigam-no a refugiar-se em Castela durante algum tempo, até que lhe foi permitido regressar a Portugal, assumindo então uma posição de colaboração com D. Afonso V. Participa da expedição a Marrocos, donde parte para Barcelona e ocupa a chefia da revolta catalã como descendente direto, por via materna, da Casa Real de Aragão. Torna-se, assim, *rei intruso* de Aragão, sendo constantemente

¹⁷² Quando D. Afonso atinge a maioridade, D. Pedro entrega-lhe o controlo do reino. E o monarca, seguindo os conselhos de Afonso, Duque de Bragança, o Conde de Ourém e o arcebispo de Lisboa decidiu afastar o seu tio do governo, que deixou a corte, a pretexto de administrar os seus bens, e estabeleceu-se na casa ducal de Coimbra. O rei nem quis saber das tentativas de conciliação para evitar o drama, nem quis atender o pedido do próprio D. Pedro, que manifestou votos renovados de obediência face às calúnias de que foi objeto. Quando o Duque de Bragança é requisitado à corte pelo monarca e atravessa as terras de Coimbra com escolta, D. Pedro proíbe-lhe a passagem pelas suas terras e é considerado súbdito desleal, publicando-se éditos contra o Infante e os seus aliados. As tropas de ambas as partes encontram-se junto do ribeiro de Alfarrobeira (Alverca) e trava-se o combate, durante o qual morre o infante D. Pedro, cujo cadáver ficou abandonado todo o dia no campo da batalha - tal acontecimento tem-se interpretado como a vitória da parte palaciana e senhorial, que influenciava D. Afonso V, e a derrota da centralização régia.¹⁷³ Lembre-se que foi ele a quem Íñigo López de Mendoza, o Marquês de Santilhana, enviou a tão célebre *Carta-Prohemio*, documento revelador das conceções literárias da época, com considerações novas sobre a poesia, classificação dos estilos literários, contactos entre as literaturas românicas, etc., aludindo à tradição lírica medieval castelhana e à influência sobre ela da produção trovadoresca em galego-português: "non ha mucho tiempo cualesquier decidores é trovadores destas partes, agora fuesen castellanos, andaluces o de la Extremadura, todos sus obras componían en lengua gallega o portuguesa" (PÁEZ MARTÍN, Jesús. Análisis del contenido de la Carta Prohemio al Condestable de Portugal. *Boletín Millares Carlo*, Las Palmas de Gran Canaria, n. 12, 1993, pp. 71-84).

assediado por desastres e hostilidades diversas até que falece em Granollers, perto de Barcelona, em 1466.

Como oportunamente sublinha D. Carolina, nos escritos literários e políticos do Condestável D. Pedro manifestam-se as características do homem cortesão daquela altura, destacando-se nele a prestigiada junção de armas e letras¹⁷³; a absorção das ideias moralistas seculares; a importância da temática das relações humanas; ou o bilinguismo literário. Com efeito, a nossa estudiosa comenta que "o filho do vencido em Alfarrobeira foi o primeiro português bilingue que se serviu do castelhano em trabalhos literários, quando foragido residia em Castela, *más costreñido de la necesidad que de la voluntad*"¹⁷⁴, o que até agora se repete em manuais, histórias ou dicionários de literatura portuguesa - assim acontece, por exemplo, no *Dicionário de Literatura. Literatura Portuguesa. Literatura Brasileira. Literatura Galega. Estilística Literária*, coordenado por Jacinto do Prado Coelho e publicado pela primeira vez em 1960 (então apenas num único volume) com a intenção de ser o primeiro dicionário não só de autores, mas de obras, revistas, temas, personagens, épocas, movimentos, géneros, formas poéticas e conexões da literatura com a história e outras ramas da cultura.

Para além de textos poéticos e epistolográficos, O Condestável D. Pedro compôs a *Sátira de infelice e felice vida* (1449), inicialmente composta em português e depois traduzida por ele próprio durante o seu exílio, conforme declara na dedicatória à sua irmã, D. Isabel, que designa como muito famosa e excelente princesa, muito devota e virtuosa senhora, convertida por deífica mão em rainha de Portugal; as *Coplas del menosprecio e contempto de las cosas fermosas del mundo* (1453-1455), que, até a segunda metade do século XIX, têm sido atribuídas erradamente ao seu pai, dedicadas ao seu primo e cunhado, o rei Afonso V, sobre o valor relativo das coisas mundanas; e a

¹⁷³ Lembre-se que foi ele a quem Íñigo López de Mendoza, o Marquês de Santilhana, enviou a tão célebre *Carta-Prohemio*, documento revelador das concepções literárias da época, com considerações novas sobre a poesia, classificação dos estilos literários, contactos entre as literaturas românicas, etc., aludindo à tradição lírica medieval castelhana e à influência sobre ela da produção trovadoresca em galego-português: "non ha mucho tiempo cualesquier decidores é trovadores destas partes, agora fuesen castellanos, andaluces o de la Extremadura, todos sus obras componían en lengua gallega o portuguesa" (PÁEZ MARTÍN, Jesús. Análisis del contenido de la Carta Prohemio al Condestable de Portugal. *Boletín Millares Carlo*, Las Palmas de Gran Canaria, n. 12, 1993, pp. 71-84).

¹⁷⁴ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. "Prefácio". Em PEDRO, Condestável de Portugal. *Tragedia de la insigne reina Doña Isabel*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, 2ª ed, p. 17.

Tragédia de la Insigne Reina Dona Isabel (1456-1457), redigida após o seu regresso a Portugal.

Após uma primeira edição e estudo desta última obra, D. Carolina fez uma nova impressão, acrescentando-lhe em Apêndice três documentos preciosos que apresenta devidamente contextualizados: o testamento; a lista das moedas que tinha colecionado; e o Catálogo da livraria que tinha trazido de Portugal e Castela e que fora avolumando em Barcelona durante os três anos do seu reinado, no qual deparamos com títulos de volumes de teologia, astrologia, filosofia, poesia e história em catalão, castelhano, italiano, francês, português ou latim, o que nos informa bem sobre a erudição desta figura¹⁷⁵. Quanto ao tratamento da *Tragédia*, a filóloga luso-alemã parte de um único manuscrito de que temos notícia, pertencente à livraria de Fernando Palha, apaixonado bibliófilo lisbonense, para elaborar uma minuciosa descrição do códice e estabelecer as datas de redação da obra entre 1456 e 1457. Com efeito, quando Luís Adão da Fonseca empreende a edição das obras completas do Condestável, não pode deixar de reconhecer o valor e, ainda, a vigência plena dos passos dados por D. Carolina: "como muito bem o mostrou Carolina Michaëlis de Vasconcelos, [...] pouco posso acrescentar [à referida descrição]" ou "No que se refere à história do Códice, nada mais sei além do que sobre isso escreveu Carolina Michaëlis"¹⁷⁶.

A primeira página é iluminada e, naturalmente, a nossa investigadora repara na imagem de uma jovem rainha do século XV: esta aparece trajada em vestes próprias da realeza e cinge uma coroa; porém, com grandes asas descaídas que indicam uma natureza semidivina, vê-se uma figura feminina sentada, com os olhos vendados, com o

¹⁷⁵ Alguns anos antes, tinha-se publicado na Catalunha o opúsculo BALAGUER Y MERINO, Andrés. *El Condestable de Portugal. Considerado como escritos, erudito y anticuario (1429-1466). Estudio histórico-bibliográfico* (Girona: Imprenta de Vicente Dorca, 1881), que incluía esses três documentos e aparecia dedicado aos sócios do Instituto de Coimbra, mas depressa se tornou raro e D. Carolina quis contribuir para a divulgação e atualização das informações ali contidas.

¹⁷⁶ FONSECA, Luís Adão da. *Obras Completas do Condestável Dom Pedro de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. XX-XXI. Este estudioso faz apenas uma observação a propósito das conclusões da filóloga luso-alemã: enquanto esta admite a hipótese de tal manuscrito ter pertencido ao Condestável, ele defende que se trata de uma cópia do original, oferecida a D. Afonso V e enviada à Biblioteca Real, onde permaneceria até finais de Quinhentos. Nos princípios do século XX, quando D. Carolina a consultou, encontrava-se nas mãos de Fernando Palha, daí transitando, com o restante material do seu acervo, para os Estados Unidos – o seu destino foi a Universidade de Harvard, onde se encontra atualmente.

escudo das armas de Portugal sobre a cruz de Avis e com o lambel. Os pés descansam sobre a roda simbólica da fortuna, em cujo aro aparece inscrito duas vezes o lema em francês *paine pour joie* - quer dizer, mágoas e tristezas em vez de alegrias -, sobre o qual reflete D. Carolina, lembrando livros e monumentos fundados pelo Condestável onde se encontra tal mensagem. Aliás, ela explica-nos as características da primeira "tragédia" que com tal nome se escreveu em castelhano, com estrutura e forma baseada em *De consolationem Philosophiae*, de Boécio, e com temática ligada à lamentação do autor pela morte da sua irmã, a rainha Isabel: após um pesadelo que lhe revela, à maneira de presságio, os sofrimentos padecidos por esta, o autor-protagonista passeia pelo campo para aliviar as suas inquietudes. Ali aparece um mensageiro, que lhe lembra todas as desgraças da sua família e lhe vaticina o prematuro falecimento da rainha. O narrador fica novamente estupefacto e desorientado, até que um segundo mensageiro lhe confirma a notícia. Pensa no suicídio, mas um ancião com majestosa aparência, anima-o a assumir o destino, consolando-o com reflexões sobre as vantagens do conhecimento da filosofia, da prática das virtudes morais e da resignação.

A obra encerra-se com o destaque da conceção estoica da vida e podemos ver nela um exemplo do género consolatório: "De dramático tem ela pouco mais que o nome (...). Outro nome apropriado teria sido Auto-Consolatoria (...). Ou então poderíamos considerá-la como um fragmento de autobiografia psicológica", dada a exposição de impressões dilacerantes que a morte da rainha D. Isabel produziu sobre o desterrado¹⁷⁷. Apesar de todas as diferenças que a afastam da estrutura e conteúdos clássicos, é evidente que não foi de modo accidental que D. Pedro lhe deu a designação de tragédia, mas seguindo a definição medieval do género, na qual se esquecem as formulações gregas e se parte de gramáticos latinos do século IV, Diomedes e Donato - na Castela de 1490 ainda são estas as autoridades quanto a tal matéria e, assim, o Condestável "tinha os olhos fitos na infantil classificação medieval, havia pouco exposta pelos Espanhóis"¹⁷⁸.

¹⁷⁷ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. "Prefácio". Em PEDRO, Condestável de Portugal. *Tragedia de la insigne...*, p. 22.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 21.

D. Carolina passa em revista as considerações sobre tragédia de autores espanhóis coetâneos do Condestável, remetendo-nos, entre outras, para as do Marquês de Santilhana no seu prefácio ao longo poema alegórico da *Comedieta de Ponça*: "Tragedia es aquella que contiene en sí caydas grandes de reyes e príncipes, asy como de Hércules, Príamo e Agamenón, e otros atales, cuyos nascimentos e vidas alegremente se començaron, e grand tiempo se continuaron, e después tristemente cayeron"¹⁷⁹. Na verdade, todas essas reflexões da investigadora luso-alemã constituíram a base principal de estudos posteriores sobre a obra do Condestável. Ela soube guiar os investigadores futuros, que praticamente se tiveram de limitar a reproduzir ou perfilhar o que ela disse anos atrás: já insistiu na falta de dramaticidade da peça; já identificou as fontes (a obra *Casos de homens ilustres e de mulheres preclaras*, de Boccaccio, junto com outras presentes na livraria do Condestável); e já assinalou, como elemento original no discurso, a mistura de prosa e verso com variedade métrica segundo as mudanças do ânimo de quem fala, face à uniformidade dominante até então no género¹⁸⁰.

Após um prólogo dedicado ao seu irmão D. Jaime, cardeal em Roma, apresenta sobretudo uma galeria de membros da sua família, entre os que ocupa um lugar central a jovem rainha D. Isabel. Ao lado dela, em primeiro plano, sobressai o pai de ambos, D. Pedro, Infante de Portugal, que, depois de ter sido regente, morreu acusado de traição - precisamente D. Carolina acrescenta ao seu estudo um parágrafo sobre "As viagens do infante", em que insiste na desmitificação da sua figura quanto às estadas deste em Terra Santa, na Meca, no Cairo e noutras terras africanas e asiáticas e à criação da lenda das Sete Partidas, nalguns casos fundada em "patranhas" ou em absurdos opúsculos vendidos em feiras, como o *Auto ou Livro do Infante D. Pedro de Portugal...* (ou, em espanhol, *Historia del infante D. Pedro de Portugal, en la que se refiere lo que sucedió en el viaje que hizo alrededor del mundo*)¹⁸¹. Junto com eles, destaca-se o irmão D.

¹⁷⁹ Apud *ibidem*, p. 21

¹⁸⁰ Veja-se, por exemplo, o artigo de Elena GASCÓN VERA, "El concepto de tragedia en los escritos cultos de la Corte de Juan II". Em *Actas del VI Congreso de Hispanistas* (Toronto, 22 a 26 de agosto de 1977). Toronto: Asociación Internacional de Hispanistas, 1980, pp. 305-308 - precisamente esta estudiosa é também autora de *Vida y obra de D. Pedro, Condestable de Portugal*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1979.

¹⁸¹ E, neste sentido, contesta novamente os comentários de Manuel de Faria e Sousa ou estabelece um diálogo direto com Oliveira Martins como historiador da casa de Avis. Por outro lado, lembre-se que o Regente é uma das figuras históricas que chamou especialmente a atenção na época em que escreve D.

João, que, após anos de exílio na corte de Borgonha, casou-se com Charlotte de Lusignan e foi por breve tempo rei de Chipre.

A rainha D. Isabel apresenta-se "num retábulo de devoção especial" e como "manto e consolo da família", sem por isso falhar no amor e na confiança de D. Afonso V. Por que manto e consolo da família? D. Carolina insiste na sua importância ("meiga influência") como mediadora para mitigar a ira do monarca, o seu esposo, que progressivamente iria mostrando arrependimento e aceitando os vencidos em Alfarrobeira: recomendou um dos cunhados ao pontífice e contribuiu para as despesas do casamento do outro; deu sepultura ao sogro, o infante D. Pedro, glorificando a sua memória em grandes cerimónias ordenadas pela trasladação processional do cadáver de uma humilde igreja ao Mosteiro da Batalha; deu à nação, enfim, "um rei da estatura de D. João II" e a princesa Santa Joana de Portugal. Assim, os esforços desta figura que dá título à obra do Condestável ficaram considerados essenciais para a reabilitação da família. E, D. Isabel, cumprindo a sua missão na terra, "foi dormir o sono eterno no templo de mármore alvinitente que o vulgo chama A Batalha"¹⁸².

Ela aparece glorificada, então, como figura crucial, verdadeira artífice de uma progressiva aceitação e aproximação da sua família (falecida ou dispersa) à corte portuguesa - na verdade, Afonso V não autorizou a assistência do Condestável nas exéquias solenes em honra do seu pai nem a tomar parte dos funerais da sua irmã em Évora, permitindo-lhe voltar do exílio só após a morte desta. O autor lembra que, de facto, é descendente de uma estirpe de mulheres fortes como D. Filipa de Lencastre, a avó, "aquella santa reina inglesa" ou de D. Isabel, duquesa de Borgonha, a tia, que protegeu os seus sobrinhos desamparados e defendeu animosa a memória do irmão¹⁸³. Em definitivo, assiste-se aqui a um ato de restituição da memória, de recuperação histórica, de legitimação da presença na corte portuguesa e no espaço ibérico.

Carolina, sendo recriada por dramaturgos românticos portugueses como Alexandre Herculano, n' *Os infantes de Ceuta*, ou Marcelino Mesquita, n' *O Regente* (vid. DIAS, Aida Fernanda. D. Pedro e o Condestável, seu filho, no *Cancioneiro Geral. Biblos*, n. 64, Coimbra, 1993).

¹⁸² VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. "Prefácio". Em PEDRO, Condestável de Portugal. *Tragedia de la insigne...*, p. 37.

¹⁸³ Nada diz da mãe, D. Isabel de Urgel, da casa à qual deveu a coroa de Aragão, nem das duas outras irmãs: D. Brites, casada com Adolfo de Clèves, senhor de Ravenstein, e D. Filipa, freira (autora e tradutora dalguns textos), uma omissão que D. Carolina atribui à "relativa paz e felicidade nas vidas dessas três senhoras" (*ibidem*, p. 38).

Tanto nas recriações literárias das mortes de Inês de Castro, como nas da *insigne* rainha D. Isabel de Portugal, presenciamos uma recompensa explícita das injustiças e sofrimentos experimentados em vida. As amostras de benquerença dos viúvos e uma descendência digna dos mais altos espíritos, que contribuíram para prestigiar as respetivas casas reinantes, apresentam-se como uma espécie de galardão *post-mortem*. D. Carolina lembra que o romanista tem, perante ambos os casos, a missão de despertar, primeiro, os eruditos, e, depois, o leitor comum, para um rico património literário que até então não tinha sido suficientemente atendido - mágoa e desilusão perpassam, com efeito, alguns prefácios e considerações preliminares que acima comentámos a propósito destes temas.

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS: UM PERFIL

Maria Manuela Gouveia Delille

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite que me foi dirigido por duas Colegas que integram a Comissão Organizadora do presente Congresso, Professoras Valéria Gil Conde e Yara Frateschi Vieira, para vir proferir esta conferência de abertura, em que procurarei traçar um perfil de Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

O convite veio ao encontro de uma actividade que nos três últimos anos me tem ocupado muito intensamente, a da coordenação científica de um Projecto, de carácter interdisciplinar, com o título de *Carolina Michaëlis (1851-1925) – Joaquim de Vasconcelos (1849-1936): Um Encontro de Culturas e de Saberes*, Projecto esse que tem envolvido, para além do Senhor Engenheiro Carlos Michaëlis de Vasconcelos, bisneto de Carolina Michaëlis e de Joaquim de Vasconcelos, as Universidades de Coimbra e do Porto, e várias entidades públicas e privadas de ambas as cidades.

O Projecto iniciou-se nos meses de Outubro / Novembro de 2009, com o Colóquio Internacional “Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: a sua Projecção nas Artes e nas Letras Portuguesas”, realizado no Porto, e três Exposições.

A Exposição que me coube coordenar sobre a vida e a obra de Carolina Michaëlis, com o apoio da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) e da Faculdade de Letras da mesma Universidade, insere-se neste contexto. Foi inaugurada em Coimbra, na Sala de S. Pedro da Biblioteca Geral, em Novembro de 2009¹⁸⁴, tendo em 2010 seguido para a Biblioteca Municipal do Porto e em 2011 para a Universidade de Santiago de Compostela, e hoje apresenta aqui a sua variante paulista, graças às Colegas responsáveis pelo Comissariado da Exposição, as Professoras Lênia Márcia

¹⁸⁴ Cf. o Catálogo intitulado *A Vida e a Obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Evocação e Homenagem. Exposição Bibliográfica e Documental*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.

Mongelli, Valéria Gil Conde e Yara Frateschi Vieira, que tomaram sobre si uma tarefa nada fácil e que tão bem a souberam realizar, conferindo-lhe uma nota muito própria.

Duas Exposições mais houve no Porto, uma também bibliográfica e documental dedicada a Joaquim de Vasconcelos, na Biblioteca Municipal do Porto, e outra de carácter fotográfico sobre os lugares em que o casal viveu e aqueles que percorreu no decurso da sua actividade docente e das suas pesquisas.

Para além destas realizações públicas, de maior visibilidade, têm vindo a desenvolver-se, na Universidade de Coimbra, sob a minha coordenação científica, dois subprojectos destinados a preservar a memória da obra de Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos e a fornecer as necessárias bases para futuros trabalhos de investigação.

O primeiro, realizado na BGUC com a contínua colaboração da Bibliotecária Dr.^a Isabel João Ramires aqui presente e a ajuda pontual de alguns colegas pertencentes a Centros de Investigação da Faculdade de Letras, ficou concluído em Maio de 2011 e disse respeito à organização e classificação do extenso e variado Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e à catalogação do respectivo Epistolário (1425 cartas) existente na referida Biblioteca, tendo sido apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, que subsidiou o trabalho de duas bolsseiras.

O segundo subprojecto, ainda em curso na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, consiste na organização, tratamento técnico-documental e produção de um Catálogo impresso e electrónico da biblioteca pessoal de Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos, adquirida em 1944 pela Faculdade à família Vasconcelos. Este projecto tem a colaboração do Professor João Nuno Cardoso Corrêa e da Bibliotecária Doutora Maria do Carmo Ferreira Dias e o apoio financeiro de vários Centros de Investigação dessa mesma Faculdade.

Mergulhada como tenho estado e ainda estou nestas lides, que me têm trazido, semana a semana, cada vez mais informação sobre a vida e a obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, é natural que acolhesse com agrado o convite para vos vir falar dessa mulher que se tornou a primeira Professora de uma universidade portuguesa, a primeira Professora, a todos os títulos insigne, da Universidade de Coimbra, onde

leccionou a partir de Janeiro de 1912, isto é, desde o primeiro ano lectivo de funcionamento da então recém-criada Faculdade de Letras, até Fevereiro de 1925, ano em que vem a falecer.

Desde a primeira hora concebi a Exposição como dividida em três extensos períodos – **anos de Berlim, anos do Porto e anos de Coimbra e do Porto** – porque por essas três cidades se repartiu a vida de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, sendo necessário evocar os principais factos dos referidos períodos e os respectivos meios socioculturais, científicos e privados para podermos traçar devidamente o seu perfil humano e científico.

Comecemos pois pelos **anos de Berlim (1851-1876)**:

Descendente de uma antiga família protestante da Alemanha do Norte, Carolina Michaëlis nasceu, a 15 de Março de 1851, na Prússia pré-bismarckiana, mais concretamente em Berlim – “a metrópole da inteligência”, como ela própria várias vezes com declarado orgulho a ela se referiu¹⁸⁵. Seus pais foram Henriette Louise Lobeck (1809-1863), enquanto solteira professora em Berlim na escola feminina de Schubart¹⁸⁶, e o Dr. Gustav Michaelis (1813-1895), que tendo iniciado a carreira profissional como professor liceal de Física e Matemática, vem a manifestar interesse dentro do campo germanístico pelas áreas da Ortografia e Fisiologia Fonética, distinguindo-se no estudo e promoção da nova disciplina de Estenografia. Em 1851 é para ele criada, na Universidade berlinense de Frederico Guilherme, a cadeira de Estenografia, onde primeiro foi contratado como Leitor, passando desde o ano de 1868 a receber o título de

¹⁸⁵ *Vd., e. g.*, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “Discurso de Apresentação lido pela Autora na Sala dos Capelos”, em 19 de Janeiro de 1912, por ocasião do ingresso na Universidade de Coimbra, In: C. M. de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa* segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico, Lisboa, Edição da *Revista de Portugal* – Série A - Língua Portuguesa, 1946, p. 1.

¹⁸⁶ Cf. Carl Theodor Michaëlis, *Gustav Michaëlis*, Berlin, R. Gaertners Verlagbuchhandlung, 1897, p. 7. Nada encontramos que nos permita confirmar a especulação de Yakov Malkiel (Y. Malkiel, “Carolina Michäelis de Vasconcelos (1851-1925)”, *Romance Philology* 47/1, 1993, pp. 3 e 7) sobre um divórcio dos pais de Carolina, nem a pertença de Henriette Lobeck a uma família de editores berlinenses. A este respeito, além do testemunho de Carl Th. Michaëlis, *vd.* Max C.P. Schmidt,, *Carl Th. Michaëlis, Persönliche und amtliche Erinnerungen*, Leipzig, Verlag der Dürr’schen Buchhandlung, 1917, I: Biographie, p. 15, e leia-se, para mais completa informação, Gabriele Beck-Busse, “A jovem Carolina: os anos de Berlim”, In: *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: A sua Projecção nas Artes e nas Letras Portuguesas*, coord. M. Manuela Gouveia Delille, João Nuno Corrêa Cardoso e John Greenfield, Porto, Fundação Eng. António de Almeida (no prelo).

Professor. Embora ocupando uma posição académica periférica, era uma personalidade bem integrada no meio institucional da época: a par da sua actividade universitária, pertencia desde 1850 ao Gabinete de Estenografia da Câmara de Deputados da Prússia, de 1855 a 1889 exerceu o cargo de Director do Gabinete de Estenografia da Câmara dos Pares do Reino, tendo também desempenhado durante alguns anos as mesmas funções no *Reichstag* [Parlamento Imperial]¹⁸⁷. Carolina era a penúltima de um grupo de cinco irmãos, entre os quais se contariam também duas figuras notáveis no campo das letras e da educação: o pedadogo Carl Theodor Michaëlis, que ocupou elevados cargos na administração escolar de Berlim no tempo do Império guilhermino¹⁸⁸, e Henriette Michaëlis, que se notabilizou na área da lexicografia, a ela se devendo a autoria de dois dicionários Michaëlis de Alemão-Português e Português-Alemão, ainda hoje preciosos instrumentos de trabalho luso-germanístico, e também a dos dicionários de Inglês-Português, Português-Inglês, Italiano-Alemão e Alemão-Italiano¹⁸⁹.

Na verdade, o meio familiar e social em que Carolina foi criada permitiu-lhe, numa época em que na Alemanha a frequência do curso universitário ainda estava vedada às estudantes do sexo feminino, adquirir uma sólida formação linguística, literária e científica. Muito especialmente o ambiente intelectual que se respirava na casa paterna, marcado pelo dinamismo, versatilidade e curiosidade de Gustav Michaelis, foi altamente propício ao desenvolvimento das capacidades já de si invulgares que a mais nova das filhas demonstrava¹⁹⁰.

Órfã de mãe muito cedo, Carolina frequentou dos sete aos dezasseis anos a “Luisenschule”, um colégio feminino berlinense de grande nomeada, dirigido pelo filólogo Eduard Mätzner, onde muito cedo se aplicou, como aluna sobredotada, a par do estudo das línguas e literaturas clássicas e da língua e literatura inglesas, ao das

¹⁸⁷ Cf. C. Th. Michaëlis, *op.cit.*, pp. 10-12; Christian Johnen, “Michaëlis, Gustav”, In: *Allgemeine Deutsche Biographie*, Bd. 52, Leipzig, Duncker & Humblot, 1906, pp. 374-376, e Y. Malkiel, art. cit., pp. 5-6. Gustav Michaelis fundou e dirigiu de 1853 a 1879 uma revista com o título inicial de *Zeitschrift für Stenographie*, mais tarde, a partir de 1856, com o de *Zeitschrift für Stenographie und Orthographie in wissenschaftlicher, pädagogischer und praktischer Beziehung*, na qual grande parte dos artigos era de sua autoria.

¹⁸⁸ *Vd.* M. C. P. Schmidt, *op. cit.*, *passim*.

¹⁸⁹ *Vd.* G. Beck-Busse / U. Mühlshlegel, “Henriette Michaelis’ *Neues Wörterbuch der portugiesischen und deutschen Sprache: zwischen Tradition und Fortschritt*”, *Lusorama. Zeitschrift für Lusitanistik / Revista de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa*, Nr. 61-62, Mai 2005, pp. 123-126.

¹⁹⁰ Cf. Helene Lange, *Lebenserinnerungen*, Berlin, F.U. Herbig, 1922, p. 106.

línguas e literaturas românicas. Terminado em 1867 o curso secundário, prosseguirá em casa nesses estudos, em grande parte guiada pelo professor Karl Goldbeck¹⁹¹, de quem fora discípula dilecta na referida escola, em parte como autodidacta, e ao mesmo tempo começa a explorar novos domínios, quais sejam o estudo do sânscrito e o das línguas e literaturas eslavas e semíticas, sendo iniciada nestas últimas por alguns professores universitários arabistas, amigos de seu pai¹⁹². Para além pois de uma intensa e variada aprendizagem linguística e literária – em que ocupam especial relevo o francês, o provençal e o italiano, e principalmente as línguas românicas peninsulares: o castelhano, o catalão e mais tarde também o português – , esses anos berlinenses constituem já um tempo de considerável produção científica, visto que Carolina Michaëlis começa nessa altura a publicar regularmente, em revistas alemãs da especialidade, trabalhos filológicos sobre língua e literatura espanhola e italiana que lhe valem os maiores elogios por parte de romanistas de fama internacional, como Friedrich Diez, Adolfo Mussafia e Gaston Paris. Ainda no mesmo período, trabalha como revisora de textos literários espanhóis e portugueses para a célebre editora Brockhaus, de Leipzig¹⁹³, e a partir de 1872 desempenha funções de tradutora e intérprete ajuramentada em assuntos peninsulares, civis, criminais e políticos, do Município de Berlim e do Ministério de Negócios Estrangeiros. Essa tarefa, para além de constituir um excelente tirocínio nas línguas hispânicas, deu-lhe por certo, no campo

¹⁹¹ Sobre a vida e a personalidade do professor Carl Goldbeck (1830-1900), que desempenhou um papel tão importante na formação literária e cultural de Carolina Michaëlis, leia-se o opúsculo *Carl Golbeck* de Carl Theodor Michaëlis (C. Th. Michaëlis, Leipzig, Verlag der Dürr'schen Buchhandlung, 1905) e os artigos de Joaquim de Vasconcelos (Joaquim de Vasconcelos, “Carl Goldbeck – 1830-1900”, *Educação Nacional*, Porto, 5.º ano, n.º 212, de 14 de Outubro de 1900) e de Gabriele Beck-Busse (G. Beck-Busse, “Carl Goldbeck – ‘amigo e mentor’”, In: U. Mühlshlegel (ed.), *Dona Carolina Michaëlis e os estudos de Filologia Portuguesa*, TFM, Frankfurt am Main, 2004, pp.13-20). Ao contrário do que se poderia pensar da leitura do artigo de W. Meyer-Lübke (W. Meyer-Lübke, “Carolina Michaëlis e a Filologia Românica”, *Lusitania. Revista de Estudos Portugueses*, Lisboa, vol. IV, Outubro de 1927, pp. 17-18), no qual apenas se atribuem a esse professor trabalhos no ramo da Linguística e da Etimologia do Francês e do Inglês Arcaicos, Carl Goldbeck foi um estudioso das línguas peninsulares e, no que toca à literatura portuguesa, contribuiu para a divulgação na Alemanha da obra de Antero de Quental (cf. C. M. de Vasconcelos, “Antero e a Alemanha”, In: *Antero de Quental. In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan Editor, 1896, p. 413).

¹⁹² Helene Lange refere expressamente as lições semanais do Professor Wetzstein a Carolina sobre poesia árabe e as leituras do Corão que a jovem efectuou com um dos “sete sábios” da Universidade de Göttingen (os chamados *Göttinger Sieben*), o Professor Heinrich Ewald (cf. H. Lange, “Eine deutsche Frau und Gelehrte”, *Die Frau*, Berlin, 34. Jg, Heft 4, Januar 1927, p. 201).

¹⁹³ Nunca será de mais sublinhar o papel de mediador desempenhado por Carl Goldbeck nas relações de Carolina Michaëlis com a editora Brockhaus em Leipzig (cf. C. Th. Michaëlis, *op.cit.*, p. 50, G. Beck-Busse, art. cit., 2004, p. 18, e G. Beck-Busse. / U. Mühlshlegel, art. cit., 2005, p. 120, nota 10).

das relações humanas e sociais, uma experiência de vida prática totalmente diferente da experiência da erudita que se encerra no seu gabinete de trabalho.

Os anos de 1872 a 1875 marcam uma notória viragem para assuntos portugueses, determinada não apenas por motivos científicos.

Como leitora e colaboradora da *Bibliografia Crítica de História e Literatura* (1873-1875), revista que, editada no Porto por três jovens eruditos – Teófilo Braga, Francisco Adolfo Coelho e Joaquim de Vasconcelos –, procurava divulgar em Portugal os métodos mais avançados da ciência germânica, Carolina Michaëlis envolve-se com Joaquim de Vasconcelos numa animada correspondência em língua alemã, que em breve se transforma num romance de amor. Desejoso de aprofundar os seus estudos de História da Arte, Música e Arqueologia na Alemanha (cuja língua dominava perfeitamente visto que realizara em Hamburgo, para onde a família o enviara aos 10 anos de idade, o curso secundário) e ansioso por conhecer pessoalmente Carolina, Joaquim parte para Berlim a 29 de Maio de 1875¹⁹⁴.

O apaixonado e impetuoso correspondente português só a 11 de Junho conseguirá chegar à capital alemã¹⁹⁵, mas o noivado não demorará muito a celebrar-se. A respectiva participação, enviada pelos noivos a familiares, amigos e até a eruditos mais distantes com os quais se correspondiam¹⁹⁶, indica de facto o mês de Junho de 1875 como data da sua realização. Não só na correspondência inédita com Ferdinand

¹⁹⁴ Sobre a viagem de Joaquim de Vasconcelos à Alemanha, a chegada a Berlim, o noivado com Carolina e a subsequente estada dos noivos na estância termal de Schreiberhau, leia-se: M. M. Gouveia Delille, “Retrato de Carolina Michaëlis (1851-1925) enquanto jovem: uma carta inédita de Joaquim de Vasconcelos (1849-1936)”, In: *Várias Viagens. Estudos oferecidos a Alfred Opitz*, org. Fernando Clara, Manuela Sanches e Mário Matos, V. N. Famalicão, Húmus, 2011, pp. 355-388.

¹⁹⁵ “Je suis arrivé à Berlin le 11, au soir [...]” (carta inédita de Joaquim de Vasconcelos a Ferdinand Denis, escrita do Hotel Toepfer em Berlim a 24 de Junho de 1875 - UCBG Ms. JV Epistolário). Nessa mesma carta, Joaquim de Vasconcelos, após expor sucintamente o itinerário seguido na viagem pela Espanha (Madrid, Saragoça, Pirenéus) e pela França (Lyon, Estrasburgo), limita-se a fazer o seguinte comentário: “Mon voyage en Espagne a été affreux par un temps horrible, ainsi j’ai mis 13 jours jusqu’ à Berlin”. Jean-Ferdinand Denis (1798-1890), historiador e escritor francês, especialista em História do Brasil e autor de várias obras sobre Portugal e a literatura portuguesa, era naquela altura administrador da Biblioteca de Santa Genevieve em Paris. Joaquim de Vasconcelos, que com ele se correspondia regularmente, recorrendo muitas vezes ao seu saber e aos seus préstimos, prometera visitá-lo em Paris quando da viagem para Berlim.

¹⁹⁶ *Vd., e.g.*, carta de Adolfo Mussafia a Carolina Michaëlis de 1 de Dezembro de 1875, *apud* Yara F. Vieira, “Paixão e paciência: Carolina Michaëlis e a filologia”, In: *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda, hoje*, coord. Mercedes Brea, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro, 2005, p.16, nota 14.

Denis, mas também na já publicada com Teófilo Braga, Joaquim de Vasconcelos não se cansa de manifestar a este propósito a sua admiração pelas qualidades intelectuais da noiva e pelo seu excepcional labor filológico, acentuando ao mesmo tempo as excelentes relações que Carolina e a sua família mantinham com os mais notáveis círculos científicos e literários do tempo e a mais valia que a aliança acabada de celebrar representava para os seus múltiplos projectos literários e artísticos. Também numa carta de Joaquim de Vasconcelos dirigida à irmã Rita Maria de Freitas de Vasconcelos em 12 de Julho de 1875, pouco depois da realização do noivado, quando ele e Carolina passaram três semanas de férias na estância termal silesiana de Schreiberhau, se traça um retrato altamente positivo de Carolina Michaëlis, que a configura como um ser humano com o seu quê de fenomenal¹⁹⁷. Na verdade, reiteradas vezes Joaquim confessa à irmã o seu espanto perante a presença de qualidades intelectuais fora do comum, de uma capacidade extraordinária de trabalho e de realizações científicas, que ele só concebia em criaturas do sexo masculino¹⁹⁸, numa jovem como Carolina que ao mesmo tempo demonstra possuir o domínio perfeito das artes da culinária e da costura, ‘prendas’ tradicionalmente consideradas femininas. Além disso, aprecia na futura mulher o modo de ser recatado e modesto, o rigor na conduta, combinado com uma extrema bondade, que a leva a pesar todas as atenuantes quando se trata de julgar alguém. E por fim, revelando uma inteira sintonia com o ideal feminino robusto e saudável que Eça de Queirós e Ramalho Ortigão viam incarnado nas jovens estrangeiras e que apregoavam n’*As Farpas*, é com manifesto agrado que Joaquim de Vasconcelos revela determinados traços da noiva – a desenvoltura física, o sólido apetite, a resistência às intempéries, o amor à natureza e a energia de que dá mostras nas longas caminhadas por montes e vales –, traços muito diferentes dos das

¹⁹⁷ Lígia Amâncio (L. Amâncio, “Reflections on science as a gendered endeavour: changes and continuities”, *Social Science Information*, 2005, vol.44, I, p. 78), ao comentar a associação, comum ainda em finais do século XIX, entre “homem” e “cientista”, e a relegação da mulher para o mundo do corpo, das funções biológicas, da irracionalidade e das emoções, por completo oposto ao mundo da ciência, considerado o domínio por excelência da razão, da objectividade e da frieza, faz notar: “Given the strangeness of their positions with respect to the traditional ‘female role’, women scientists of the late 19th and early 20th centuries were perceived as rare and special cases”.

¹⁹⁸ Ao comunicar, por exemplo, a Teófilo Braga, em carta de 7/4/1875, a possibilidade de Carolina Michaëlis traduzir para alemão o *Manual* que o amigo acabara de publicar, Joaquim de Vasconcelos comenta: “Esta gentilíssima dama póde com o trabalho, dotada como é de uma vontade masculina, mas está da nossa parte não aceitar sacrificio, porque ella trabalha p.^a si e p.^a a familia”. (M. A. Rodrigues, *Correspondência para Teófilo Braga*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 94 – sublinhado meu).

raparigas portuguesas suas contemporâneas do meio urbano e burguês, educadas sem hábitos de exercício físico e de alimentação sadia, e regra geral limitadas ao espaço doméstico.

Terminada a estadia em Schreiberhau, os noivos separam-se durante dois meses: Carolina regressa sozinha a Berlim, onde irá continuar e concluir o trabalho científico que tinha em mãos, *Studien zur romanischen Wortschöpfung* [Estudos acerca da formação de palavras nas línguas românicas], obra essa que, publicada em 1876, viria a ser recebida com muitos louvores no meio académico, e Joaquim de Vasconcelos inicia a sua planeada viagem de estudo pelo Sul da Alemanha e pela Áustria, voltando a Berlim a 1 de Outubro, onde vai passar o Outono e o Inverno, assistir na Universidade a cursos sobre História, Filosofia e História da Arte e estabelecer, com a ajuda de Carolina e da família, vários contactos científicos, artísticos e culturais. A 27 de Março de 1876 realiza-se em Berlim o casamento, e o casal, após demorada viagem de núpcias pela Alemanha¹⁹⁹, França e Espanha²⁰⁰, virá fixar-se no Porto, onde sabemos que já em Julho desse mesmo ano habitam o n.º 84 da Rua da Rainha²⁰¹. Aí nascerá, em 18 de Dezembro de 1877, o único filho, Carlos Michaëlis de Vasconcelos, e Carolina, passado o tempo necessário de adaptação ao novo meio e ao novo tipo de vida, vai gradualmente reiniciando a sua actividade de investigação, direccionada embora em grande parte para novas matérias, designadamente a língua e a literatura portuguesas. O estilo de vida simples e recolhido do marido, também ele continuamente mergulhado nos seus estudos arqueológicos e artísticos, terá por certo contribuído para que Carolina Michaëlis depressa retomasse no meio estranho que era a cidade do Porto as tarefas científicas que lhe eram tão caras, que continuavam a constituir a sua maior felicidade e que exigiam

¹⁹⁹ Sabe-se que visitaram o Professor Wilhelm Storck, em Münster, em Maio de 1876.

²⁰⁰ Contrariamente ao que se lê nalguns relatos biográficos sobre Carolina Michaëlis, em que se menciona uma viagem de núpcias prolongada por vários países da Europa, Ernst Goldbeck, o amigo de infância que juntamente com Henriette Michaelis passou dois meses, na Primavera de 1879, em casa do casal Vasconcelos no Porto, refere ter Carolina visitado nessa ocasião apenas Paris e Madrid: “Sie war überhaupt keine eigentlich weitgereiste Frau. Als Mädchen war sie einmal in Mailand und Venedig gewesen. Es ist kaum glaublich, aber wahr, vom übrigen Italien hat sie nichts gesehen. Auf ihrer Hochzeitsreise hatte sie Paris und Madrid besucht. Ich habe nicht davon gehört, daß die beiden sonst etwas gesehen hatten [...]” [Ela no fundo não era uma mulher muito viajada. Na sua juventude esteve uma vez em Milão e Veneza. Custa a crer, mas é verdade, do resto da Itália nada viu. Na viagem de núpcias visitara Paris e Madrid. Nunca ouvi dizer que os dois tivessem visto mais coisas [...]] (Ernst Goldbeck, “Karoline Michaelis de Vasconcellos. Ein Bild aus ferner Jugendzeit”, *Die Frau*, Berlin, 1927, 34. Jahrg., Heft 4, p. 270 – sublinhados meus).

²⁰¹ Apontamento da própria Carolina, em: UCBG, Ms. CMVcadernos, 33, F327v.328.

concentração e isolamento²⁰². Aliás, já mesmo durante os primeiros meses da gravidez, de Maio a Setembro de 1877, a sabemos na Biblioteca da Ajuda em Lisboa, a transcrever e a analisar durante horas a fio, com “paixão e paciência”, os textos do códice que continha as cantigas de amor da lírica trovadoresca galego-portuguesa, iniciando nessa altura uma investigação extensa e profunda sobre Cancioneiros medievais que viria a culminar 27 anos mais tarde na publicação da edição do *Cancioneiro da Ajuda*²⁰³.

Na verdade, os anos do Porto (1876-1912), longos 36 anos de plena maturidade, irão constituir o núcleo central, a fase mais produtiva e mais activa da vida de Carolina Michaëlis.

Se por um lado prossegue, mais espaçadamente é certo, na investigação linguística de âmbito hispanista já iniciada em Berlim, cultivando sobretudo, em vários artigos inseridos em revistas internacionais da especialidade, estudos lexicográficos e etimológicos – estes últimos entendidos como contributo para um futuro dicionário etimológico das línguas românicas peninsulares, que tencionava publicar e de que no espólio se encontram abundantes apontamentos –, a maior parte da sua produção nesses anos-chave denota já uma viragem decisiva e irreversível para temas linguísticos e literários dos períodos medieval e renascentista da cultura portuguesa, procurando sempre a autora, como justamente sublinha Albin Eduard Beau, apresentar os fenómenos que analisa “como integrados no conjunto das línguas e literaturas neolatinas e, para além delas, na cultura do Ocidente, sem deixar, de resto, de considerar as relações árabes”²⁰⁴.

Disso encontramos pleno testemunho numa série de obras que a distinguem como representante máximo em Portugal do método histórico comparativo da ciência filológica germânica daquela época e que ao mesmo tempo constituem o seu maior

²⁰² Leia-se E. Goldbeck, art.cit., 1927, p. 270 - “Wir dürfen nicht vergessen, um bei Karoline zu bleiben, daß, wie sie selbst sagt, das Schaffen ihr das höchste Glück auf Erden war. Sie verbannte Zank und Streit und Lärm aus ihrer Umgebung” [Ainda a respeito de Carolina, não devemos esquecer que, como ela própria diz, o labor era para ela a maior felicidade do mundo. Bania do seu círculo mais chegado toda e qualquer zanga, conflito ou gritaria.].

²⁰³ Cf. Yara F. Vieira, art.cit., *op. cit.*, 2005, p.30, nota 48.

²⁰⁴ A. E. Beau, “D. Carolina Michaelis de Vasconcelos”, *Publicações do Instituto Alemão*, n.º 2, Lisboa, 1958, p.15.

contributo para a mediação científica e cultural entre os dois países²⁰⁵. Com a sua lição de trabalho crítico e rigoroso, paciente e tenaz (*ad astra per aspera*, era a sua divisa), Carolina Michaëlis, sem se deixar “espartilhar pelo rígido positivismo historicista que se impôs no último quartel do século, principalmente na França”²⁰⁶, não só impulsionou decisivamente os estudos filológicos em Portugal, mas também deu a conhecer aos próprios portugueses, e tornou conhecidas além-fronteiras, muito especialmente junto dos leitores alemães, riquezas esquecidas da literatura nacional, documentos significativos da nossa cultura, apresentando-os continuamente como parte integrante da cultura europeia. Numerosos ensaios e artigos etimológicos, semânticos, ortográficos, morfológicos, sintácticos, literários e motivicos, históricos, biográficos e etnográficos (alguns dos quais estão hoje reunidos nos três grossos volumes de *Dispersos*²⁰⁷) acompanham as obras maiores que a consagram como lusitanista e romanista insigne. Delas destaco: **1.** as monumentais edições críticas das *Poesias* de Francisco de Sá de Miranda (1885) e do *Cancioneiro da Ajuda* (1904), que acima referi, ambas abundantemente comentadas e acompanhadas de pertinentes notas bibliográficas, biográficas e histórico-literárias, e ambas publicadas na prestigiada editora Niemeyer, em Halle; **2.** as *Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch* [Glosas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português], inseridas entre 1896 e 1905 em vários números da *Zeitschrift für Romanische Philologie* editada por Gustav Gröber²⁰⁸, e os *Estudos sobre o Romanceiro Peninsular, Romances Velhos em Portugal* (1907-1909), escritos, a pedido de Menéndez Pidal, para a revista madrilena *Cultura*; **3.** os *Novos Estudos sobre Sá de Miranda* (1911) vindos a lume no *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*; **4.** a *Geschichte der*

²⁰⁵ Cf. M. M. Gouveia Delille, “Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) – uma alemã, mulher e erudita, em Portugal”, *Biblos*, LXI, Coimbra, 1985, pp. 9-24 ss., e “Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925): ‘intermediária nata entre a cultura neolatina e a germânica’”, *Revista da Faculdade de Letras LÍNGUAS E LITERATURAS*, Porto, XVIII, 2001, pp. 33-48, e G. Beck-Busse, “Carolina Michaëlis de Vasconcelos und die Kraft der Philologie”, In: *Das Potential europäischer Philologen. Geschichte, Leistung, Funktion*. Hrsg. v. Christoph König, Göttingen, Wallstein Verlag, 2009, pp. 264-281.

²⁰⁶ Y. F. Vieira, art.cit., *op. cit.*, 2005, pp. 36-37, nota 71.

²⁰⁷ C. M. de Vasconcelos, *Dispersos. Originais portugueses* (I – Varia; II – Linguística; III – Camoniana), Edição de “Ocidente” e “Revista de Portugal”, Lisboa, 1964, 1970 e 1972.

²⁰⁸ Só em 2004 foi realizada e editada por um grupo de investigadores da Universidade de Compostela (Yara Frateschi Vieira, José Luís Rodríguez, M. Isabel Morán Cabanas e José António Souto Cabo) uma tradução portuguesa (Y. F. Vieira *et alii*, *Glosas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português de Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 2004).

portugiesischen Literatur (1897) (com colaboração de Teófilo Braga)²⁰⁹ para o famoso *Grundriss der romanischen Philologie* [Compêndio de Filologia Românica] de Gustav Gröber; 5. a monografia *A Infanta D. Maria de Portugal (1521 a 1577) e as suas Damas* (1902); 6. finalmente, os valiosos e múltiplos trabalhos, em alemão e em português, sobre a vida e a obra de Luís de Camões²¹⁰, que, de parceria com os de Wilhelm Storck, abriram uma nova era na história da crítica camoniana, particularmente no que diz respeito à contextualização e comparação com os poetas líricos nacionais e estrangeiros contemporâneos do autor ou que o antecederam e, na sequência desse labor crítico, ao processo de expurgo e rarefacção do cânone da lírica de Camões.

A excepcional dimensão, amplitude e qualidade dos trabalhos filológicos da grande erudita, designadamente dos seus estudos sobre as línguas e literaturas portuguesa e espanhola, não deixa de ser reconhecida pelos meios académicos e científicos alemães. É disso prova acabada a atribuição, em 1893, pela Universidade de Friburgo na Brisgóia, por iniciativa de Gottfried Baist, detentor da cátedra de Romanística naquela universidade, do grau de doutor *honoris causa*, distinção que na época era muito rara ser concedida a uma personalidade do sexo feminino.

Da vasta correspondência científica trocada entre Carolina Michaëlis de Vasconcelos e investigadores nacionais e estrangeiros (na sua maioria romanistas e lusófilos alemães e austríacos, mas também ingleses, italianos, franceses, suíços,

²⁰⁹ Embora no compêndio alemão a referida *Geschichte der portugiesischen Literatur* venha assinada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Teófilo Braga, a verdade é que ela se deve, na sua quase totalidade, à erudita berlinense. O contributo de Teófilo Braga acabou por se limitar ao texto português do último subcapítulo (“Vierte Epoche 1580-1700”), e mesmo esse, além de ter sido vertido livremente para alemão por D. Carolina, foi por ela própria rectificado no que diz respeito a algumas datas e completado com extensas e muito valiosas notas de rodapé (cf. C. M. de Vasconcelos e Th. Braga, “Geschichte der portugiesischen Literatur”, In: *Grundriß der Romanischen Philologie*, hrsg. v. Gustav Gröber, II. Band, 2. Abteilung, Straßburg, Karl J. Trübner, 1897, pp. 140 e 344, nota 5).

²¹⁰ Para além dos artigos em língua portuguesa compilados no já referido terceiro volume dos *Dispersiones* (*supra*, nota 24), *vd.* especialmente a versão portuguesa da importante monografia (*Luis de Camoens Leben, nebst geschichtlicher Einleitung*, Paderborn, Ferdinand Schöningh, 1890) que Wilhelm Storck dedicou ao poeta. Enriquecido com abundantes notas e correcções da autoria da própria tradutora, o volume *Vida e Obras de Luis de Camões* (Lisboa, 1898) não é apenas uma tradução de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, mas uma autêntica nacionalização do texto original do lusófilo alemão. Dos últimos anos de vida de D. Carolina datam ainda os estudos camonianos sobre *O Cancioneiro Fernandes Tomás* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922) e sobre *O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924), reunidos em 1980 num volume publicado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

espanhóis e norte-americanos) é relativamente escassa a parte já publicada. Este tipo de correspondência, designada como *Gelehrtenkorrespondenz* e muito vulgar como forma de comunicação entre os eruditos e investigadores do século XIX e da primeira metade do século XX, constitui um complemento indispensável da actividade científica dos autores e respectivos destinatários. De uma carta inédita, datada de 24.07.99, de Carolina para a lusófila Luise Ey, sua amiga íntima desde os tempos do Porto, ficamos a saber que Carolina dedicava regra geral dois dias por semana (domingo e segunda) à actividade epistolar, tentando esvaziar o cestinho de cartas, repleto de correspondência de colegas, amigos e familiares que tinha sempre junto da sua secretária²¹¹. São vários os testemunhos de contemporâneos que enaltecem a extraordinária generosidade com que a erudita atendia os constantes pedidos de informação sobre assuntos linguísticos e /ou literários da sua especialidade. Recordo as palavras de Ricardo Jorge: “Dos materiais amassados com infindável paciência e com tacto exemplar, cede com mão larga. É uma espécie de repositório intranacional e internacional onde forrageiam hoje todos quantos versam cousas lusitanas; de dentro e de fora, lhe põem à prova a inextancável liberalidade. Uma verdadeira mestra na enormidade do saber e na sua prodigalização”²¹². Muitos foram de facto os que lhe ficaram a dever não só os mais diversos dados informativos, mas por vezes também os resultados de uma pesquisa a que ela própria para esse fim expressamente se dedicara. Citarei apenas, a título de exemplo, o imprescindível apoio prestado a Wilhelm Storck na investigação da obra camoniana, a dedicação extrema com que atendeu as insistentes solicitações de Hugo Schuchardt a respeito de assuntos tanto literários, como linguísticos e etnográficos, estes

²¹¹ “[...] ich verbringe doch mindestens einmal wöchentlich einen ganzen Tag damit...oder zwei, Sonntag und Montag noch wie früher. Doch das Briefkörbchen das vor mir steht, wird niemals leer. So viele Sorgen und Wünsche meiner männlichen (und jetzt auch einer wiener weiblichen) Kollegen, so viele Büchergeschenke aus vieler Herren Ländern [...]” [...] com isso (com as respostas às cartas recebidas) gasto pelo menos uma vez por semana um dia inteiro... ou dois. Mas o cestinho de cartas à minha frente nunca fica vazio. Tantas preocupações e desejos dos meus colegas masculinos, e agora também de uma colega feminina vienense, tantos presentes de livros de muitos países [...]. Agradeço à Doutora Maria de Fátima Brauer-Figueiredo, em cujo poder se encontra a correspondência inédita entre Carolina Michaëlis e Luise Ey, a consulta de uma cópia da carta acima citada.

²¹² Ricardo Jorge, “D.Carolina Michaëlis”, *Boletim da Segunda Classe*, Academia das Ciencias de Lisboa, vol. V (Fasciculo n.º 1, – Julho, 1911), Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, p. 302g; a este respeito, *vd.* também Mendes dos Remédios, “D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos”, *Biblos*, Coimbra, II, 1926, p. 235.

últimos relacionados com o então novo paradigma de *Sachen und Wörter*²¹³, a ajuda dada ao trabalho de Josef Priebsch quando este editou as *Poesias Inéditas de P. de Andrade Caminha* (Halle, 1898)²¹⁴, a transmissão dos materiais inesianos por si própria compilados a Theodor Heinermann da Universidade de Münster, autor de uma dissertação sobre os dramas de Inês de Castro nas literaturas românicas (Münster, 1914), o fornecimento a Menéndez y Pelayo de folhas inteiras já por ela redigidas sobre o autor da *Eufrosina*, os conselhos, informações e correcções, incluindo a revisão de provas tipográficas, com que acompanhou os trabalhos de Ricardo Jorge, José Leite de Vasconcelos, Sousa Viterbo e tantos outros.

Se as literaturas medieval e renascentista foram objecto privilegiado dos estudos de D. Carolina, não deixa também de ser verdade que a língua e a literatura portuguesas modernas lhe mereceram constante atenção. Com extrema frequência prefaciou volumes poéticos ou ensaísticos de amigos e conhecidos²¹⁵, conviveu e correspondeu-se intensamente com os escritores, eruditos e políticos portugueses mais famosos do seu tempo, como, por exemplo, Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Rodrigues de Freitas, Joaquim de Araújo, Leite de Vasconcelos, Anselmo Braamcamp Freire, Ricardo Jorge, Afonso Lopes Vieira, Trindade Coelho, Alberto Osório de Castro, António Sérgio, Jaime Cortesão, Delfim Guimarães, Eugénio de Castro, Antero de Figueiredo, Alfredo Pimenta e muitos outros. Embora diversos núcleos dessa vasta correspondência, de inegável interesse histórico-cultural e literário, tenha já sido objecto de publicação, boa parte dela – cartas dirigidas a Carolina e rascunhos da própria de numerosas missivas – encontra-se ainda inédita no epistolário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

²¹³ Cf. Bernhard Hurch, “‘In der Phäakenluft von Graz bin ich erst recht faul geworden’. Der Briefwechsel von Caroline Michaëlis de Vasconcellos und Hugo Schuchardt”. Herausgegeben, kommentiert und eingeleitet von Bernhard Hurch, *grazer linguistische studien* 72, Herbst 2009, pp. 19-111.

²¹⁴ Sobre esta matéria, veja-se: Vanda Anastácio, “Pero de Andrade Caminha e Carolina Michaëlis de Vasconcelos: achegas para a História da edição de Joseph Priebsch”, In: *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: A sua Projecção nas Artes e nas Letras Portuguesas*, coord. M. Manuela Gouveia Delille, João Nuno Corrêa Cardoso e John Greenfield, *op. cit.* (no prelo).

²¹⁵ Cf. Gerhard Moldenhauer, “Bibliografia de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XI – Miscelânea em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, n.os 79, 116, 117, 125, 150, 152, 155, 162 e 169.

No ano de 1886, e em anos posteriores, são de sua responsabilidade extensas entradas sobre a língua e a literatura portuguesa no conhecido *Meyers Grosses Konversationslexikon*, e em 1898 continuará a assumir essa tarefa para o *Konversationslexikon* da casa editora Brockhaus. Em ambas as enciclopédias se encontra igualmente um extenso verbete, de sua autoria, sobre a história da literatura brasileira, do qual existem no espólio michaeliano da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra provas tipográficas com correcções autógrafas. Também nos anos 90 Carolina Michaëlis assina longos artigos sobre a língua e a literatura portuguesas pertencentes à publicação periódica *Kritischer Jahresbericht über die Fortschritte der Romanischen Philologie*, editada em Dresden, mais tarde em Erlangen, pelo Professor Karl Vollmöller, com o qual igualmente existe no epistolário abundante correspondência.

Não se julgue, porém, que D. Carolina durante os anos portuenses se dedicou totalmente à sua investigação científica, de carácter linguístico e literário, ao seu pequeno círculo familiar, e aos círculos sociais com quem convivia, especialmente com as famílias da colónia alemã do Porto. Mulher culta, de viva inteligência e curiosidade intelectual, soube muito bem integrar-se no meio cultural, literário e artístico da capital do Norte, meio esse a que o marido naturalmente pertencia e ao qual ela vem a pertencer por direito e mérito próprios, procurando sempre participar activamente – e para uma mulher, ainda para mais estrangeira, não era fácil ao tempo fazê-lo – na vida da cidade e assim contribuir para o seu progresso moral e intelectual.

Em face do grande atraso verificado em Portugal no que toca ao ensino pré-escolar, é com frequência que a vemos debruçar-se sobre essa matéria. Tendo estudado em Berlim — segundo testemunho de Francisco Adolfo Coelho²¹⁶ — a teoria e a prática do sistema de ensino pré-escolar de Friedrich Froebel, Carolina Michaëlis foi entre nós uma defensora entusiástica dos métodos daquele pedagogo alemão. Em 1882, por ocasião das comemorações portuguesas do centenário de Froebel, participa

²¹⁶ Cf. Francisco Adolfo Coelho, "O jardim da infância", *Serões*, Lisboa, 2ª série, vol. IX, n.º 50, Agosto de 1909, pp. 126-127.

activamente, como membro da Sociedade de Instrução do Porto, na tentativa de criação de um jardim de infância modelo na capital nortenha²¹⁷.

Muito preocupada com o elevadíssimo grau de analfabetismo que se registava na população portuguesa da época, dedicou-se, logo depois da sua chegada ao Porto, à questão da aprendizagem infantil das primeiras letras. Veja-se, por exemplo, a excelente série de três artigos que publicou na revista portuense *O Ensino – Jornal do Colégio Portuense* em 1877²¹⁸, nos quais submete a *Cartilha Maternal e as Primeiras Leituras* de João de Deus (editadas em princípios desse mesmo ano) a um minucioso exame crítico. Saliente-se também, no campo da literatura para a infância, o entusiasmo com que acolheu ao longo de toda a vida as iniciativas tomadas nesse domínio por alguns escritores portugueses seus amigos – pensamos especialmente em Antero de Quental, Trindade Coelho e Afonso Lopes Vieira²¹⁹, mas poderíamos aduzir outros nomes menos conhecidos – António Pena Filho, Henrique Marques Júnior e Maria da Luz Sobral²²⁰, cujas antologias de contos infantis ou lendas populares foram prefaciadas ou comentadas pela sábia alemã.

Revela-se também nestes anos uma faceta menos conhecida da personalidade de Carolina Michaëlis, designadamente a simpatia e o interesse que demonstrou pelos movimentos a favor da emancipação da mulher. É de imaginar que as suas ideias feministas se tenham formado durante os anos de menina e moça em Berlim, pois

²¹⁷ Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *A Educação Infantil em Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina, 1977, pp. 40-41, 43-47.

²¹⁸ Vindos a lume pela primeira vez na revista *O Ensino. Jornal do Colégio Portuense* (Ano I, n.º 2, 16 de Outubro de 1877, pp. 9-15, n.º 3, 1 de Novembro de 1877, pp. 17-19, e n.º 5, 1 de Dezembro de 1877, pp. 33-39), estes três artigos foram reeditados pelo Professor Joaquim Ferreira Gomes na *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano X, 1976, pp. 59-93, por ocasião do 1º centenário da publicação da *Cartilha Maternal* de João de Deus. Também as observações críticas que Carolina Michaëlis fez ao ABC de Trindade Coelho demonstram profundo conhecimento da matéria e vivo empenho na campanha de alfabetização do povo português (Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, com um prefácio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Lisboa, Francisco Alves & C.^a, 1910, pp. XX-XXI e 171-199).

²¹⁹ Carolina Michaëlis terá chegado a planear traduzir para português, ou melhor, adaptar, com a ajuda de poetas amigos, alguns exemplos representativos de literatura infantil alemã (vd. C. M. de Vasconcelos, “Antero e a Alemanha”, *op. cit.*, pp. 405-406). A este respeito, leiam-se ainda as cartas de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos para Afonso Lopes Vieira de 9-X-1911, de 27-III-1911, de 11-IV-1912 e de 9-I-1913, nas quais esta agradece ao poeta o envio de alguns volumes de versos infantis e refere a impressão causada nos próprios netos (Aníbal Pinto de Castro, *Coimbra no Pensamento e na Obra de Afonso Lopes Vieira*, Coimbra, 1979, Apêndice II, pp. 59, 67-69).

²²⁰ Cf. G. Moldenhauer, bibliografia citada, n.ºs 79, 117 e 162.

sabemos que no círculo mais chegado das suas amigas de então se contava Helene Lange, a quem Carolina dava semanalmente lições de latim, e que viria a ser no mundo germânico uma das personalidades mais notáveis do movimento feminista burguês e dentro deste aquela que desde o início dos anos 70 do século XIX mais empenhadamente lutou pela causa da instrução e educação das mulheres alemãs, tendo desempenhado um papel decisivo na criação dos primeiros liceus femininos na Alemanha e na formação das respectivas professoras²²¹. A amizade continuou pela vida fora, tendo-se as duas amigas encontrado de novo em Berlim, por ocasião das viagens que Carolina fez à Alemanha nos anos de 1904 e 1912, como o comprovam as cartas de Helene Lange para a casa de Cedofeita, de 9-X-04 e de 14-VIII-1912, respectivamente de Berlim e Iena, que detectei num espólio particular.

Em Dezembro de 1893, Helene Lange, quando toma conhecimento de que a Universidade de Friburgo na Brisgóia havia distinguido Carolina Michaëlis com o grau de doutor *honoris causa*, logo decide publicar na recém-criada revista *Die Frau. Monatsschrift für das gesamte Frauenleben unserer Zeit*, por si própria dirigida, um artigo sobre a laureada. Esse longo artigo do ano de 1894, intitulado “Eine deutsche Frau und Gelehrte” [Uma mulher e erudita alemã]²²², contribuiu por certo para que Carolina se tornasse conhecida, e a sua colaboração desejada, nas associações femininas que na Alemanha e noutras nações europeias começavam a surgir. Na realidade, sabemos que a *Liga das Associações Femininas Alemãs* [Bund deutscher Frauenvereine], a cujos corpos directivos Helene Lange pertencia, e associações congéneres de outros países constantemente a assediavam com convites para participar em reuniões internacionais ou com pedidos de esclarecimento acerca do seu percurso biográfico. Tanto na resposta a essas solicitações e nas cartas sobre matéria análoga dirigidas à sua amiga íntima Luise Ey²²³, bem como em cinco extensos artigos sobre o

²²¹ Sobre Helene Lange (1848-1930), cf.: Gertrud Bäumer, *Gestalt und Wandel. Frauenbildnisse*, Berlin, 1939, pp. 349-400, Dorothea Frandsen, *Helene Lange*, hrsg. v. der Niedersächsischen Landeszentrale für politische Bildung, Hannover, 1974, Angelika Schaser, “Helene Lange”, In: *Stadt und Frauenleben. Berlin im Spiegel von 16 Frauenporträts*, hrsg. v. Henrike Hülsbergen, Berlin, 1997, pp.175-201, e Margit Göttert, *Macht und Eros. Frauenbeziehungen und weibliche Kultur um 1900 – eine neue Perspektive auf Helene Lange und Gertrud Bäumer*, Königstein, 2000.

²²² Republicado 32 anos mais tarde na mesma revista, no âmbito de uma homenagem póstuma.

²²³ Efectivamente, nas cartas trocadas entre C. Michaëlis e L. Ey são frequentes as referências a personalidades femininas bem conhecidas da vida nacional (e.g.: Ana de Castro Osório, Olga Morais

Congresso Feminista de Berlim publicados, em 1896, n'*O Comércio do Porto*, a romanista revela-se extraordinariamente bem informada a respeito das deficientes condições de vida das mulheres portuguesas e demonstra conhecer muito de perto as principais figuras ligadas aos primórdios do feminismo em Portugal²²⁴. Poucos anos mais tarde, num longo estudo em alemão sobre o movimento feminista na Península Ibérica, escrito, a pedido expresso de Helene Lange, para ser integrado no primeiro volume do *Handbuch der Frauenbewegung* (Berlim, 1901, pp. 424-455)²²⁵, Carolina Michaëlis traça um quadro completo e pormenorizado da situação jurídica, política, social e económica das mulheres em Portugal e Espanha, insistindo acima de tudo na questão da instrução que, com inteira justiça, considera absolutamente prioritária, e no terceiro volume desse mesmo *Handbuch der Frauenbewegung* (Berlim, 1902, pp. 408-434) publica também um extenso artigo sobre a educação feminina em Portugal e outro mais breve, em co-autoria com a escritora Maria Goiry de Pidal, mulher de Ramón Menéndez Pidal, dedicado à mesma questão na Espanha²²⁶. No que concerne à mulher portuguesa, Carolina denuncia, de uma perspectiva especialmente crítica, o grande atraso educacional que então se verificava (só pouco mais de 10% das mulheres sabia ler e escrever e dessas apenas cerca de metade tinha frequentado uma escola primária), focando não só o analfabetismo das classes inferiores, mas também a indigência cultural e intelectual da mulher das classes mais elevadas; porém, à semelhança do que faz nos seus estudos filológicos, nunca abstrai os factos analisados do contexto sócio-

Sarmiento da Silveira, Cláudia de Campos, Domitila de Carvalho) e às preocupações que as animam, aconselhando D. Carolina muitas vezes a sua amiga alemã a entrevistá-las ou a ler determinados livros e opúsculos por elas editados. Registe-se, por sua vez, que Olga M. Sarmiento da Silveira, directora da revista lisboeta quinzenal *Sociedade Futura*, dedica a Carolina Michaëlis um artigo de homenagem, a 1 de Fevereiro de 1903, no n.º 17 e 18 do referido quinzenário. É também bem significativo do prestígio de que Carolina M. de Vasconcelos gozava nos círculos feministas portugueses o número inteiro de homenagem que, um ano após a sua morte, lhe é consagrado pela revista *Alma Feminina* (Ano X, n.º 2, 2º trimestre de 1926).

²²⁴ Quanto ao relacionamento de Carolina com o meio literário feminino português do seu tempo, são também reveladoras as duas cartas que a escritora Cláudia de Campos lhe dirige (cf. M. M. Gouveia Delille, “Sobre a questão feminina e a figura de Madame de Staël. Duas cartas inéditas de Cláudia de Campos para Carolina Michaëlis de Vasconcelos”, In: *Uma Coisa na Ordem das Coisas. Estudos para Ofélia Paiva Monteiro*, coord. Carlos Reis, José Augusto Bernardes, Maria Helena Santana, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pp. 437-471).

²²⁵ Cf. G. Moldenhauer, bibliografia citada, n.º 90. Do referido estudo é publicada n'*O Primeiro de Janeiro*, de 11 a 18 de Setembro de 1902, em versão portuguesa de Duarte Leite, toda a parte respeitante a Portugal.

²²⁶ Esse estudo não vem registado na bibliografia de G. Moldenhauer. No Epistolário de Carolina Michaëlis existente na BGUC há várias cartas de D. Maria Goiry de Pidal para D. Carolina relativas à colaboração prestada pela escritora castelhana.

histórico e cultural em que estão inseridos, procurando sempre, numa atitude de crítica construtiva e equilibrada, detectar as suas motivações mais profundas, compreender os problemas específicos que se põem e valorizar os mínimos sinais de esperança.

Só relativamente tarde é que Carolina Michaëlis de Vasconcelos receberá da pátria adoptiva alguns frutos e homenagens pelo seu extraordinário labor científico e cultural. É certo que em 1901 o rei D. Carlos a distinguiu, por iniciativa da rainha D. Amélia, com o oficialato da Ordem de Santiago, mas é o Governo da Primeira República, com todo o seu empenhamento em prol do ensino, que em Junho de 1911 a nomeará, por distinção, professora ordinária da Faculdade de Letras de Lisboa, onde nunca chegou a exercer funções, porque, desejando continuar a residir no Porto, logo pediu a transferência para a recém-criada Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a qual vem a obter seis meses mais tarde. No dia 19 de Janeiro de 1912, dia da apresentação oficial da nova professora, celebra-se na Sala Grande dos Actos da Universidade de Coimbra, em presença de todo o corpo docente e sob os vivos aplausos dos alunos, o ingresso da primeira mulher portuguesa no ensino universitário.

Entramos assim na última fase da sua vida, nos **anos de Coimbra e do Porto**.

A partir de Janeiro de 1912, com as idas semanais a Coimbra onde se demora sempre de segunda a quinta-feira, começa para Carolina Michaëlis, nessa altura já com a idade de 61 anos, um período de intensa actividade docente. Como professora ordinária em exercício, além da regência das cadeiras de Filologia Portuguesa e Filologia Românica, leccionou também, desde 1912/1913 até 1919/1920, cursos de Língua e Literatura Alemãs, tendo-lhe sido atribuído, em Junho de 1916, pelo Conselho da Faculdade de Letras, o grau de doutor em Filologia Românica e Filologia Germânica. O magistério universitário tornou-a sem dúvida duplamente famosa e de algum modo contribuiu para lhe trazer, durante esses anos, uma série de honras e homenagens altamente gratificantes a nível nacional e internacional – logo em 1912, juntamente com a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho, é eleita sócia correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, academia essa que lhe dedica nesse mesmo ano, por iniciativa de José Leite de Vasconcelos, um volumoso boletim de homenagem; em 1914, é nomeada Presidente Honorária do Corpo Administrativo do

Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, nomeação apoiada pelo *International Council of Women*, e que muito justamente coroa o empenho posto na defesa da causa feminina; em Maio de 1922, numa homenagem solene promovida pela Academia de Coimbra, que muito a sensibilizou, recebe das mãos dos alunos da Faculdade de Letras o anel doutoral; em Setembro de 1923 é nomeada membro honorário da Universidade de Hamburgo. Não devemos, porém, esquecer que a leccionação da série de cursos acima referidos e as múltiplas tarefas pedagógicas daí resultantes, por mais fecundas que se tenham revelado, foram responsáveis pela não realização ou não conclusão de algumas obras científicas há muito planeadas. A actividade conimbricense preenche-lhe cada vez mais a vida, e nas cartas aos amigos mais íntimos frequentes vezes se queixa de falta de tempo e da impossibilidade de se dedicar, como desejaria, a “obras maiores”²²⁷. Apesar destes constantes lamentos, continua surpreendente a qualidade, quantidade e variedade de publicações, de que apenas nomeio as *Notas Vicentinas*, apresentadas entre 1912 e 1922 como notas preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente que a autora tencionava empreender, o curioso estudo intitulado *A Saudade Portuguesa* (1914 e 1922), em que tece, nas suas próprias palavras, “algumas divagações filológicas, ligeiramente retintas de filosofia”²²⁸ sobre o sentimento doce-amargo da saudade, e no âmbito dos trabalhos camonianos aqueles que dedicou ao *Cancioneiro Fernandes Tomás* (1922) e ao *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro* (1924).

Aliviada embora da parte germanística com o doutoramento em 1919 dos seus dois discípulos João da Providência Sousa Costa e Ferrand Pimentel de Almeida, D. Carolina não consegue em 1921, com a idade da reforma, a completa libertação do serviço docente. Incapaz de recusar os pedidos insistentes do próprio Reitor e dos estudantes da Faculdade de Letras para que não deixasse vaga a cátedra de Filologia Românica, foi continuando – apesar de muito fraca e doente – a dar aulas até Fevereiro de 1925, i. e., até poucos meses antes da morte, que vem a ocorrer aos 74 anos de idade, em 16 de Novembro de 1925.

²²⁷ Leiam-se os extractos de cartas dirigidas a Ricardo Jorge e a Anselmo Braamcamp Freire, respectivamente de 19-V-12 e 22-III-19, *apud* M. M. Gouveia Delille, art. cit., 1985, p.22.

²²⁸ C. M. de Vasconcelos, *A Saudade Portuguesa*, 2.^a edição revista e acrescentada, Porto, Lisboa e Rio de Janeiro, Renascença Portuguesa, Seara Nova, e Anuário do Brasil, 1922, p. 119.

Como notas complementares e indispensáveis para o traçado do perfil de Carolina Michaëlis, devo aqui acrescentar que o tempo de docência universitária em Coimbra foi para ela marcado por experiências muito traumatizantes, que puseram à prova a sua coragem e capacidade de resistência, e às quais certamente também se deve o relativo abrandamento da produção científica. Lê-se, nas cartas da própria e do marido a alguns amigos mais íntimos, que, nesse mesmo ano de 1912, na esperança de cura para dores que há já algum tempo a afectavam, passa todas as férias de Verão na Alemanha em tratamentos termais; todavia nos anos seguintes os problemas de saúde persistem e, em finais de 1916, agravam-se de tal modo que a obrigam a ser submetida a uma operação cirúrgica no Hospital da Universidade, onde fica internada durante dois meses e meio. Os seus hábitos de trabalho e a consciência imperativa do dever do professorado levam-na, porém, no último mês de internamento, a reatar no proprio quarto do hospital as suas lições universitárias²²⁹.

Recorde-se ainda que os anos de Coimbra incluem um dos períodos mais difíceis das relações luso-alemãs, o período da Grande Guerra, que naturalmente não deixou de abalar profundamente Carolina e toda a família Vasconcelos.

Da correspondência havida com Alfredo Pimenta, Ricardo Jorge e Luise Ey, transparece que, nos anos de 1914-1915, logo desde os primeiros meses da guerra, a erudita acompanha com fervor patriótico a luta militar do Império guilhermino, mostrando-se, não obstante o seu habitual génio brando e benevolente, capaz de revolta e indignação quando se sente chamada, obrigada, a defender a pátria alemã de ofensas que considera caluniosas. Digo obrigada porque é a própria Carolina que, ao justificar em carta inédita ao amigo Ricardo Jorge, de 20-III-15, as posições assumidas na defesa da causa germânica, afirma: “Entendi, e entendo que era o meu dever colocar-me abertamente do lado dos meus compatriotas [...]” e mais adiante, em palavras repassadas de amarga ironia, considera esse imperativo do dever de facto categórico, e cito: “[...] para quem é, como eu sou, germana, alemã, prussiana, berlinense e

²²⁹ Relativamente a este período, cf. M. M. Gouveia Delille, “Carolina Michaëlis de Vasconcelos: entre duas pátrias”, In: *Heimat in der Fremde / Pátria em terra alheia. 7. Deutsch-Portugiesische Arbeitsgespräche. Actas do VII Encontro Luso-Alemão*, hrsg. v. Henry Thorau, Berlin, edition tranvia – Verlag Walter Frey, 2007, p. 23.

fundamentalmente Barbara como as tribus que Tácito tão magistralmente desenhou na sua *Germania*, com todos os seus defeitos e todas as suas nobres qualidades psicomorais”²³⁰. Em carta da mesma época a Alfredo Pimenta declara enfaticamente, com firme e manifesto orgulho da sua identidade germânica: “Eu tento representar, nobremente em Coimbra, – a alma alemã, e digo sempre, alto e bom som, o que penso e sinto”²³¹.

Em 1916, depois da intervenção de Portugal no conflito armado, e da publicação dos decretos que expulsavam do território português os súbditos alemães e anulavam as naturalizações até aí concedidas, passa por um tempo especialmente conturbado e, vendo-se forçada, juntamente com a nora, a passos oficiais, para regular a situação e poder permanecer no país, confessará numa carta inédita, de 14 de Maio de 1916, a Ricardo Jorge: “Custou-me o ter de pedir justiça excepcional – excepção a uma lei que considero nefasta. E o espinho que me enterraram na carne, ainda não deixou de doer”²³².

Mais tarde, no seguimento das hostilidades, perante o clima cada vez mais germanóphobo e repressivo em que se sente envolvida, opta por se remeter ao silêncio e busca como principais refúgios, no recolhimento do lar doméstico, o trabalho filológico (a que chama *Allheilmittel* [remédio universal]) e a leitura dos autores da Antiguidade Clássica, mas, bem ao contrário do seu habitual espírito animoso, não raro se mostra, nesses anos que designa como “anos de desgraça”, desalentada e constringida, “com uma saudade imensa de paz e de, com franqueza e sinceridade, poder dizer o que penso”²³³.

²³⁰ Carta de Carolina Michaëlis de Vasconcelos a Ricardo Jorge, Porto, 20-III-15, em M. M. Gouveia Delille, “Carolina Michaëlis de Vasconcelos e os anos da Grande Guerra”, In: *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: A sua Projecção nas Artes e nas Letras Portuguesas*, op. cit. (no prelo).

²³¹ Carta de Carolina Michaëlis de Vasconcelos a Alfredo Pimenta, de 29-I-15, In: C. M. de Vasconcelos, *Das Origens da Poesia Peninsular. Estudo seguido de quarenta e sete cartas dirigidas a Alfredo Pimenta*, Lisboa, José Fernandes Júnior, 1931, p. 54.

²³² Carta de Carolina Michaëlis de Vasconcelos a Ricardo Jorge, Porto, 14-V-16, *apud* M. M. Gouveia Delille, “Carolina Michaëlis de Vasconcelos e os anos da Grande Guerra”, In: *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: A sua Projecção nas Artes e nas Letras Portuguesas*, op. cit. (no prelo).

²³³ Carta escrita da casa de campo de Águas Santas, em 25-VIII-17, à amiga portuense Margarida Burmester, *apud* F. Moreira das Neves, “Carolina Michaëlis na intimidade. Documentos inéditos. 3 – Na Casa de campo de Águas Santas”, *A Ordem. Semanário Católico*, ano 64, n.º 23, 7 de Outubro de 1976, pp. 1-2.

Vem a propósito aqui notar que a correspondência de Carolina com amigos íntimos, especialmente quando estão em jogo personalidades e eventos da sociedade portuguesa, difere consideravelmente do seu discurso público. No discurso epistolar de feição intimista são frequentes as críticas lúcidas, por vezes de tom impaciente, ora humorístico, ora severo, a alguns traços que Carolina considera típicos do modo de ser português e que lhe parecem transparecer do comportamento de determinadas individualidades da cena política ou literária nacional ou da cena académica conimbricense e até do próprio comportamento do marido²³⁴. Em contraposição, o discurso público da professora e filóloga sobre matéria análoga nunca decorre de forma tão espontânea, franca e directa; como ela própria dirá em carta a Delfim Guimarães, de 22-VIII-21, “discuto sempre com o sorriso na boca – mais ou menos ironico, está claro – e nunca com pedras na mão... que escondo”²³⁵. Regra geral, esse discurso, muito especialmente na sua forma escrita, sem deixar de ser profundamente crítico, apresenta sempre uma nota declaradamente construtiva, misturando (ou temperando), numa postura diplomática e indulgente, os aspectos negativos com os positivos, esforçando-se constantemente por contextualizar, por historicizar os fenómenos observados.

Provindos do meio universitário de Coimbra são muitos os testemunhos que comprovam a imagem de inteligência, sabedoria e benevolência geralmente associada à erudita luso-alemã, a ponto de colegas e discípulos a apelidarem carinhosamente de “Santa Carolina”²³⁶, ou de “Santa Minerva”, no dizer algo híbrido e heterodoxo de Vitorino Nemésio²³⁷. Aliás, desde muito cedo Carolina se esforçou, no próprio lar doméstico e também no círculo portuense de familiares e amigos mais chegados, por evitar qualquer conflito, por criar um ambiente de paz e tranquilidade que lhe permitisse a concentração completa nos seus trabalhos intelectuais²³⁸. Bem ao contrário

²³⁴ *Vd., e.g.*, cartas de Carolina a Luise Ey, *apud* M. F. Brauer, M. F. V. Figueiredo, “Dois olhares alemães sobre o meio cultural português”, *Lusorama. Zeitschrift für Lusitanistik*, Frankfurt am Main, Nr. 77-78, Mai 2009, pp. 137-139.

²³⁵ Carta de Carolina Michaëlis de Vasconcelos a Delfim Guimarães, Porto, 21-VIII-22, em: D. Guimarães, “À sombra dos ciprestes (Cartas de amigos falecidos)”, *Arquivo Literário*, Lisboa, Janeiro-Junho de 1927, vol. 4.º, tomo 15.º, p. 268.

²³⁶ A este respeito, leia-se M. M. Gouveia Delille, art. cit., 1985, p. 30.

²³⁷ Cf. Vitorino Nemésio, “Santa Minerva”, *Diário Popular*, de 30 de Junho de 1947, p. 5.

²³⁸ Cf. artigo citado de Ernst Goldbeck, *supra*, p. 8, nota 19.

do marido, conhecido pela sua vis polémica, ela própria se considerava de «feito manso», de carácter conciliador, confessando tomar como modelo a célebre heroína goethiana do drama *Iphigenie auf Tauris*.

Em síntese, creio poder afirmar que Carolina Michaëlis foi acima de tudo – não apenas em Coimbra junto de colegas e discípulos, mas junto de todos os que com ela conviveram, e ainda hoje junto dos que a conhecem através dos seus escritos – uma digníssima representante de um ideal de cultura universal e humanista adquirido durante os anos de formação berlinenses, ideal esse que inspirou o seu persistente e rigoroso trabalho filológico e de um modo abrangente toda a sua actividade de mediação científica e cultural entre as duas pátrias a que muitas vezes confessou sentir-se pertencer, a de nascimento e a de adopção.

É tempo de terminar. Procurei aqui apontar os principais aspectos do retrato de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, percorrendo as três grandes fases da sua vida. Para me sangrar em saúde, gostaria de dizer – citando a própria Carolina no final do seu ensaio sobre a Infanta D. Maria – que “traçar o perfil, contar a vida de damas illustres, mesmo que não seja em volumosos estudos, mas apenas em esboços ligeiros, não é empresa facilmente realizável”²³⁹. Também eu tenho plena consciência de que o perfil caroliniano aqui delineado – embora assente na leitura e releitura de testemunhos publicados pela própria e por contemporâneos e em confissões autobiográficas contidas em cartas ainda inéditas a familiares e amigos íntimos – está longe de ser exaustivo. Na verdade, já o tentei esboçar em escritos anteriores, mas hoje, após o trabalho realizado na consulta do espólio e na decifração do epistolário, vejo que constantemente surgem novos dados sobre essa “intermediária nata entre a cultura neolatina e a germânica”²⁴⁰, como ela própria se definiu; vejo que há ainda muito por descobrir, por exemplo sobre as suas concepções políticas e religiosas, até sobre as próprias concepções ou ideais científicos.

²³⁹ C. M. de Vasconcelos, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas Damas*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, edição fac-similada (1.ª edição: Porto, 1902), p. 1.

²⁴⁰ C. M. de Vasconcelos, “Uriel da Costa. Notas relativas à sua vida e às suas obras”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. VIII, 1922, p. 240.

Aceitem o traçado deste perfil como um trabalho em curso, como peças ordenadas cronologicamente de um enorme e variegado ‘puzzle’, que vou tentando completar.

Coimbra, 30 de Junho de 2013

O JOGO DA SÁTIRA GALEGO-PORTUGUESA E CERTO JUÍZO

DE CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS

Paulo Roberto Sodré

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

RESUMO

Este estudo pretende levantar questões poéticas referentes à recepção da sátira galego-portuguesa, considerando algumas das *Glosas marginais ao cancionero medieval português* de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, pioneira no estudo e edição das cantigas de escárnio e maldizer. Noções como sátira, burla e jogo de avessos serão expostas seja a partir da anônima *Arte de trovar*, seja da Lei XXX do Título IX (sobre o escarnecer) da segunda de *Las siete partidas*, precioso conjunto de leis organizado por Afonso X, de maneira a se observar o possível ponto de vista a partir do qual Michaëlis perceberia a produção escarninha peninsular.

Desde as investigações iniciais, tem-se considerado a produção escarninha galego-portuguesa em geral sob dois vieses de inspiração clássica: o da sátira, voltada para a crítica amena e urbana dos vícios – normalmente atrelada à produção de Horácio –, de que parecem ser expressão o sirventês peninsular e a cantiga de escárnio²⁴¹, mais irônica; e o da maledicência, voltada para a crítica feroz contra as mazelas do tempo – normalmente exemplificadas com a produção de Juvenal –, cuja expressão se

²⁴¹ “Cantigas d’escarneo som aquelas que os trobadores fazem querendo dizer mal d’alguen en elas, e dizen-lho per palavras cubertas que hajan dous entendimentos, pero lhe-lo non entenderen... ligeiramente: e estas palavras chamam os clerigos ‘hequivocatio’ [...]”. *ARTE de trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*, edição crítica com fac-símile de Giuseppe Tavani. Lisboa, Colibri, 1999, p. 42.

encontraria na cantiga de maldizer²⁴². Subjacentes à crítica desenvolvida pelos investigadores do escárnio e maldizer peninsulares, essas duas tendências da sátira antiga são resumidas com destreza por João Adolfo Hansen, em “Anatomia da sátira”:

O ridículo é feiura sem dor, como já se viu, por isso se prescreve que seja motejado com *urbanidade*. É neste sentido que se constrói a sátira horaciana, como ironia sorridente pela qual a *persona* satírica é um tipo urbano que dos pecados alheios extrai antes um divertimento amável, levemente desdenhoso, que a reprovação e a agressão indignadas. Mas o cômico também é extremo horroroso, propondo-se, também genericamente, que seja tratado com *maledicência*. No caso, a *persona* satírica mimetiza o *uir bonus peritus dicendi* da oratória, como um tipo douto experiente e, por isso mesmo, capaz de afetar, isto é, representar, a indignação contra os vícios. Nesta linha, é exemplar a sátira de Juvenal, em que a indignação, a agressão e a obscenidade são preceitos aplicados para a maledicência.

A oposição *urbanitas/maledicentia* é a interpretação latina do par *ironia/bomolochia* da *Retórica* de Aristóteles: genericamente falando, a ironia é própria do discurso modesto e urbano, que caracteriza o homem livre, ao passo que a *bomolochia* é atribuída ao palhaço, servil e infame. A tradução latina de *bomolochia* é, aliás, *scurrilitas*, “bufoneria”²⁴³.

Sem dúvida, o gênero sátira, na modalidade urbana ou maledicente, está longe da “sinceridade” ou do “realismo” que boa parte da recepção ainda lhe atribui. Trata-se, na verdade, de uma “sinceridade estilística, não do autor empírico”²⁴⁴, uma vez que

Em um e outro casos, ridículo ou horror, ironia ou *bomolochia*, urbanidade ou maledicência, o discurso se pauta-se (sic) por preceitos retóricos. É que a sátira encontra a realidade social não como cópia verista ou realista da empiria, mas nas convenções discursivas partilhadas pela recepção, pautadas todas pela concordância acerca da imagem caricatural que o discurso efetua, mantendo em circulação o estereótipo de grupos, tipos, vícios e situações criticáveis²⁴⁵.

Esse jogo retórico é reconhecido, sobretudo, por Jesús Montoya Martínez a respeito da sátira galego-portuguesa, fundamentando sua opinião na leitura sobre a educação cortesã regida pela segunda de *Las siete partidas*, de Afonso X:

²⁴² “Cantigas de maldizer som aquela<s> que fazem os trobadores <contra alguém> descubertamente: e<m> elas entrarám palavras e<m> que queren dizer mal e nom aver<ám> outro entendimento se nom aquel que queren dizer chãam<ente> [...]”. *Ibid.*, p. 42-43.

²⁴³ João Adolfo Hansen, “Anatomia da sátira”, in: Brunno V. G. Vieira, Márcio Thamos, *Permanência clássica: visões contemporâneas da antiguidade greco-romana*, São Paulo, Escrituras, 2010, pp. 145-169; p. 154.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 145.

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 156.

A lírica medieval tem muito de jogo, tanto em sua forma como em seu fundo. O debate, a burla, o motejo, em que o poeta se servia do duplo sentido das palavras para escamotear o verdadeiro sentido de sua mensagem, se conjugava perfeitamente com o jogo pomposo que supunham as cantigas amorosas, em que os conhecidos personagens jogavam entre si. A dama se fazendo de esquiva, o amante se fingindo de desolado; ambos ressaltando seu temor de ser descobertos pelo ciumento, pelo invejoso. Todas as soluções que se podem pensar como saídas deste jogo aristocrático não são senão outros tantos resultados do esquema, lúdico já em sua essência, do conhecido amor trovadoresco, cantado em tantas e tantas cortes europeias²⁴⁶.

Não obstante a clareza do recorte retórico das cantigas amorosas e satíricas e de seu jogo discursivo, que Henry Lang também já havia realçado, em 1894, ainda tropeçamos e caímos nas armadilhas do fingimento de que resulta a *persona* lírica criada pelos trovadores. O *eu* nos “convence” de tal maneira que ainda encaramos a produção satírica, por exemplo, como expressão “sincera” e “realista” de um poeta. Decerto, averiguar o grau de jogo dessa produção nos escapa completamente. De toda maneira, Ramón Menéndez Pidal já havia enfatizado a chave lúdica para compreender parte das cantigas satíricas peninsulares, o que se coaduna com certo espírito cultural filtrado pelas *Partidas* afonsinas, base da opinião de Montoya Martínez.

Contudo, a proposta de se ler pela chave exclusiva do jogo a sátira galego-portuguesa implica, como pensa Yara Frateschi Vieira, no risco de cortar as amarras das cantigas com a realidade social a que faz referência indubitável²⁴⁷. A sátira trovadoresca peninsular, portanto e como sabemos, precisaria ser vista na concomitância ou hibridismo de duas percepções de mundo – a do jogo e a de certo realismo – e de duas modalidades de gênero – a da sátira e a da maledicência²⁴⁸. De um modo geral, é o que

²⁴⁶ “La lírica medieval tiene mucho de juego, tanto en su forma como en su fondo. El debate, la burla, el dicitario, donde el poeta se servía del doble sentido de las palabras para escamotear el verdadero sentido de su mensaje, se conjugaba perfectamente con el juego pomposo que suponían las canciones amorosas, donde los consabidos personajes jugaban entre sí. La dama haciendo-se la esquiva, el amante fingiéndose desolado; ambos resaltando su temor de ser descubiertos por el celoso, por el envidioso. Todas cuantas soluciones se puedan pensar como salidas de este juego aristocrático no son sino otros tantos resultados del esquema, lúdico ya en su esencia, del consabido amor trovadoresco, cantado en tantas y tantas cortes europeas”. Jesús Montoya Martínez, “Teoría política. Teoría educativa”, in: Alfonso X, *Partida Segunda de Alfonso X el Sabio*, manuscrito 12794 de la BN, edición de Aurora Juárez Blanquer y Antonio Rubio Flores, Granada, Ácaro, 1991. pp. 317-356; pp. 357-373; p. 369.

²⁴⁷ Yara Frateschi Vieira, “Retrato medieval de mulher: a bailarina com pés de porco”, *EPA. Revista de Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, n. 1, pp. 95-110, 1983, p. 96.

²⁴⁸ “[...] já nos bons velhos tempos do rei Afonso III o gosto proverbial dos portugueses pelo escárnio – ou deveríamos dizer a sua famosa *má-língua* – levou os eloquentes filhos das musas a uma actividade literária solidária”. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Glosas marginais ao cancionero medieval português*, edição de Yara Frateschi Vieira *et al*, Coimbra/Santiago de Compostela/Unicamp:

a crítica tem procurado fazer, observando o conjunto de mais de 450 cantigas tanto como *documento* como *monumento*; resultado disso são os trabalhos monográficos mais recentes de Graça Videira Lopes²⁴⁹, Américo António Lindeza Diogo²⁵⁰ ou Benjamin Liu²⁵¹.

Entretanto, tem chamado atenção um preceito constante na segunda das *Partidas*, cujo teor talvez venha complementar nossa compreensão da produção satírica peninsular: o *jugar de palabras*. Nestes últimos anos tenho procurado me convencer, por meio da *Arte de trovar* e dos códigos jurídicos do período de Afonso X, o Sábio, em especial, *Las siete partidas*, de que a sátira produzida pelos trovadores é menos plana do que os estudos em geral ainda procuram demonstrar, dividindo-a em produções meramente lúdicas ou moralistas, isto é, simplesmente sublimes, quando refletem temas éticos e sociais, ou irrelevantes, quando se reduzem a circunstâncias jocosas.

O que venho pesquisando desde 2007 tem demonstrado que o propósito moralista dos trovadores se vale de tal modo da brincadeira entre cortesãos, que o teor acusatório e melancólico se dilui a ponto de quase não ser notado; por outro lado, a preocupação ética ascende a tal ponto que o aspecto humorístico da sátira se perde, esbarrando num texto lírico sem relação com o escarnecer burlesco predominante no cancionero escarninho galego-português.

No livro *O riso no jogo e o jogo no riso na sátira galego-portuguesa*, lançado em 2010, procuro discutir uma possível chave para a leitura das cantigas maledicentes: o que chamo de jogo de avessos.

Universidade de Coimbra/Universidade de Santiago de Compostela/Unicamp, 2004, Glosa I, VI e VII. p. 30.

²⁴⁹ Graça Videira Lopes, *A sátira nos cancioneros medievais galego-portugueses*, 2. ed. aumentada e revista, Lisboa, Estampa, 1998.

²⁵⁰ Américo António Lindeza Diogo, *Leitura e leituras do escarnh' e maldizer* [s. l.], Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, 1998.

²⁵¹ Benjamin Liu, *Medieval Joke Poetry: the cantigas d'escarnho e de mal dizer*, Cambridge (Massachusetts), Harvard University, 2004.

Como sabemos, a noção de gênero das cantigas satíricas se tornou conhecida graças às definições propostas pelo fragmentário tratado de poética galego-portuguesa, intitulado *Arte de trovar*, provavelmente produzido na primeira metade do século XIV, que inicia a mais completa coletânea de cantigas peninsulares medievais, o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Além disso, as próprias cantigas satíricas trazem aqui e ali noções desse gênero, cuja marca fundamental é “dizer mal d’alguen en elas”²⁵². Como reza o tratado, se o dizer mal for ambíguo, teremos uma cantiga de escárnio; se for explícito, uma cantiga de maldizer; se for um debate, uma tenção; se for meramente chocarreira, uma cantiga de risabelha²⁵³. Tornou-se tradicional – a despeito do que prezam a Retórica e a convenção genológica da sátira – a ideia de que essas cantigas denunciam criticamente as mazelas do tempo por meio de acusações contra pessoas “pecadoras”, nomeadas ou não: a avareza, a sensualidade, a vaidade, a covardia etc.

A leitura das cantigas e do tratado poético à luz de algumas leis de *Las siete partidas*, todavia, nos permite pensar em outro modo de recepção das cantigas satíricas. Um dos pontos importantes do jogo satírico galego-português está expresso no Título IX da Lei XXX da Segunda de *Las siete partidas*, conjunto de leis organizado por Afonso X, entre os anos de 1250 e 1270. Os sete livros ou “partidas” que compõem a obra são: *Primeira*: sobre a Igreja medieval e a regulamentação da vida dos clérigos e leigos; *Segunda*: sobre a vida dos reis e de seus oficiais; *Terceira*: sobre a jurisprudência, os advogados e seu trabalho; *Quarta*: sobre as relações domésticas e os casamentos; *Quinta*: sobre o mundo do comércio, do mar, e dos contratos; *Sexta*: sobre os testamentos, e a *Sétima*: sobre os marginais, os crimes e as penalidades. Como se sabe, essas leis compõem uma súmula do projeto jurídico afonsino, anunciado e preparado nos anteriores códigos jurídicos como o *Espéculo*²⁵⁴, *Fuero real*²⁵⁵ e

²⁵² ARTE de trovar, *op. cit.*, 1999, p. 42.

²⁵³ Benjamin Liu, “Risabelha: A Poetics of Laughter?”, *La Corónica*, Williamsburg, v. 26, n. 2, pp. 41-48, 1998. Santiago Gutiérrez García, no artigo “La función de los paratextos en la caracterización de los géneros satíricos gallegoportugueses: La distinción escarnio-maldecir y las posibles definiciones retrospectivas”, defende argutamente uma outra categoria de escárnio, o *maldizer aposto*, marcado pelo refinamento retórico de sua linguagem. *La Corónica*, Winston-Salem, v. 40, n. 2, 2012.

²⁵⁴ Alfonso X. *Espéculo*, edición de Robert A. MacDonald, Madison, Universidad de Richmond, 1990.

²⁵⁵ *Id.*, *Fuero real*, edición de Azucena Palácios Alcaine, Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, 1991.

*Setenario*²⁵⁶. As *Partidas*, assim, condensam um ideário de jurisdição que abraça um senhorio de rei e de candidato a imperador²⁵⁷, o que as torna, junto com as outras obras jurídicas afonsinas, segundo Azucena Palacios Alcaine, “uma magnífica porta para o conhecimento de uma época”²⁵⁸, uma das razões para tomá-las como fonte de estudo da cultura peninsular medieval, em que pese ao fato de não ter sido promulgada na altura.

Na segunda Partida, no Título IX da Lei XXX, ao tratar do entretenimento cortesão ou *fablar en gasaiado*, Afonso X conceitua três maneiras de conversação na presença do rei: o *departir* ou debater, o *retraer* ou relatar, e o *jugar de palabras* ou escarnecer²⁵⁹. Sobre esta terceira maneira, afirma a lei que cito traduzidamente:

E en el juego deven catar
Na cantiga em que se apresente o jogo de palavra ou escarnecer, os trovadores devem observar
que aquello que dixieren sea apuestamente dicho
que aquilo que cantarem seja bem talhado,
e non sobre aquella cosa que fuere en aquel lugar a quien jugaren,
e devem cuidar para não tratar diretamente do aspecto risível que estiver no visado do jogo,
mas a juegos dello, commo sy fuere cobarde dezirle que es esforçado, jugarle de cobardia;
mas sob equívoco; de maneira que se o visado for um covarde, deve compor uma cantiga em que ele apareça como esforçado, jogando assim com sua covardia.
e esto debe ser dicho de manera que aquel a quien jugaren non se tenga por denostado,
E este jogo de oposições equívocas deve ser feito de maneira que o visado não se sinta ofendido,
mas quel ayan de plazer, e ayan de rreyr dello tan bien el commo los otros que lo oyeren.
mas se agrade dele tanto quanto os outros que o ouvirem.
E otrosy el que lo dixiere que lo sepa bien rreyr en el lugar do conveniere,
Ademais, que o trovador que o fizer saiba bem fazer rir no lugar conveniente, ca de otra guysa non serie juego onde omne non rrye; ca sin falla el juego con alegria se deve fazer, e non con sanna nin con tristeza.
porque do contrário não seria jogo onde alguém não ri, já que o jogo deve ser feito com alegria e não com raiva nem com tristeza.

²⁵⁶ *Id.*, *Setenario*, edición de Kenneth H. Vanderford, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 1945.

²⁵⁷ O Sábio arquitetou as *Partidas* tendo em vista principalmente sua chance de coroar-se senhor do Sacro Império Romano. Devido a essa possibilidade, seu código jurídico ganhou dimensões para além do reino local de Leão e Castela.

²⁵⁸ Azucena Palacios Alcaine, “Fueros medievales y sus problemas. Obra legislativa de Alfonso X El Fuero real”, in Alfonso X El Sabio, *Fuero real*, *op. cit.*, p. i-xxxviii. p. xx.

²⁵⁹ Alfonso X, *Partida Segunda de Alfonso X el Sabio*, manuscrito 12794 de la BN, edición de Aurora Juárez Blanquer y Antonio Rubio Flores, Granada, Ácaro, 1991.

Onde quien se sabe guardar de palabras sobejanas e desapuestas, e usa destas que dicho avemos en esta ley, es llamado palaçiano,
Aquele que sabe evitar palavras excessivas e deselegantes e usa das que nesta lei tratamos é chamado palaciano,
porque estas palabras usaron los omnes entendidos en los palaçios de los Reyes mas que en otros lugares (...).
porque tais palavras usaram os entendidos, nos palácios dos Reis, mais do que em outros lugares, e ali receberam mais honra aqueles que as usavam [...]²⁶⁰.

No provérbio parece estar o cerne da lei que rege certo *jugar de palabras* e, por conseguinte, certa produção escarninha: “não seria jogo onde alguém não ri, já que o jogo deve ser feito com alegria e não com raiva nem com tristeza”. Segundo a lei afonsina, era necessário exigir dos trovadores um conveniente *jugar de palabras*, e garantir a harmonia e a cortesia do *fablar en gasaiado* ou passatempo cortês. Em termos abreviados, a lei que rege o *jugar de palabras* prescreve que o trovador deveria jogar com o *avesso* das qualidades de seu visado, tomando, por exemplo, um covarde por esforçado, como cita a lei, ou um bom trovador por incompetente (como a série de cantigas sobre as de Lourenço) ou por assassino e ladrão (como na cantiga de Afonso X: “Pero da Ponte á feito gran pecado” [CBN 485; CV 68]).

Assim sendo, e a par das cantigas satíricas acusatórias e repreensoras – como a série referente à traição de vassalos contra Sancho II ou a deslealdade de cavaleiros na guerra contra Granada – o jogo de avessos seria uma estratégia satírica em que os trovadores “jogariam” com o avesso do perfil dos cortesãos presentes nos momentos de distração dos reis. Desse modo, boa parte das cantigas de escárnio e de maldizer e das tenções poderia ser lida não exatamente como acusações efetivas de vícios das pessoas, mas como jogos burlescos.

Decerto, não há novidade em afirmar que várias cantigas são zombeteiras. O ponto estaria no tipo de zombaria. Em vez de apenas interpretar que os ataques contra Maria Balteira, por exemplo, são jocosos, poderíamos suspeitar que há um jogo de avesso no “deosto”: a mulher de família nobre galega, como documentou Carlos Alvar, poderia não ter sido uma soldadeira ferosa, mas apenas uma frequentadora da corte que,

²⁶⁰ Paulo Roberto Sodré, *O riso no jogo e o jogo do riso na sátira galego-portuguesa*, Vitória, Edufes, 2010, pp. 123-126.

em avesso, é apresentada como cruzada que tem a “maeta descadeada”. Trata-se de uma estratégia satírica distinta da simples “injúria lúdica”²⁶¹ ou do “insulto ritual”²⁶², cujo vitupério estaria assentado na ofensa anódina. O jogo de avessos, se de fato foi utilizado pelos trovadores, como preceitua a lei afonsina, revelaria não apenas lugares-comuns da sátira desde os latinos²⁶³, como os covardes, os cornudos, os velhos, mas o oposto físico e moral daqueles que são nomeados nas cantigas de escárnio e maldizer, como Picandon, chufado por João Soares Coelho por sua incompetência, ou Álvaro Rodríguez por seu aspecto mouro. Assim, Picandon poderia ter sido acusado de covardia, glotonice ou sodomia, mas o foi de mau trovador, tendo sido ele escolhido por Sordello; Rodríguez, por sua vez, poderia ser acusado de mau trovador, cornudo ou sovina, mas o foi de mouro, talvez por ter sido um cristão branco.

Esse conceito extraído de uma lei afonsina requer, como se percebe, uma cuidadosa pesquisa historiográfica que, até o momento, não tem sido possível, em especial pela falta ingente de documentos seguros e confiáveis. Basta nos lembrarmos de investigações extraordinárias de António Resende de Oliveira, José Mattoso ou Vicent Beltran para notarmos a precariedade das informações que crônicas, testamentos, livros de linhagens etc. nos oferecem.

Frágil o conceito de jogo de avessos, seja porque advindo de uma lei que não foi promulgada no período trovadoresco – mas que certamente reflete hábitos desejados da época –, seja porque faltam registros sobre os visados das cantigas satíricas – mas que a tenção de Coelho e Picandon parece ilustrar –, ocorreu-me buscar nas investigações de Dona Carolina Michaëlis de Vasconcelos algum indício de que ela tenha comentado e aproveitado tal conceito, leitora que foi de *Las siete partidas*, como testemunham seus comentários no *Cancioneiro da Ajuda*²⁶⁴ e nas *Glosas marginais ao cancionero*

²⁶¹ Segundo Marta Madero, “El juego, en tanto relación compartida y unánimemente aceptada por los participantes, borraba el efecto injurioso”, resultando numa injúria lúdica. *Manos violentas, palabras vedadas: la injuria en Castilla y León (siglos XIII-XV)*, Madrid, Taurus, 1992, p. 38.

²⁶² Como pensa Denise Filios a respeito das soldadeiras, no artigo “Jokes on *Soldadeiras* in the *Cantigas de Escarnho e de Mal Dizer*”. *La Corónica*, Williamsburg, v. 26, n. 2, pp. 29-39, 1998.

²⁶³ Hansen, *op. cit.*, p. 157.

²⁶⁴ *Cancioneiro da Ajuda*, ed. de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990, 2 v.

medieval português. Eis o propósito deste trabalho parcial, uma vez que nossa atenção se volta somente para as *Glosas*, recentemente traduzidas.

De imediato, vale notar que Dona Carolina consultou edições de códices jurídicos afonsinos, como o *Espéculo*, o *Fuero Real*, o *Setenario* e *Las siete partidas*, em edições oitocentistas, nem sempre integrais, da Real Academia Espanhola ou da Real Academia de la Historia. A esse respeito, na nota 129 da Glosa I (“O processo da ama”), a romanista lamenta não ter reunido completamente, naquela altura,

tudo o que das *Siete Partidas*, elaboradas entre 1252 e 57, se pode relacionar com os poetas, músicos e actores hispanos. Só lembro a regra (também citada por Lang, p. CVII) da Part. VII, tít. 6, leg. 4, sobre a diferença entre saltimbancos inferiores e honrados músicos, as medidas contra representações burlescas dos clérigos nas igrejas e contra os *tafiles*, Part. I, tít. 6, leg. 34²⁶⁵ e 36²⁶⁶, assim como a IV, 14, 3²⁶⁷ e II, 5, 20²⁶⁸ [...] ²⁶⁹.

A citação de *Las siete partidas* volta a ocorrer na Glosa XII (“O romance de Dom Fernando”), em que refuta a ideia de Teófilo Braga sobre a leitura exclusiva de cantos épicos pelos jograis para os cavaleiros. Além disso, considera: “Não posso estar de acordo com a suposição de Braga: as *Siete Partidas* não teriam tido aplicação na prática. Não, com certeza, no que ao desenvolvimento e valorização da poesia diz respeito”²⁷⁰. Ainda nessa Glosa, é particularmente interessante para este estudo a citação da Partida II, tít. XV, lei II, sobre o direito sucessório²⁷¹.

Por razões de tempo e de extensão a que este trabalho se adapta, em vez de recensear ou recolher nas cerca de 590 páginas traduzidas das *Glosas marginais* as

²⁶⁵ “[Los clérigos] no deben jugar tablas ni dados, ni volverse con tahúres ni tener tratos con ellos, ni aun entrar en tabernas a beber, fuera de que lo hiciesen obligados, andando caminos; ni deben ser hacedores de juegos por escarnio porque los vengán a ver las gentes como los hacen, y si otros hombres los hicieren, no deben los clérigos venir allí porque se hacen allí muchas villanías y desaposturas”. Alfonso X, *Las siete partidas: antología*, selección de Francisco López Estrada y María Teresa López García-Berdoy, Madrid, Castalia, 1992, pp. 104-105.

²⁶⁶ “Vestir no debe ninguno hábito de religión sino aquellos que lo tomaren por servir a Dios, pero algunos hay que lo traen a mala intención por remedar a los religiosos y para hacer otros juegos o escarnios con él [...]”. *Ibid.*, p. 106.

²⁶⁷ Essa lei trata das mulheres que “non deben recibir por barraganas los hombres nobles y de gran linaje”. Ter-se-ia confundido a autora?

²⁶⁸ Trata-se de lei sobre “como el Rey debe ser mañoso en cazar”. Alfonso X, *Las siete partidas*, 1992, *op. cit.*, p. 151.

²⁶⁹ Vasconcelos, *Glosas marginais*, *op. cit.*, p. 65.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 315, nota 2.

²⁷¹ *Ibid.*, p. 321, nota 17.

diversas expressões utilizadas por Carolina Michaëlis para se referir às “cantigas realistas de burla e escárnio” (p. 30), procurarei comentar algumas passagens que considero chave para a leitura da recepção da filóloga que amiúde usa termos como “burlar”²⁷², “zombar”²⁷³, “brincar”²⁷⁴, troçar²⁷⁵ e derivados, além de expressões judiciosas como “abomináveis e sujos versos” (p. 31), “cantigas panfletárias” (p. 43), “rudes cantigas de escárnio” (p. 69), “jocosas maledicências” (p. 80), “rudes brincadeiras” (p. 81), “sátiras simultaneamente amargas e jocosas” (p. 216), “abjetos poemas de escárnio e injúrias” (p. 219) ou “panfletos e pasquinadas rimados” (p. 337)²⁷⁶. Refere-se às cantigas de escárnio, aliás, como *joguete d’arteiro* (p. 288) e considera que elas “Serviam (e servem), como matéria para poemas de escárnio e maldizer, os assuntos mais insignificantes [...]” (p. 305). Ao resumir o teor do *cancioneiro de burlas*, afirma que nele “se incluem cantigas humorísticas, satíricas e injuriosas” (p. 309). Curiosamente, deduz que as cantigas de amor são obras de juventude, “enquanto sirventeses moralizantes e cantigas de escárnio e maldizer, normalmente, datem de anos posteriores” (p. 312).

Pelas citações, percebemos que muito do que foi ponderado sobre as cantigas satíricas posteriormente e até nossos dias mantém ainda os ecos do pensamento de Dona Carolina a louvar as cantigas mais comprometidas com aspectos éticos e a relevar e/ou menosprezar de certo modo aquelas chocarreiras e pasquinadas.

²⁷² Nas páginas 30 (“cantigas realistas de burla e escárnio”); 44 (“burla-se”); 47 (“a que os burladores se rissem dele”; “e burlavam-se dele”); 54 (“os infames burladores”); 55 (“E essa burla não deve surpreender-nos”; “ainda se burlariam da mãe nutriz”); 58 (“Teria sido ali burlescamente impugnada e reprovada”); 70 (“de quem também se burlara D. Afonso Lopes de Baião”); 79 (“as suas flechas burlescas”; “Os burladores são, além de Coelho”); 84 (“No burlesco sirventês ao tacanho infância”); 191 (“Gomes Barroso junto a sua voz às burlas do rei”).

²⁷³ Nas páginas 74 (“uma poesia cortês com tenções de tão robusta zombaria”); 113 (“devemos considerar reais os dados nela contidos e não zombaria”).

²⁷⁴ Nas páginas 135 (“Os poetas brincam com a palavra jantar”; “Por um lado, aludem, brincando, ao abençoado apetite do rei”).

²⁷⁵ Na página 194 (“[Gil Peres Conde] pois era um trocista sumamente divertido”); 195 (“mas aqui com a adição do título *Conde* por troça”).

²⁷⁶ Registro outras: “[João Soares Coelho] Farto tanto do frio tom das *cantigas de amor* convencionais, que elevam sempre, impessoalmente, o tipo da mulher ideal apenas em monótono estilo hínico e em traços gerais, quanto das *cantigas de escárnio, que difamam e caluniam sem pudor ou respeito e se deleitam barbaramente com o pior [...]*” (p. 31, grifos acrescentados); “[...] já que os nobres gostavam de se lançar *rudes verdades e calúnias*” (p. 82).

1. “comedida e bem acabada”

Na Glosa II (“Uma canção de manto”), ao tratar da cantiga “– Rei Don Alfonso, se Deus vos pardon”, de Vasco Gil e Afonso X²⁷⁷, Dona Carolina Michaëlis afirma: “E como a tenção, apesar de satírica e jocosa, é comedida e bem acabada, devemos considerar reais os dados nela contidos e não zombaria, como em algumas tenções de maldizer, nas quais se faz pouco de jograis como Pero da Ponte e Lourenço”²⁷⁸.

O contraste estabelecido pela autora entre “dados reais”²⁷⁹ e “zombaria”²⁸⁰ chama a atenção. Disso poderíamos deduzir que ela separa cantigas entre aquelas em que as informações podem ser consideradas “reais”, porque baseadas em situações históricas comprovadas, e aquelas em que as informações podem ser zombeteiras e, por conseguinte, não “reais” ou não baseadas em fatos históricos. Outra distinção da autora estaria entre as cantigas satíricas “comedidas e bem acabadas”, portanto mais sérias e voltadas para reflexões éticas, e as cantigas zombeteiras bem acabadas, mas não necessariamente “comedidas”, haja vista a possível presença de termos chulos, capazes de tornarem os versos “abomináveis e sujos”²⁸¹.

²⁷⁷ A *tenção* de Vasco Gil está disponível em: Mercedes Brea (coord.), *Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa*, edición atualizada, Santiago de Compostela, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación em Humanidades, 2011, in: <http://www.cirp.es/pls/bdo2/f?p=103:8:4613223922260722816::NO::P8_IDC,P8_SEQ_ID:1636%2C1>. Acesso em 19 ago. 2012.

²⁷⁸ Vasconcelos, *Glosas marginais*, *op. cit.*, p. 113.

²⁷⁹ Na Glosa VI (Cantigas de guerra), no comentário sobre a cantiga “Quen me podia defender”, de Gil Peres Conde, Dona Carolina hesita igualmente em relação ao real ou não da cantiga: “A sério ou brincando, por medo real ou simulado, manifestado na cantiga diante de um arruaceiro, que com o seu rude falar e as suas ameaças pretende levar o poeta a vias de facto e ocasionar distúrbios no acampamento, parece-me referir-se a certas leis marciais do *Espejo*”. *Ibid.*, p. 205.

O mesmo ocorre em outra passagem, ao tratar da Balteira e suas relações com mouros, na Glosa VII: “Será difícil verificar que circunstâncias determinaram a relação da Balteira com os heróis mouros deste nome – os *Beni-Escaliola* (*Escaliula – Ischkalyula - Aschkalyola*); ou quem desta tribo ou desta família nobre, na realidade ou por brincadeira [...]”. *Ibid.*, p. 233.

²⁸⁰ Numa passagem sobre as cantigas da ama, afirma: “Do efeito que tiveram a sentença inconsiderada de Airas Peres Vuitorom e esta negativa de D. João Garcia a Coelho só percebemos que ele (*não importa se de verdade ou só de brincadeira*) se encolerizou e lançou cantigas panfletárias contra D. João Garcia, Airas Peres Vuitorom, Martim Alvelo e o jogral Lourenço”. *Ibid.*, p. 43.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 31. Essa distinção parece ser corroborada em outra passagem da Glosa III (O almoço dos reis hispanos), em que Dona Carolina se refere à cantiga de Pai Gomes Charinho sobre, presume-se, o rei Afonso X – ou Sancho IV, como deduz Graça Videira Lopes (*Cantigas de escárnio e maldizer dos trovadores e jograis galego-portugueses*, Lisboa, Estampa, 2002, p. 332) –, comparando-o ao mar. A autora alemã afirma que aquele “É autor do sirventês cortesão e *comedido*, mas caracteristicamente político”. *Ibid.*, p. 133 (grifo acrescentado).

Intriga-nos, contudo, o uso do adjetivo “reais” para os dados expostos na tenção, na medida em que o termo “realista” abrange o cancionero escarninho como um todo em algumas afirmações de Dona Carolina, como em “cantigas realistas de burla e escárnio”²⁸².

2. “cazorrias e palabras villanas, feas, desaguisadas”

Em outra passagem, na Glosa VII (“Uma peregrina a Jerusalém e outros cruzados”), refere-se às penalidades que sofreriam aqueles que produzissem “cazorrias e palabras villanas, feas, desaguisadas”, conforme a sétima das *Partidas*:

A cruzada, da qual ela deve ter voltado – uma mulher ainda não muito idosa, mas já algo passada, e que provocava por isso o escárnio e o sarcasmo –, deve ter sido a última de São Luís ou a malograda expedição peninsular do aragonês D. Jaime, que a precedera à maneira de prelúdio, porque são as únicas dos tempos de Afonso X, em cuja corte, como sabemos, todos os participantes viveram. Isso seria depois da conclusão da sua actividade legisladora. As duras cominações com que os autores de panfletos em prosa ou em verso foram ameaçados nas *Siete Partidas* (VII, 9, 3-4 e 20-21), e as prescrições no *Espejo* e *Fuero Real* (IV, 3, 2) sobre *cazorrias e palabras villanas, feas, desaguisadas*, não teriam preocupado absolutamente, portanto, nem Afonso X nem toda a comunidade de poetas reunidos em redor dele. Uma possibilidade que eu não refuto²⁸³.

Nota-se no texto a hesitação de Dona Carolina entre compreender o rigor da lei contra textos infamantes e relacioná-la com a aparente contradição com produção de “deostos” pelo rei e por seus trovadores. As “palabras villanas” das cantigas são confundidas com as palavras feias e “cazurras” de textos produzidos ou ouvidos fora do ambiente cortês, do *fablar em gasaiado*. Como procurou demonstrar Marta Madero, sem a ideia de injúria lúdica, isto é, a apropriação do discurso da injúria em chave lúdica pelos trovadores, seria impossível perceber a razão de tantas cantigas, a princípio caluniosas e desonrantes, terem sido registradas nos cancioneros. Para a historiadora,

²⁸² *Ibid.*, p. 30.

²⁸³ *Ibid.*, p. 219-220. Em *A lírica galego-portuguesa nos séculos XIII-XIV: realidade histórica e inversão* de Marco Antonio de Oliveira Pais (Tese [Doutorado em Antroploxía Social] – Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 1990), por exemplo, essa impressão de contradição entre as leis sobre a injúria e a produção escarninha peninsular continuava a vigorar.

como vimos, a noção de jogo, acordada e aceita pelos participantes, apagava o efeito injurioso das cantigas²⁸⁴.

Na Glosa XIII dedicada a D. Arrigo, Dona Carolina Michaëlis pondera:

Embora pareça haver um âmago de verdade na origem de muitas cantigas de escárnio e maldizer, desses panfletos e pasquinadas rimados, também é certo que ouvimos mais de uma pura calúnia ou pelo menos interpretações caluniosas de verdades inocentes²⁸⁵.

O “âmago de verdade” parece estar relacionado ao quinhão de cantigas e sirventeses que abordam as encrespações do comportamento dos medievos. As queixas, as censuras, as decepções ou as revoltas dos trovadores derivariam de sua observação crítica do reino, de maneira que a realidade seria o ponto de partida para seus “escritos satíricos ou violentos”, o sentido de panfleto e, de certo modo metafórico, de pasquim²⁸⁶. Quanto à “pura calúnia” poderíamos entender a zombaria propriamente dita, ou seja, chamar um de sodomita (como Fernan Díaz ou Tisso Pérez) e outra de lasciva (como Domingas Eanes ou Maria Pérez) apenas por difamação. No que se refere às “interpretações caluniosas de verdades inocentes”, é difícil imaginar o que poderia ser ou como se realizaria isso; o que seriam “verdades inocentes” para Dona Carolina?

De toda maneira, é interessante observar como essa ideia de “interpretações caluniosas de verdades inocentes” se aproximaria da noção de *jugar de palabras* ou jogo de avessos. Se não forçamos a leitura, essas “interpretações caluniosas” se refletiriam no jogo em que a injúria fosse uma interpretação zombeteira do que era verdadeiro e inofensivo, como um bom trovador ser “acusado” de incompetente; um deão, de lascivo; uma frequentadora da corte ou uma soldadeira, de “fududancia”.

²⁸⁴ “La noción de juego, finalmente, permitía consignar ciertos actos al dominio de una violencia que no deshonraba, siempre y cuando la víctima estuviese de acuerdo con esta forma de ver las cosas. El juego, en tanto relación compartida y unánimemente aceptada por los participantes, borraba el efecto injurioso”. Madero, *op. cit.*, p. 38.

²⁸⁵ Vasconcelos, *Glosas marginais*, *op. cit.*, p. 337.

²⁸⁶ Tal postura coincide com o que se sabe do sirventês occitânico, como pensa Elvira Fidalgo: “En suelo occitano, esta modalidad acogía textos desde los que se criticaban ciertas posturas políticas o actividades de un gran señor, se lamentaba la decadencia de las buenas costumbres, se atacaban vicios o situaciones juzgadas moralmente inadmisibles o se atacaba directamente a personajes que no eran del agrado del trovador [...]”. Elvira Fidalgo, (org.), *De amor y de burlas: antología de la poesía medieval gallego-portuguesa*, Vigo, Nigratea, 2009. “La cantiga de escarnio”, pp. 151-173. p. 152.

Na Glosa VII, sobre a cruzada de Balteira, o termo “inocentes” volta a ser usado em relação ao conjunto das cantigas sobre cruzadas ou viagens religiosas ao Oriente: “cantigas de escárnio desacreditadas e pouco sérias ou brincadeiras inocentes” e “em geral frívolas”²⁸⁷. Por “desacreditadas” e “pouco sérias” poderíamos tomar as cantigas a que não se poderia dar “certidão de verdade”, dado seu caráter zombeteiro e caluniador. A expressão “brincadeiras inocentes”, por sua vez, poderia ser lida apenas como sinônimo de zombaria ou como indício, mesmo que intuitivo, do *jugar de palabras* ou jogo de avessos.

Se estiver certa a leitura da expressão de Dona Carolina, talvez tivesse ela pensado na zombaria mais especificamente voltada para a inversão caluniosa da moral dos visados da corte. Contudo, salvo melhor investigação das *Glosas marginais*, nenhuma referência ao *jugar de palabras* propriamente dito é feito pela atentíssima filóloga, mesmo quando cita a segunda das *Partidas*.

Nesse sentido, e embora Michaëlis não especifique o modo como a zombaria seria feita, o jogo de avessos poderia se enquadrar nessa ideia: o que se expõe na zombaria, como na cantiga de Afonso X sobre o roubo das cantigas de Coton por Pero da Ponte ou no conjunto de cantigas sobre a incompetência de Lourenço, escapa à realidade, seriam burlas de avesso.

Considerando Dona Carolina as cantigas de escárnio e maldizer como jogos, zombarias ou como, pontualmente, jogos de avesso, seria porventura acertado pensarmos num juízo oscilante da editora do *Cancioneiro da Ajuda* sobre as cantigas de escárnio e maldizer, haja vista que ora ela as toma por “brincadeiras inocentes”, ora por “abjetos poemas”. Sem dúvida, no entanto, a cuidadosa romanista se ressentia de um cancionero satírico que escape ao gosto pela frivolidade, pela grosseria e pela insignificância dos motivos:

Se não fosse o modo de dançar e de cantar das cantigas de amigo
galego-portuguesas, exalando aroma de florestas e de prados, tão agradáveis

²⁸⁷ Vasconcelos, *Glosas marginais*, *op. cit.*, p. 243.

na sua singeleza, – dificilmente se poderia encontrar alguém que não ficasse extenuado a meio caminho ao ocupar-se dessa poesia trovadoresca²⁸⁸.

Ainda assim afirma a autora: “Apesar disso sempre, porém, uma abundância de alusões à realidade – essa tendência ao verdadeiro, ao real, ao natural, à imitação fotograficamente exacta que dá carácter a toda a literatura portuguesa [...]”²⁸⁹.

Resta saber – e decerto nunca saberemos – se esse juízo oscilante é resultado de uma sensibilidade classicizante que rejeita as cantigas realistas e lúdicas ou de uma estratégica e refinada autodefesa junto aos pares, patriarcalistas rigorosos de fins do século XIX e início do XX, para que não a tomassem injustamente por inculta, incauta e incasta senhora, o que seria, seguramente, seu avesso.

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 243.

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 243.

**"COM RESUMOS EM ALEMÃO": AS TRADUÇÕES DO
CANCIONEIRO DA AJUDA POR CAROLINA MICHAËLIS DE
VASCONCELOS.**

Simone Homem de Mello

Casa Guilherme de Almeida

Centro de Estudos de Tradução Literária

RESUMO

As traduções das cantigas de amor do *Cancioneiro da Ajuda* para o alemão, publicadas por Carolina Michaëlis de Vasconcelos em 1904, são objeto deste breve estudo. Apesar de funcionarem primordialmente como complemento do vasto aparato crítico ao *corpus* textual do cancionero em questão, o que a filóloga denomina "resumos em alemão" revela mais sobre a poeticidade das cantigas do que pode parecer à primeira vista. Dada sua tendência parafrástica e sinóptica, essas traduções são dotadas de uma ordem sintática direta muitas vezes distante dos meandros das cantigas galego-portuguesas, revelando uma compactação textual que enfatiza o "razoamento" das cantigas. Mesmo obliterando certos traços formais fundamentais da constituição poética das cantigas, o discurso sintético dos resumos em alemão acaba por revelar a poeticidade conceitual e o engenho retórico desses poemas medievais²⁹⁰.

Em sua edição crítica e comentada do *Cancioneiro da Ajuda*, publicada em Halle, pela editora Max Niemeyer, em 1904, após vinte e oito anos de contato e de trabalho com esse importante manuscrito medieval, que reúne uma representativa

²⁹⁰ O presente estudo foi apresentado na Casa Guilherme de Almeida, no último dia do Colóquio Internacional "Homenagem a Carolina Michaëlis de Vasconcelos" (13/09/2012), como uma espécie de transição entre esse evento acadêmico e a segunda edição de *Transfusão* – Encontro de Tradutores da Casa Guilherme de Almeida, iniciada no mesmo dia. O propósito da apresentação não era investigar aspectos estritamente filológicos, mas – antes de mais nada – levantar questões tradutológicas em um contexto científico-filológico.

amostra de cantigas de amor galego-portuguesas escritas no final do século XIII e início do século XIV, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, além de ampliar o repertório do manuscrito com cantigas do *Cancioneiro da Vaticana* e do *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, complementa o texto estabelecido com notas paleográficas, análise métrica das cantigas, transcrição de anotações feitas *a posteriori* no manuscrito e aquilo que ela anuncia, na página de rosto, como "resumos em alemão" de cada cantiga.

Na introdução ao primeiro volume da edição, a filóloga descreve o propósito desses "resumos em alemão":

Na IIIª [categoria] (*Razoamento*) dou em alemão resumos das ideias expendidas pelo trovador. Como não os destino de modo algum aos estudantes, mas sim aos estrangeiros que se ocupam da história das ideias estéticas, substituo esses elencos por versões quase literais só em caso de construção muito complicada, p.ex. no gênero das cantigas de *atafiinda*, que entrelaçam todas as proposições, desde a primeira até a última, por meio de conjunções e pronomes relativos²⁹¹.

Nessa descrição, Carolina afirma limitar o "resumo" das cantigas a seu conteúdo, na tentativa de comunicar aos estudiosos de "ideias estéticas" as "ideias expendidas pelo trovador". Ao mesmo tempo, ela ressalva ter optado por "versões quase literais" sempre que as cantigas apresentam alto grau de elaboração formal. Diferentemente de uma antologia de poemas traduzidos para o alemão, como o faria – por exemplo – o filólogo Karl Vossler em 1936, com *Romanische Dichter*, a intenção de Carolina não era, em absoluto, recriar em língua alemã os poemas do *Cancioneiro da Ajuda* como textos autônomos, mas sim dar uma noção do teor de tais textos, a fim de ampliar o público leitor dessa edição em seu país para além do círculo de filólogos e atingir leitores genericamente interessados em literatura.

A ênfase na palavra "ideias" deixa transparecer a noção de que a poesia possa ser parafraseada, ou seja, decodificada e recodificada em outra língua independentemente de suas peculiaridades formais. Aqui há que se ressaltar o intuito filológico da autora, que não deixou de descrever em suas notas a cada cantiga – além

²⁹¹ *Cancioneiro da Ajuda. Edição crítica e commentada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, 2 vols. (Halle, Max Niemeyer, 1904), Edição fac-similar, Turim, Bottega d'Erasmio, 1966, vol. 1, p. xii. As citações foram adaptadas à ortografia atualmente vigente.

de lições divergentes de ambos os outros cancioneiros incluídos na edição – o gênero e as características métricas e rítmicas dos poemas.

As resenhas sobre o *Cancioneiro* escritas por filólogos de língua alemã na época de sua publicação²⁹², como o hamburguês Oskar Nobiling e o suíço-americano Henry R. Lang, são sempre elogiosas e reconhecedoras do mérito da monumental empreitada de Carolina, mesmo que discordem do estabelecimento ou da interpretação do texto em certas passagens pontuais. Quanto à versão das cantigas para o alemão, Henry R. Lang resume as intenções que Carolina define na “Advertência Preliminar” e expressa sua opinião:

As versões em alemão [...], que teríamos desejado em alguns casos mais detalhadas, se não mesmo totalmente literais, restituem esplendidamente, no geral, o conteúdo e o espírito das nossas cantigas. Onde, abaixo, se critica a interpretação ou tradução escolhida de certas expressões ou passagens, trata-se de casos que o romanista sabe destrinçar facilmente, com auxílio de léxicos que lhe são conhecidos ou das várias coletâneas, mas o leigo ilustrado espera, com razão, que se lhe poupe essa tarefa²⁹³.

Nessa observação de Lang, fica claro o hibridismo dos "resumos" em alemão de Carolina Michaëlis: nem tão detalhados a ponto de serem considerados paráfrases elucidativas, nem totalmente comprometidos com a letra a ponto de serem denominados traduções. O filólogo teria preferido versões "totalmente literais", em vez de "versões quase literais só em caso de construção muito complicada".

Antes de caracterizar os "resumos em alemão", seria relevante investigar o que Carolina entende por literalidade, analisando uma cantiga de *atafiinda*, gênero poético da lírica medieval composto por um único e complexo período que perpassa todas as estrofes e conduz o "razoamento" do poema, até o fim, em uma linha sintática

²⁹² Refiro-me aqui a Oskar Nobiling, "Zu Text und Interpretation des 'Cancioneiro da Ajuda'", *Romanische Forschungen*, 23, 1907, pp. 339-385; Oskar Nobiling, "Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cancioneiro da Ajuda. Edição crítica e commentada. Bd. I. und II. Halle, 1904", *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen*, vol 121, 1908, pp. 197-208; Henry R. Lang, "Zum Cancioneiro da Ajuda", *Zeitschrift für romanische Philologie*, XXXII, 1908, pp. 129-160; 291-311; 385-399; 640. Para este artigo, essas resenhas foram lidas nas traduções para o português incluídas respectivamente em: Oskar Nobiling, *As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade e Estudos Dispersos*, Org. Yara Frateschi Vieira, Niterói, EdUFF, 2007, pp. 173-218; 219-256 e Henry R. Lang, *Cancioneiro d'el Rei Dom Denis e Estudos Dispersos*, Org. Lênia Márcia Mongelli e Yara Frateschi Vieira, Niterói, EdUFF, 2010, pp. 383-454.

²⁹³ Lang, *op. cit.*, p. 396.

ininterrupta. O poema 333 do *Cancioneiro da Ajuda*, da autoria de Ruy Gomes, "o Freire", é uma cantiga de mestria – segundo a descrição formal de Carolina – com "coplas pareadas" e "uma fiinda que responde às rimas do último grupo" [ou seja, da segunda e da terceira estrofe].

Pois eu d'atal ventura, mia senhor,
contra vos são que non ei poder
de falar con vosqu', e vos entender
non queredes que vos quer' eu melhor
de quantas cousas [e]no mundo son:
senhor fremosa, mui de coração
me prazeria morrer; e pois ei
sen vosso ben, que sempre desejei,
des que vos vi, em tal coit' a viver,

En qual eu vivo por vos, que mayor
sabor avedes de me non fazer
ben, mia senhor, e de me mal querer
ca se vos eu oesse desamor,

mia senhor fremosa, (que vos eu non
averei nunca nenhũa sazón),
e quant' eu mais viver', tant' averei
mayor amor de vos servir, ca sei
que ja por al non ei coit' a perder,

Se non por vos, mia senhor, se nembrar
vos quiserdes de min, que outra ren
non sei no mundo querer tan gran ben
com' a vos quer'; e par Deus, se me dar
quiser' mia morte que m' ei mui mester,
pois me de vos, mia senhor, dar non quer
ben, a que Deus tan muito de ben deu,
non por meu ben, mia senhor, mais por meu
mal, pois por vos tanto [de] mal me ven

Quant' eu non ei ja poder d'endurar,
mia senhor fremosa, per nenhun sen,
se vosso desamor, que m' ora ten
forçado, non fezerdes obridar;
ca mentr' eu vosso desamor oer',
com' og' eu ei, [e por a]mor tever'
vosco tan mal mia fazenda, com' eu
tenho con vosco, [non me será] greu
de morrer, e prazier-mi-á mais én

Ca de viver, pois ía vos fazer
prazier, e min de gran coita poder
guardar, e vos nembrar (o qu(e) é ben lheu)
assi de min, como se sol do seu
omen nembrar, depois sa mort', alguen.

Da mein Geschick
es nicht gestattet,
dass ich zu Euch rede, und Ihr mir nicht glauben
wollt, dass ich Euch
über alles auf Erden liebe,
wäre mir
das Erwünschteste, ich stürbe, da ich
ohne Eure stets ersehnte Gunst
immerdar in solcher Pein leben muss,

Wie die ist, welche ich um Euch erdulde, die Ihr mehr
darauf aus seid, mir nichts
Liebes anzutun (sondern Böses),
als in dem Falle, dass ich Euch, schönste Herrin, Unliebe
entgegen bringen könnte,
die ich niemals für Euch
empfinden werde;
vielmehr werde ich Euch
um so verliebter dienen, je länger ich lebe; denn ich weiss,
dass ich mein Leid nicht loswerde,

Es sei denn durch Euch, so Ihr meiner gedenken
wollt, der ich nichts hienieden
zu lieben weiss,
wie ich Euch liebe, oder durch Gott, falls er mir
den Tod schenkt, dessen ich so sehr bedarf,
da er mir nichts Holdes von Euch gewährt,
die er mit soviel Herrlichem ausgestattet hat,
nicht mir zu Liebe, sondern mir zum
Leide, da mir von Eurer Seite soviel Schlimmes widerfährt,

Dass ich es auf keine Weise mehr ertragen kann,

so Ihr nicht Eure Unliebe, die mir
Gewalt antut, vergessen wollt;
denn, so lange sie dauert
und es um meiner Liebe willen
so übel um mich bestellt ist,
wird es mir nicht hart ankommen,
zu sterben; sondern es wird mir mehr gefallen,

Als zu leben, da ich Euch dadurch
Freude bereiten, mich selber aber aus Qual
befreien (leichtlichst) und Euch Erinnerung an mich
aufzwingen würde, gleich derjenigen,
mit welcher die Menschen an Verstorbene zurück denken.²⁹⁴

²⁹⁴ CA, *op. cit.*, vol. 1, pp. 665-6.

Seguindo o encadeamento sintático ininterrupto do texto original, Carolina reconstrói em alemão um único período, cuidando em manter a lógica do "razoamento". Para tal, ela lança mão de alguns procedimentos de compactação e economia verbal. Além de eliminar grande parte das expressões vocativas (*mia senhor, senhor fremosa, mia senhor fremosa*), a fim de entrecortar o menos possível um período já tortuoso, a filóloga tende a eliminar outros elementos que dificultam a progressão direta do "razoamento". Nas cantigas de *atafiinda*, "que entrelaçam todas as proposições, desde a primeira até a última, por meio de conjunções e pronomes relativos", Carolina – além de substituir certas conjunções do original por correspondências mais precisas (*ca se vus eu oesse desamor / als in dem Falle, dass ich Euch...; e prazer-me-á mais en / sondern es wird mir mehr gefallen*) – também traduz algumas frases relativas e adverbiais por meio de sintagmas atributivos ou construções adverbiais (*sen vosso ben, que sempre desejei, des que vus vi / ohne Eure stets ersehnte Gunst*), tornando assim o texto mais direto e mais conciso.

Ao afirmar que, nas cantigas de *atafiinda*, teria se aproximado mais de uma versão literal, Carolina deixa transparecer que sua concepção de literalidade pouco tem a ver com uma transposição *ipsis litteris* do original. Afinal, na reconstituição do longo período que perfaz o poema, ela se atém menos à letra que ao raciocínio ("ideias expendidas pelo trovador"), deslocando e substituindo elementos frasais, a fim de resguardar a nitidez e a fluidez do movimento textual.

Essa tendência se mantém, de forma geral, em todas as versões do *Cancioneiro da Ajuda* para o alemão. Isso também se aplica a um poeta como Joan de Guilhade, autor de "cantares de amigo e baletas de refrão em que a musa palaciana entra em íntimo consórcio com a do povo"²⁹⁵. Se, por um lado, Joan de Guilhade domina o código da tradição provençal, mantendo o decoro, não deixa de tangenciar o *pathos* mais típico das tradições populares. "Morre de mágoa, geme submisso, chora, treme, lamenta esquivanças e desdêns, emudece e dissimula, negando o nome da amada até que um momento de sandice ou de raiva lhe arranca o seu segredo. [...] Nem mesmo se

²⁹⁵ CA, *op. cit.*, vol. 2, p. 408.

peja de expor publicamente as próprias fraquezas e vergonhas"²⁹⁶. Mesmo nos poemas desse autor, nos quais a função emotiva da linguagem se manifesta com notável intensidade, o que Carolina Michaëlis prioriza em seus "resumos em alemão" é a reprodução sinóptica do raciocínio. Essa opção implica privilegiar a ordem sintática direta, muitas vezes em detrimento dos meandros da expressão poética. Por outro lado, as versões de Carolina – justamente por tornarem mais transparente a progressão conceitual do poema – trazem à luz a estrutura retórica da lírica medieval.

Na cantiga 228, de autoria de Joan de Guilhade, a estratégia de compactação fica clara na tradução, da qual aqui se transcreve a segunda estrofe:

E preguntar-m'-an, eu o sei,
da dona que diga qual é;
e juro-vus, per bõa fê,
que nunca lh'is eu mais direi:
Moir' eu porque non vej' aqui
a dona que non vej' aqui.

Und weiter werden sie fragen,
welche es ist.
Ich aber schwöre,
dass ich weiter nichts verraten werde.
Ich sterbe um eine Dame,
die ich hier nicht sehe.

A começar pelo refrão, cuja estrutura paralelística é eliminada na tradução (original: *Morro porque não vejo aqui a dona que não vejo aqui.* / Tradução: *Morro por uma dona que não vejo aqui.*) A ênfase no objeto fora do alcance da visão, dramática no poema galego-português, soa como uma mera constatação no resumo em alemão. Em um exemplo como esse, nada raro no *Cancioneiro* de Carolina, o que ocorre é também uma mudança de ordem discursiva, que muitas vezes altera a natureza do que seria um ato de fala (*speech act*) na encenação do discurso amoroso. Por outro lado, os resumos de Carolina, ao eliminarem alguns elementos constitutivos da função poética, muitas vezes desnudam a poeticidade do desenvolvimento conceitual da cantiga.

Ainda no caso do poema 228, a tradução de Carolina, retrotraduzida para o português seria a seguinte: "Muitos daqueles que me veem morrer, perguntarão por que morro, e respondo agora mesmo: por uma dama que não vejo aqui. / E eles continuarão perguntando quem é ela. Mas juro que não revelarei nada: morro por uma dama etc. / Eles replicarão que há muitas mulheres belas aqui. Mas persisto: morro etc. / Das outras

²⁹⁶ *Idem.*

não falo bem nem mal, sobre elas apenas silêncio. Só uma coisa repito: morro etc.". O resumo registra com precisão a estrutura retórica da cantiga, que intensifica a presença da amada por meio da construção de sua ausência. Da mesma forma como o refrão reitera sua presença por meio da menção duplicada da "dona que não vejo", a cantiga como um todo abre espaço para a ausência da mulher amada, alegando não permitir que nenhuma outra mulher lhe ocupe o espaço. A primeira estrofe, que toca no *topos* da morte por amor, antecipa a razão da morte iminente: o não poder ver a amada que está fora do campo da visão. Na segunda estrofe, a pergunta é reiterada, bem como a resposta: ele morre por não poder ver a amada que não está ali para ser vista por ele. Na terceira estrofe, aponta-se para as outras mulheres presentes "aqui". Este "aqui", no entanto, se reduz ao entorno ficcional do eu-lírico e não ao poema; pois o texto continua sendo o espaço de configuração da amada não vista e insubstituível. Na quarta estrofe, reitera-se que não haverá palavras sobre as demais mulheres, nem boas nem más, apenas o silêncio, enquanto o refrão reitera a presença da amada por uma dupla negação da ausência: "morro porque não vejo aqui a dona que não vejo aqui".

Na cantiga 230, também de Joan de Guilhade, o discurso de apelo do amado ganha intensidade contínua, em um *crescendo* hiperbólico, enquanto as palavras da amada se mantêm as mesmas, irredutíveis. O discurso masculino se constrói por meio da presentificação do futuro, à medida que o amado já se declara morto; a voz feminina, por sua vez, reitera irredutivelmente o "não" de agora, transformando-o em "nunca", ou seja, em presente perpétuo. Também nessa cantiga, a ordem sintática direta da tradução parece tornar a estrutura retórico-poética mais transparente.

Relevante nesse sentido é a importância que Carolina – em suas considerações sobre o *corpus* textual de seu *Cancioneiro* – atribui à unidade temática das cantigas de amor de Joan de Guilhade:

Das 17 cantigas de amor [de Joan de Guilhade,] os apógrafos italianos encerram apenas nove. Sete delas conservaram-se no CA 228-234, Aí formam um conjunto com as cinco imediatas, privativas desse códice (235-239), às quais temos que reunir outras três que hoje faltam no nosso

mutilado pergaminho, obrigando-me a colocá-las no App. XVI. São numeradas de 454-456 e correspondem aos N. 28-37 e 39 do CV²⁹⁷.

A consciência dessa unidade temática também se reflete nos resumos em alemão, que revelam o discurso amoroso de Joan de Guilhade como variações sobre as ambiguidades do visto/não visto, falado/calado, presente/ausente, na qual o tema da morte do amante adquire uma função notadamente retórica, segundo destaca a filóloga em suas considerações sobre a singularidade desse poeta:

Agora duas palavras sobre algumas novidades que [Joan de Guilhade] ensaiou. Os outros trovadores costumam louvar-se do Amor, invectivando os próprios olhos que serviram de terceiros entre o gosto próprio e a formosura alheia, e descrendo do sumo criador que, embora possa, não lhes quis valer. Guilhade encarece o serviço que os seus olhos lhe prestaram; quer-lhes bem, do coração, porque lhe mostraram a bem-querida e promete amar a Deus, respingando contra o Amor, causador da funesta paixão que o atormenta. Os mais querem morrer. Ele também assim o desejou um dia, mas reconhecendo sua loucura, ridiculariza a tal mania [...]²⁹⁸.

Nas versões de Carolina, também é evidente sua preocupação com a identidade de cada poema e seu empenho em criar um todo orgânico e singular, o que se torna visível na acuidade com que escolhe as palavras. Nas doze cantigas de Joan de Guilhade (228-239) que constam do *Cancioneiro da Ajuda*, a palavra "coita" é traduzida por oito variantes sinonímicas: *Liebespein* (229), *Qual(en)* (232, 235), *Trauer* (232), *Not* (233), *Leiden* (na forma verbal em 234, na forma nominal em 238), *Trübsal* (237), *Jammer* (238), *Schmerzen* (239).

O registro linguístico das versões de Carolina é o do alto alemão do século XIX, sem nenhuma tendência arcaizante que pudesse remeter ao *Minnesang*, o trovadorismo de língua alemã. A escolha lexical tende pontualmente a uma dicção lírica típica do romantismo tardio de língua alemã, e ainda vigentes em grande parte da poesia da virada do século XIX para o XX. (Espontaneamente, a dicção das versões de Carolina poderia ser associada a poetas românticos, como Achim von Arnim e Joseph von Eichendorf ou ao austríaco Nikolaus Lenau.)

²⁹⁷ CA, *op. cit.*, vol. 2, p. 409.

²⁹⁸ CA, *op. cit.*, vol. 2, p. 412.

Generalizando a caracterização dos resumos em alemão dos poemas do *Cancioneiro da Ajuda* por Carolina Michaëlis, pode-se dizer que eles não constituem versões que possam funcionar – por si próprias – como comentário filológico do texto, embora indiquem a exegese sintática e semântica da tradutora. Também não se trata de traduções dedicadas a reproduzir a complexidade poética do original. No entanto, os "resumos" de Carolina evidentemente não são desprovidos de argúcia filológica, nem de domínio retórico, nem de senso lírico, apesar de sua despretensão.

Pode-se dizer que a linguagem dos resumos é mais argumentativa que poética, pois seu propósito é antes de mais nada a reconstrução do "raciocínio" ("razoamento") do poema, por assim dizer. Sendo essa a intenção, as versões feitas por Carolina são mais precisas – tanto em nível lexical quanto sintático –, uma tendência para qual a natureza analítica e exata da língua alemã certamente contribui. Nos "resumos em alemão", a lógica do encadeamento tende a linearizar a – muitas vezes labiríntica – complexidade sintática do original, tornando muitas vezes explícitas – por meio de conjunções mais precisas – transições com menor grau de determinação em galego-português²⁹⁹. Quando o enredamento sintático não contribui para a progressão do "razoamento" do poema, seja no caso de repetições ou de reiterações paralelísticas, a tendência da comentadora é eliminar o elemento tautológico e simplificar a sintaxe.

Em suas versões, Carolina acompanha o movimento do poema, ora mais próxima do original no nível lexical ou sintático, ora em afastamento de caráter mais parafrástico. Nos momentos em que suas versões se distanciam da letra e tendem a se tornar mais sinópticas, pode-se observar um aumento da ênfase retórica, como se Carolina procurasse compensar a perda do teor poético com o ímpeto da oratória.

Quantos an gran coita d'amor / eno mundo, qual og' eu ei, / querrian morrer,
eu o sei / averian en sabor. / Mais mentr' eu vos vir', mia senhor, / sempre
m'eu querria viver, / e atender e atender!

²⁹⁹ A partir de agora, o presente artigo limitará as citações ao *corpus* textual de Joan de Guilhade, composto por 12 cantigas (228-239) que constam do manuscrito do *Cancioneiro da Ajuda*, além das três extraídas do *Cancioneiro da Vaticana* e incluídas como apêndice da edição do *Cancioneiro da Ajuda* por Carolina Michaëlis Vasconcelos. *CA, op. cit.*, vol. 1, pp. 443-465.

Alle, welche hienieden leiden, wie ich leide, möchten sterben, das weiß ich wohl, und wären glücklich geschähe es. Ich aber, solange ich Euch, Herrin, sehe, will leben und warte, ja warten.

(Todos que sofrem neste mundo, como eu sofro, gostariam de morrer, eu sei, e ficariam felizes se isso acontecesse. Eu, porém, enquanto puder, Senhora, vos ver, quero viver e esperar, sim, esperar.)

Pero ja non posso guarir, / ca ja cegan os olhos meus / por vos, e non me val i Deus / nen vos; mais por vos non mentir, enquant' eu vos, mia senhor, vir', / sempre m'eu querria viver, / e atender e atender!

Zwar kann ich nicht genesen, denn die Augen sind blind geworden um Euch, ohne dass Gott, oder Ihr, Erbarmen mit mir hättet; aber die Wahrheit ist, dass, wenn ich Euch nur sehe, Herrin, ich leben will und warten, ja warten.

(Não posso convalescer, não, pois os olhos cegaram por vós, sem que Deus ou Vós tivésseis misericórdia por mim; mas a verdade é que basta eu vos ver, Senhora, para querer viver e esperar, sim, esperar.)

E tenho que fazem mal-sen / quantos d'amor coitados son / de querer sa morte, se non / ouveron nunca d'amor ben, / com' eu faç'. E senhor, por én / sempre m'eu querria viver, / e atender e atender!

*Mir scheint, es tun Unrecht die, welche aus Liebe bekümmert sind und den Tod herbeiwünschen, weil sie, wie ich, durch die Liebe nichts Liebes erfuhren. Ich aber will leben und warten, ja warten!*³⁰⁰

(Parece-me que cometem injustiça os que se afligem por amor e desejam a morte, pois eles, assim como eu, não viveram no amor nada de amoroso. Mas eu quero viver e esperar, sim, esperar!)

Apesar do grau de elaboração dos "resumos em alemão", cujas principais características foram brevemente esboçadas acima, a tradução das cantigas de amor do *Cancioneiro da Ajuda* declaradamente não está entre as prioridades de Carolina. Na "Advertência Preliminar" ao primeiro volume de sua edição crítica, a filóloga já pressupõe que a tradição lírica medieval galego-portuguesa provavelmente não despertaria tanto interesse no exterior:

Quanto a estrangeiros que abrangem de alto não só toda a vasta poesia neolatina, mas também as manifestações líricas antigas e modernas das outras nações cultas, acostumados por isso a avaliarem em pouco, mesmo as poesias muito menos lhanas e elegantes, mas muitíssimo mais variadas e de estilo mais culto e altissonante dos mestres provençais e dos seus sucessores italianos, compreende-se que achem aborrecidíssima a monotonia plácida e cortês das imitações congêneres galego-portuguesas³⁰¹.

³⁰⁰ CA, *op. cit.*, vol. 1, cantiga 234, p. 456.

³⁰¹ CA, *op. cit.*, vol. 1, "Advertência Preliminar", pp. ix-x.

A filóloga que, em 1873, já reclamava do isolamento cultural da Espanha e de Portugal como uma espécie de autosegregação³⁰² e demonstrava entusiasmo para com jovens intelectuais portugueses como Teófilo Braga, Francisco Adolfo Coelho e Joaquim de Vasconcelos (seu futuro marido)³⁰³, dotados de cosmopolitismo cultural e, ao mesmo tempo, avessos ao consumo subserviente das culturas estrangeiras, acabou dedicando quase três décadas de estudo ao *Cancioneiro da Ajuda* também movida pelo interesse de tornar a literatura medieval portuguesa conhecida entre os próprios portugueses³⁰⁴. A sua edição crítica monumental representa, portanto, uma forma de "traduzir" o *Cancioneiro*, não só para os falantes de outra língua, mas bem mais para os nativos do país para onde ela migrou em 1876.

Enquanto o trabalho tradutório representaria apenas um componente periférico da edição, destinado aos estudiosos de "ideias estéticas" em seu país de origem, o verdadeiro intuito da edição era evidentemente o resgate da lírica galego-portuguesa para a contemporaneidade e a contextualização desses textos arcaicos como expressão sociopsicológica de Portugal:

Para os leitores peninsulares, que abstraem de confrontos, essas poesias são todavia monumentos nacionais, de importância psicológica. Tanto nas adaptações artificiosas de modelos estrangeiros como na de gêneros populares, o gênio pátrio se manifesta. O sentimento da saudade já era familiar aos coevos de D. Denis. [...] Sobre a fraseologia convencional dos cortesãos mesurados escondem-se frequentemente sentimentos fervorosos. Na ingenuidade audaciosa de certas heresias, proferidas sem sobrececho pelos que julgavam fazer obra meritória, erigindo altares e sacrificando ao Deus do Amor, há muita candura, mas também alguma malícia. [...] Compreende-se igualmente que o temperamento apaixonado do povo, amigo de sons estridentes, cores garridas, gargalhadas destemperadas,

³⁰² Julgamos a Espanha mal e sem qualquer conhecimento de causa; menos ainda conhecemos e mais duramente julgamos Portugal. O que nos dá direito a tal, que isso seja dito, é a impossibilidade de saber sobre ambos algo de exato e detalhado, pois ambos – quase mudos e surdos e cegos, ou pelo menos imersos em sono profundo – se esconderam em seu isolamento e se protegem contra a sede de saber do exterior. *Magazin für die Literatur des Auslandes*, Ano 42, nº 27, julho de 1873, p. 400. (Tradução do alemão pela autora.)

³⁰³ Sobre o envolvimento de Carolina com a nova geração de intelectuais portugueses, que – com preocupações análogas às vozes renovadoras da *Questão Coimbrã* – desafiavam o *status quo* com uma atuação crítica e polêmica, que culminou, em 1872, na *Questão do Fausto*, cf. Maria Manuela Gouveia Delille, "Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) – Uma alemã, mulher, erudita, em Portugal", Separata de *Biblos*, nº 61, Coimbra, 1985, pp. 7ss.; e A. Ferreira de Brito, "Carolina Michaëlis, paradigma da lusofilia do seu tempo", *Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas*, nº 18, Porto, 2001.

³⁰⁴ "Do valor ou desvalor das antigas Trovas não de ser juizes a Galiza e Portugal. É costume falar d'elas em tom depreciativo, concedendo-lhes apenas um certo interesse histórico e filológico". *CA, op. cit.*, vol. 1, "Advertência Preliminar", p. ix.

estúrdias barulhentas, chalaças picantes, levasse esses que pela posição social e pela cultura estavam acima do nível comum, a ligarem importância preponderante à expressão *moderada* de sentimentos *delicados, honestos, recatados*. Assim é que explico a escolha escrupulosa de termos cheios de cortesia, esse falar em surdina, essa tristeza pesarosa de tanto *Amadis*. De mais a mais, essa terminologia e fraseologia necessariamente muito restrita que empregam, hoje sedição e vulgar, era novidade no século XIII³⁰⁵.

Nessa avaliação, Carolina se aproxima da visão romântica de linguagem de um Wilhelm von Humboldt, por exemplo, cujo interesse pela comparação entre línguas e pela tradução era identificar diferentes formas – linguisticamente moldadas – de ver o mundo, segundo o título de uma de suas obras centrais já indica: *Sobre a diferença na construção linguística humana e sua influência sobre o desenvolvimento mental da espécie* (1830-1835)³⁰⁶. Na introdução de sua tradução de *Agamemnon*, de Ésquilo, para o alemão, o filósofo e linguista eleva a tradução a um dos trabalhos mais necessários na literatura, que proporcionaria a toda nação significativos ganhos. Além de destacar a atividade tradutória como um âmbito de ampliação da relevância e da expressividade da própria língua, Wilhelm valoriza o potencial de toda língua atingir o mais alto grau de elaboração da cultura:

Afinal, uma característica maravilhosa das línguas, que primeiramente bastam para o uso comum da vida, mas também – elaboradas pelo espírito da nação – podem ser elevadas ao infinito, a um nível cada vez mais alto e diversificado. Não seria ousado demais afirmar que, em todas as línguas, inclusive nos dialetos de povos bastante rudes, insuficientemente conhecidos por nós, possa se expressar Tudo, o que há de mais elevado e de mais profundo, o que há de mais forte e de mais tênue³⁰⁷.

Isso foi o que revelou Carolina Michaëlis de Vasconcelos – para galegos, portugueses e para um público mais amplo de língua alemã – com a sua edição crítica do *Cancioneiro da Ajuda*³⁰⁸.

³⁰⁵ CA, *op. cit.*, vol. 1, "Advertência Preliminar", pp. ix-x.

³⁰⁶ Sobre a ligação entre língua e visão de mundo em Wilhelm von Humboldt, cf. Helmut Gipper, Peter Schmitter, *Sprachwissenschaft und Sprachphilosophie im Zeitalter der Romantik*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1979, p. 83: "Mais importante que a diversidade externa, fonética das línguas é sua diversidade interna, semântica. Dois conceitos centrais de [Wilhelm von] Humboldt levam em conta esse fato: o conceito de VISÃO DE MUNDO LINGUÍSTICA e o conceito de FORMA LINGUÍSTICA INTERNA. Humboldt tem a convicção de que a diversidade das línguas não é apenas uma diversidade dos "sons", mas sim das visões de mundo". (Tradução da autora)

³⁰⁷ Wilhelm von Humboldt, "Einleitung zu Agamemnon", In: Hans Joachim Störig (org.), *Das Problem des Übersetzens*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963, p. 81.

³⁰⁸ A autora agradece a Yara Frateschi Vieira, cocuradora do Colóquio Internacional "Homenagem a Carolina Michaëlis de Vasconcelos", a Gabriele Beck-Busse, do Instituto de Filologia Românica da

Universidade de Marburg, e a sua assistente Alexandra Wolf, por terem providenciado parte da bibliografia que possibilitou a elaboração deste estudo.